



ANA KÁTIA DE ARAÚJO SANTIAGO
ANDRÉ DEMARCHI
ELTON ANTUNES
THIAGO ALMEIDA BARROS
ORGS.

TRAJETÓRIAS FORMATIVAS, COMUNICAÇÃO E AMAZÔNIA

TRAJETÓRIAS FORMATIVAS, COMUNICAÇÃO E AMAZÔNIA



Comunicação, Discursos & *Experiências*

Diretores

Profa. Dra. Sônia Caldas Pessoa
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva
Universidade Federal de Minas Gerais

Comitê Editorial

Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Profa. Dra. Camila Maciel Campolina Alves Mantovani
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. Dr. Dominique Ducard
Université Paris-Est Créteil Val de Marne, França

Profa. Dra. Graciela Martínez Matías
Universidad Nacional Autónoma del México, México

Profa. Dra. Ida Lucia Machado
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Daniel Martín Pena
Universidad de Extremadura, Espanha

TRAJETÓRIAS FORMATIVAS, COMUNICAÇÃO E AMAZÔNIA

Organizadores

Ana Kátia de Araújo Santiago

André Demarchi

Elton Antunes

Thiago Almeida Barros



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo

Fotografia / Imagem de Capa: Alexander Gerst, CC BY-SA 2.0
<<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.0/>>, via Wikimedia Commons



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhualgal 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T768 Trajetórias formativas, comunicação e Amazônia [recurso eletrônico] / Ana Kátia de Araújo Santiago, André Demarchi, Elton Antunes e Thiago Almeida Barros (orgs.). – Cachoeirinha : Fi, 2025.
270p.

ISBN 978-65-5272-114-3

DOI 10.22350/9786552721143

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Fundamentos da educação – Comunicação – Amazônia. I. Santiago, Ana Kátia de Araújo. II. Demarchi, André. III. Antunes, Elton. IV. Barros, Thiago Almeida Barros.

CDU 37.01:316.77(811.3)

SUMÁRIO

Prefácio	7
<i>Leandro Rodrigues Lage</i>	
Apresentação	11
<i>Ana Kátia de Araújo Santiago</i>	
<i>André Demarchi</i>	
<i>Elton Antunes</i>	
<i>Thiago Almeida Barros</i>	
1	17
“A doença não tem chocalho”: Respostas do povo Apinajé à pandemia e a necropolítica	
<i>Thainara Ferreira Cavalcante</i>	
<i>André Demarchi</i>	
2	47
Metodologias em torno do ATL: cartografia, jornalismo e ativismo	
<i>Daniel Farias</i>	
<i>Elton Antunes</i>	
<i>Yasmin Gatto</i>	
3	91
Educação amazônica nas vozes de professores ribeirinhos: entre barcos, ilhas e narrativas	
<i>Jefferson Luis da Silva Cardoso</i>	
<i>Rosângela Araújo Darwich</i>	
4	119
Influenciadores mirins da Amazônia e as temáticas sobre a região no Instagram	
<i>Danuta Leão</i>	
<i>Ivana C. G. de Oliveira</i>	
<i>Thiago Almeida Barros</i>	
5	149
A produção jornalística com smartphones: reconfigurações do público em <i>Diário do Pará</i> e <i>O Liberal</i>	
<i>Giovanna Figueiredo de Abreu</i>	
<i>Maíra Evangelista de Sousa</i>	

6	171
Um jornalismo decolonial para o Brasil: uma revisão bibliográfica de 2017 a 2022	
<i>Gabriela Almeida Silva</i>	
<i>Carlos Alberto de Carvalho</i>	
7	199
Amazônia livre de fake: o combate à desinformação no formato de podcast	
<i>Liana Vidigal Rocha</i>	
<i>Alan Milhomem da Silva</i>	
<i>Maria Tereza Lemes Moreira Carneiro</i>	
8	225
Amazônias em disputa: vulnerabilidades econômicas, sociais e ambientais da floresta	
<i>Cynthia Mara Miranda</i>	
<i>Cristiano Alves Viana</i>	
<i>Albertina Vieira de Melo Gomes Oliveira</i>	
9	247
Mães de anjo e o luto não reconhecido: a expressão da dor e a busca pela validação do sofrimento no Instagram	
<i>Janete Monteiro Gomes</i>	
<i>Leandro Rodrigues Lage</i>	
Sobre as autoras e os autores	265

PREFÁCIO

Leandro Rodrigues Lage

Diante do conjunto amplo de demandas do ambiente acadêmico, que vão do planejamento de atividades à sala de aula, da produção intelectual às ações de extensão, às quais se somam as responsabilidades diretas e indiretas de gestão, é fácil perdermos de vista um dos principais objetivos que temos como docentes e pesquisadores. Não estou falando de atingir as métricas de produtividade, tampouco de cumprir todos os encargos obrigatórios da função, mas de construir um ambiente adequado para a produção e troca de conhecimentos e para a formação intelectual, profissional e cidadã de pessoas. Quando uma equipe de professores e pesquisadores de diferentes instituições busca trabalhar em prol da sistematização de conhecimentos e saberes construídos em parceria com discentes, esses objetivos voltam à ordem de prioridades. Este livro, junto às outras publicações originadas no âmbito do projeto intitulado “Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para apreensão das experiências locais”, é a materialização dessas metas de formação de indivíduos e de socialização e validação de conhecimentos.

Antes mesmo de darmos o pontapé inicial do projeto de pesquisa a se construir e realizar coletivamente, já tínhamos ideia dos desafios por vir : as distâncias, os tempos e também as diferentes trajetórias que separavam pesquisadores em diferentes instituições. Por outro lado, realizar uma pesquisa com esse imperativo da coletividade e de forma multicentrada cria condições favoráveis para uma formação mais plural e abrangente, para a circulação de pessoas, ideias e perspectivas, além

de fomentar laços e vínculos pessoais e profissionais que, ao fim e ao cabo, são aquilo que dá sustentação ao trabalho no mundo acadêmico. Dificilmente uma iniciativa nesse meio terá resultados em termos de produção de conhecimentos e impactos sociais se ela não for construída a partir da vontade colaborativa, da confiança mútua e do respeito às diferenças.

Este livro reúne trabalhos de diferentes naturezas e com diferentes temáticas, oriundos de pesquisas resultantes do diálogo entre professores e discentes de pós-graduação. Portanto, além do escopo teórico-metodológico do projeto, que lança uma abrangência de olhares para diversos fenômenos e dilemas amazônicos, o que une esses trabalhos na coesão de um livro é o fato de que todos eles derivam de trajetórias formativas e pesquisas realizadas a partir da parceria mais elementar, aquela que reúne docentes e discentes em torno de um projeto comum de investigação científica. Na Amazônia, região com a menor quantidade de pesquisadores do campo da Comunicação, esse tipo de parceria e de produção ganha ainda mais relevância, pois legitima o trabalho coletivo e demonstra o papel decisivo do alunado de pós-graduação no desenvolvimento da pesquisa e do próprio campo de conhecimento.

Os próprios critérios de avaliação da pós-graduação privilegiam, historicamente, a produção científica docente. Além disso, reservam aos discentes o lugar daqueles que “recebem” a formação. Entretanto, não é exagero afirmar que, com frequência, são os próprios (e, majoritariamente, as próprias) discentes a impulsionar e mobilizar as iniciativas de pesquisa e de produção, que começam em sala de aula e nos grupos de pesquisa, circulam nos eventos de menor ou maior abrangência e culminam nos livros e periódicos acadêmicos. Na prática, as atividades de ensino e de orientação de trabalhos monográficos

ocupam parcela significativa do conjunto de atividades na pós-graduação. Os trabalhos discentes, portanto, resultam de uma convergência de esforços, os quais este tipo de livro tende a valorizar e legitimar enquanto produção acadêmica.

Tecnicamente, chamamos de egressos aqueles e aquelas discentes que se formaram em nossos Programas de Pós-Graduação nos últimos cinco anos. Contudo, na prática, somos todos egressos da pós-graduação, pois nossas trajetórias formativas nos acompanham ao longo de toda a carreira. E poder integrar a equipe de um projeto interinstitucional de pesquisa durante a passagem pelo mestrado ou pelo doutorado expande o horizonte de oportunidades, mas também o olhar para a pesquisa. Na pós-graduação, é notório o amadurecimento discente catalisado pela participação nos grupos de pesquisa, nos eventos e também pelo trânsito em diferentes espaços acadêmicos e centros de investigação. Quanto maior for essa caminhada, mais histórias são contadas, mais conhecimentos e saberes são permutados, mais experiências são vividas e acumuladas. São essas experiências e olhares que este livro reúne.

A pluralidade de temas e de abordagens teóricas e metodológicas reflete não somente a diferença de olhares sobre e a partir da Amazônia, lançados de lugares geograficamente distintos, dentro e fora do território da Amazônia Legal, mas também a diversidade de formações, de formas de saber e de modos de produção de conhecimento sobre a região e a partir dela. Em meio a essa variedade, há outro elemento de coesão, além da trajetória formativa e do diálogo entre docentes e discentes: os textos dessa coletânea refletem, cada um à sua maneira, sobre diferentes experiências e condições de vulnerabilidade de sujeitos. Experiências que incluem os impactos da pandemia e dos modelos desenvolvimentistas sobre populações indígenas, os dilemas da

educação ribeirinha numa região vasta e culturalmente diversa, a instrumentalização jornalística e política das vulnerabilidades econômicas e socioambientais da região, o avanço das lógicas e práticas da desinformação, além das lutas travadas por lideranças indígenas pela proteção de seus territórios e modos de vida e das lutas por reconhecimentos empreendidas por mães que perderam seus filhos e não encontram validação social para seu luto.

O conjunto dessas reflexões é, portanto, reflexo do diálogo interinstitucional proporcionado por um projeto de pesquisa, mas, principalmente, resulta da interlocução entre discentes e docentes, mobilizados em torno de uma iniciativa coletiva de construção e sistematização de conhecimentos. Ao reunir textos escritos por professores e por egressos dos cursos de pós-graduação vinculados ao Procad Amazônia, este livro agrupa o que, provavelmente, é uma das maiores contribuições que podemos deixar: a pavimentação da trajetória de formação de pessoas, motivada por uma vontade de saber sensível a outros saberes e por um desejo de transformação das realidades e práticas que perpetuam condições de vulnerabilidade. Que essa iniciativa se torne modelo e inspiração para a continuidade desse trabalho e para outros que ainda virão!

08 de novembro de 2024.

APRESENTAÇÃO

Ana Kátia de Araújo Santiago

André Demarchi

Elton Antunes

Thiago Almeida Barros

Este sexto volume publicado pelo Procad, “Narrativa e acontecimento midiáticos: Desafios metodológicos para apreensão das experiências glocais amazônicas”, apresenta reflexões produzidas a partir de pesquisas de egressos e estudantes dos Programas de Pós-graduação ligados ao projeto. Nosso objetivo foi o de retomar o eixo temático do projeto refletindo sobre a trajetória formativa possibilitada aos pesquisadores e às pesquisadoras em formação.

Desde o início dos trabalhos e durante os seis anos de execução do projeto que, cabe lembrar, teve uma pandemia no meio, tínhamos a preocupação manifesta com os desafios postos na condução de uma empreitada marcada pela heterogeneidade de instituições, pesquisadores e pesquisadoras, realidades acadêmicas e formas de trabalho.

O respeito a tais diferenças e uma vontade de acolher a heterogeneidade funcionaram como as diretrizes para que avançássemos na proposta. Passados os anos de trabalho, vemos agora que a oferta de cursos, realização de seminários e a publicação de trabalhos acadêmicos, dentre a montanha de atividades desenvolvidas, foram tarefas até simples ante o fato de lidar com a permanente questão de que não pretendíamos definir o que é a Amazônia, mas sim investigar como diferentes imaginações são convocadas para produzir um território. Aliás, territórios, constituídos de pensamentos, saberes,

problemas, disputas, conflitos, desafios, tradições, símbolos, narrativas e uma referência infinita à realidade da “última floresta”.

Que amazônias são essas? Neste livro, pretendemos que esse universo de questões apareça articulado a uma diretriz fundamental: trata-se de ver como tais problemáticas vêm sendo tematizadas em pesquisas conduzidas nos processos de formação pós-graduada. Estudantes e egressos, juntamente com docentes, apresentam reflexões que interceptam em algum aspecto sua trajetória relacionada ao Procad - dissertações, teses, reflexões específicas em cursos e seminários, etc. O livro acolhe tanto artigos que fazem revisão de literatura, quanto reflexões metodológicas específicas ou estudos de caso, materializadas a partir de pesquisas realizadas durante o período de permanência nos diferentes programas que compõem o Procad.

Abrindo o livro com a temática das resistências indígenas em tempos de urgências, Thainara Cavalcante e André Demarchi fazem, no artigo “A doença não tem chocalho’: respostas do povo Apinajé à pandemia e a necropolítica”, uma instigante reflexão em que examinam como o povo Apinajé do Brasil respondeu à pandemia de COVID-19, combinando conhecimentos ancestrais e contemporâneos em uma “cosmopraxis comunicacional”. A pandemia evocou memórias de epidemias passadas e expôs a “necropolítica” do governo Bolsonaro, que negligenciou a saúde pública e intensificou as vulnerabilidades de populações indígenas e negras. Em resposta, os Apinajé reativaram os *Pëp*, guardiões tradicionais responsáveis pela proteção do território e da cultura. Os *Pëp* estabeleceram barreiras sanitárias, restringiram o acesso às aldeias e cuidaram dos anciãos, combinando protocolos de saúde pública com saberes tradicionais. O estudo destaca a resiliência dos Apinajé, que utilizaram a pandemia como oportunidade para fortalecer sua identidade e autonomia, adaptando práticas ancestrais

aos desafios contemporâneos. Os pesquisadores argumentam que as ações dos Apinajé exemplificam a “comunicação intermundos”, combinando conhecimentos indígenas e não indígenas para resistir à pandemia e afirmar sua autodeterminação.

O capítulo assinado por Elton Antunes, Yasmim Gato e Daniel Farias, intitulado “Metodologias para estudar o fim do mundo”, exemplifica de modo bastante claro a singularidade dos processos formativos do Procad. Ele é escrito na forma de um triálogo que debate questões metodológicas e epistemológicas pertinentes à produção de pesquisas comunicacionais em contextos de resistência como o Acampamento Terra Livre, organizado anualmente em Brasília pelas organizações do movimento indígena. As perguntas e respostas dessa conversa giram em torno das possibilidades metodológicas de uma imersão ativa nesse evento, onde os pesquisadores se engajam nas ações de resistência, refletindo sobre as consequências da incorporação desses processos nas metodologias da pesquisa. Dessa conversa a três, saem reflexões instigantes sobre fazer pesquisa na contemporaneidade em aliança com os povos indígenas, em contextos de urgência e emergência climática.

O capítulo “Educação amazônica nas vozes de professores ribeirinhos: entre barcos, ilhas e narrativas”, escrito por Jefferson Luis Da Silva Cardoso e Rosângela Araújo Darwich, tece uma interessante perspectiva sobre os conflitos, desafios e contradições dos professores e professoras que atuam nas ilhas fluviais da cidade de Belém (Pará). Os autores apontam para as realidades e dissonâncias da educação na Amazônia por meio da análise das narrativas dos docentes que encaram com resiliência a tarefa de lecionar entre barcos, ilhas, turmas multisseriadas e calendários escolares que nem sempre se adequam à vida comunitárias das populações atendidas. Além disso, cabe destacar

que as análises realizadas pelos docentes sobre sua própria condição apontam para a própria construção histórica da educação enquanto prática libertadora.

Danuta Leão, Ivana C. G. de Oliveira e Thiago Almeida Barros assinam o capítulo “Influenciadores mirins da Amazônia e as temáticas sobre a Região no Instagram”. As interrelações entre a infância e a comunicação são desenvolvidas através da observação das páginas do Instagram de quatro influenciadores mirins, sendo dois de Belém (PA) e dois de Manaus (AM). A pesquisa explora o universo das publicações direcionadas ao público infantil e busca compreender a exposição da Amazônia a partir dos conteúdos postados. É uma oportunidade de conhecer as realidades nas quais as crianças estão inseridas, suas formas de representação e como recebem e decodificam as mensagens no território digital.

Em “A produção jornalística com smartphones: reconfigurações do público em Diário do Pará e O Liberal”, Giovanna de Abreu e Maíra de Sousa discutem como o uso de smartphones está reconfigurando o jornalismo, especialmente em relação ao público, com foco em dois jornais de Belém, Pará: Diário do Pará e O Liberal. As autoras analisam como a tecnologia facilita a interação entre jornalistas e fontes, usando o WhatsApp como ferramenta central. A pesquisa explora de que modo os smartphones e plataformas de mídia social permitem que o público se torne mais ativo no processo de produção de notícias, compartilhando informações, fotos e vídeos. A pesquisa indica que, embora a participação do público seja cada vez mais importante, nem sempre os jornais aproveitam plenamente essa interação, limitando-se, muitas vezes, a usar o conteúdo do público como estratégia de mercado.

Escrito em primeira pessoa, “Um jornalismo decolonial para o Brasil: uma revisão bibliográfica de 2017 a 2022”, apresenta um giro

decolonial proposto por Gabriela Almeida Silva, sob orientação de Carlos Alberto de Carvalho. A discussão da formação colonial do jornalismo no Brasil foi o ponto de partida. Ao reconhecer a colonialidade, a autora apresentou as propostas de práticas decoloniais encontradas nas produções científicas que debatem sobre a decolonialidade no jornalismo, no período de 2017 a 2022. Dentre essas práticas, há no texto a ênfase no jornalismo de subjetividade e no conceito de interseccionalidade como forma de visibilizar, legitimar e conceder resistências a grupos minoritários e esquecidos no jornalismo brasileiro.

Em “Amazônia Livre de Fake: O combate à desinformação no formato de podcast”, Liana Vidigal Rocha, Alan Milhomem da Silva e Maria Tereza Lemes Moreira Carneiro refletem sobre o papel das narrativas midiáticas, especificamente as produzidas para podcasts, no combate à desinformação sobre a Amazônia. O estudo analisa produção do coletivo Intervezes e considera que o podcast é formato eficaz no combate à desinformação porque usa linguagem acessível, capaz de ampliar o envolvimento de comunidades locais, com forte tradição oral, na produção de conteúdos.

Em “Amazônias em disputa: vulnerabilidades econômicas, sociais e ambientais da floresta”, Cynthia Mara Miranda, Cristiano Alves Viana e Albertina Vieira de Melo Oliveira refletem a complexidade da região como território de múltiplas narrativas. A partir de análise de textos jornalísticos sobre eventos globais, como a COP28, realizada em 2023, a pesquisa avalia que narrativas institucionais e econômicas têm maior destaque nas discussões sobre a Amazônia, enquanto as narrativas da sociedade civil são frequentemente negligenciadas.

Janete Monteiro Gomes e Leandro Rodrigues Lage se concentram em narrativas dissidentes e busca pela validação do sofrimento no

capítulo “Mães de anjo e o luto não reconhecido: a expressão da dor e a busca pela validação do sofrimento no Instagram”. A pesquisa busca compreender como mulheres enlutadas pela perda de filhos na fase perinatal, conhecidas como “mães de anjo”, elaboram narrativas em perfis na plataforma de rede social Instagram, avaliados como espaço para validação e compartilhamento da dor.

Esperamos que a leitura desses artigos, resultantes de trajetórias formativas em comunicação, propiciem novas reflexões e ideias, convergindo e contribuindo para tantos outros processos formativos na Amazônia e alhures. Nesses momentos, em que se busca aprofundar e aperfeiçoar conhecimentos em torno de problemas específicos, os artigos apresentados aqui se somam aos pensamentos e práticas que giram em torno de narrativas dissidentes e de imagens insurgentes, que se revitalizam em críticas a modos comunicacionais que violentam e cerceiam outras experiências de existir.

1

“A DOENÇA NÃO TEM CHOCALHO”: RESPOSTAS DO POVO APINAJÉ À PANDEMIA E A NECROPOLÍTICA

Thainara Ferreira Cavalcante

André Demarchi

Introdução

No presente capítulo, apresentamos algumas reflexões sobre como a emergência sanitária da covid-19 (re)ativou no povo Apinajé memórias de lutas e perdas de epidemias passadas, desencadeando uma resposta efetiva de combate ao vírus e, sobretudo, de resistência à necropolítica (Mbembe, 2023) adotada pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O povo indígena Apinajé pertence ao tronco linguístico Macro-jê e vive em uma região de transição do Cerrado para a Floresta Amazônica, entre os rios Araguaia e Tocantins, na microrregião conhecida como “Bico do Papagaio”, no Estado do Tocantins. Falantes da língua *panhĩ Kapêr*, os Apinajé se autodenominam *Panhĩ*, em que “pa” é um indicativo pessoal de primeira pessoa do plural e “nhĩ” é uma variação dialetal de “hin” com significado semelhante a carne ou substância (Ribeiro Apinajé, 2019).

Os Apinajé quase foram exterminados por diversas formas de violências, massacres e epidemias durante a frente de expansão colonial do século XIX. Nimuendajú (1983), primeiro etnólogo a descrever a elaborada vida ritual e a complexidade cultural dos povos do Brasil Central, apontou que, em pouco mais de um século, os Apinajé tiveram sua população reduzida em mais de 97%, passando de 4.200 indígenas em 1824 para 150 em 1928. A partir de 1930, os dados apontam para o crescimento exponencial da população Apinajé. Ao realizar o estudo

etnográfico, DaMatta (1976) registrou a presença de 253 indígenas no território, em 47 anos a população cresceu cerca de 90%, atingindo a marca de 2.342 indígenas em 2014 (Instituto Socioambiental, 2022), o que demonstra a força da resiliência desse povo (Cavalcante, 2023; Cavalcante; Demarchi; Ribeiro, 2023).

Entre 2020 e 2023, a emergência sanitária global da covid-19 agravou as emergências territoriais que colocam em risco a existência do povo Apinajé. No final de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alertada sobre um surto de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, causada por uma cepa de coronavírus até então não identificada¹.

Para Castro Apinajé² (2020), as notícias sobre a covid-19 no mundo provocaram e (re)ativaram memórias das antigas epidemias vividas pelos *panhĩ*, como a de varíola em 1808, que quase exterminou o povo Apinajé. Essas memórias provocaram, inicialmente, uma onda de medo e insegurança entre os *Panhĩ*. Segundo a autora, os anciãos diziam que “a doença não tem chocalho para nos avisar e que está confundindo, atacando o lado psicológico, porque os não indígenas estão morrendo e nós vamos sumir da terra” (Castro Apinajé, 2020, s/n). Um medo real, visto que o Brasil chegou a registrar oficialmente 3.125 mortes em um único dia, mais pessoas do que toda a população Apinajé (IBGE, 2010).

No dia 05 de maio de 2023, a OMS declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. Em

¹ Em 11 de março de 2020 a OMS declarou que o mundo enfrentava uma pandemia de covid-19, nome oficial da doença causada pela cepa SARS-CoV-2, popularmente conhecido como Novo Coronavírus. Durante os quase 70 dias entre os primeiros alertas e a declaração de emergência sanitária global, o mundo assistiu ao colapso no sistema de saúde na China e a doença avançou assustadoramente por 114 países, com mais de 118 mil casos registrados e 4,2 mil mortes.

² Liderança feminina Apinajé, professora, agente de saúde e mestranda em Antropologia Social pela UFG.

três anos, um mês e vinte e quatro dias, países de todos os continentes registraram casos da doença, oficialmente foram 767.726.861 casos confirmados e 6.948.764 mortes em todo o mundo; no Brasil, até o momento, foram registrados 37.671.420 casos confirmados de covid-19 e 703.964 mortes (OMS, 2023).

O alerta foi tocado em alto e bom som em março de 2020. A OMS pedia que os países ativassem e ampliassem os mecanismos de respostas à emergência, era preciso que sociedade e governos construíssem estratégias integrais para prevenir infecções, salvar vidas e minimizar os impactos. No entanto, o que vimos nos dois anos e dez meses de pandemia sob o Governo Bolsonaro, foram ataques constantes à ciência, o incentivo ao não cumprimento das recomendações de isolamento social da OMS, a falta de equipamentos de proteção individual para profissionais de saúde, cilindros de oxigênios, medicamentos para manobras de intubação, leitos hospitalares, testes, diagnósticos, estratégias de rastreamento de casos e o incentivo à adoção de tratamentos sem eficácia comprovada. Não bastasse o conjunto de ações desastrosas, mas conscientemente adotadas, o Governo Bolsonaro dificultou e atrasou o acesso às vacinas para a população brasileira (Silva, 2020; Breda, 2021; Carvalho, 2021; Lima, 2022).

Enquanto o Governo Bolsonaro respondia à emergência da covid-19, intencionalmente, a partir de uma gestão da morte, o povo Apinajé produzia respostas na *margem* (hooks, 2019), pautadas em uma gestão decolonial e antirracista da vida, baseados em uma *cosmopraxis comunicacional* (Oliveira *et al.*, 2021) de resistência ao poder necropolítico (Mbembe, 2023).

Oliveira *et al.* (2021, p. 6) apontam para a escassez de diálogos no campo científico e prático da comunicação com os saberes-fazer ou com as *cosmopraxis* dos povos originários e tradicionais, uma vez que,

para autora, a base do ensino, da pesquisa e da prática da comunicação operam “regimes de visibilidade e formas de saber-poder monoculturais”, eurocentrados e mediacentrados. Para que esse diálogo ocorra, é preciso nos distanciarmos dos acontecimentos e produções midiáticas hegemônicas e fazer emergir o que a autora denominou de *circuitos paramidiáticos*, fenômenos comunicacionais da *margem*, que possuem ou não relação com os circuitos midiáticos de *centro* (Oliveira, 2017). Recorremos ao esforço de construção teórico-metodológico da autora para nos afastarmos do midiacentrismo e fazer ecoar

[...] experiências outras da comunicação que subvertem tanto na forma quanto nos usos dos meios que entendemos por comunicação, trazendo não só ações comunicacionais diferenciadas seja na experiência de produção da forma de vida em si, seja nas suas aparições públicas, quanto desafios comunicacionais de natureza epistêmica na medida em que fogem também às formas interpretativas convencionais da comunicação provocando-nos a pensar a comunicação intermundos (Oliveira, 2020, p. 49).

A comunicação intermundos, tal como indica a autora, se propõe a construir caminhos epistemológicos e cosmológicos em que os mundos indígenas e não indígenas possam coabitar em movimentos de escuta e afetação mútua, (re)afirmando as “múltiplas agências, múltiplas temporalidades, múltiplas formas de vínculos e múltiplos territórios”, distanciando-se da lógica da globalização neocolonial de apagamento das diferenças (Oliveira, 2018, p. 127). Uma construção que, para a autora, ocorre pela *indigenização*³ dos regimes de visibilidade não indígena, como um lugar em que a “defesa da tradição” se dá pela “invenção da tradição” (Shalins, 1997), saberes-fazeres indígenas

³ Categoria proposta por Marshall Sahlins (1997, p. 52) para compreender o modo como os povos indígenas elaboram “culturalmente tudo que lhes foi infligindo. Eles vêm tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo”.

figurados em uma *cosmopraxis* comunicacional no campo cosmopolítico (Stengers, 2017).

Sendo assim, para compreender essas diferentes respostas à pandemia, partimos da concepção de que é preciso refletir e agir para a “desconstrução do capital simbólico do colonizador e sua reconstrução à imagem da sociedade indígena” (Haward, 2002, p. 29). E, apostando na fluidez nas formas de fazer ciência, adotamos uma perspectiva epistemológica e metodológica contracolonial, pautada nas contranarrativas indígenas sobre o período pandêmico (Demarchi; Paz, 2022; Demarchi, 2020). Nessa proposta, a pesquisa de campo e a etnografia foram as formas escolhidas para habitar, compartilhar e participar do universo dos sujeitos da pesquisa, para que dessas relações surgissem novos entendimentos, questionamentos e caminhos, mediados pela observação participante, pelos registros no diário de campo, entrevistas não estruturadas e participação em rodas de conversa⁴, rituais e resguardos.

Assim, iniciamos o capítulo argumentando sobre a continuidade entre a política genocida presente nas frentes de expansão colonial do século XIX e a necropolítica adotada pelo Governo Bolsonaro durante a pandemia de covid-19 com suas ações claramente anti-indígenas. Em seguida, apresentamos algumas reflexões para compreender as respostas às emergências sanitárias e territorial construídas pelos Apinajé, com base em uma *cosmopraxis comunicacional* que engloba diferentes elementos, tais como: memória, luta, território e corpo.

⁴ A vivência de campo desta pesquisa ocorreu em três momentos diferentes durante os anos de 2022 e 2023, totalizando 29 dias. A primeira ocorreu em março de 2022, durante uma oficina de formação sobre o ICMS Ecológico, a segunda aconteceu em maio de 2022 para acompanhar a reunião de Qualificação e Identificação da área reivindicada no processo de revisão dos limites do território. A última viagem entre janeiro e fevereiro de 2023.

Não, não é só uma “gripezinha”: O negacionismo, anti-ciência e a necropolítica

A primeira vítima fatal do vírus SARS-CoV-2 no Rio de Janeiro, e as circunstâncias em que ela se infectou, indicaram que a emergência sanitária não seria a única a dar o tom da pandemia. Cleonice Gonçalves tinha 63 anos e desde os 13 trabalhava como empregada doméstica. Naquele momento da pandemia, a Itália era um dos epicentros de contaminação, as recomendações da OMS e de algumas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde do Brasil eram que qualquer pessoa que retornasse de viagens internacionais deveria ficar em isolamento social. A empregadora de Cleonice havia retornado ao Brasil depois de passar o feriado de Carnaval na Itália e não dispensou os serviços da empregada doméstica (Silva, 2020). Cleonice era uma mulher negra, idosa, hipertensa, diabética e morreu dias depois de retornar ao trabalho, vítima do racismo estrutural⁵, da desigualdade social e de gênero, da necropolítica e da covid-19.

A ideia de que estávamos todos no mesmo barco e atingidos igualmente pelo vírus e suas consequências foi amplamente difundida, no entanto, o que vimos já nas primeiras mortes no Brasil foi que “estar no mesmo mar, não é estar no mesmo barco” (Santos; Prado, 2020, s/n). De fato, a pandemia impactou a vida de todos nós, mas é demasiadamente leviano tentar fazer crer que os impactos e riscos foram os mesmos, que os privilégios de uma sociedade estruturalmente

⁵ Para Silvio de Almeida (2021, p. 50), o racismo é “uma decorrência da própria da estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte do processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”.

racista e desigual não influenciaram nas respostas à emergência sanitária, social, econômica e política dadas pelo então governo federal.

Pesquisadores de todo o mundo e das diferentes áreas do conhecimento buscavam respostas e direcionamento para as estratégias de enfrentamento. Nesse cenário, a ciência deveria ser protagonista, mas não foi o que vimos acontecer em muitos países, fazemos aqui um recorte geográfico e político das respostas do Estado Brasileiro à pandemia, que acarretou a morte de mais de 700.000 pessoas.

As pautas e ações do Governo Bolsonaro, eleito em 2018, sempre estiveram alinhadas aos discursos anticientíficos e negacionistas. Carvalho (2021) argumenta que muitos chefes de Estado, como Jair Bolsonaro e Donald Trump, tinham como pautas de campanha e governo ideias ligadas aos movimentos *antivax*, do design inteligente, do terraplanismo, da negação do aquecimento global antropogênico, dentre outros. Para o autor, a anticiência e o negacionismo científico são fenômenos inter-relacionados, mas comportam diferenças entre si:

[...] consideramos *anticientíficas* aquelas ações que buscam desqualificar a ciência como instituição. Isso pode ocorrer, por exemplo, ao se atacar ou reprimir cientistas; ao se apontar como errado ou falso o conhecimento científico vigente, sem evidências igualmente científicas para isso; ao defender, como se fossem científicos ou cientificamente embasados, posicionamentos que não tem fundamentação empírica/metodológica que os sustente, ou ao ignorar o conhecimento e as recomendações científicas ao tentar solucionar determinado problema. O *negacionismo*, por sua vez, está relacionado a este fenômeno anticientífico, pois diz respeito à própria negação da ciência presente nas ações anticientíficas. Ele pode aparecer de modo generalizado, negando a capacidade da ciência, como um todo, em produzir um conhecimento válido, ou de modo específico, negando, sem evidências cientificamente válidas, uma teoria, um estado, um conjunto de dados, ou a própria capacidade dos cientistas e pesquisadores (Carvalho, 2021, p. 5, *grifo do autor*).

Nos quatro anos do Governo Bolsonaro, a ciência sofreu com o desmonte na produção de conhecimento e na formação de novos pesquisadores. As ações anticientíficas ocorreram para além do campo discursivo, as universidades e institutos de pesquisa sofreram com os sucessivos e significativos cortes orçamentários, professores e pesquisadores foram perseguidos, muitos optaram por sair do país. O tom dado às respostas do Governo Brasileiro à pandemia foi a anticiência e o negacionismo.

Em março de 2020, teve início o primeiro e maior estudo epidemiológico para investigar a infecção pelo SARS-CoV-2 no Brasil. O estudo, coordenado por pesquisadores da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), foi desenhado inicialmente para a investigação epidemiológica no Rio Grande do Sul, em maio daquele ano, com apoio de organizações governamentais e não governamentais, o estudo, conhecido como Epicovid-19, foi ampliado para todo território nacional (Hallal *et al.*, 2020a).

A pesquisa Epicovid-19 contou com financiamento do Ministério da Saúde nas três primeiras fases do estudo. O estudo apontou que, entre a primeira quinzena de maio e a segunda quinzena de junho, a taxa de prevalência quase dobrou. A Epicovid-19 foi a primeira pesquisa nacional a indicar que o número de infectados era cerca de seis vezes maior que o divulgado oficialmente. No recorte socioeconômico e étnico, apontou ainda que as pessoas de baixa renda tinham até 2,5 vezes a mais de chances de serem infectadas. Entre as pessoas negras, o risco de contaminação também era duas vezes maior que entre as pessoas brancas. Para os indígenas, o risco de contaminação poderia chegar até seis vezes mais. Para os pesquisadores, a taxa de prevalência de anticorpos contra covid-19 evidenciou que pessoas brancas, com maior

escolarização e renda, possuem menos riscos de infecção e morte⁶ (Horta *et al.*, 2020).

Em seu depoimento à CPI da covid-19, em junho de 2021, Pedro Hallal afirmou que os pesquisadores sofreram censura e perseguição:

O slide que mostrava maior risco de infecção por covid nas populações indígenas foi censurado pelo Ministério da Saúde 15 minutos antes da entrevista coletiva para apresentação de resultados, em junho de 2020, no Palácio do Planalto, e logo depois o projeto foi descontinuado, sem razão técnica para a decisão (Fundação Oswaldo Cruz, 2021, s/n).

O Governo de Jair Bolsonaro seguiu com sua lógica anticientífica e negacionista, rompendo com as boas práticas de vigilância epidemiológica, prevenção e cuidado em saúde pública construída ao longo de décadas pelo SUS. Werneck *et al.* (2021) afirmam que a incapacidade de frear a disseminação do SARS-CoV-2 no Brasil se deu pela conjugação de quatro ordens de fatores, todas diretamente ligadas à gestão genocida de Jair Messias Bolsonaro. São elas:

A minimização da magnitude da pandemia e descrédito nas orientações científicas; adoção de um programa oficial para ‘tratamento precoce’, enganoso e sem fundamentação científica; políticas insuficientes e intermitentes de auxílio emergencial e para expansão do sistema de saúde; e descontinuidades administrativas no Ministério da Saúde e inação de comitês de crise (Werneck *et al.*, 2021, p. 5).

O Brasil é o segundo país com maior número de óbitos, atrás apenas dos EUA, e o terceiro com o maior número de casos, EUA e Índia ocupam o primeiro e segundo lugar. De acordo com dados do *Our World in Data* (2021), a diferença percentual entre as mortes semanais e

⁶ A menor taxa de contaminação e mortalidade entre essas pessoas não está ligada às características biológicas ou genéticas, os dados da pesquisa apontam que o fator determinante é socioeconômico. Pessoas brancas, com maior escolaridade e renda, representam a parcela da sociedade que teve o privilégio de se manterem em isolamento sem afetar a subsistência familiar.

mensais em 2020–2023, comparados à média dos anos de 2015–2019, no Brasil chegou a 93% no período mais crítico da pandemia no país, em março de 2021. O cenário que se via nos noticiários era de uma verdadeira guerra, mais doentes do que os sistemas de saúde poderiam suportar, mais mortos do que as funerárias e cemitérios poderiam sepultar.

Esses números podem ser ainda maiores: uma revisão publicada em março de 2022 na revista médica *The Lancet* estimou a mortalidade da covid-19 entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021 em 18,2 milhões, contra os 5,94 milhões divulgados oficialmente. Foram analisados relatórios de mortalidade por todas as causas de 74 países, incluindo o Brasil. De acordo com os pesquisadores envolvidos, a diferença entre o número de mortes registradas por todas as doenças e o número esperado com base em tendências anteriores foi muito maior nesse período, indicando uma subnotificação alarmante. Os autores do estudo apontaram, ainda, que a covid-19 não é necessariamente a causa direta do excesso de mortalidade, o aumento geral dos óbitos também é reflexo da ação indireta da pandemia, como, por exemplo, a sobrecarga nos serviços de saúde, a interrupção do tratamento de doenças crônicas e as mortes fora do ambiente hospitalar (Wang *et al.*, 2022).

As pesquisas recentes no campo da saúde e dos processos de saúde-doença utilizam o conceito de mortes evitáveis para aquelas que podem ser prevenidas a partir de políticas públicas de alcance populacional, por ações e serviços de saúde ou por mudanças no estilo de vida. A Nota Técnica Alerta Covid-19 ao apresentar o estudo “Mortes Evitáveis por COVID-19 no Brasil” partiu da concepção pragmática de duas das três dimensões preventivas: evitáveis por políticas públicas de alcance populacional e por ações e serviços de saúde. Para os autores:

Ao recusar o enfrentamento da COVID-19 em nome da ‘saúde’ da economia, o governo federal se tornou cúmplice de mortes que poderiam ter sido evitadas e não logrou reverter a recessão econômica. Essa escolha política nos conduziu para uma situação na qual não dispomos de políticas efetivas contra a COVID-19, nem obtivemos melhorias nas taxas de emprego e renda (Werneck, *et al.*, 2021, p. 5).

O estudo apontou que cerca de 120 mil mortes, no período de março de 2020 a março de 2021, poderiam ter sido evitadas se as respostas do governo federal tivessem sido baseadas na ciência, na adoção de bloqueios de transmissão e uma melhor organização dos serviços de saúde (Werneck *et al.*, 2021). Em seu depoimento à CPI da covid-19, Pedro Hallal afirmou que, se o Brasil tivesse mantido a média mundial de mortes no primeiro ano de pandemia, poderia ter evitado cerca de 400 mil mortes. O negacionismo e a anticiência comprometeram a efetividade das ações e contribuiu para a morte de milhares de pessoas, especialmente entre os povos indígenas, a população negra e pessoas de baixa renda (Horta *et al.*, 2020).

O Governo Bolsonaro optou conscientemente por uma política de Estado pautada na morte. As respostas à emergência da covid-19 acenderam o debate nas ciências humanas em torno do conceito de necropolítica, cunhado por Achille Mbembe⁷ (2023), para pensar as relações de poder, vida e morte na contemporaneidade. Pensar a condução da pandemia no Brasil a partir do conceito de necropolítica permite entender que todas as ações e omissões do governo não foram desconexas, eventuais, irracionais ou excepcionais, elas foram coerentes com sua intenção de decidir quem é essencial e quem é descartável na engrenagem do sistema econômico. Exerceu a soberania, tal como definida por Mbembe (2023):

⁷ Teórico camaronês que propõe o estudo do contexto mundial contemporâneo a partir das margens.

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação de poder (Mbembe, 2023, p. 5).

Para Mbembe (2023), essa forma de soberania tem a morte como constituinte das normas do espaço político contemporâneo, que, por sua vez, não devem ser confundidas como fragmentos de insanidade. Nesse sentido, no momento em que o Governo Bolsonaro decide “salvar a economia”, ele também decide quem deve morrer e torna-se, assim, responsável pela morte de mais de 700.000 pessoas no Brasil.

Mbembe (2023, p. 71) aponta que a noção de biopoder “é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte” e propõe o conceito de necropolítica para pensar as estruturas sociais e políticas, em que o “fazer morrer e deixar viver” de determinados corpos tornam-se aceitáveis, e a morte passa a ser regra, especialmente nas políticas de Estado. Assim, não é apenas o controle da vida que está em jogo na necropolítica, mas a própria gestão da morte, expressa na decisão de quem deve ou não ser exposto a ela.

“Agora nós vamos acabar?”: Respostas que vêm da *margem*

Desde a invasão da Terra⁸ que hoje conhecemos como Brasil, os povos indígenas vivem na *margem*. Para bell hooks (2019), estar na *margem* é ser parte vital e necessária do corpo principal e, mesmo assim, não ser reconhecida como parte do todo.

Foi essa marginalidade que considereí como um lugar central para a produção de um discurso contra-hegemônico que não se encontra apenas nas palavras, mas nos hábitos de existência e de vida. Assim, eu não estava

⁸ Para os povos indígenas Terra com T, não é apenas espaço físico ou solo, é também corpo, subjetividade, cultura, memória, coletivo de seres humanos e não humanos.

falando de uma marginalidade que alguém quisesse perder – da qual quisesse se livrar ou se afastar à medida que se aproximasse do centro –, mas sim de um lugar onde se fica, e até mesmo ao qual se apega, por alimentar a sua capacidade de resistência. Essa marginalidade oferece a uma pessoa a possibilidade de ter uma perspectiva radical a partir da qual possa ver e criar, imaginar alternativas, novos mundos (hooks, 2019, s/n).

É a partir da *margem*, enquanto lugar de resistência, que os Apinajé respondem às emergências sanitárias e, sobretudo às emergências territoriais a que são submetidos. Para os povos indígenas, de modo geral, a pandemia agravou a política anti-indígena do Governo Bolsonaro. Uma política de favorecimento da invasão dos territórios indígenas, somada à omissão na construção de ações eficazes de enfrentamento à pandemia, a negligência na proteção dos trabalhadores e usuários do Subsistema de Saúde Indígena contribuíram para o agravamento dessas violações (APIB, 2020). Nesse contexto, a luta indígena pela proteção do território é permanente, a pandemia, além de acrescentar um novo elemento, o vírus, intensificou os que já existiam.

Ribeiro Apinajé *et al.* (2020, p. 8), inspirados pela noção de *ethnostress*, nomeiam “o conjunto de experiências negativas no contexto da pandemia de COVID-19 pelos *panhĩ*, de *stress pandêmico*”. De acordo com os autores, *ethnostress* é um conceito elaborado por Antone Hill e Myres (1986, p. 3 *apud* Ribeiro Apinajé *et al.*, 2020, p. 8), que diz respeito à “experiência negativa que [os povos originários] sentem ao interagir com membros de diferentes grupos culturais”. Esse conceito, segundo os autores, foi retomado pela filósofa indígena Barbara Cassidy (2002, *apud* Ribeiro Apinajé, 2020), que, ao discutir a situação dos povos originários do Canadá, apresenta uma dimensão de resistência presente no *ethnostress*, para além dos sentimentos negativos.

Dessa forma, os autores *Panhĩ* propõem a noção de *stress pandêmico* para narrar os “efeitos individuais e coletivos do fato de que a existência em nosso território está sob constantes ameaças dos *kupẽ* (não indígenas), sejam eles nossos vizinhos do dia a dia, ou moradores de terras distantes, destacando nossas respostas de luta e seu potencial transformador” (Ribeiro Apinajé, *et al.*, 2020, p. 9).

Entender a emergência sanitária e o *stress pandêmico* como potencializadores da emergência territorial permanente implica na compreensão de que as respostas *panhĩ* à covid-19 fazem parte de uma cosmopraxis ancestral que se atualiza nas lutas contemporâneas. As respostas de enfrentamento da covid-19 dos Apinajé não são construções apenas do “tempo do agora”, logo não podemos dissociá-las de todas as respostas e enfrentamentos nesses 523 anos de invasão. Portanto, podemos considerar que as respostas *panhĩ* à covid-19 têm início antes mesmo da pandemia. A luta contra o SARS-CoV-2 se mistura e se confunde com as lutas contra o Estado, o racismo, o genocídio e o ecocídio. São lutas pela Terra e toda vida que ela comporta.

A (re)ativação da organização dos *Pẽp* (Guardiões), que deu origem à resposta efetiva dos Apinajé no enfrentamento da covid-19, teve início em meados 2015, quando os *Panhĩ* enfrentavam outra emergência em seu território, o alcoolismo.

Os *Pẽp* são considerados os grupos de Guerreiros ou Guardiões Apinajé, responsáveis pela proteção do território e do povo Apinajé (Nimuendaju, 1983; Damatta, 1976; Giralдин, 2000). Na visão dos Apinajé,

⁹ Raquel Rocha (2012) discute a temporalidade Apinajé a partir das noções de “tempo do primeiro” e “tempo do agora”. Segundo a autora, para os Apinajé a noção de tempo não implica uma mudança no sentido de desenvolvimento progressivo, mas de um “novo tempo”, onde o passado e o presente coexistem, ou seja, “nas palavras dos Apinajé é a coexistência entre o tempo do primeiro e o tempo de agora” (Id., 2012, p. 265). O “tempo do agora” refere-se ao tempo contemporâneo e “tempo do primeiro” a tempo ancestral (Rocha, 2012).

eles também são responsáveis por fortalecer a cultura, pois a formação dos *Pěp* ocorre a partir do ritual *Pěpkaàk* que marca a transição da infância para vida adulta. Para Ribeiro Apinajé (2019), atualmente entre os Apinajé ocorre apenas vestígios do ritual de *Pepkaàk*, nos modos presenciado por Nimuendajú (1983) na década de 1930. Segundo as etnografias e os próprios *panhĩ*, o ritual presenciado pelo etnólogo alemão foi o último realizado, mas isso não implicou no desaparecimento dos *Pěp*.

O ritual nos anos 1930 era realizado com um intervalo de 10 anos, mais ou menos, dividido em duas fases, podendo durar até um ano. Tinha início com a escolha, em segredo, de dois instrutores encarregados de transmitir as histórias, cantos, artesanatos, pinturas e medicina Apinajé aos novos guerreiros. A transmissão dos saberes e cultura *panhĩ* ocorrem durante longos períodos de reclusão na mata (Nimuendajú, 1983).

Assim, a formação dos jovens guerreiros ocorre na medida em que se transmite no corpo do território saberes ancestrais para torná-los “hábeis na área da medicina (como um *wajaga* [xamã] que trabalha com plantas medicinais), um grande cantador, um especialista nas artes das pinturas corporais, dos artesanatos, um excelente caçador, um corredor, um contador de histórias e mitos ou uma excelente liderança” (Ribeiro Apinajé, 2019, p. 61), e os tornam também parte inseparável do território, formando um *corpo-território* (Xakriabá, 2018).

A formação dos Guardiões é um momento particular de produção da pessoa Apinajé: ao se organizarem como grupo, compartilhando, dia após dia, intensamente, o espaço onde se reúnem e estabelecem as barreiras, eles se constroem, mutuamente, como Guardiões da comunidade. A luta em que atuam é uma luta de todos e a construção do corpo guerreiro fortalece o corpo dos parentes de forma geral, pois protege o território (Ribeiro Apinajé *et al.*, 2023, p. 24).

Os *Pěp* são, nesse sentido, guardiões do *corpo-território* do povo Apinajé, da própria existência *panhĩ*. As respostas às emergências territoriais e sanitárias na contemporaneidade têm formado as novas gerações de *Pěp*. Edmar *Krākēnh*, *Pěp* da nova geração, afirma que eles estão “passando pelo mesmo processo (de formação), mas não como nossos antepassados”.

No texto “Luta, vida e pandemia na Terra Indígena Apinajé” (Ribeiro Apinajé *et al.*, 2020), os autores relatam que, em meados da última década, perceberam que estavam perdendo o controle sobre a entrada e o consumo de bebidas alcoólicas nas aldeias, os casos de agressões verbais e físicas se acumulavam, quebrando os ritos nas relações interpessoais. Foi quando um grupo de aproximadamente cinquenta jovens, adolescentes e alunos da Escola Estadual Indígena *Mātyk*, na aldeia mãe São José, se reuniram por iniciativa própria para debaterem sobre o consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Esse episódio foi o preâmbulo do que seria a nova geração dos *Pěp* (Ribeiro Apinajé *et al.*, 2020).

Diante da ameaça à proteção territorial e cultural imposta pelo alcoolismo, os *měnywjaja* (jovens) se organizaram e responderam coletivamente a essa emergência por meio da (re)ativação dos *Pěp*. Com o apoio das lideranças, os *Pěp* estabeleceram barreiras, inicialmente na aldeia São José, nas áreas de acesso às aldeias, para restringir o acesso e o consumo de bebidas alcoólicas no interior das aldeias, iniciando o uso de uma estratégia que também seria adotada na pandemia, com a criação das barreiras sanitárias. Cabe ressaltar que todas essas primeiras movimentações e organizações de combate ao alcoolismo não contaram com apoio e recursos dos órgãos públicos (Ribeiro Apinajé *et al.*, 2020).

Durante a pesquisa de campo, promovemos uma roda de conversa com os *měnywjaja* (jovens) e os *pigêxjaja* (velhos) da aldeia *Pyka Méx* sobre

as experiências no enfrentamento da pandemia de covid-19. Rita Apinajé, artesã e liderança feminina, falou dos sentimentos e as primeiras atitudes dos *Panhĩ* ao saberem das primeiras notícias sobre a doença:

Os Guardiões e Guardiãs estão falando sobre essa doença que eu não sei de onde ela veio para nós e para o mundo inteiro. Não é só a doença, porque a gente via na televisão o povo morrendo, morrendo e nós pensamos: ‘agora nós vamos acabar, porque os *kupẽ* são muito, mas nós somos pouco’. Eu via que morria não sei quantas pessoas por dia e nós vamos ficar como? Porque é um perigo, toda hora os *kupẽ* quem sabe se já veio com essa doença para entrar (na aldeia). Meu irmão Joel, que é o cacique, já pensou logo em fechar essa estrada que entra para cá. Foi longe (a doença estava longe) que a gente ficou sabendo, quando pouco já estava em Araguaína e tão pouco em Tocantinópolis, e pensamos: ‘agora está perto’. Aí não, nós vamos colocar segurança, se de repente alguém entra com essa doença, como que a gente vai ficar?

A sensação de *stress pandêmico* transformado em potência de luta provocou uma intensa mobilização coletiva para impedir a entrada do vírus na Terra Apinajé (Ribeiro Apinajé, *et al.*, no prelo). Em conversa com os *mẽn̄ywjaja*, Oscar *Wahẽm* refletiu sobre a chegada da pandemia e as possibilidades de ação a partir da *margem* para conter o vírus:

Com a chegada da pandemia a gente viu que estava só. Não era só a comunidade da Prata, mas todas as comunidades, então a partir daí incentivamos e tivemos a ideia de colocar os *Pẽp* para controlar o fluxo, porque aqui um entrava e saía sem ter esse cuidado. Então, a pandemia nos trouxe surpresa, e graças ao nosso resguardo com essa forma de organizar, montar um grupo para poder criar barreiras para poder monitorar quem está vindo e quem está indo para aldeia para não trazer a contaminação para o povo.

A primeira barreira sanitária instalada foi na aldeia *Pyka Méx*. Joel ressaltou que os *Panhĩ* sabiam que o território era área de risco, pois está localizado próximo à cidade e à beira da Rodovia TO-210, regiões de fácil acesso para invasores. No dia 20 de março de 2020, nove dias depois da

declaração da OMS de que vivíamos uma pandemia, a barreira sanitária da aldeia *Pyka Méx* foi implantada de forma autônoma e independente de qualquer ação dos órgãos públicos. Ao relatar o processo de implantação da barreira sanitária, Joel disse: “Nessa organização, nossa associação estava à frente, e eu como presidente pensei: ‘como que nós vamos trabalhar com esse grupo agora?’”.

A associação *Pyka Méx* estava na fase final de execução de um projeto de fortalecimento territorial, cultural e ambiental do Programa DGM Global (*Dedicated Grant Mechanism for Indigenous Peoples and Local Communities*) e, com isso, conseguiram apoiar o início das ações de enfrentamento à covid-19. Joel relatou que “como a Associação tinha cada vez mais parcerias com outras instituições, quando saiu o edital do Fundo Casa, nós escrevemos um projeto e com isso fomos mantendo essa barreira e os Guardiões”. O projeto em questão foi elaborado especificamente para manutenção das atividades dos Guardiões, com o título “Guardiões e Guardiãs Apinajé da aldeia Prata”.

Na aldeia *Pyka Méx*, os Guardiões e Guardiãs são divididos em três grupos e cada grupo possui um líder responsável por coordenar as atividades. Dionísio, um dos líderes dos Guardiões, esclarece que a *cosmopraxis comunicacional* desse grupo vai muito além das atividades realizadas nas barreiras sanitárias:

Essa organização não foi criada por uma pessoa só, foi toda a comunidade. E quando chegou o tempo da pandemia a gente viu que entrava muita pessoa desconhecida e tomamos a decisão de criar a barreira para poder fechar a entrada para pessoas contaminadas não entrarem. *Mas não era só a doença, dentro do nosso território acontece muita coisa, como a bebida alcoólica que entrava muito e a gente não gostava.* Como nós jovens cada vez mais queremos aprender nossos costumes, nossa cultura, porque com isso a gente está fortalecido, seja na entrada da aldeia ou em qualquer outro movimento que a gente organiza. A gente mora muito perto da BR e qualquer pessoa passa e ficamos perto da cidade, é um perigo para gente. E fizemos os Guardiões

não só para ficar ali na entrada, a tem trabalho também, a gente organiza trabalhando na roça, se organiza aqui dentro da aldeia também, ajuda nas despesas (tarefas) do cacique. Isso foi ideia do cacique, porque tem várias reuniões que a gente recebe aqui e para uma pessoa só organizar é muita coisa, dentro da aldeia mesmo, pegar lenha, ajudar o cozinheiro, isso tudo é trabalho que os Guardiões vêm organizado (Dionísio, aldeia *Pyka Méx*, 2023, grifo nosso).

Dionísio e Marcelino ressaltaram a importância dos Guardiões e Guardiãs no fortalecimento dos Apinajé, do trabalho de pesquisa sobre o território, a cultura, a elaboração e escolha do símbolo que representa os Guardiões e Guardiãs da aldeia *Pyka Méx*. A escolha do símbolo deu-se a partir da reunião dos grupos de Guardiões para realizar pesquisas sobre o que representava os Guardiões dentro da cultura, e quem tinha “pintura boa” elaborou os desenhos, a comunidade escolheu o desenho do Marcelino. É importante perceber, a partir da fala dos dois Guardiões, que a camiseta com o símbolo elaborado por eles exerce uma função de memória, diferenciação e pertencimento dos Guardiões e Guardiãs da *Pyka Méx*:

E foi bom que criamos os Guardiões, que hoje a gente trabalha para fortalecer cada vez mais. Hoje em dia mesmo, a gente tem uma camiseta, a gente está trabalhando de acordo com essa camiseta. Além do trabalho que a gente faz de Guardião mesmo, a pesquisa também é um trabalho nosso, para gente conhecer nosso território, proteger dos invasores, dos caçadores. Foi bom que criamos e a gente quer fortalecer isso (Dionísio, aldeia *Pyka Méx*, 2023, grifo meu).

Esse símbolo aqui não foi fácil para mim, porque tivemos que estudar muito. Esse símbolo aqui, o cocar quer dizer igual o Dionísio estava dizendo, *que os primeiros guerreiros são nossos velhos*, ele que usam esse cocar para ter mais força. Essa flecha aqui tudo mundo sabe, que é na nossa cultura, todos nós usamos, nós, o povo Apinajé usa para combater nos conflitos que tiver, principalmente nas mobilizações, porque é nossa cultura (Marcelino, aldeia *Pyka Méx*, 2023, grifo meu).

Figura 1: Líder de um dos grupos de Guardiões, Vanderlan, com a camiseta dos Pêp durante expedição de formação¹⁰



Welitânia de Oliveira Rocha (2019, p. 129), ao etnografar o tempo, a política e a chefia feminina no movimento das mulheres Apinajé, indicou que “as mulheres assim como os homens também são seres políticos e possuem elementos que qualificam sua participação na chefia e em toda estrutura política”. Corroborando a percepção da autora, a vivência em campo também apontou para uma participação efetiva e ativa das

¹⁰ Fonte: De autoria própria (2023).

mulheres desde a juventude nas lutas Apinajé. As jovens Guardiãs da aldeia *Pyka Méx* participam ativamente na organização, e um dos três grupos é composto e liderado apenas por elas. A atuação nas barreiras sanitárias surgiu por iniciativa voluntária. Fabrine, bisneta de Maria Barbosa Irepti¹¹, contou como foi a organização das jovens para compor a linha de frente das respostas à covid-19:

Eu não sou líder, mas participei de todos os momentos. Eu sempre fortaleci, presenciei e participei. Primeiro foram os homens que tiveram a ideia de ficar lá na entrada e deram o nome Guardiões, até que as coisas vinham acontecendo e nós tivemos a ideia de contribuir com os homens para ficar lá no meio junto. E foi muito bom, escolheram os líderes e as mulheres estavam lá também (entre os líderes). O cacique fazia reunião, dava as ideias, para fortalecer e continuar, *porque não era só por causa da doença, era por causa da nossa reserva, da Terra*. Os não indígenas sempre entram ali no rumo do cemitério e com isso foi dando a ideia para nós e fomos tentando. Os homens iam fiscalizar (os limites) e as mulheres ficavam lá na porta vigiando. Nessa pandemia também fizemos muita coisa, higienizava, igual o Dionísio falou tinha a bebida que a gente evitava de entrar. Até que evitou e não está mais entrando.

As falas das três jovens evidenciam que, para os Apinajé, a emergência sanitária nunca esteve dissociada da emergência territorial.

Durante os meses de março e abril de 2020, foram planejadas e implantadas outras barreiras sanitárias no território Apinajé. As barreiras tinham como principal objetivo controlar o fluxo de entrada e saída das aldeias. Foi estabelecido pelos *Panhĩ* que, por dia, haveria um limite máximo de 10 pessoas de aldeias diferentes para deslocar-se para a cidade. Essas pessoas eram identificadas com crachás e assinaturas de lista com data, horário de saída e chegada, esse protocolo era rigorosamente seguido pelos Guardiões e Guardiãs nas barreiras. Era

¹¹ Importante liderança Apinajé durante o processo de demarcação nos anos de 1980 e responsável por impulsionar a participação das mulheres Apinajé nas relações cosmopolíticas.

vetada a entrada de qualquer pessoa que não residisse nas aldeias. Além do controle do fluxo de pessoas, as compras realizadas na cidade eram todas cuidadosamente higienizadas antes de entrarem na aldeia. Os mais novos se disponibilizavam para realizar compras, pagamentos e saques de benefícios para os anciões na cidade, mantendo assim os grupos de riscos isolados e protegidos no território (Ribeiro Apinajé *et al.*, no prelo).

Todo planejamento dos protocolos a serem adotados, locais de instalação das barreiras foi realizado inicialmente a partir de reuniões entre as lideranças das aldeias, considerando as orientações e recomendações da OMS e os saberes do próprio povo. Depois do alinhamento e definição das respostas Apinajé, foram realizadas articulações com o polo base da Secretária Especial de Saúde Indígena (SESAI), da Fundação Nacional dos Povos Indígenas e a *Pempxá* (Associação União das Aldeias Apinajé) para definição do apoio e manutenção das barreiras. Organização semelhante ocorreu nas aldeias ligadas à aldeia-mãe Mariazinha. As prefeituras de Maurilândia e Tocantinópolis apoiaram as barreiras até meados de novembro de 2020. Maurilândia apoiou as barreiras das aldeias Botica e Barra do Dia, enquanto a de Tocantinópolis, as barreiras da São José e Bacabinha, com o envio semanal de alimentos, água, álcool em gel, álcool líquido 70%, luvas, água sanitária, detergente, sacos de lixo e gasolina. A barreira da *Pyka Méx* foi mantida integralmente pela própria comunidade e a Associação *Pyka Méx* (Ribeiro Apinajé *et al.*, no prelo).

Para os autores Apinajé (Ribeiro Apinajé *et al.*, no prelo), a mobilização para implantação das barreiras sanitárias ocorreu a partir da organização autônoma das próprias lideranças e da comunidade *panhĩ*. Em uma conversa com Oscar *Wahmẽ* sobre autonomia, ele explicou que autonomia para os *Panhĩ* é quando “decidimos fazer um moquém de arroz, de batata, de milho, tem ali é só você ir lá e trazer. É ter as nossas

coisas. Não é ‘vamos fazer um moquém, vamos precisar de cesta básica, disso, daquilo, fulano me arruma isso’. Isso não é autonomia”.

Nesse sentido, apesar da mobilização e planejamento terem sido feitos de modo independente dos órgãos públicos, a manutenção das barreiras da São José, Bacabinha, Botica e Barra do Dia dependia do apoio governamental. Com o fim desse apoio, essas barreiras foram desmobilizadas em meados de novembro de 2020, apenas a barreira da *Pyka Méx* se manteve autônoma desde o início. O funcionamento e os protocolos de controle foram sendo modificados de acordo com o andamento da pandemia.

Durante todo período de atividades das cinco barreiras sanitárias do território Apinajé, nenhuma contaminação foi registrada. Os primeiros casos entre os *Panhĩ* começaram a ser registrados em dezembro de 2020, no entanto, não houve nenhum caso grave ou óbito até o presente momento. Os conhecimentos ancestrais e a (re)ativação das memórias de lutas de outros tempos contribuíram para a efetividade das respostas *panhĩ* à covid-19. Apresentando uma resposta da *margem* à pandemia de Covid-19, os Apinajé não negaram sua ciência ancestral e nem a ciência dos *kupẽ*, eles uniram os conhecimentos em uma cosmopraxis capaz de imunizar seus corpos pela luta (Ribeiro Apinajé *et al.*, no prelo).

A ausência de casos graves que precisassem recorrer ao atendimento hospitalar demonstra que nossos corpos estavam “imunizados”, como disseram algumas pessoas, referindo-se não a intervenções biomédicas voltadas à prevenção do novo coronavírus, mas ao seu efeito de proteção relacionado, sobretudo, às ações comunitárias promovidas pelos *Panhĩ*. Foi através da luta que nos “imunizamos”, isto é, que resistimos ao vírus e às tantas ações dos brancos. Seguramos a entrada do vírus em nossas comunidades nos períodos mais tensos de propagação da pandemia nas cidades vizinhas, porque nossos corpos estavam em luta, protegidos pelo funcionamento das barreiras e pelas orientações dos guerreiros e dos

anciãos. Até agora a COVID-19 não matou nossos parentes, como ocorreu em outros tempos, ou no presente entre outros povos indígenas com os quais mantemos relações. Embora o medo, a ansiedade e outras ‘sequelas psicológicas’ tenham evidentemente seu viés negativo e não possam ser desconsiderados, não fomos passivos a estes acontecimentos. A nossa resposta ao *stress pandêmico* foi permanecer em luta por meio de estratégias de cuidado e proteção dos parentes e de nosso território. (Ribeiro Apinajé et al., p. 18, no prelo).

As respostas Apinajé à emergência sanitária iniciada em 2020, com a pandemia da covid-19, estão interligadas a tantas outras respostas e emergências vivenciadas pelos *Panhĩ* ao longo de sua história, em um movimento contínuo em que ora se evidenciam as emergências sanitárias e ora as emergências territoriais, mas que de forma alguma se separam. O ser *panhĩ* é fabricado no movimento coletivo de cuidado e proteção da Terra e de toda vida que nela habita.

Breves considerações (sobre)vivências

A compreensão das complexidades das respostas Apinajé à pandemia está intimamente relacionada, para nós, com as experiências de pesquisa de campo, que tiveram início logo após o pior período da pandemia, em março de 2022. Naquele momento, em quase dois anos de emergência sanitária, o Brasil já registrava mais de 650.000 mortos. Contraditoriamente ao cenário devastador que enfrentávamos à época, ao chegarmos em campo, encontramos um povo que não registrou nenhum caso grave ou morte em decorrência da covid-19.

Testemunhamos a complexidade e eficácia dos processos, estratégias, resguardos e medidas adotadas para enfrentar a emergência sanitária imposta pela pandemia, além de observar de perto a maestria com que os Apinajé conduzem as relações interétnicas. Pudemos ver, ouvir e sentir a potência da luta pela Terra diante da

necropolítica do governo anterior. Nesse contexto, a luta *Panhĩ* pela Terra e toda forma de vida que nela habita ecoa como um exemplo notável de resistência e sobrevivência. Esse sucesso reflete tanto a compreensão profunda do povo Apinajé acerca das práticas indígenas e não indígenas de saúde, quanto a habilidade desse povo em produzir e manter uma coesão social que se torna uma barreira protetora contra as ameaças impostas.

Aprendemos, portanto, que as ações organizadas pelos *Panhĩ* em defesa do território e da comunidade no “tempo do agora” são formas contemporâneas de atualização do ritual *Pēpkaàk*, realizado no “tempo do primeiro”. Essas ações serviram de espaços contemporâneos de comunicação intermundos e formação, a partir das trocas de experiências e histórias contadas pelos mais velhos (Ribeiro Apinajé *et al.*, no prelo). A habilidade dos Apinajé em combinar tradição com inovação, honrando a ancestralidade e, ao mesmo tempo, enfrentando os desafios contemporâneos, evidencia sua capacidade de (re)existência diante, mais uma vez, dos desafios e das memórias de sofrimento do passado que a pandemia reativou.

A realização de um ritual *Pēpkaàk* nos modos do que era realizado pelos “primeiros” é um anseio da comunidade atual. Porém, existe o entendimento de que as lutas contemporâneas exigem novos instrumentos que precisam ser incorporados por meio de uma comunicação intermundos, aliando os conhecimentos ancestrais *panhĩ*, com os conhecimentos apreendidos dos *kupẽ*, como, por exemplo, formação em direitos indígenas, cidadania e legislação ambiental. Perceber essa comunicação intermundos, com múltiplas vozes e múltiplos saberes, nos permitiu compreender a *cosmopraxis comunicacional* Apinajé como um conjunto de estratégias comunicacionais que engloba diferentes elementos como memória,

luta, território e corpo. Juntos, esses elementos potencializaram as dimensões de resistência em resposta ao *stress pandêmico* causado pela emergência sanitária da covid-19. Por meio deste conjunto de estratégias comunicacionais intermundos, os *Panhĩ* não apenas resistem às ameaças contemporâneas, mas também reafirmam sua identidade e sua relação intrínseca com a Terra. Enquanto o mundo pandêmico se pergunta como viver sob o risco da morte iminente, entre a ordem e a desordem, os Apinajé vêm dando a mesma resposta, mas de diferentes maneiras, há 524 anos: lutando.

Referências

ALMEIDA, Silva. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Nossa luta é pela vida! Covid-19 e povos indígenas**: O enfrentamento das violências durante a pandemia. Brasília, DF: APIB, 2020. Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB_nossalutaepelavida_v7PT.pdf

BREDA, Tadeu. (Org). **Bolsonaro Genocida**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

CARVALHO, Luis Miguel Levy. **Negacionismo instrumental**: oscilações do governo Bolsonaro entre ciência e anti-ciência. 2021. 82 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política., Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

CASTRO APINAJÉ, Sheila Baxy Pereira. *Meà e a luta contra o avanço do coronavírus entre os Apinajé*. **Articulando e Construindo Saberes**, [S.l.], v.5, p. e65254, 2020. Disponível em <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/65254>. <https://doi.org/10.5216/racs.v5i.65254> Acesso em: 10 dez. 2022.

CAVALCANTE, Thainara Ferreira. **Da Luta ao Luto**: um estudo etnográfico da cosmopraxis comunicacional dos *Panhĩ* (Apinajé) da aldeia Pyka Méx. Dissertação de Mestrado. Palmas: PPGCOM-UFT, 2023.

- CAVALCANTE, Thainara Ferreira; DEMARCHI, André; RIBEIRO, Thiago Allan. Apinajé: resistência e existência na Amazônia Legal. In: MIRANDA, Cynthia; SOUSA, Maíra Evangelista; CARVALHO, Carlos Alberto (Org.). **Vulnerabilidades, cultura, tecnologia e resistências na Amazônia** [livro eletrônico]. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2023. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/wp-content/uploads/2024/01/Vulnerabilidades-cultura-tecnologia-e-resistencias-na-Amazonia-Selo-PPGCOM-UFMG-2.pdf>
- CORREA XAKRIABÁ, Célia Nunes. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, 2018.
- DAMATTA, Roberto. **Um Mundo Dividido: A estrutura social dos índios Apinajé**. Ed. Vozes, Petrópolis/RJ, 1976.
- DEMARCHI, André. “Contra-narrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências”. In: MIRANDA, Cynthia Mara [et al]. SOUZA, Maíra Evangelista; CARVALHO, Carlos Alberto; LAGE, Leandro Rodrigues. (org.). **Vulnerabilidades, narrativas e identidades**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2020.
- DEMARCHI, André; PAZ, Adriana. Estamos morrendo de Covid-19, mas também de Covid-1500. In: Jácome, Phellyp *et al.* **Narrativas midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas**. Belo Horizonte, MG: PPGCOM/UFMG, 2021.
- HALLAL, Pedro Curi *et al.* EPICOID19 protocol: repeated serological surveys on SARS-CoV-2 antibodies in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 25, n. 9, p. 3573-3578, set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/Vw6Ds5DLZH6qkH9NZs_pzbgv/?lang=en. Acesso em: 01 dez. 2021.
- HOOKS, bell. A margem como espaço de abertura radical. In: HOOKS, bell. **Anseios, raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Editora Elefante, 2019. s/p.
- HORTA, Bernardo *et al.* Prevalence of antibodies against SARS-CoV-2 according to socioeconomic and ethnic status in a nationwide Brazilian survey. **Rev Panam Salud Publica**, [S.l.], v. 44, p. 1-7, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52948/v44e1352020.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 11 dez. 2022.

Human Mortality Database (2023); World Mortality Dataset (2023) – Excess mortality during the Coronavirus pandemic (COVID-19). **Our World in Data**, 2023. Disponível em: <https://ourworldindata.org/excess-mortality-covid#citation>. Acesso em: 15 mar. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Terra Indígena Apinayé. **Terras Indígenas no Brasil**, 2022. Disponível em <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3584>. Acesso em: 14 dez. 2021.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Vandson. João. Meneses. **Inação, omissão e não-decisão: Os métodos e a política do Governo sob Jair Bolsonaro na pandemia da covid-19**. 2022. (Dissertação de mestrado). Escola de Políticas Públicas e Governo, Fundação Getúlio Vargas, Brasília, DF, 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2023.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Os Apinayé**. Belém, PA: Museu Emílio Goeldi, 1983.

OLIVEIRA, Luciana *et al.* Pensar a comunicação intermundos: fóruns cosmopolíticos e diálogos intepistêmicos. **Galáxia**, São Paulo, n. 46, p. e47910, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/9MXqXf3nd5BNH3VpDjcwR7b/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

OLIVEIRA, Luciana. Cosmopraxis Comunicacional dos Povos Indígenas Kaiowá e Guaraní: Resistência e Lura por Visibilidade. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S.], v. 19, n. 33, 2020. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/615>. Acesso em: 12 de nov. 2022.

OLIVEIRA, Luciana. Na aldeia, na mídia, na rua: reflexões sobre a resistência Kaiowa e Guaraní em diálogo com contexto de golpe político no Brasil e com o campo hegemônico da comunicação. **Revista Mídia e Cotidiano**, [S.], v. 12, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9865>. Acesso 20 mar. 2023

- OLIVEIRA, Luciana. Etnografia, pesquisa multissituada e produção de conhecimento no campo da comunicação. **Questões Transversais** – Revista de Epistemologia da Comunicação, [S.l.], v. 5, n. 10, 2017. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/15735>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Who Coronavirus (COVID-19) Dashboard. **WHO**, 2023. Disponível em: <https://covid19.who.int/more-resources> Acesso em: 10 mar. 2023.
- RIBEIRO APINAJÉ, Júlio Kamêr. **MÊ IXPAPXÂ MÊ IXÂHPUMUNH MÊ IXUJAHKREXÂ: território, saberes e ancestralidade nos processos de educação escolar PANHÍ**. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2019.
- RIBEIRO APINAJÉ, Júlio Kamêr *et al.* Luta, vida e pandemia na Terra Indígena Apinajé. **Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19**, [S.l.], v. 1, n. 7, 2020. Disponível em: www.pari-c.org. Acesso em: 15 set. 2022.
- RIBEIRO APINAJÉ, Júlio Kamêr *et al.* **Imunização pela Luta: os Guardiões Apinajé e a pandemia de COVID-19. (No prelo)**.
- ROCHA, Raquel (2012) **O “tempo do primeiro” e o “tempo de agora”**: Transformação social e etnodesenvolvimento entres os Apinajé/TO. 2012. Tese (Doutorado) – I IFCH, UNICAMP. Campinas, 2012.
- ROCHA, Welitânia de Oliveira. **O movimento das mulheres indígenas Apinajé: tempo, política e chefia feminina**. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em vias de extinção (parte II). **Revista Mana**, [S.l.], v.3. n. 2, p. 103-150, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/LNRkjYm6krSRbSfSFW49NLL/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 19 fev. 2023.
- SANTOS, João Vitor; PRADO, Thiago. Coronavírus: quando estar no mesmo mar, não é estar no mesmo barco. Site Alma Preta. **Alma Preta**, 2023. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/coronavirus-quando-estar-no-mesmo-mar-nao-e-estar-no-mesmo-barco> Acesso em: 01 abr. 2023.

SILVA, Aline Rodrigues Moreira da. **Trabalho doméstico na pandemia**: Um estudo sobre as múltiplas violências e seus aprofundamentos nas vidas de trabalhadoras em tempos de crise. 2020. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4056/405655387023/405655387023.pdf>

WANG, Haidong *et al.* Estimating excess mortality due to the COVID-19 pandemic: a systematic analysis of COVID-19 related mortality, 2020-21. **The Lancet**, [S.l.], v. 399, n. 10334, p. 1513-1536, 2022. Disponível em: [https://www.thelancet.com/article/S0140-6736\(21\)02796-3/fulltext](https://www.thelancet.com/article/S0140-6736(21)02796-3/fulltext) Acesso em: 19 abr. 2023.

WERNECK, Guilherme Loureiro *et al.* Mortes Evitáveis por COVID-19 no Brasil. Junho de 2021. **Oxfam**, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/especiais/mortes-evitaveis-por-covid-19-no-brasil/> Acesso em: 16 abr. 2023.

2

METODOLOGIAS EM TORNO DO ATL: CARTOGRAFIA, JORNALISMO E ATIVISMO

Daniel Farias

Elton Antunes

Yasmin Gatto

Nossas biografias certamente estão implicadas nos modos que escolhemos para conhecer o mundo. Yasmin Ribeiro Gatto Cardoso, doutoranda no Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desenvolve hoje a pesquisa “Mudanças e fraturas na inteligibilidade jornalística e a mobilização dos povos originários na luta pelo território no Brasil: disputas, aproximações e tensões de uma cobertura”. Daniel Oliveira de Farias, doutorando no Programa de pós-graduação Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), investiga “Fluxos ativistas e territórios: afetos e repertórios na configuração comunicacional de ativismos no Brasil”. Ambos, em seus trabalhos, dentre diferentes procedimentos de pesquisa, apontam um ponto de intercessão fundamental para a reflexão que têm proposto realizar: o Acampamento Terra Livre (ATL).

O ATL, que levou à criação da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), é considerado o maior encontro indígena das Américas e tem como objetivo principal reivindicar os direitos desses povos, fortalecer a luta pela demarcação de terras e promover a valorização das culturas indígenas. Com 20 anos completados em 2024, o ATL é um espaço de mobilização política e articulação entre as diferentes etnias indígenas, em que são discutidas estratégias de resistência e fortalecimento das comunidades. Também tem como papel fortalecer as redes de solidariedade entre os povos indígenas e outras organizações da sociedade civil.

O evento recebe a presença de diversas organizações não-governamentais, movimentos sociais e artistas que apoiam a luta dos povos indígenas e contribuem para a divulgação das suas demandas e reivindicações. Durante o evento, são realizadas assembleias, debates, manifestações culturais e atos públicos, que buscam chamar a atenção da sociedade e das autoridades para a situação dos povos indígenas no Brasil. Assim, além da produção de visibilidade, os acampamentos servem como espaços de construção de novas formas de organização social, onde as pessoas podem compartilhar suas experiências, trocar ideias e construir alianças.

Além de todos esses agentes e instituições, Yasmin e Daniel também estiveram participando do Acampamento em edições recentes. Yasmin Gatto é amazonense de Parintins, que cresceu às margens do Rio Amazonas e do Rio Macurany, sempre foi apaixonada pela festa do Boi Garantido e do Boi Caprichoso (festa com matriz predominantemente indígena) e é jornalista formada pela Universidade Federal do Amazonas. O baiano Daniel Farias, jornalista formado pela Universidade Federal da Bahia, tem descendência indígena do povo Fulni-ô. Estiveram no ATL como ativistas? Jornalistas? Pesquisadores? Os dois, de certa forma, tomam essa ação como objeto de reflexão epistêmica e lugar de invenção metodológica. A participação no Acampamento tem sido incorporada na investigação como uma imersão ativa nos processos e práticas de mobilização indígena. São, assim, dois trabalhos que articulam em torno dos povos indígenas reflexões caras à compreensão de diferentes aspectos tais como território e narrativas, seminais aos temas tratados pelo projeto Procad. Em 2022 e 2023, Yasmin e Daniel cursaram a disciplina “Desafios metodológicos para apreensão das experiências locais amazônicas”, oferecida em rede pelo projeto e que deu a eles oportunidade de mais uma interlocução em torno de tais questões. E é sobre como o ATL se organiza no espaço e territorializa a comunicação, de que maneira se constrói o lugar metodológico e a presença da pesquisa (e

dos pesquisadores) no acampamento, e como se articula a relação entre pesquisador/a, jornalista e ativista, que conversamos, Elton, Daniel e Yasmin, em agosto de 2024. O encontro online foi gravado e cumpriu um roteiro de questões previamente propostas pelos três pesquisadores nas experiências de pesquisa e discussões desenvolvidas na disciplina.

ELTON - A participação do pesquisador e da pesquisadora no “Acampamento Terra Livre” (ATL) é metodologicamente incorporada na investigação como uma imersão ativa nos processos e práticas de mobilização indígena. Durante o ATL, vocês não apenas observam. No caso de Daniel, também participa ativamente na produção de textos, imagens e audiovisuais. Vocês dois, além de engajarem-se com as manifestações, debates e discussões que compõem o evento, passam a fazer parte daquilo que Daniel chamou de fluxos comunicacionais que articulam afetos e territorialidades na configuração dos ativismos indígenas contemporâneos no Brasil. Afinal, as pesquisas de vocês estão incorporadas nesses fluxos?

DANIEL - Pensamos nos ativismos políticos como fluxos, enquanto fluxos ativistas [ver Farias; Gomes, 2021], como uma transformação da experiência comunicacional contemporânea. Não podemos mais tratá-los da mesma maneira como já foram abordados em outros momentos, especialmente entre a metade do século 20 e o final do mesmo século. O que marcava o estudo na comunicação era – e, em grande medida, permanece – uma relação com os meios e com a mídia. A experiência em fluxo demanda uma reorganização dos modos como a gente pensa metodologicamente as nossas pesquisas, pois não há uma separação entre a experiência cotidiana e os fenômenos de pesquisa, entre o que seria uma dimensão presencial e uma dimensão de fluxo nas plataformas nos sites, na internet, nos dispositivos móveis. Existe uma experiência comunicativa interconectada, como observa Jesús Martín-

Barbero a partir das reflexões sobre fluxos desenvolvidas nos estudos culturais por autores como Raymond Williams e Stuart Hall. E essa é uma interconexão constante entre a experiência no espaço, no território, e a experiência comunicacional.

Então, se nos usos das plataformas digitais e dos dispositivos móveis, em particular, e da internet, de maneira mais ampla, há essa constante interligação entre a experiência no espaço, no território, e a comunicação, é relevante, portanto, considerar essa dimensão metodologicamente ao conduzir os processos de pesquisa. O que muda na construção das nossas metodologias quando os fluxos comunicativos, na experiência e a produção de textos, de audiovisual, de imagens, os usos da internet articulam o espaço e o nosso ecossistema comunicacional? Acredito que é importante que os fluxos tenham centralidade em nossos estudos, incorporando-se à nossa investigação e sintonizando-se com os problemas que enfrentamos na relação com a comunicação contemporânea.

A experiência afetiva também desempenha um papel significativo nesse processo. O jornalismo, a produção audiovisual, as imagens e os textos e os usos das diversas plataformas digitais estão todos interligados no processo comunicacional, e os afetos não devem ser tratados como elementos separados do fenômeno de pesquisa. Em vez disso, devemos considerar como o pesquisador vivencia esses aspectos. Os anos 1990 são considerados, muitas vezes, um marco de uma virada afetiva no tratamento da cultura e da comunicação. Os afetos passaram, então, a ocupar um lugar central nas relações humanas, sociais e comunicativas. No entanto, é essencial que essa abordagem não se desconecte da experiência vivida pelo pesquisador.

Me parece que tratar as pesquisas separando o que é feito no espaço, quando, por exemplo, o pesquisador vai ao ATL, gera não apenas uma

arbitrariedade metodológica, como também uma desconexão com a própria experiência comunicacional contemporânea. Isso traz uma questão importante. Se a gente toma uma experiência como realmente relevante, definidora dos caminhos teóricos e metodológicos e analíticos das nossas pesquisas, é importante que os fluxos também tenham essa centralidade, e que a própria pesquisa se incorpore aos fluxos como um modo de não apenas estar sintonizada com os seus problemas de investigação, mas também como uma maneira contribuir e de agir no mundo. Seguir os fluxos e participar não tem só, portanto, uma dimensão do engajamento político, que também é presente e marcante, mas, sobretudo, se trata de um modo de encarar a comunicação que a reterritorializa e ressalta a importância da experiência nesse processo (Borges et al., 2023). E isso é, ao mesmo tempo, a dimensão afetiva na relação com os fluxos dos engajamentos, de como, por exemplo, o jornalismo, de fato, é vivido, produzido, consumido. Os afetos não podem ser tratados como um elemento que faz parte do fenômeno, mas não faz parte da relação do pesquisador com o fenômeno de pesquisa. E isso não só no meu caso, que tenho uma relação pessoal, familiar, de engajamento afetivo e político com o movimento indígena, mas também pesquisadores que não necessariamente tem uma relação tão próxima com os coletivos, com organizações de base indígena ou com o movimento indígena de maneira mais ampla.

YASMIN - Desde o ano retrasado, venho pensando em participar da ATL, uma manifestação significativa para os indígenas. Eles se reúnem no acampamento, unindo um grande número de pessoas e destacando a importância desse espaço. Com o tempo, percebi que o ATL ganhava relevância. A divulgação nas mídias indígenas também contribuiu para sua propagação. No entanto, ao comparar com a mídia tradicional, percebi que a intensidade da cobertura não era tão

expressiva quanto a gente gostaria que acontecesse. Minha motivação para participar estava relacionada ao recorte territorial e à luta pela Terra, questões centrais para os povos indígenas. Ao estar lá, observei a dinâmica do evento, esse ano foi a primeira vez que eu participei e achei fantástico. Tem uma reestruturação da forma como eu olho a minha pesquisa, o meu próprio objeto de comunicação. Havia uma programação bem definida, com ampla cobertura midiática e a presença de jornalistas. Como pesquisadora, não apenas como jornalista – eu também estive na parte destinada à imprensa – pude analisar as questões envolvidas. Minha experiência no ATL me fez enxergar de forma diferente. Embora imaginasse que o evento estivesse “bombando” nas redes sociais, percebi que a mídia tradicional não o retratava da mesma maneira. Para quem está de fora, talvez não pareça tão relevante quanto é para os envolvidos. Uma marcha gigante, muita coisa acontecendo e milhares de pessoas cobrindo. Gente de todos os lugares e quando você vai olhar da parte da mídia tradicional isso não é assim. Talvez eles não entendam aquilo como um evento tão gigantesco e importante. O ATL transcende o próprio evento. Ele congrega diversas questões e representa um momento crucial para os participantes. Essa perspectiva me proporcionou uma dimensão mais profunda do seu significado. Além disso, a dimensão territorial também é simbólica, unindo indígenas de diferentes regiões e biomas em Brasília.

ELTON - Como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e o ATL aparece na trajetória de vocês? Foi “apenas” como parte de um objeto de pesquisa? Em algumas investigações nas Ciências Humanas tenho a impressão que a pesquisa começa antes do estabelecimento formal do seu início. Quer dizer, há a formulação de um projeto, definição de instrumentos de pesquisa, submissão a comitê de ética etc., mas me parece que a investigação, inclusive com procedimentos

de observação, conversas, contatos e práticas diversas, tem início “antes” da pesquisa. Como vocês lidam com isto?

YASMIN - Quero aproveitar algo que o Daniel mencionou há pouco. Acho que uma das dimensões mais importantes do ATL é reunir esses diversos povos, de diferentes biomas, com suas próprias reivindicações. A luta ali é para mostrar o coletivo, e isso é crucial. Na pesquisa, ao longo do tempo, percebi mudanças desde o projeto inicial até o que ela é hoje.

Apesar de você ter mencionado no início da nossa conversa que sou do Amazonas, agora tenho uma visão mais ampla das lutas dos povos indígenas. A luta pela Terra é significativa, não apenas para os originários, mas para toda a humanidade.

O ATL em Brasília, capital federal, fecha todas as ruas, causando um caos. Isso nos faz entender um pouco do cotidiano dos indígenas que têm suas terras invadidas diariamente. Um dos objetivos do evento é cobrar alguma ação do governo e mostrar os principais problemas. O acampamento tem também uma dimensão comunicacional, que expõe essas questões para todos. Minha participação no ATL foi resultado de reflexões, conversas e leituras. Não foi uma ideia pré-concebida, mas sim um resultado de uma construção da pesquisa. Viver isso foi importante para mim, não só como pesquisadora, mas enquanto uma pessoa humana que está tentando entender o que tem acontecido com o planeta em sua mais recente crise climática.

DANIEL - Antes de participar pela primeira vez do ATL, eu já acompanhava as edições há alguns anos. Ouvia falar do ATL a partir de relatos de parentes. Diria, primeiro, que é uma experiência essencial e formadora, fundamental para compreender o movimento indígena. Ali é o principal espaço de articulação das lutas indígenas no país. Desde a minha primeira vez no acampamento, percebi essa dimensão. Foi como seguir um fluxo de engajamento afetivo e político que eu já vinha

construindo na relação com as coletividades indígenas desde o começo da pandemia da Covid-19. Também foi um encontro com os parentes do povo Fulni-ô, que faz parte da minha família paterna. Meu avô e meu tio avô são filhos do povo Fulni-ô. A pandemia trouxe um momento de contato com os parentes. Enviei mensagens, conversei pelo Instagram e WhatsApp. E algumas vezes essas conversas envolviam a mobilização política e as lutas. Mas também tinham uma dimensão de identificação. O ATL de alguma forma fortaleceu a reconexão da história da família com o povo Fulni-ô. Antes mesmo de ir à aldeia Fulni-ô, em Águas Belas, fui encontrar os parentes Fulni-ô no ATL. Esse momento presencial foi importante e fez parte desse mesmo processo.

ELTON - Eu tive a oportunidade de conversar com vocês em diferentes momentos pensando no desafio de inventar metodologicamente a pesquisa. O pensador Édouard Glissant, ao falar de uma criouliização das identidades, reflete sobre formas de “pensamento arquipélago”, assentadas numa poética da relação que nos convoca para um pensamento não sistemático, indutivo, que explora o imprevisto e contempla o que é ambíguo. Muitas vezes isso aparece como um contraponto a exigências de precisão, generalização, previsibilidade corrente ao se apresentar metodologias de pesquisa. O que a presença de vocês no ATL expressa desse movimento tateante do pensamento?

DANIEL - Eu não diria que é uma busca de precisão, nem necessariamente um tateamento completo. Acredito que seja mais um movimento de pesquisa cartográfico na investigação da nossa experiência comunicacional contemporânea. Como estava dizendo, ela reterritorializa os modos como pensamos na comunicação. A cartografia pode ser uma disciplina fechada, que toma os mapas como percursos pré-estabelecidos, mas também pode ser um modo de

explorar as relações da comunicação com o espaço e o território em reconfiguração.

Nossa experiência como pesquisadores é fortemente marcada pela vivência comunicacional contemporânea – e em todas as áreas, não apenas na comunicação. Somos atravessados, como Martín-Barbero (2009) explica, por um ambiente tecnocomunicativo conformado por fluxos de imagem, audiovisual, de informação, territorial. Há tensões e reconfigurações, ao mesmo tempo, da nossa experiência espacial e comunicacional nos usos de dispositivos móveis, de plataformas de mensagens, de redes sociais. São exemplos dessas tensões e mudanças os conflitos sobre a questão da imigração e dos territórios, no sentido das aberturas e dos fechamentos dos territórios, as formas de mobilidade e sociabilidade, da coletividade, do estar junto, as convenções dominantes de certos espaços e as formas como o ativismo político se organiza. Tudo isso vem mudando nos últimos anos.

Não podemos, então, separar essa dimensão da experiência concreta e cotidiana da construção da metodologia de pesquisa. É necessário rever certos procedimentos. E, nesse caso, a valorização da experiência cotidiana talvez não seja um tateamento, mas sim uma ênfase naquilo que é vivido. E também não tem um aspecto de precisão; há imprevistos, mas que dizem de um lugar afetivo, de engajamento político, da pesquisa como um lugar de compreensão e, ao mesmo tempo, de produção da realidade. No meu trabalho de pesquisa, tenho organizado quatro eixos para a construção de uma metodologia cartográfica dos fluxos ativistas.

O primeiro eixo é um mapeamento. Acho que é importante dar conta da dimensão do mapeamento na comunicação nesses termos da experiência contemporânea em fluxo. Como fazer o mapeamento dos fluxos comunicativos contemporâneos? Essa vem sendo uma questão

desafiadora. Tenho buscado definir o mapeamento no processo de pesquisa como a articulação da experiência do pesquisador, da experiência, do engajamento afetivo com os processos ativistas com os quais eu me envolvo, me engajo e pesquiso. A articulação das formas comunicativas, culturais e territoriais tem uma dimensão de mapeamento, de identificar essas formas, de mostrar como é que elas estão construindo relações e quais são as implicações dessas formas na experiência cultural, comunicativa e política do ativismo contemporâneo.

Outra dimensão, que tem a ver com a primeira, é a articulação das formas comunicativas. Então, não se trata somente de mapear e identificar as produções audiovisuais, as produções imagéticas, as produções textuais, as matérias produzidas por ativistas, como uma espécie de inventário dessas formas. Esse processo envolve articular as formas de ocupação do território a partir dos afetos, dos valores, das agendas políticas, dos interesses da perspectiva ativista. E isso está vinculado à contingência dos contextos culturais, sociais e políticos (Grossberg, 2018; Gomes e Antunes, 2019). Em vez de descrever, definir e fechar o que é o fenômeno, significa mostrar a contingência, as relações de poder, e abrir os contextos às possibilidades de mudança das relações de força e de hegemonia.

O terceiro eixo é construído como enquadramento, mas não é apenas um *framing* definidor de efeitos verificáveis, mas sim um modo como lidamos com as agendas políticas, disputas e heterogeneidades dos conflitos, o que, por sua vez, se conecta aos dois primeiros eixos enquanto produção de uma conjuntura política. E isso, por fim, se relaciona de maneira mais próxima ao quarto eixo, do plano, como determinada questão é enquadrada do ponto de vista comunicativo, cultural, territorial no processo ativo de disputa de hegemonia política. No caso do ATL, significa perguntar como vêm sendo produzidas, em

termos de afetos, territorialidades, formas imagéticas, audiovisuais, verbais, as lutas contra o genocídio indígena, pela demarcação de territórios e também outros problemas enfrentados pelos povos indígenas com a institucionalidade, como se dá essa disputa, quais são as agendas, em um determinado momento, urgentes. Então o enquadramento e o plano são importantes, elementos presentes no fenômeno, mas também parte de como eu analiso esse fenômeno a partir da articulação entre comunicação, cultura e política.

ELTON - Yasmin também esbarra nessa questão de enquadramentos, faz um movimento do material jornalístico para os profissionais e depois chega ao ATL. Como é que é que você está pensando isso?

YASMIN - A parte metodológica é uma das questões mais desafiadoras, atualmente, na minha pesquisa. Acho que é um desafio real pensar nisso. Tenho estudado desde a graduação, no mestrado, sobre a questão dos enquadramentos nos jornais, na mídia tradicional.

Agora, no doutorado, a ideia principal ainda era analisar os principais veículos. Mas decidimos olhar além dos quadros produzidos pelos jornais da grande mídia e observar a chamada mídia alternativa. Conversar com jornalistas também foi uma escolha importante. Não para dizer o que os profissionais deixam de fazer ou o que eles deveriam ter feito, mas para entender como percebem a dimensão da questão indígena. Também abordamos a comunicação indígena como um definidor de parâmetros. Então, é como se eu estivesse usando óculos para analisar os materiais a partir do ATL. Isso foi resultado de um processo metodológico, não apenas de uma análise bibliográfica e prévia. A dificuldade e o desafio metodológico surgem ao considerarmos o ATL como definidor de parâmetros. A partir das questões que definimos para recortar um conjunto de matérias, farei a análise. O que extrairéi das

conversas com os jornalistas também é relevante. Essa vivência no ATL me proporcionou uma nova perspectiva. Se eu não tivesse ido, a análise seria diferente. O que chamamos de inteligibilidade jornalística [ver Antunes; Gatto, 2024] não está apenas nos jornais ou no jornalismo. Ela também está nas ações dos povos originários e na comunicação feita por eles no acampamento, que é hoje a maior manifestação indígena do país. Esse parâmetro é fundamental para entender onde a questão indígena aparece na grande mídia e também na mídia alternativa.

ELTON - Daniel tem descendência indígena Fulni-ô. De que maneira aspectos identitários têm forjado os interesses de pesquisa em torno do Acampamento?

DANIEL - Já nos primeiros meses de distanciamento social, em casa, nas plataformas de redes sociais e de streaming, aprofundei o meu engajamento com as lutas dos povos indígenas, que foram especialmente atingidos por políticas violentas do governo federal, naquele momento o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. Me mobilizei com as lutas dos povos indígenas e procurei de alguma forma contribuir, como tantas pessoas e com muitas limitações naquele momento, para que as denúncias se tornassem mais visíveis e pudessem engajar mais pessoas. A situação era, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (a APIB) denunciou e ressaltou, uma “emergência indígena” Uma emergência pela situação dramática de diversas comunidades, mas também em um sentido de emergência, de mudança do estado atual das coisas, enquanto articulação de múltiplos sentidos, afetos, espacialidades e temporalidades em confronto no Brasil.

Nos meus afetos, há uma relação familiar com a identidade indígena que vem da família de meu pai, da parte de meu avô. Filho do povo Fulni-ô, ele cresceu entre Maceió e Palmeiras dos Índios antes de se mudar para Salvador. Minha bisavó nasceu na aldeia Fulni-ô, em

Águas Belas, em Pernambuco. Cresci sabendo que era descendente indígena, não apenas porque muitas pessoas identificavam em mim, na infância, um fenótipo associado aos indígenas (fenótipo, este, que não traduz a diversidade dos povos), mas porque tive a oportunidade de ouvir relatos e histórias de meu avô, de meu pai, e ter acesso às informações que me permitiram retomar a relação identitária com o povo, procurar, com a ajuda de diversos parentes, o meu tronco familiar na aldeia, uma vez que povo Fulni-ô se organiza também a partir dos seus troncos familiares, parentes diretos e outros parentes.

Na reformulação do projeto de pesquisa, eu e a minha orientadora, a professora Itania Gomes, decidimos pela ampliação dos fenômenos dos ativismos, tecendo os fluxos e as alianças afetivas a partir das formas comunicacionais de mobilização e confronto e das agendas políticas. Nesse percurso, me envolvi fortemente com as mobilizações indígenas, de casa, na pandemia, e nos momentos possíveis de alguma flexibilização do distanciamento social, participando, além das edições mais recentes, do Acampamento Terra Livre durante dois anos consecutivos, em Brasília, e também do ATL Bahia, em Salvador. Passei a colaborar com o coletivo Thul`ê Audiovisual, formado por parentes Fulni-ô, produzindo e editando o que venho chamando, de modo preliminar, de audiovisuais de mobilização e confronto no acampamento e em manifestações durante o ATL. Fui, então, sendo constituído por fluxos ativistas, como busco evidenciar em um trabalho cartográfico-analítico, contribuindo também na produção de formas comunicacionais de ativismo e repertórios comunicativos do confronto político. Esses processos vividos nos últimos anos, junto com a tese, têm sido transformadores para mim, individualmente, mas percebo também que há mudanças mais amplas ocorrendo com a força que as agendas de

luta indígenas vêm conquistando, em termos de visibilidade e, sobretudo, em presença e emergência no Brasil.

ELTON - Tenho impressão, olhando para as experiências de pesquisa de vocês, que quando vocês chegam no ATL ele é menos uma forma de resolver algum problema de pesquisa do que trazer novos problemas para as investigações. Diferente de uma ideia de pesquisa em que eu faço um desenho da investigação, vou ao campo e trago respostas, o que vocês trazem são novos problemas, ou uma reconfiguração do problema da pesquisa. Como a presença de vocês nos ATL gera material para a pesquisa? É uma “observação participante”? De que maneira, mais que observar, vocês veem de dentro essas iniciativas?

DANIEL - Quando participei da 18ª edição do ATL, em 2022, que teve como tema “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”, eu me dei conta que o ATL aconteceu em Brasília, mas não apenas na capital brasileira. Estava ocorrendo, ao mesmo tempo, nos sites, nas lives, nos perfis e nas diversas redes ativistas, assim como em aplicativos, em conversas nas praças, no transporte público, no compartilhamento de vídeos e imagens, nas marchas e danças tradicionais nas avenidas do Eixo Monumental, na ocupação do Complexo Cultural da Funarte. E em um grande espaço lá instalado para a realização de debates e plenárias, onde funcionou também (e geralmente é assim) o espaço da comunicação, com presença de comunicadores ativistas, jornalistas, assessores de imprensa. Com essa percepção, pude identificar mais concretamente que o ATL, como evento de protesto indígena, vem sendo marcado e conformado por fluxos comunicacionais e territoriais de afetos, informações, imagens e discursos – e nisso posso incluir os anos anteriores em que não aconteceu também em um espaço público da capital federal por conta

da pandemia da Covid-19. Como venho argumentando, a forma como o ATL ocorre evidencia aspectos essenciais das transformações da comunicação e dos ativismos políticos contemporâneos, sobretudo as relações entre ativismos, formas comunicativas e espaço.

Em 2022, o ATL teve uma programação intensa de discussões e manifestações com uma agenda que incluiu a defesa e a urgência da retomada dos processos de demarcação dos territórios indígenas e do combate ao garimpo nesses espaços, da preservação ambiental, da ampliação da presença de indígenas em espaços institucionais e de representação política, o combate ao Marco Temporal, como ficou conhecida a tese, em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), de que apenas seria possível demarcar como terras indígenas somente territórios ocupados em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição Federal, a chamada Constituição Cidadã.

Essa percepção preliminar sobre o ATL e demais eventos de protesto indígena me ajudou a introduzir o argumento central da tese: as formas de ativismo político vêm se transformando enquanto fluxos ativistas, que estão relacionados às novas formas de articulação entre a comunicação e o espaço enquanto território, acionando, reproduzindo e produzindo repertórios comunicativos do confronto político, envolvendo dinâmicas de poder que permeiam a cultura e a sociedade. No caso do ATL, esse processo acontece, em certo sentido, como uma continuidade temporal e territorial que torna o evento parte dos fluxos ativistas indígenas no Brasil. Procuo articular, então, os modos possíveis de conexão das formas culturais, comunicativas e territoriais que produzem repertórios para compreender o processo comunicacional que conforma o próprio ativismo enquanto fluxo.

YASMIN - O ATL funcionou para mim como definidor de parâmetros para uma pesquisa de campo. Nesse sentido, os fluxos

ativistas articulados em torno das práticas comunicacionais, numa aproximação ligeira, poderiam ser vistos apenas como apropriação e uso pelos indígenas de práticas e de estratégias comunicacionais já disseminadas socialmente, de maneira similar ao próprio acampamento. Como dizem Brunoro e Tannus, “o ATL, efetivamente, vai ao encontro de uma maneira organizativa própria dos brancos. É uma instância criada, de certa forma, para os brancos e em razão deles. Esses instrumentos, contudo, também são armas dos brancos que os indígenas domesticam a seu favor” (Brunoro; Tannus, 2020, p. 140).

A percepção de semelhança das práticas comunicacionais deve se fazer acompanhar então pela devida indicação a modos e elementos ameríndios que também configuram tais processos. Há uma espécie de forma acampamento da comunicação, relacionada a aspectos da cosmologia dos indígenas brasileiros, que é diversa e varia segundo cada grupo étnico, mas que se combina a partir de diferentes instâncias, como as relações de interdependência entre seres (humanos e não humanos), o reconhecimento da multiplicidade de mundos, o aspecto central da dimensão da ancestralidade, a conexão com ciclos e ritmos da natureza. Essa forma acampamento da comunicação se refere assim a uma reunião de práticas comunicacionais já existentes e distribuídas pelas distintas comunidades indígenas que se incorpora na realização do ATL, não apenas como evento, mas como acampamento comunicacional [ver Gatto; Antunes, 2023].

Uma das ideias centrais da pesquisa é tentar compreender a inteligibilidade jornalística sobre a questão indígena, tentando olhar para os objetos selecionados, a fim de enxergar como e onde a pauta dos originários aparece e quais são os “quadros” produzidos acerca do assunto. A opção de olhar também para a comunicação produzida pelos indígenas e participar do ATL como uma pesquisa de campo, serve para

construir uma espécie de “óculos da realidade”, onde a pretensão é olhar para os enquadramentos a partir, não só da análise de textos e entrevistas com os jornalistas, mas com uma perspectiva formada a partir desse campo social e empírico, no qual pretendemos definir quais são os enquadramentos centrais dos indígenas quando o assunto é o território. Como eles enquadram essa questão?

Não é objetivo do estudo traçar qualquer tipo de comparação entre a comunicação dos veículos que serão analisados com aquela produzida pelos veículos dos indígenas, mas observar algumas questões que eles julgam fundamentais quando se discute território. Até o momento, podemos afirmar que os principais quadros produzidos pelos originários sobre território giram em torno de: sobrevivência deles e da humanidade; combate ao garimpo, mineração e ao agronegócio; direito ancestral às terras.

ELTON - E como foi a experiência de participar no Acampamento em Brasília?

DANIEL - A ida ao Acampamento Terra Livre em abril de 2022 foi a minha primeira experiência de multidão após o início da pandemia de Covid-19. As restrições de distanciamento social e as medidas sanitárias, como o uso de máscara, começaram a ficar mais flexíveis. Lembro que, pela primeira vez em dois anos, vi pessoas sem máscaras em um ambiente fechado como o aeroporto. Desembarquei em Brasília e marquei de encontrar presencialmente com amigos que conhecia somente de forma online, através das mobilizações indígenas. Vinha acompanhando e participando de mobilizações indígenas online, como o próprio ATL do ano anterior, e acampamentos como Levante Pela Terra e Luta Pela Vida, ao mesmo tempo em que iniciava uma busca e um reencontro com os troncos ancestrais familiares. Logo que cheguei

ao acampamento, no primeiro dia de encontro, tive receio do contato com tanta gente no mesmo tempo e lugar.

Já no Complexo Cultural da Funarte, onde ocorreu o acampamento, ainda com a mochila nas costas, fui observar a tenda onde ocorreriam as principais atividades dentro do acampamento. O momento era de recepção das delegações dos povos que vinham de diferentes regiões, biomas e territórios. A organização apresentava o povo, que, em seguida, entrava na tenda tocando maracás, marchando e cantando as suas músicas tradicionais. Fiquei olhando, do canto da tenda, a entrada de um povo, que cantava uma música exaltando a “força da jurema” (“chegou, chegou, chegou, trazendo a força da jurema”), árvore sagrada para diversos povos indígenas do Nordeste, incluindo o povo Fulni-ô. Fui tomado por uma forte emoção e, em conjunto com tantas outras pessoas que estavam até aquele instante mais como observadoras, entrei realmente naquela roda grande que se formou e no próprio ATL.

Em outro momento marcante do ATL 2022, indígenas pintados da cor de urucum, do jenipapo e também de vermelho, do sangue, e do barro, da lama, protestaram em Brasília em uma manifestação de rua contra o garimpo em territórios indígenas. No encontro, formas culturais de manifestação de rua amplamente reconhecidas, a exemplo da marcha e dos cartazes de denúncia e de apresentação da agenda política, foram articuladas com outras formas conectadas ao principal tema definido: a situação dramática de indígenas nos territórios em que o garimpo estava atuando e destruindo, de violências físicas, ameaças, intimidações, ataques com armas de fogo, às violências institucionais, que ocorriam à luz do dia no Congresso Nacional e do Governo Federal, de tentativa de descriminalização da exploração de mineral nesses territórios. Representações de barras de ouro foram exibidas, em destaque, na marcha, carregadas por corpos enlameados. Foi um dos

momentos mais impactantes daquela edição do ATL, tanto pela urgência da situação dos povos ameaçados pelo garimpo quanto pelas diferentes camadas históricas daquele acontecimento.

Nas proximidades do Complexo Cultural da Funarte, na região central de Brasília, diversas pessoas que passavam buscavam compreender o que seria feito com aqueles objetos grandes e dourados ao lado das pessoas com argila no corpo. Para mim, que estava acompanhando a programação, pensei inicialmente que se tratava de um escracho. Nas manifestações de rua, a forma do escracho geralmente é um modo de surpreender (ou chamar a atenção) com uma performance impactante, aparentemente não prevista, de denúncia. Mas, em uma reflexão mais profunda, aquela forma do escracho do ATL, com as barras de ouro carregadas durante a marcha, aliada às danças indígenas, os cantos tradicionais de força, em sincronia com as palavras de ordem e os discursos dos representantes institucionais, recorrentes em manifestações indígenas, ganha múltiplas camadas afetivas e simbólicas, do ponto de vista da ocupação do corpo na rua e da forma de protesto, que podem nos levar a discussões importantes sobre a historicidade das formas de ocupação da rua em manifestações, em conexão com as lutas territoriais e a exploração dos territórios no Brasil.

O destino da marcha, que percorreu quatro quilômetros, foi o Ministério de Minas e Energia, na Esplanada dos Ministérios. Somente a existência da instituição com o foco no minério e na produção de energia, utilizada, sobretudo, pela indústria e para a exportação aos países mais ricos, já revela significados profundos sobre o papel do Estado, historicamente, na procura e exploração de recursos minerais, visando favorecer os modelos hegemônicos de desenvolvimento econômico e, muitas vezes, à revelia dos povos que vivem nos territórios. Enquanto as mineradoras tinham um ministério, os povos

indígenas sequer contavam com a Fundação Nacional do Índio (Funai) naquele momento. Durante um governo de extrema-direita, com um presidente que, antes da eleição, já proclamava o fim da demarcação dos territórios, que é a principal agenda do ativismo indígena, a marcha e o escracho em frente ao ministério buscavam expor a negligência em relação às invasões e violências do garimpo, o papel central do Estado brasileiro nesse processo histórico e, principalmente, proporcionar encontros de articulação ao convocar, mobilizar e sensibilizar mais pessoas para a aliança e o engajamento político com as lutas indígenas.

YASMIN - O Acampamento é um evento gigantesco, com várias coisas acontecendo ao mesmo tempo, inúmeras delegações acampadas e barracas com vendas de produtos indígenas. Em 2024, a estrutura foi um pouco modificada, pois além da plenária principal, onde os assuntos que abrangiam todos os povos eram abordados, várias outras aconteciam ao mesmo tempo. Havia uma programação prévia em cada uma delas, onde as principais discussões ocorriam sempre na plenária principal e as problemáticas mais locais eram discutidas cada uma em seu respectivo espaço. Todos os dias tinha uma intensa programação, com alguns atos fora (como as marchas) e também com programação cultural à noite.

O evento teve início oficialmente dia 22 de abril de 2024, mas as delegações começaram a chegar dia 21 de abril (domingo). Cada dia tinha uma temática diferente. Nos dias 22 e 23 de abril, eu não estava presente de forma presencial, apenas acompanhei o evento por meio das redes sociais e da mídia da própria APIB. Os temas foram respectivamente: “Resistência Indígena” e “Direitos Indígenas não se negociam”. A partir de quarta-feira, dia 24 de abril, comecei a acompanhar o evento de forma presencial (manhã, tarde e noite).

O dia 24 de abril foi marcado por discussões em torno de saúde, educação e meio ambiente na tenda principal. Na plenária sobre saúde e bem viver, a principal discussão feita foi sobre a saúde mental das populações indígenas no geral. Muitos dados foram apresentados, mostrando quais as principais populações que mais fazem uso de remédios psicotrópicos e onde há maior incidência de suicídio (jovens de 14 a 24 anos). Outro dado apontado na discussão foi que o maior índice de suicídio e ingestão de remédios psicotrópicos e bebidas alcoólicas ocorrem onde há maior incidência de disputa por territórios. É o que eles chamam de “guerra” por território. A violência contra as mulheres dentro dos territórios também foi outro destaque nas discussões. Além disso, a saúde dos povos indígenas LGBTQIAPN+ foi discutida, alguns deles fizeram falas sobre falta de assistência, doenças e exclusão dentro e fora de seus povos.

A quinta-feira foi o dia mais intenso de todos. A expectativa de todos os presentes no ATL, desde indígenas, participantes, pesquisadores e imprensa, era para o grande acontecimento a marcha “Nossa Marco é Ancestral. Sempre estivemos aqui”, que foi realizada à tarde e levou às ruas de Brasília 9 mil pessoas, juntando 8 mil indígenas e mais pessoas de outros movimentos sociais. Durante a manhã, várias plenárias foram realizadas e o principal tema do dia foi a questão do território.

Paralelo às atividades da plenária principal, também pude participar da plenária feita pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), que tinha uma tenda no acampamento e teve atividades durante todos os dias. No dia 25 de abril de 2024, a discussão principal foi a luta e a briga dessas mulheres indígenas por espaço de fala [ver Gatto; Antunes, 2022]. Várias delas falavam que elas não vêm para o ATL apenas para dançar e fazer apresentações quando solicitadas, elas vêm também para falar, para

decidir e que querem espaço para isso. Reivindicam tomar decisões juntos com os homens indígenas. Outro assunto abordado foi a violência doméstica, algumas mulheres relataram que sofrem violência de seus companheiros e que isso ainda é um tema tabu dentro dos territórios. As circunstâncias de violência são muitas vezes geradas pelo consumo de bebida alcoólica e a facilidade com a qual esses produtos chegam em suas terras, em geral levados por garimpeiros, e isso atrapalha em muito a convivência sadia em suas casas. Mais uma vez a associação entre violência e luta por território foi acionada pelas originárias. Fato interessante nesta plenária foi perceber que entre elas há algumas discordâncias, principalmente, em como gerir certas atitudes, mas sempre a indígena mais velha, a anciã é a primeira a falar e todas devem respeitar. Um consenso entre jovens e anciãs é que a violência contra elas deve acabar e que elas precisam estar inseridas nos espaços coletivos de decisão e de fala.

A marcha saiu do complexo Ibero-Americano e desceu até o Palácio do Planalto, reunindo todos os povos que estavam acampados e vários movimentos sociais. Um esquema de segurança bastante amplo foi montado tanto por parte dos indígenas quanto por parte da polícia do Distrito Federal. Um dos acordos de segurança foi que os originários não usassem “armas tradicionais” ao longo do percurso. Estavam presentes na marcha jornalistas de diversos meios de comunicação e várias mídias de iniciativas internacionais. Vários eram os veículos de som ao longo do ato, mas existia um carro de alto-falante principal com um rodízio de representantes indígenas que subiam para falar. Nada muito programado, mas todos os povos tiveram vez à fala. E, em sua grande maioria, as intervenções sempre pediam celeridade no processo de demarcação de terras e não ao PL 490 do Marco Temporal. Ao passar pela frente do Ministério dos Povos Indígenas, houve um

reconhecimento da importância deste feito para a causa, mas uma cobrança foi feita ao governo federal dizendo que não basta criar um ministério, as coisas precisam andar, principalmente no que diz respeito à demarcação de terras.

O presidente Lula também foi bastante citado ao longo da manifestação, cobrado por ações mais concretas, reconhecendo-se que o governo dele tem afeição pelas pautas indígenas, diferente do “governo genocida anterior”, mas que ele precisa ser mais firme nas decisões. Os indígenas não convidaram o presidente para participar, ele apenas recebeu algumas lideranças que entregaram uma carta-manifesto no fim da marcha.

Situação bastante curiosa foi que, ao longo da marcha, o aparato policial do Distrito Federal estava todo ativo, como se Brasília estivesse sendo sitiada por alguma força do “mal”. Todos os patrulhamentos foram escalados para fazer “a segurança” dos participantes do ato e também dos moradores, dos transeuntes e dos trabalhadores do planalto. Os indígenas não puderam usar suas armas tradicionais ao longo da marcha, mas a tropa de choque de Brasília, sim. Ao chegar na sede do governo a marcha se encerrou com várias manifestações, atos, falas e cantos indígenas [ver Brunoro; Tannus, 2020]. Foi a maior e a mais intensa manifestação de que eu já participei.

No último dia de ATL, algumas delegações já começaram a ir embora, principalmente àquelas de regiões mais distantes. Sem muita direção, andei pelas delegações, ouvi algumas reivindicações dos povos indígenas, participei da última coletiva de imprensa e também da plenária final. Destaco também as noites culturais do ATL, que foram recheadas de atrações indígenas em suas mais diversas áreas, desde poetas, cantores, dançarinos, rappers. Achei a diversidade incrível e uma forma da sociedade não-indígena também conhecer esses artistas.

ELTON - Que elementos vocês perceberam na comunicação indígena, que se articulam no ATL, como originais para repensar o modo como estudamos as práticas comunicacionais?

YASMIN - A comunicação feita pela Assessoria de Comunicação da Associação dos Povos Indígenas do Brasil é outra coisa que merece destaque e que pude observar de perto estando presente no ATL. A minha pesquisa também tentaria investigar a comunicação indígena feita pela associação, na qual eu também entrevistaria os responsáveis pela comunicação da APIB, mas por um impedimento dado por eles mesmos - alegando que tiveram apenas experiências ruins com pesquisas sobre eles - agora a participação é vetada. Mas aqui, na parte metodológica, apresento uma investigação que fiz analisando algumas mídias feitas por eles, mesmo sem conseguir entrevistá-los. A comunicação indígena busca por outra comunicação possível, uma tentativa de evidenciar que a construção da inteligibilidade jornalística da questão indígena deve passar pela comunicação que eles estabelecem e que cada vez mais é aprimorada. Me inscrevi como imprensa para ter um acesso mais direto e conseguir circular com mais facilidade, mas também para estar perto da assessoria de comunicação. Dias antes do ATL começar, recebemos um manual de boas práticas e de como deveríamos agir durante a cobertura. Os releases também chegaram e ao final do evento, os jornalistas tiveram acesso à uma série de informações sistematizadas, o que mostra organização e uma preocupação por parte dos comunicadores bastante responsável.

E como pensar a questão do território, decisiva na articulação do ATL, mas também estruturante na pesquisa de vocês?

DANIEL - A dimensão do território é importante também nessa ocupação do espaço, tanto no sentido do território físico como simbólico. É simbólico que o ATL aconteça em Brasília, unindo povos

indígenas de diferentes regiões, de diferentes biomas e com agendas políticas às vezes bem distintas, mas que ao mesmo tempo ocupam aquele espaço como uma forma coletiva de exercer pressão sobre o governo, de disputar valores, de engajar outras pessoas no movimento indígena e, ao mesmo tempo, articular a dimensão coletiva do movimento indígena. Isso eu acho fundamental. Em relação ao próprio acampamento, a minha primeira experiência foi na pandemia, um ATL remoto. O tema desse ano foi “demarcando telas”.

Tinha uma crise sanitária instaurada no mundo. Havia uma impossibilidade do encontro, uma necessidade do distanciamento social. Então senti a ausência dimensão presencial um problema geral daquele momento e que não passava necessariamente pela forma de ativismo ou pelo engajamento com o movimento indígena. Era uma questão sanitária. Mas quando ATL voltou presencial no passar dos anos da pandemia, participei em Brasília, mas também online, porque, como venho dizendo, a experiência comunicacional articula os usos das plataformas, a produção audiovisual e de informação e o espaço.

E, antes de participar estando também em Brasília, as transmissões me faziam me sentir parte daquele processo político. E isso ocorreu em outros eventos de protesto, como o Luta pela Vida e Levante pela Terra, que aconteceram em 2021, em um momento delicado da pandemia. Centenas de indígenas acamparam em Brasília porque a situação nas aldeias, de invasões, ameaças, negligência da Funai, falta de assistência de saúde, de demarcação, era muito grave. Alguns elementos específicos organizativos e da programação do que acontece no encontro, no território acabam se perdendo, porém, existem vários outros elementos que também fazem parte dessa experiência, que é o processo comunicativo em fluxo que não é definido pelo fato de estar, ou não, presente no espaço físico do acampamento,

mas também compartilhando, publicando, comentando nos perfis de coletivos ativistas, das organizações. Produzindo, em suma, uma rede de conexões ativistas em torno de um evento de protesto.

ELTON - Tendo passado por diferentes momentos nessa experiência do ATL, ele não é só um objeto que estava lá, não é só um referente empírico. Vocês estavam no ATL, fizeram parte. Do ponto de vista da afetação sofrida pelo pesquisador e pela pesquisadora, como é que vocês se sentem hoje?

YASMIN - Eu acho que mudou bastante coisa. Primeiro, eu voltei um pouco mais revoltada depois de estar ali. Quando a gente participa, percebe muitas coisas. Andei pelo acampamento, tentando absorver a experiência incrível de estar ali. Sempre comentei isso com Elton, mandando fotos e dizendo: “Gente, é gigante, está acontecendo um monte de coisas ao mesmo tempo”. Também há questões internas no movimento, algumas tretas, como dizemos. E a marcha foi gigantesca, uma das coisas mais incríveis que já participei na vida. Me emocionei várias vezes durante a marcha e no próprio acampamento. Os cantos, as delegações... tudo era lindo. Mas ao mesmo tempo, eu pensava: “Meu Deus, eles estão à beira da dizimação”. A luta pelo território é crucial. O capitalismo, a mineração... tudo isso está em jogo. Voltei mais indignada, porque é um outro modo de vida que as pessoas não entendem. As terras, por exemplo, são vistas como improdutivas, mas é uma dimensão que está muito além disso. Depois da marcha, me concentrei em analisar a cobertura da Folha de S. Paulo, que tinha jornalistas alocados no ATL para fazer a cobertura do evento e o resultado dessa minha pesquisa empírica foi de certa forma estarrecedor, porque a Folha falou muito pouco do acampamento que teve uma participação de 8 mil indígenas. Ou seja, tinham 8 mil originários acampados por dias na capital do país, reivindicando várias questões e a principal delas era a demarcação das

terras indígenas e uma cobrança muito forte ao governo federal para que algo fosse feito em relação a isso e para o maior jornal do país esse acontecimento não foi tão “relevante assim”, merecendo uma cobertura esvaziada e que não noticiava a magnitude do acontecimento. Na coletiva de imprensa, em que estive presente, pude perceber que as perguntas foram diferentes, aquelas que foram feitas pela mídia *mainstream* estavam focadas na política institucional. Parece que a importância de ter 8 mil indígenas acampados, reivindicando seus direitos e fazendo uma marcha gigantesca se diluiu na mídia. Reduziram isso a uma briga política, onde a discussão se voltou para o STF com o ministro Gilmar Mendes, que voltou atrás na decisão do Marco temporal. Aquilo que eu achei tão gigante, tão maravilhoso, tão incrível, foi reduzido a uma briga entre poderes.

DANIEL - Esse elemento que a Yasmin ressalta em relação à cobertura do jornalismo hegemônico é bem importante, pois recupera longas discussões no campo da comunicação no Brasil e na América Latina. De maneira mais ampla, vem sendo um paradigma, um problema que é recolocado de tempos em tempos: o quanto e como o jornalismo tem seu lugar de reiteração do próprio poder enquanto instituição na sua relação com a sociedade.

O jornalismo frequentemente busca definir o que é relevante, as chamadas questões objetivas e estabelecer uma posição em relação à institucionalidade e ao poder político. Ao mesmo tempo, há uma tensão temporal na experiência comunicativa contemporânea e, em especial, nos processos de ativismo em relação à produção do jornalismo. Esse modo de fazer jornalismo também lida com a constante produção que vem de dentro do ATL, que é construída cotidianamente durante o acampamento. Na minha experiência como ativista e pesquisador, isso fica explícito na relação com o jornalismo e o ativismo. Por exemplo, a

articulação do que acontece presencialmente com os diálogos e as redes formadas ao longo do ano. A cobertura das manifestações indígenas também lida com as violências nos territórios e disputa os valores dominantes do jornalismo hegemônico.

Se, como pesquisador, não separo a minha prática do engajamento, do ativismo, na relação com o jornalismo também acontece algo parecido. O jornalismo aparece, no caso do movimento indígena, a partir de uma relação com o ativismo e com a pesquisa. Além do ATL, participei, junto com vários outros parentes e jornalistas do Brasil, do processo de formação da Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas, a Abrinjor. É, portanto, da necessidade de denunciar as violências que acontecem nos territórios, de articulação das lutas por mudança, da agenda da demarcação dos territórios que emerge um jornalismo engajado, que já surge assim e disputa os valores dominantes do jornalismo hegemônico. Na relação entre jornalismo e ativismo, produção audiovisual e ativismo, a disputa de valores é uma disputa afetiva, dos modos de fazer, de ver e de sentir os produtos e processos da comunicação, em conjunto com os sentidos presentes na sociedade.

A experiência no ATL é capaz de mobilizar a indignação, como o Yasmin falou, mas também de mapear outros afetos que vêm sendo articulados na sociedade brasileira. O medo, por exemplo, é convocado e mobilizado frequentemente pela extrema direita em relação às lutas por território no Brasil. Isso acontece com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com movimentos de moradia nas cidades, com movimentos de luta por território quilombolas e ribeirinhos e, sobretudo, com o movimento indígena. A defesa do Marco temporal muitas vezes vem acompanhada de discursos diversionistas, que afirmam que qualquer propriedade privada no Brasil passaria a correr risco, porque supostamente indígenas poderiam reivindicar um

bairro ou um edifício de uma capital. Esse discurso, embora não verdadeiro, mobiliza por uma dimensão que vai além da racionalidade. É importante considerar essa relação afetiva com a comunicação e o jornalismo que os modos de fazer ainda predominantes do jornalismo, e nem mesmo as agências de checagem que têm um papel bem importante, não dão conta de alcançar.

ELTON - Yasmin trabalhou com uma ideia de acampamento comunicacional. Como essa noção dialoga com essa ideia desses outros valores, dessa outra maneira de pensar a comunicação a partir do Acampamento Terra Livre?

YASMIN - A ideia do acampamento como uma forma de comunicação é algo que exploramos em um artigo. A vivência no próprio acampamento desperta afetos em nós, tanto de indignação quanto de recuperação de identidade e reafirmação de valores.

Pensar no acampamento como uma forma comunicacional é uma discussão ampla e complexa. Ela perpassa questões essenciais, como a necessidade de acionar valores, entendimentos e conceitos presentes nesse contexto. Quando falamos da questão indígena, do território e do marco temporal, há coisas que não podemos deixar de mencionar.

O acampamento, enquanto forma de comunicação, define sua existência. Ele vai além do que é dito ali; envolve interações com a imprensa, ativistas indígenas e jornalistas de diferentes partes do mundo. É uma reunião de várias problemáticas, mas, no fim, é uma luta coletiva. A carta final do ATL reafirma isso: estamos acostumados a viver com o fim do mundo todos os dias. É uma reafirmação poderosa da luta que transcende o acampamento.

DANIEL - Queria fazer um comentário sobre essa ideia da Yasmin, do acampamento comunicacional. Desde que Elton comentou comigo, eu achei muito interessante. Traz um elemento que é potente para a

gente pensar naquilo que comentei antes sobre a reterritorialização da comunicação. No acampamento Terra Livre, numa análise apenas sociológica ou da ciência política mais tradicional, o que seria tomado como a dimensão empírica, por exemplo, de levantamento de dados, colocaria mais foco no que as lideranças das organizações de base da APIB, os parlamentares, os chefes de delegação, os caciques dos povos que estão ali têm a dizer sobre a organização da ATL, como é que ele foi produzido, como é que ele se organiza, quais são as agendas, quais são os repertórios da ação coletiva e do confronto político. Teria um foco nas dimensões organizativa, talvez institucional ou de representação, todas importantes, mas que não dão conta de como o ativismo se materializa, ganha forma, e é capaz de instaurar processos coletivos de engajamento político.

Quando você traz a ideia do acampamento comunicacional, tem uma articulação que é do quanto a comunicação e a cultura são fundamentais para pensar mobilização política, movimentos sociais e ativismos contemporâneos de uma outra forma. E não mais como foram pensados na relação com a comunicação comunitária, seja na produção contra-hegemônica de narrativas autênticas e verdadeiras de informação, seja na visão de que é preciso criar ferramentas, veículos e alternativas aos meios de comunicação hegemônicos. Isso, sem dúvida, é importante, mas o que acontece atualmente tem mais a ver com o quanto os fluxos ativistas são centrais para compreender o que é ou pode ser um movimento social hoje. O que é um acampamento, o que é uma manifestação e como esses eventos de protesto se articulam cotidianamente? Isso vem mudando. E não só enquanto acontecem, mas também na produção das formas comunicativas e na articulação das formas comunicativas. O próprio ATL já é organizado, materialmente,

como formas comunicativas e em prol das formas comunicativas que serão produzidas ao longo do acampamento.

Outros elementos, que sempre estiveram presentes, a exemplo da possibilidade de repressão, as relações institucionais, as articulações, definição de prioridades, permanecem. Não é que tudo mudou, mas a experiência predominante mudou. Há uma reconfiguração dos modos de viver, perceber e sentir esses processos políticos. No ATL de 2023, o primeiro durante o governo Lula, as mesas de debate, a programação e as próprias transmissões tiveram características mais institucionais, porque uma série de processos ocorreram: a eleição de diversos parlamentares com a convocação para aldear política institucional, a movimentação de ocupação da política por parlamentares indígenas, criação do Ministério dos Povos Indígenas. Duas lideranças muito importantes do movimento indígena assumiram funções institucionais. Sônia Guajajara foi eleita deputada federal e tornou-se Ministra. Célia Xakriabá foi eleita deputada federal por Minas Gerais. Nesse movimento, o ATL se voltou muito à institucionalidade. É possível dizer que foi um ATL menos combativo, com, inclusive, menos protestos de rua e denúncias. Em algum sentido, ele foi muito mais voltado para dentro do que para fora, para uma reorganização diante do novo momento político.

Uma vez que as expectativas dos avanços em relação às lutas indígenas no governo Lula não aconteceram da forma que o ativismo indígena pressionava, defendia, buscava, o ATL se reconfigura mais uma vez. E em 2024 ganha uma dimensão histórica, de recuperar a sua trajetória. Uma exposição recontando a história do ATL teve lugar na entrada do acampamento. E, na forma comunicativa, enquanto exposição, a história do ATL não era contada de modo linear. O que guiava os caminhos do tempo e a história do ATL era uma figura de

serpente, produzida por Denilson Baniwa, ativista, comunicador e artista visual. Isso mostra que a forma como o ATL acontece é comunicacional e contextual, articulando a dimensão comunicativa na sua centralidade.

ELTON - Nos relatos que vocês já produziram sobre a experiência no ATL, percebe-se o envolvimento com as atividades e os participantes do campo. Há evidentes elementos emocionais que transparecem nesses relatos. Se em alguns momentos já se tratou as emoções dos pesquisadores como um resíduo a ser desprezado, elas agora são cada vez mais entendidas como importantes fontes de informação e recursos para a investigação, de que o trabalho emocional é uma parte inerente de certos trabalhos da pesquisa. Além dessa da postura geral de indignação, Yasmin, você se lembra durante a participação de ter manifestado sentimentos do tipo alegria ou simpatia? Você se lembra dessas emoções aparecerem em algum momento na sua participação no acampamento?

YASMIN - O tempo todo. Acho que essa coisa do afeto, da indignação, ele acontece porque estou envolvida com a questão, é uma questão humana. Mas muitas vezes, além de ter me emocionado muito, eu fiquei muito feliz, muito grata por estar participando. Fiquei muito maravilhada, achei tudo incrível. Estava achando o máximo estar ali na marcha, de ver onde os jornalistas estavam esperando para fazer “a foto do evento”. Todos alocados em cima de uma ponte e não no chão marchando com a gente, acho que isso já diz bastante coisa. Acho que esses sentimentos, de alegria e de indignação, são também um resultado do entendimento de uma dimensão que eu não tinha antes de participar. O maravilhamento, a emoção com os cantos que eram feitos ali, das pinturas, de um monte de criança presente. Foi uma das experiências mais incríveis que já vivi, inclusive quero voltar lá no ano que vem se

puder. E quero levar a Valentina [filha de sete anos] também, que acho que vai ser muito bacana para ela participar disso.



Figura 1: A foto da foto da imprensa no ATL 2024. Fotografia: Yasmin Gatto

ELTON - Vocês em nenhum momento pretenderam apagar a participação e presença lá. Como é que vocês acham que foram percebidos? Se vocês também fizeram parte, se inscreveram em outros papéis estando no acampamento, não deixaram a condição de serem sujeitos pesquisadores. Então, se vocês estavam lá fazendo uma pesquisa, como é que é que construíram os relacionamentos com outros participantes que estavam no acampamento? Quais as estratégias que vocês utilizaram para isso? E que dimensão ética que vocês acham que está implicada nessa presença, nessa atuação de vocês no acampamento?

YASMIN - Acho que não tem como separar essa dimensão ética. Procurei observar e acho que todas as vezes que tentei uma aproximação - e não foram muitas porque eu não estava ali para fazer uma espécie de entrevista com os povos indígenas, mas para perceber o que era o acampamento - então, todas as minhas intervenções foram muito mais voltadas para saber o que estava acontecendo, quais eram

as discussões. Tinha, por exemplo, muitas barraquinhas vendendo artesanatos. Procurei entender um pouco o processo de produção do evento e de onde determinados grupos vieram. Cheguei a conversar com algumas indígenas bem idosas que não falavam português e elas tinham um intérprete (chamado de parente) que fazia essa tradução para quem não conseguia entender. Isso foi incrível porque cada povo tem sua língua e observar essa diferença é importante, inclusive, para quebrar o mito que os indígenas são homogêneos. Foi mais uma espécie de vivência do que uma pesquisa sistemática para saber o que eles acham sobre determinado assunto ou algo nesse sentido. Todas as vezes que fiz alguma fotografia de uma pessoa específica, perguntava se tinha algum problema, se a pessoa se incomodava com aquilo.

O Daniel tem mais dimensão disso, porque estava lá também, principalmente quando eram reuniões de temas mais específicos, em que estavam as pessoas, os povos reunidos ou fazendo algum tipo de apresentação. Eu estava sentada nas bancadas e eles olham com uma espécie de estranheza e também com cuidado de não falar certas coisas porque eu estava do lado, causa certo estranhamento uma pessoa de fora presente no espaço deles. Mas eu tentava ao máximo mostrar um certo desconhecimento de tudo, das questões e do desenvolvimento do ATL. E realmente não era mentira, eu não estava fingindo, porque realmente era um desconhecimento para mim, era tudo muito novo. Nunca tinha ido, tinha certas discussões em que eu não sabia o que ia acontecer ou o que estava acontecendo. Então deixei isso bem claro, de que eu não era uma pessoa que estava no espaço para fazer qualquer espécie de julgamento e nem de ser superior, mas de ser uma pessoa que tinha muito desconhecimento de algumas coisas que estavam ocorrendo e demonstrando sempre respeito com todas as discussões. Tentei não me colocar enquanto uma pesquisadora, mas como uma

pessoa que vivenciava o acampamento, acompanhando cada discussão, vivendo, começando a conhecer, a desconhecer também, olhando e percebendo questões que à distância não dá para ter essa dimensão. E andei muitas vezes, nos dias que estava lá, entre as barracas, inclusive na parte reservada para imprensa para tentar perceber o movimento do trabalho jornalístico tanto da grande imprensa, da imprensa alternativa quanto da assessoria de comunicação da APIB.

ELTON - E você, Daniel, mesmo já tendo uma história de ativismo, como é que você se percebe sendo percebido no ATL?

DANIEL - Talvez não apenas no ATL, mas também nos eventos indígenas de protesto e nas manifestações em geral, existe um lugar específico de relação e, às vezes, de tensão sobre as expectativas dominantes sobre identidade. Fazer parte de uma família de um povo é diferente de muitas pessoas que não tiveram acesso e que são descendentes indígenas, mas não sabem qual era o povo do seu avô, do seu pai, da sua mãe, da sua avó. Eu tenho essa informação desde pequeno. Ao mesmo tempo, não ter nascido na aldeia e não ter vivido a experiência comunitária no território é um elemento que me coloca em outra posição. E reconheço isso. Eu vejo isso muito mais no sentido de uma diversidade das experiências indígenas do Brasil do que em qualquer perspectiva de diferenciação ou de generalização das experiências. Essas experiências ficam muito explicitadas no ATL. Conheci parentes de outros povos que nasceram, foram criados e formados nos territórios junto com seu povo. Conheci outros que têm relação com seu povo e o território, mas não viveram lá. Parentes de um povo, mas que cresceram na aldeia de outro povo. Pessoas que buscam isso, mas que ainda têm muita dificuldade de acesso aos documentos, às informações para saber qual era o povo da sua família. São experiências muito diversas da identidade indígena no Brasil e que envolvem tanto

os apagamentos coloniais históricos do ser indígena, geralmente tratado como algo ligado a um passado, ou então como algo que teria um modelo só, como se existisse apenas uma forma de ser indígena. Essa é uma expectativa colonial do ser indígena hoje, mas no ATL, a diversidade dessas experiências fica muito explicitada.

Em relação ao ativismo, eu não acredito que se deva separar a experiência cultural, comunicativa e afetiva das posições assumidas durante a pesquisa. Fui para o ATL vivendo a experiência como ativista, produzindo o audiovisual com o coletivo Thul'se, que é o coletivo de parentes Fulni-ô com o qual venho colaborando desde 2022. É um coletivo que já teve diversos projetos executados de produção audiovisual, tanto de reportagem quanto de filmes, sobre o cotidiano do povo Fulni-ô, sua cultura e também a cobertura das mobilizações indígenas. No ATL, geralmente me envolvo com uma produção ativista audiovisual jornalística com o Thul'sê. Para mim, é um momento muito bom porque é uma possibilidade de produzir audiovisual, me engajar no meu lugar de profissional, de pesquisador, de ativista e da vida sem essa separação que venha questionando.

É um momento muito especial que articula as diversas dimensões da minha vida. No que diz respeito aos procedimentos, um interlocutor poderia perguntar: “Como você define quais são as produções audiovisuais que você vai levar para o seu trabalho? Como é feito o mapeamento?”. Isso eu faço a partir daquilo que me engaja, daquilo que me mobiliza. As escolhas são amparadas nas produções em que eu vejo potência de disputa das formas comunicativas dominantes, dos modos hegemônicos de pensar a comunicação e as articulações das apropriações territoriais com as formas comunicativas. Então é no fluxo mesmo que as formas comunicativas são mapeadas, articuladas, enquadradas. Não defino previamente o que seria a produção

audiovisual que vai entrar, ou não, na pesquisa. Isso é feito no próprio processo de mapeamento das produções textuais, audiovisuais, imagéticas.

Na minha leitura, essa dimensão da seleção dos materiais é sempre uma posição política. Há a possibilidade de uma interpelação, de uma arbitrariedade na escolha. “Como é que você não define previamente quais são os critérios da produção audiovisual, da produção de imagem?”. Esse é um elemento que, em todas as pesquisas na comunicação, hora ou outra, o pesquisador vai se deparar. “Como é que você vai selecionar e sob quais critérios?”. Metodologicamente, é sempre uma posição política assumida. Por exemplo, se no caso do ATL a escolha fosse apenas olhar para as principais organizações indígenas ou os coletivos que têm mais seguidores, para definir quais são as produções que vão entrar como material empírico de pesquisa, isso seria uma posição teórica e política. É uma posição política baseada numa dimensão de organização institucional, de legitimidade. Mas outras vezes isso é definido a partir daquilo que o próprio pesquisador ou a sociedade enxergam como legítimo. Ou o que é visto assim de uma perspectiva do ativismo e do movimento social ou de uma ótica da institucionalidade. Então, em todos os aspectos, se a gente define jornalismo hegemônico, jornalismo produzido pelos ativistas, são posições assumidas no trabalho. É um lugar também metodológico importante para o processo da investigação.



Figura 2: Figura 2: Registros ATL 2024. Entrada da tenda - plenária principal. Fotografia: Yasmin Gatto



Figura 3: Registros ATL 2024. Placa "Terra Protegida" na entrada do ATL Fotografia: Yasmin Gatto



Figura 4: Registros ATL 2024. Confecção de faixas para a Marcha “Nosso Marco é Ancestral. Sempre estivemos aqui!”. Fotografia: Yasmin Gatto



Figura 5: Registros ATL 2024. Coletiva de imprensa sobre decisão contraditória do STF sobre o Marco Temporal. Fotografia Yasmin Gatto



Figura 6: Marcha: “Nosso Marco é Ancestral. Sempre estivemos aqui” chegando na Praça dos Três Poderes – DF. Fotografia Yasmin Gatto



Figura 7: Faixa: Fora Marco Temporal confeccionada pelos indígenas. Fotografia Yasmin Gatto



Figura 8: Brasília estava tomada por policiais de todos os segmentos no dia da Marcha. A foto é da Polícia Militar do DF fazendo a "segurança". Fotografia Yasmin Gatto



Figura 9: Registros ATL: acervo pessoal (Daniel Farias), Mídia Ninja e APIB



Figura 10: Registros ATL: acervo pessoal (Daniel Farias), Mídia Ninja e APIB



Figura 11: Registros ATL: acervo pessoal (Daniel Farias), Mídia Ninja e APIB



Figuras 12 Registros ATL: acervo pessoal (Daniel Farias), Mídia Ninja e APIB

Referências

ANTUNES, E.; GATTO, Y.R. A questão indígena e a inteligibilidade jornalística. **InTexto**, v. I, p. 1-25, 2024.

BORGES, F.; FARIAS, D.O.; LAGE, I.; MANNA, N.; YU, W. Cartografias do fim do mundo: resistências, rearticulações e territorialidades. In: FONSECA, M.G.C. et al. (Org.). **Temporalidades e espacialidades nos processos comunicacionais**. 1ªed. Belo Horizonte: Fafich/ Selo PPGCOM UFMG, 2023, v. 1ª, p. 49-70.

BRUNORO, M. de A.; TANNUS, R. M. Festa e Guerra na Esplanada: sons da política num Acampamento Terra Livre. **Wamon** - Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM, v. 5, n. 2, p. 135-146, 2020.

FARIAS, D. O. de; GOMES, I. M. M. Fluxos ativistas indígenas: instabilizando a hipótese da guerra cultural a partir de afetos, territorialidades e temporalidades no Brasil. **Revista Eco-Pós**, v. 24, n. 2, p. 277-308, 2021.

GATTO, Y.R.; ANTUNES, E. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB): a busca de outra comunicação possível. In: DEMARCHI, A. et al. (Org.). **Narrativas do fim: pensamentos outros da comunicação amazônica**. 1ed. Belo Horizonte: FAFICH: Selo PPGCOM UFMG, 2023, v. 1, p. 23-52.

GATTO, Y.R; ANTUNES, E. “As originárias da Terra”: reflorestando cenas em torno do jornalismo?. In: LEITE, A.M.P. et al. (Org.). **Inspirações Metodológicas em Contextos**

Amazônicos. 1ed. Belo Horizonte - MG: FAFICH: Selo PPGCOM/UFMG, 2022, v. 1, p. 133-169.

GOMES, Itania Maria Mota; ANTUNES, Elton. Repensar a comunicação com Raymond Williams: estrutura de sentimento, tecnocultura e paisagens afetivas. **Galáxia** (São Paulo), p. 08-21, 2019.

GROSSBERG, Lawrence. **Under the Cover of Chaos:** Trump and the battle for the American Right. London: Pluto Press, 2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. As formas mestiças da mídia. Entrevista à revista Fapesp. **Revista Fapesp**, edição 163. setembro de 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações.** Comunicação, Cultura e Hegemonia, 5ª, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015[1987].

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo:** Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

3

EDUCAÇÃO AMAZÔNICA NAS VOZES DE PROFESSORES RIBEIRINHOS: ENTRE BARCOS, ILHAS E NARRATIVAS

Jefferson Luis da Silva Cardoso

Rosângela Araújo Darwich

Introdução

A educação no Brasil, ao cumprir seu papel social, enfrenta muitos desafios, demarcados por lutas históricas e atuais pelo direito ao acesso e à permanência na instrução. A Educação do Campo, em particular, passou por várias transformações até alcançar a forma democrática que conhecemos hoje. Desde um país predominantemente rural durante a colonização até as primeiras décadas do século XX, evoluindo para um território urbano-industrial a partir da década de 1950, o Brasil tem enfrentado sérias dificuldades para garantir a oferta e a universalização de uma educação pública, gratuita e de qualidade, desde o jardim de infância até a universidade. Essas questões permanecem em constante debate, tanto entre as comunidades escolares e os movimentos sociais que lutam pelo direito à educação, quanto entre os gestores do sistema educacional, centros de pesquisa, universidades e outras organizações que buscam promover o diálogo sobre esse importante tema social (Arroyo, 2004, 2010; Caldart, 2009, 2019; Gohn, 2016).

Quanto ao desenvolvimento da escola do campo ribeirinha, é fundamental que as instâncias governamentais e educacionais ofereçam uma atenção diferenciada, no sentido de que a escola, como espaço de socialização de conhecimentos e saberes, deve comportar reflexões sobre a dinâmica da localidade em que está inserida, do tempo

do trabalho e do estudar, bem como referendar as relações estabelecidas entre ser humano e o espaço que ocupa. Para garantir o sucesso educacional, é crucial que a instrução para a vida seja adaptada às necessidades e características da comunidade. Esta abordagem deve ser especialmente considerada ao se pensar a educação dos povos tradicionais da Amazônia, assegurando que a educação respeite o modo de vida da população ribeirinha e preserve a diversidade local, o tempo e o espaço sociocultural desses sujeitos (Corrêa; Hage, 2012; Lima, 2010).

Este estudo tem como objetivo analisar as narrativas de docentes que atuam em escolas do campo ribeirinhas no município de Belém, no estado do Pará, focando nos desafios enfrentados na prática docente no contexto das ilhas. Foi adotada uma abordagem qualitativa, incluindo pesquisa de campo com entrevista temática e análise de narrativa (Flick, 2009; Gil, 2008; Motta, 2013). As entrevistas, centradas no tema “educação ribeirinha e seus desafios”, foram realizadas entre novembro e dezembro de 2023, com dez professoras que atuam nas escolas ribeirinhas localizadas nas ilhas de Belém.

Educação na Amazônia: realidades e dissonâncias

A educação, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e nas diferentes Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao longo do século XX, necessita de incrementos para que a qualidade do ensino seja planejada, sistematizada e organizada de maneira eficaz pelos diferentes sistemas de ensino. Nesse contexto, a escola ribeirinha emerge como um cenário singular no território brasileiro, com destaque para as escolas da Amazônia paraense. A fim de analisar a qualidade da educação básica oferecida, é essencial considerar as dimensões extrínsecas (extraescolares) e intrínsecas (intraescolares) da escola do campo

ribeirinha, pois são fundamentais para uma compreensão teórico-conceitual e uma reflexão aprofundada sobre a situação escolar (Dourado; Oliveira; Santos, 2007). A análise é dividida em (a) aspectos extraescolares, como o espaço social e o papel do Estado, incluindo direitos, obrigações e garantias à educação; e (b) aspectos intraescolares, que incluem sistema educacional, escola, professor e aluno.

Baseando-se nas diretrizes dos autores sobre os fatores de qualidade avaliados a partir da organização, sistematização e oferta da educação básica nas escolas, pode-se afirmar que refletem os direitos assegurados a todos os brasileiros pela Constituição Federal de 1988, que estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Esse direito é universal e não depende de classe social, raça, gênero, religião ou outros fatores que distinguem os diversos grupos sociais no contexto nacional, evidenciando-se, neste estudo, as comunidades ribeirinhas.

Observa-se a interrelação entre os diferentes níveis de análise, em que o nível extraescolar reflete a ação governamental na manutenção da escola para todos os públicos, enquanto o nível intraescolar retrata e, de forma objetiva, fortalece o contexto escolar como fonte sociocultural e objeto de estudo. Com base nos indicativos de análise e nos autores selecionados para que se compreenda o contexto escolar ribeirinho, a discussão é organizada nos seguintes tópicos, descritos a seguir.

Localidade, tempo e espaço

A Amazônia é um espaço moldado por disputas políticas e de poder, inserindo-se no cenário nacional como um centro de uma

multiplicidade de conhecimentos, saberes e práticas sociais carregados de significados. Ela é reflexo de um contexto social diversificado, dinâmico e multifacetado, marcado pelos diferentes grupos sociais tradicionais que habitam a região e que deixaram suas marcas no curso da história do Brasil, configurando-se como uma região complexa e desafiadora (Adams; Murrieta; Neves, 2006; Becker, 2005; Diegues, 2005). Dois dispositivos legais instituídos pelo MEC foram importantes para o reconhecimento dos modos de vida locais e na definição de contextos educacionais específicos: as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, de 2002, e, em 2007, o reconhecimento dos modos de vida dos povos tradicionais por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

O primeiro dispositivo propõe que

[...] a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (Brasil, 2002).

Cinco anos depois, para garantir que a escola do campo fosse verdadeiramente composta pelos sujeitos que vivem nas áreas rurais do país, respeitando seus modos de ser e viver, foi estabelecido que os povos tradicionais

[...] são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (Brasil, 2007).

As comunidades tradicionais, como as indígenas, quilombolas e ribeirinhas, são marcadas por elementos culturais próprios e que envolvem questões políticas, econômicas e religiosas, entre outras, formando uma identidade sincrética que demarca a identidade dos saberes produzidos por esses grupos em sua interação com a natureza. Essas populações manejam com sabedoria secular os recursos da biodiversidade presentes nas águas, terras e florestas para garantir sua sobrevivência e a preservação do ambiente em que vivem (Chaves; Silva, 2003; Corrêa; Hage, 2012; Diegues, 1996; Ferreira, 2012). Reconhecendo o ambiente amazônico como seu espaço de vida, esses povos demonstram habilidades notáveis no manejo dos recursos naturais, evidenciando que habitar esses espaços é um desafio à inteligência e à convivência com a diversidade.

Gestão pedagógica e infraestrutura escolar

No que se refere ao processo de gestão pedagógica e à infraestrutura escolar disponibilizados às comunidades tradicionais do campo, estes deveriam observar o que diz a LDB 9.394/96, que enfatiza, no artigo 28, parágrafos I, II e III, que os conteúdos devem ser ministrados conforme o interesse e as necessidades da população rural, com uma organização escolar própria, que atenda aos diferentes ciclos vividos no campo, bem como a adequação da atividade escolar às formas de vida e trabalho nas áreas rurais (Brasil, 1996). Essas condições são impostas pelas populações rurais, que possuem uma estreita relação com o território em que habitam, trabalham, aprendem e reproduzem suas identidades culturais. Elas necessitam de projetos políticos próprios que promovam o desenvolvimento social, econômico,

ambiental e cultural, tendo a educação como elemento fundamental nesse processo (Molina; Jesus, 2004).

No entanto, a escola, manipulada pelos interesses do capital e voltada para a exploração do trabalhador e das classes menos favorecidas, não é pensada, ofertada e gerida com preceitos emancipatórios. Apesar das mudanças significativas no Brasil a partir da década de 1930, com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova e os processos desencadeados após a Constituição de 1988, que lutaram pela educação pública, gratuita e de qualidade, a escola, em sua maioria, continua vinculada aos interesses hegemônicos. Assim, orienta-se pela base do Estado mínimo, na reprodução de conhecimentos pré-estabelecidos à luz da pedagogia tradicional-conservadora, com conteúdos engessados, aprovação e reprovação dos sujeitos, excluindo os mais pobres, com a premissa de que não possuem capacidade para aprender e valorizar os estudos (Corrêa, 2005; Fernandes; Rozenowicz; Ferreira, 2004).

É fundamental que a educação do campo, em especial a escola ribeirinha que retrata a relação homem-natureza, considere que “a vida cotidiana no contexto ribeirinho é o palco de construção destas relações onde se produzem e se partilham significados” (Corrêa, 2006, p. 226), pois ela tem sido marcada por certa negligência, silenciamentos e apagamentos no que se refere às ações pedagógicas, tanto nas estruturas necessárias para o funcionamento da escola quanto nas formações profissionais deficitárias de gestores e professores ribeirinhos (Santomé, 1998). Desse modo, é importante que a escola do campo, assim como as do meio urbano, seja vista como uma instituição que promove a progressão dos conhecimentos dos alunos, como agente de mudança e desenvolvimento humano, e que propague justiça, solidariedade, tolerância e respeito mútuo. Além disso, deve ser um

espaço de humanização no processo histórico-cultural, fortalecendo as relações sociais, culturais, identitárias e afetivas na comunidade em que está inserida (Assis; Lima, 2011; Bueno; Pereira, 2013; Libâneo; Oliveira; Toschi, 2009; Young, 2007).

Calendário, planejamento docente e currículo escolar

Outro ponto crucial para compreender a rotina na escola do campo ribeirinha é a análise das atividades inerentes ao trabalho docente. Essas atividades começam com a elaboração do calendário escolar, passam pelo planejamento dos conteúdos e abrangem as diretrizes solicitadas pelo currículo da educação básica no contexto nacional. No entanto, em um ambiente marcado pela falta de infraestrutura, pela ausência de políticas educacionais mais efetivas e pela carência de uma ação pedagógica que permita aos professores desenvolver sua prática de forma mais adequada, a escola do campo ribeirinha segue o cotidiano das diversas comunidades espalhadas pela Amazônia. Essas comunidades são moldadas pelo vai e vem dos barcos, canoas e rabetas, pelas práticas culturais, pelos afazeres da roça, pela pesca e pela busca do sustento na agricultura familiar. Nesse contexto, a escola desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação transformadora, que permita aos educandos se desenvolver e trabalhar de forma consciente sobre seu papel sociocultural no território em que habitam. Esses são fatos inquestionáveis.

A escola, dessa forma, pode ser vista como um ato contra o sistema capitalista hegemônico, pois promove práticas educativas que atravessam e ressignificam ideias curriculares, o planejamento do ensino ou a organização de um calendário integrado à vida cotidiana dos educandos. Sob essa perspectiva, “a educação é uma prática moral e

política, e sempre pressupõe uma introdução e preparação para formas específicas de vida social, uma interpretação particular das noções de comunidade e daquilo que o futuro pode trazer” (Giroux, 2003, p. 61). Uma educação que acolhe os modos de ser e viver de diferentes coletivos, como no caso da escola ribeirinha, concebe o fluxo da vida como um movimento constante, intenso e influenciado por forças que operam no sistema intracomunitário (Gallo, 2008; Tadeu, 2007).

As discussões sobre o calendário escolar das escolas do campo, de forma geral, revelam uma imposição de regras estritamente urbanas, como os duzentos dias letivos estabelecidos pela LDB 9.394/96. Embora o artigo 28 preveja excepcionalidades para as populações rurais, reconhecendo a necessidade de flexibilização do ensino e do currículo, historicamente a escola rural tem sido tratada, nesse aspecto, como uma extensão da escola urbana. Assim sendo, é válido o registro de que,

[...] ao submeter o processo de adaptação à adequação, a LDB institui uma nova forma de sociabilidade no âmbito da política de atendimento escolar: a legislação reconhece a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural sem, no entanto, recorrer a uma lógica exclusiva e de ruptura com um projeto global de educação para o país (Benfica, 2006, p. 45).

Diante disso, é mais que necessário o atendimento do disposto em lei sobre o calendário que respeite a cultura das comunidades tradicionais, especificamente o tempo do trabalho e o tempo de estudar, situações que confluem para um planejamento docente que deve considerar que

[...] as representações sociais construídas pelos ribeirinhos são um tipo de saber compartilhado que contribui não só para a comunicação entre si, mas demarca os elementos de construção identitária que o constituem. São esses elementos, ou seja, tal construção identitária que os conduzira na relação

com o mundo e com os demais saberes necessários para viver nele (Lima; Andrade, 2010, p. 69).

Um planejamento que considere as questões culturais da comunidade ribeirinha pode contribuir significativamente para a verdadeira democratização do ensino, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. Esse cenário envolve debates sobre o currículo das escolas do campo. As discussões em torno do currículo adotado no Brasil revelam um modelo hegemônico, que reflete as práticas pedagógicas e o contexto social em que as escolas estão inseridas (Apple, 2002; Lopes; Macedo, 2002). Assim, o currículo resulta dos interesses da classe dominante, sendo visto como um território cercado e sistematizado, influenciado por uma condição ideológica que se manifesta na escolha e seleção dos conhecimentos e das culturas a serem ensinadas (Goodson, 1995; Jesus, 2008). No entanto, o currículo deve reconhecer que a construção histórica do contexto social é marcada por conflitos, rupturas e ambiguidades socioculturais. Em última instância, ele deve ser uma criação coletiva, considerando a prática pedagógica que será desenvolvida na e pela escola (Arroyo, 2011; Freire, 2005; Oliveira, 2008).

Classes multisseriadas, multisséries ou multi-anos

As vivências dos professores nas escolas do campo ribeirinha começam com o deslocamento em barcos, canoas e rabetas, seguido, em alguns casos, de caminhadas a pé, até chegarem à escola, que geralmente se resume a dois ambientes: a sala de aula e a coordenação pedagógica (Mota Neto, 2004). A falta de infraestrutura impacta diretamente a prática educativa dos professores e resulta em um processo de ensino e aprendizagem deficitário para os alunos. Além disso, as turmas nunca são unisseriadas; elas reúnem vários anos do ensino fundamental, com

crianças de idades diversas, muitas das quais enfrentam distorções idade-série. Essas turmas, conhecidas como multisséries ou classes multisseriadas ou multi-anos, representam um desafio adicional para a prática docente (Barros, 2004; Hage, 2005). Outro agravante é o desvio de função dos professores, que acumulam diversos papéis: além de ensinar, eles frequentemente assumem funções de coordenação, apoio, cozinheiro e, em alguns casos, ainda conduzem os alunos até a escola (Arroyo, 2004; Caldart, 2004; Moura; Santos, 2012).

Vale ressaltar que

[...] a visão de classes multisseriadas, no meio rural e ribeirinho, vai comportar, em sua estrutura organizacional, um mecanismo rígido que limita as escolas dentro de quatro paredes, subordinada aos conteúdos curriculares específicos de cada série e esquecida nos tempos e espaços da sala de aula (Barros, 2004, p. 118).

Diversos fatores influenciam negativamente o trabalho do professor que lida com alunos em diferentes níveis de aprendizagem, muitos dos quais enfrentam dificuldades acentuadas em questões básicas de leitura e escrita, comprometendo seu desenvolvimento escolar e refletindo em infrequência, repetência e evasão de muitos alunos. Esse processo, combinado com as condições adversas de trabalho dos professores, tende a tornar o ensino mecânico e a enfraquecer ainda mais as práticas educativas nas escolas do campo ribeirinhas. Portanto, é necessário repensar a organização multisseriada dessas escolas, incluindo a reavaliação dos currículos, das práticas e propostas pedagógicas, da formação de professores e da gestão escolar, especialmente no que diz respeito ao tempo destinado ao trabalho e ao estudo (Arroyo, 2012; Oliveira, 2001).

Nesse sentido, quatro pontos são fundamentais para repensar a organização da escola do campo: 1) valorizar a vivência dos educandos

por meio de uma proposta pedagógica que priorize o diálogo entre cultura, saberes e currículo; 2) investir em uma política educacional específica para a educação do campo, que articule os conteúdos científicos com a vida das crianças, adolescentes, jovens e adultos do campo; 3) organizar grupos que demarquem os saberes próprios de cada etapa da vida, priorizando suas identidades e vivências, com foco em aprendizagens humanas e sociais; e 4) oferecer uma formação de professores adequada para o trabalho nas escolas do campo, que permita aos docentes compreender e refletir sobre o trabalho como princípio educativo (Arroyo, 2012).

Desse modo,

[...] a luta passa a ser por uma educação no e do Campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação resultante das reivindicações dos processos formativos, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (Arroyo; Caldart; Molina, 2004, p. 151-152).

Para superar essas realidades, é importante lembrar que, no cenário da luta por uma educação mais justa, iniciativas sociais como do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desempenharam um papel decisivo. Entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, ficou evidente que a escola gerida pelo Estado, baseada em um conteúdo estratificado, estático e conservador, materializado nas classes multisseriadas, não conseguia atender às demandas dos sujeitos do campo. Essa pedagogia desconhecia e desrespeitava seus saberes, realidades e modos de ensinar e aprender, deixando-os sem lugar. Diante disso, os movimentos sociais buscaram a reforma agrária, políticas públicas e direitos sociais, culminando em três momentos importantes: 1) a publicização do debate sobre a reforma agrária e a educação do campo, que incluiu o I ENERA em 1997, as

Conferências Nacionais por uma Educação do Campo em 1998, 2002 e 2004, as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, o PRONERA e a formalização da Pedagogia da Alternância; 2) a implementação do Projeto Piloto de Pedagogia da Terra, a expansão do PRONERA em várias modalidades, o Programa Saberes da Terra/PROJOVEM CAMPO e o PROCAMPO; e, por fim, 3) a institucionalização formal das experiências, com a ampliação do curso de Licenciatura em Educação do Campo, que atingiu trinta cursos em instituições de ensino superior, e o curso de Pedagogia da Terra, oferecido em várias universidades nas cinco regiões brasileiras (Caldart, 2003; Santos; Silva; Souza, 2013).

Narrativas de professores ribeirinhos: vozes educadoras das ilhas de Belém

A fim de conhecer melhor quem são as professoras selecionadas para pesquisa, montou-se o quadro abaixo, que indica as principais características de cada participante. Por conta do anonimato necessário às pesquisas científicas, optou-se por trocar os nomes das participantes por nomes de flores.

Quadro 1. Identificação dos participantes da pesquisa

Participante*	Idade	Local de trabalho	Formação Acadêmica	Tempo de atividade docente (anos)
Amarílis	33	Escola Bosque	Licenciatura e Mestrado	10
Lírio	44	Up Jutuba	Licenciatura e Especialização	15
Hortênsia	45	Up Jutuba	Licenciatura e Especialização	15
Magnólia	48	Up Flexeira	Licenciatura e Mestrado	15
Gardênia	56	Up Faveira	Licenciatura e Especialização	20
Calêndula	42	Up Faveira	Licenciatura e Mestrado	21

Camélia	55	Up Jamaci	Licenciatura e Especialização	23
Girassol	66	Up Jamaci	Licenciatura, Especialização e Mestrado (cursando)	23
Violeta	45	Up Faveira	Licenciatura, Mestrado e Doutorado	24
Azaleia	60	Up Flexeira	Licenciatura e Especialização	26

Fonte: elaborado pelos autores (2023)

No intuito de sistematizar as narrativas para que se possa realizar a análise final, foram elaborados quadros em que constam: unidades de contexto, referentes à seleção das passagens de maior aderência às questões do roteiro de entrevista, e unidades de registro, referentes às palavras ou locuções de maior impacto, conforme os objetivos da pesquisa.

Quadro 2. Desafios enfrentados para o trabalho docente na escola ribeirinha

PARTICIPANTES	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO
Amarílis	[...] creio que preciso buscar mais e mais conhecimentos em relação a essa realidade ribeirinha, de como trabalhar aqui, porque eu ainda sou recente já que tem dois anos que eu estou nessa experiência de um turbilhão de informação, de busca e de conhecimento, mas eu avalio de uma forma gentil digamos assim, boa! Mas que precisa melhorar e que precisa de incentivo. [...] realmente da valorização do professor dentro de sala de aula. [...] A comunidade precisa valorizar a escola, precisa valorizar o ambiente escolar, porque se a gente não tem essa valorização, a gente se perde, se desmotiva [...] Então a gente também precisa de incentivos reais, “olha vamos investir aqui nessa escola”, eu creio outro desafio também é esse, [...] a logística, eu acho que essa questão é da nossa logística da escola ribeirinha para ir e levar o aluno que está inserido nela, [...] Eu acho que o maior desafio para a gente é isso sabe, é esse	Conhecimento técnico e profissional sobre o povo ribeirinho; Valorização docente; Reconhecimento por parte da comunidade; Investimentos para educação.

	incentivo, não só dos pais mas o incentivo também dos nossos gestores, não é os nossos gestores, mas da prefeitura.	
Lírio	Avalio que estou muito longe de ser alguma coisa e de ser alguém, eu avalio que o meu trabalho ele precisa crescer muito, meu trabalho precisa melhorar muito ainda, precisa ser mais humano, eu preciso me colocar no lugar do meu aluno todo dia, eu preciso entender sobre essa realidade, aprender essa cultura, como da pergunta anterior, preciso me adaptar à essa diversidade cultural, essa realidade precisa fazer parte da minha realidade também, é você entender que são pessoas com o cotidiano diferente, [...] eles também são donos de muita informação e, essa troca é que vai fazer toda diferença, o meu trabalho eu avalio desse modo, eu preciso ainda melhorar, o que eu faço então ainda é pouco para o que eles precisam ainda mais.	Conhecimento técnico e profissional sobre o povo ribeirinho;
Hortênsia	Acredito que tenho sido uma vitoriosa, em relação a isso, porque eu pensei que fosse mais fácil [...] mas não é bem assim, eu tenho vivido desafios, desafios mesmo por conta [...] das ilhas onde eu trabalhei Cotijuba, Jutuba e Jamaci, e eu vejo que eles como eu falei, são pessoas que exigem sim de uma certa forma, [...] se a gente não tiver sabedoria para trabalhar, mas eu tenho vivido desafios e tenho contornado isso muito bem, [...] tentando explicar a minha prática, sempre tento explicar a minha prática trabalhada dentro da sala de aula, [...] nossa prática pedagógica e que eles vivenciam junto com a gente, se torna muito mais fácil a aprendizagem dos nosso aluno [...].	Conhecimento técnico e profissional sobre o povo ribeirinho.
Magnólia	É desafiadora, de fato, a gente não tem uma rotina simples a nossa rotina é exaustiva, muitas vezes a gente não tem os elementos e o apoio necessário para desenvolver um trabalho mais eficiente e, aí a gente se cobra muito enquanto profissional para atender o aluno, nós vivemos nossas frustrações, por questão de custos, por questões de conteúdos que muitas vezes é precisam ser trabalhados e a gente não tem um material adequado, [...] tu ter condições de	Conhecimento técnico e profissional sobre o povo ribeirinho; Condições materiais de trabalho; Turma multisseriada.

	imprimir material, [...] eu trabalho com as turmas multisseriadas, [...] eu passo o dever lá quadro porque eu estou sem material para entregar para que essa criança possa fazer [...] eu te confesso que eu fico frustrada, estou encerrando o ano muito triste, mas fui que eu pude fazer por eles esse ano.	
Gardênia	Eu não vejo como um desafio, o deslocamento! Aqui não, aqui o nosso desafio já é aquilo que eu gosto de fazer, [...] eu não vejo como desafio, aqui eu amo o espaço que eu trabalho, eu amo meus alunos, meus colegas, meus superiores e professores, então é um ambiente que eu me sinto bem e o único desafio que eu vejo é atravessar de barco.	Transporte.
Calêndula	[...] melhorar que sempre pode melhorar, mas a gente precisa ter para a gente desenvolver um trabalho, a gente precisa ter condições de desenvolver esse trabalho, [...] demandas com transporte terrestre e aquático, a gente gostaria [...] dos investimentos na educação, dificuldade como transporte né aqui na ilha, é como eu te falei estruturas e espaço, todas essas coisas acabam que nos engessam, [...] então eu faço questão né que meus alunos eles façam esse trabalho para fora a gente precisa desse incentivo a gente precisa ter condição de trabalhar.	Infraestrutura da escola; Investimentos na educação; Transporte.
Camélia	[...] vindo trabalhar com os ribeirinhos foi uma realização de voltar a minha infância e realizar o processo de alfabetização das crianças que também precisa de nós.	Processo de alfabetização das crianças.
Girassol	Eu me sinto bem desafiado a mesmo, porque eu estou convivendo lá naquele meio junto daqueles animais peçonhentos outros não, enfim eu me sinto desafiada [...] eu aprendi conviver com os ribeirinhos, com as crianças e as atividades que eu elaborava para eles, descia pra ver os animais com eles na área aberta quando eu trabalhava ciências, eles amavam fazer as experiências e pegava os bichinhos... um show Ah foi muito bom para mim eu gostei muito gostei muito dessa nova vivência de sala de aula diferenciada que foi a ribeirinha, inclusive lá no Rio Jamaci.	Conhecimento técnico e profissional sobre o povo ribeirinho.

Violeta	Tem assuntos e realidades dentro das nossas escolas que eu tenho que atender as minhas diferentes demandas, eu tenho que incentivar o meu aluno em sala de aula, [...] então o que que eu falei para eles hoje, que eu falo sempre minha sala de aula, eu ainda não chutei o balde da educação pública porque eu sou reflexo da educação pública, estudei toda a minha vida de educação pública, [...] então para mim a minha prática é docente está se tornando um desafio para tudo que está na escola hoje, na sala de aula, que é só um exemplo do desafio que a gente passa na escola público, e pior ainda, quando o estado e município pede para você aprovar o aluno quando ele não tem condição de ser aprovado, e esse final de ano ele mostra isso, quando eu quero ajudar, Eu não posso exigir.	Conhecimento técnico e profissional sobre o povo ribeirinho; Pressão dos agentes públicos por resultado.
Azaleia	Acho que desafios nós temos todo tempo, principalmente como profissional na área de educação, [...] para que possam valorizar e não perder o sentido da vivência, no início eu sentia muitos desafios entendeu, tudo que é novo para gente é difícil a aceitação, mas a partir do momento que você começa a conhecer o ambiente escolar, a comunidade escolar, então você vai começar a enriquecer o teu conhecimento e perceber a transformação entendeu? transformar o que era urbano para a vida rural [...] comecei a ter o hábito de conhecer plantas por causa deles, animais por causa deles, frutas que eles conheciam, [...] o conteúdo adequado para a turma, então eu tenho que primeiro transformá-lo do que era urbano para rural de forma prazerosa.	Conhecimento técnico e profissional sobre o povo ribeirinho.

Fonte: elaboração dos autores (2024)

Os principais desafios que os docentes sentem ao trabalhar na educação ribeirinha foram abordados pela última questão da entrevista. Três foram os desafios mais citados: (a) conhecimento técnico-profissional sobre o povo ribeirinho – relacionado aos aportes teórico-metodológicos necessários para o pleno desenvolvimento da atividade

docente na escola ribeirinha; (b) investimentos – para criação da infraestrutura necessária para o processo adequado de escolarização dos alunos, como salas de aula amplas, ventilação, laboratórios, bibliotecas, brinquedotecas, etc.; e (c) transporte público – apesar de a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) disponibilizar transporte gratuito aos professores, ele está limitado a duas viagens diárias, ou seja, ida e volta, o que impede os professores de articular atividades externas com os alunos para visitas em outros lugares, por exemplo.

Além disso, as narrativas apontaram para desafios como (a) falta da valorização docente – exemplificada pela falta de concurso público para continuidade na carreira na área ribeirinha; (b) falta reconhecimento por parte da comunidade – fator importância da escola pública e dos professores na comunidade; (c) infraestrutura da escola – quanto à adequação dos espaços existentes e construção daqueles ausentes; (d) processo de alfabetização das crianças – devido à distorção idade/série; (e) condições materiais de trabalho – quanto a instrumentais diários para efetivo exercício docente; (f) turma multisseriada – que, de certa forma, coloca professores e alunos diante de um ambiente sobrecarregado de trabalho; e (g) pressão dos agentes públicos por resultados positivos nas aprendizagens – relacionada aos processos de aprovação automática dos alunos e à busca por resultados positivos nas avaliações em larga escala direcionadas ao ensino fundamental no Brasil.

Os desafios apontados nas narrativas remontam à própria construção histórica da educação e tem revelado as lutas travadas no meio rural do Brasil a fim de confirmar que, por meio dela, é possível vislumbrar uma sociedade mais democrática, igualitária, solidária e cidadã (Freire, 1991). O, educar nessa perspectiva, assume o “compromisso com os destinos do país. Compromisso com seu povo.

Com o homem concreto. Compromisso com o ser mais deste homem” (Freire, 2007, p. 25). Os movimentos sociais de vertente camponesa, incluindo ações expressivas do MST e de outros grupos da sociedade civil organizada, buscam uma educação escolar pública, democrática e de qualidade. Além disso, lutam pela participação, cidadania e pelo reconhecimento do sentido político da educação como uma ação processual. Essa luta tem se desenrolado em diversos ambientes sociais, sendo a escola, de forma destacada, um importante palco para essas discussões (Gohn, 2016).

Na concepção de Caldart (2003, p. 6),

[...] a educação escolar, num sentido amplo, cumpre uma iniludível função de socialização, desde que a configuração social da espécie se transforma em um fator decisivo da hominização e em especial da humanização do homem. No contexto presente, a Educação do Camponês.

Na mesma linha, as relações entre rural e urbano, analisadas até aqui, carregam o paradigma vivenciado pelos sujeitos das áreas rurais da Amazônia no que diz respeito à Educação do Campo. Nascimento e Bicalho (2019, p. 64) pontuam que

[...] o paradigma da Educação do Campo supera o antagonismo campo e cidade. Esses espaços são complementares e de igual valor, com tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir, contrariando a pretensa superioridade do urbano sobre o rural. É uma alternativa de educação para os filhos dos agricultores. Ela pode ser organizada pelos sujeitos, individuais e coletivos, a partir das demandas locais de suas comunidades, gerando desenvolvimento e inserção social de modo sustentável.

O retrospecto da educação direcionada aos povos do campo no Brasil suscita um debate sobre a ação dos movimentos voltados para o desenvolvimento do país, dado que diversos episódios marcaram a construção histórica do campo educacional. Esses acontecimentos, ligados de forma direta ou indireta aos setores econômicos, políticos,

sociais e culturais, refletem os interesses do capital, influenciando a educação pública, tanto na cidade quanto no campo (Viero; Medeiros, 2018). A educação no campo, em particular, tem sido historicamente negligenciada no processo de consolidação do sistema educativo brasileiro, exigindo um olhar mais atento (Arroyo, 2010; Caldart, 2019; Hage, 2005). Os projetos de Educação do Campo destacam a concepção de vida do povo rural e demandam dos agentes públicos o resguardo da dignidade dos sujeitos sociais do campesinato, para que possam ser protagonistas e se contrapor aos princípios autoritários e conservadores, para além da teoria do capital (Gramsci, 1982; Mészáros, 2005).

Nessa direção, a possível superação dos desafios apontados pelas docentes está no fortalecimento das discussões sobre a matriz pedagógica mais apropriada para as escolas do campo, localizadas em acampamentos, assentamentos, quilombos, áreas indígenas, ribeirinhas e outras comunidades rurais do Brasil. Essa reflexão é urgente, necessária e real. O fenômeno da sociedade moderna, tecnológica e avançada deve promover uma educação que busque a autonomia de homens e mulheres, especialmente das classes populares, dos trabalhadores e dos povos tradicionais, incentivando múltiplas reflexões sobre a liberdade dos sujeitos por meio da educação. Assim, a matriz pedagógica para a Educação do Campo deve ser concebida pelos estudiosos da área como um diálogo entre as teorias educacionais progressistas e contemporâneas e os movimentos sociais que lutam pela educação dos povos tradicionais. São discussões que, conforme enfatizado por Freire em relação aos oprimidos e por Arroyo ao destacar a importância da educação, visam alterar e superar a posição social dos sujeitos dentro de um sistema opressor. Essa transformação só ocorre por meio da luta, que “liberta, conscientiza, politiza, transforma a sociedade e os coletivos humanos. É pedagógica” (Arroyo, 2010, p. 52).

Desse modo, a questão apontada por Arroyo (2010) está centrada na necessidade de superar um currículo urbanocêntrico que, como discutido neste estudo, tem engessado e limitado uma vivência transformadora no campo. As experiências, saberes e conhecimentos resultantes da cultura dos povos tradicionais são sistematicamente excluídos da matriz curricular urbana. É crucial fortalecer a imagem do professor revolucionário, libertador e transformador — um pedido claro nas narrativas aqui apresentadas — que, ousando por conta própria em sua prática pedagógica, insira elementos culturais marcantes da comunidade rural em que atua. Por exemplo, destacar o princípio educativo do trabalho das classes camponesas no ato educativo. Assim, é urgente um movimento educativo capaz de criar, gerar conhecimento, evoluir e construir seres humanos em sociedade, uma visão que as comunidades tradicionais já contemplam por meio da categoria trabalho, que não apenas produz e transforma, mas também liberta os indivíduos, permitindo-lhes criar e redefinir seu caminho social (Arroyo, 2004, 2010; Borges; Castro, 2020; Ferreira, 2004).

Assim, a matriz pedagógica necessária para que a Educação do Campo realmente contemple as discussões levantadas e defendidas pelas vozes das professoras ribeirinhas deve seguir os seguintes estágios: (a) trabalho como princípio educativo – que evidencia a experiência dos povos tradicionais para e pelo trabalho; (b) posse da terra – entendida como local de vida, cidadania, produção e resistência, mas também de expulsão; (c) valorização da cultura – que preserva identidades e autoimagens, devendo ser percebida como a riqueza das civilizações; (d) ênfase na classe oprimida – com o reconhecimento de que a humanidade só pode ser plenamente percebida por meio da educação que foi/é roubada dos oprimidos; e (e) movimentos sociais –

que promovam ideias, dignidade humana, produção da existência e a busca por direitos sociais (Arroyo, 2010).

Diante dessas discussões, é necessário ousar na aplicação de uma pedagogia libertadora e transformadora, atribuindo práticas pedagógicas onde o currículo seja fruto de uma matriz específica para o campo, baseada em três eixos fundamentais: (a) o professor libertador – aquele que promove a autorreflexão, a criatividade e a inventividade no ato de ensinar e aprender, com vistas à autonomia plena dos alunos; (b) o método dialógico – que desloca os professores de uma posição de autoridade para uma proposta de ensino baseada no diálogo, impulsionando a transformação social que se espera para os povos do campo; e (c) a transformação social – que envolve a superação do medo e a ousadia de lutar por uma educação libertadora, aplicando-a junto aos alunos, contribuindo assim para uma mudança social efetiva para todos os envolvidos. No entrelaçamento das ideias entre a pedagogia libertadora e a matriz pedagógica do campo, aponta-se que

[...] nenhuma pedagogia que seja verdadeiramente libertadora pode permanecer distante do oprimido, tratando-os como infelizes e apresentando-os aos seus modelos de emulação entre os opressores. Os oprimidos devem ser o seu próprio exemplo na luta pela sua redenção (Freire, 1987, p. 54).

Portanto, é inegável a contribuição que a matriz pedagógica apresentada poderia trazer para a superação de grande parte dos desafios enfrentados nas escolas ribeirinhas, foco desta investigação, dada a sua conexão direta com os anseios dos povos tradicionais das ilhas. Com base nas discussões teóricas desenvolvidas até este ponto e nas narrativas analisadas das professoras das ilhas de Belém, pode-se afirmar que a Educação do Campo ribeirinha é um resultado das lutas, produções e resistências dos movimentos dos povos tradicionais,

visando a efetivação de políticas públicas que alcancem a vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, permitindo-lhes viver com dignidade no meio rural (Arroyo, 2013, 2014).

Considerações finais

As escolas do campo, sejam elas indígenas, quilombolas, de assentamentos ou ribeirinhas, seguem em constante luta para que o cenário educacional supere as fragilidades aqui expostas, de acesso e compreensão da realidade local, com seu tempo e espaço diferenciados, da gestão pedagógica deficitária e da infraestrutura escolar precária, do calendário, planejamento docente e currículo escolar que, muitas vezes, seguem os moldes urbanos. Além disso, é comum nessas comunidades a presença de classes multisseriadas, multisséries ou multi-anos, o que desafia os professores ainda mais do que a falta de infraestrutura ou a aplicação de um currículo urbano, pois afeta profundamente a prática pedagógica e, conseqüentemente, o processo de ensino e aprendizagem dos educandos.

As narrativas docentes são ricas e revelam uma participação ativa, altruísta e emancipatória nas escolas do campo ribeirinho. Elas trazem à tona questões que são discutidas ao longo da existência dessas escolas das ilhas, como o foco na ancestralidade, nos saberes locais, na identidade cultural e nas práticas sociais oriundas da relação família-trabalho-educação. São falas que evidenciam a necessidade de articulação ampla entre a SEMEC, as famílias e a escola, com o objetivo de identificar as principais necessidades locais e encaminhá-las aos órgãos competentes. Isso inclui a melhoria na infraestrutura dos serviços sociais básicos, a melhoria da educação e das condições de trabalho dos professores que atuam nas diversas ilhas de Belém, no

Estado do Pará. Assim, poderá ser garantida a qualidade nos processos de ensino e aprendizagem a que todos têm direito na democracia brasileira.

Referências

- Adams, C.; Murrieta, R.; Neves, W. (Ed.) **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.
- Apple, M. Repensando ideologia e currículo. In: Moreira, A. F. B.; Silva, T. T. **Currículo, cultura e sociedade**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- Arroyo, M. G. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: Arroyo, M. G.; Caldart, R. S.; Molina, M. C (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- Arroyo, M. G. Educação do Campo: Movimentos Sociais e Formação Docente. **Revista Marco Social, Educação do Campo**, Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz; Rio de Janeiro, RJ. v. 12, n. 12, 2010.
- Arroyo, M. G. **Currículo, território em disputa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- Arroyo, M. G. Tempos humanos de formação. In: Caldart, R. S.; Pereira, I. B.; Alentejano, P.; Frigotto, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- Arroyo, M. G. **Currículo, Território em disputa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- Arroyo, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.
- Arroyo, M. G.; Caldart, R. S.; Molina, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- Assis, G. J.; Lima, E. E. Escola, Família e Sociedade: diferentes espaços. na construção da cidadania. In: **X Congresso Nacional de Educação** - EDUCERE. 2011.
- Barros, O. F. Classes multisseriadas em escola rural ribeirinha: a práxis pedagógica de uma educadora. In: Oliveira, I. A. de (Org.). **Caderno de atividades pedagógicas em educação popular**. Belém: CCSE-UEPA, 2004.

Becker, B. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19 n. 53, 2005.

Benfica, W. A. **A escola rural na década de 90**: expectativas e significados da experiência escolar para os alunos e suas famílias. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

Borges, M. L. T.; Castro, M. L. Capital social e educação: condições para o desenvolvimento na reserva extrativista do Cajari. **Práxis Educacional**, v. 3, n. 3, 2020.

Brasil. **Constituição Federativa do Brasil**. Presidência da República. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em: 10 jul. 2023.

Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Presidência da República. Brasília, 1996.

Brasil. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Ministério da Educação. Brasília, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=13800&itemid, acesso em 10 jul. 2023.

Brasil. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm, acesso em 10 jul. 2023.

Bueno, A. M. O.; Pereira, E. K. R. O. Educação, Escola e Didática: uma análise dos conceitos das alunas do curso de pedagogia do terceiro ano – UEL. **Anais...** II jornada de Didática e I seminário de pesquisa do CEMAD, 2013.

Caldart, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

Caldart, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: Arroyo, M. G.; Caldart, R. S.; Molina, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Caldart, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, v. 7, n. 1, 2009.

Caldart, R. S. **A Escola do Campo em Movimento**. 5º ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2019.

Chaves, M. S. R.; Silva, E. C. L. A dinâmica das relações comunitárias no Parque Nacional do Jaú: as relações de ajuda mútua nas atividades coletivas. **Ciências Humanas**, Manaus, v. 9, n. 1/2, 2003.

Corrêa, M. F. R.; Hage, S. M. **Escola Ribeirinha: Encantos e Desencantos**. REALIZE Editora, Campina Grande. 2012.

Corrêa, P. S. A. (Org.). **A educação, o currículo e a formação de professores**. Belém: EDUFPA, 2006.

Corrêa, S. R. M. “Currículos” e saberes: caminhos para uma educação do campo multicultural na Amazônia. In: Hage, S. M. **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**, Belém: Gráfica e Editora Gutenberg Ltda, 2005.

Diegues, A. C. (Org.) **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2005.

Diegues, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

Dourado, L. F.; Oliveira, J. F.; Santos, C. A. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Série Documental: Textos para Discussão**, Brasília (DF), v. 24, n. 22, 2007.

Fernandes, A. M. D.; Rozenowicz, A.; Ferreira, J. Avaliação qualitativa e a construção de indicadores sociais: caminhos de uma pesquisa/intervenção em um projeto educacional. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 9, n. 2, 2004.

Ferreira, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

Ferreira, D. S. Modo de vida e uso dos recursos naturais em uma comunidade ribeirinha das ilhas de Abaetetuba/pa. **Revista Terceira Margem Amazônia**. v. 1, n. 2, 2012.

Flick, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

- Freire, P. **Pedagogia do oprimido**. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Freire, P. *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.
- Freire, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- Freire, P. **Educação e mudança**. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- Gallo, S. **Deleuze & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- Giroux, H. A. **Atos impuros: a prática dos estudos culturais**. Trad. Ronaldo C. Costa. Artmed, Porto Alegre. 2003.
- Gohn, M. G. **Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: Experiências e Desafios na Atualidade**. **Anais...** XI ANPED Sul. Curitiba: PR, 2016.
- Goodson, I. **Currículo: teoria e história**. 6ª edição. Petrópolis. Vozes, 1995.
- Gramsci, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro (RJ): Civ. Brasileira, 1982.
- Hage, S. M. **Educação do Campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005.
- Hage, S. M. **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**, Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005.
- Jesus, A. R. **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional**. 2008. Disponível em: http://lagarto.ufs.br/uploads/content_attach/path/11339/curriculo_e_educacao_0.pdf, acesso em: 15 jul. 2023.
- Libâneo, J. C.; Oliveira, J. F.; Toschi, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 7. ed., Cortez, São Paulo. 2009.
- Lima, M. A. R.; Andrade, E. R. G. Os ribeirinhos e sua relação com os saberes. **Revista Educação em Questão**. v. 38, n. 24, 2010.
- Lopes, Alice R. C.; Macedo, Elizabeth (Orgs.) **Currículo: Debates Contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.

- Mészáros, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- Molina, M. C.; Jesus, S. M. A. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF. Articulação Nacional por uma educação do campo, 2004.
- Motta, L. G. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.
- Mota Neto, J. C.; Oliveira, I. A. de. Saberes da terra, da mata e das águas, saberes culturais e educação. In: Oliveira, I. A. de (Org.). **Cartografias ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas**. Belém: CCSE-UEPA, 2004.
- Moura, T. V.; Santos, F. J. A pedagogia das classes multisseriadas: uma perspectiva contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente. **Revista Debates em Educação**, v. 4, n. 7, 2012.
- Nascimento, F. C. B.; Bicalho, R. Breve contextualização da educação rural no Brasil e os contrastes com a Educação do Campo. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 41, nº 78, 2019.
- Oliveira, I. A. **Filosofia da educação: reflexões e debates**. Belém: UNAMA, 2001.
- Oliveira, I. A. (org.) **Cartografias Ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas**. 2. ed. Belém: EDUEPA, 2008.
- Santomé, J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- Santos, A. R.; Silva, G. J.; Souza, G. S. **Educação do Campo**. Ilhéus/BA: Editus, 2013.
- Tadeu, T. Tinha horror a tudo que apequenava. **Revista Educação**, São Paulo, v. 6, 2007.
- Viero, J.; Medeiros, L. M. **Princípios e concepções da Educação do Campo** [recurso eletrônico] /. – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.
- Young, M. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 101, 2007.

4

INFLUENCIADORES MIRINS DA AMAZÔNIA E AS TEMÁTICAS SOBRE A REGIÃO NO INSTAGRAM

Danuta Leão

Ivana C. G. de Oliveira

Thiago Almeida Barros

Introdução

Nos últimos anos, surgiram diversas pesquisas com o objetivo de compreender a infância e infâncias no campo comunicacional, tais como (Andrade, 2020; Alcântara e Guedes, 2014; Monteiro, 2018; Sampaio, I. S. V; Cavalcante, a. P. P.; Alcântara, a. C. 2006; Tomaz, 2017) reforçando a importância do tema. Assim, este estudo se constrói em um percurso de pesquisa no âmbito da comunicação e dos meios digitais, com enfoque no discurso publicitário voltado para o consumo do público infantil, aprofundado no potencial consumidor e interativo de suas práticas no ambiente virtual; o que se dirige a este momento de pesquisa, a partir de perspectivas traçadas acerca da infância e da comunicação na Amazônia. Para entender e conhecer a realidade em que a criança está inserida, suas formas de representação e como recebe e decodifica as mensagens no território digital.

Este artigo é um desdobramento de uma pesquisa acadêmica produzida no PPGCLC/UNAMA, apresentada como Tese em 2021, que buscou compreender como o crescente número de crianças conectadas às redes digitais propicia a produção de novas subjetividades, bem como o surgimento de novos modos de interpelar a criança enquanto consumidora em Belém-PA.

Estudar as interrelações entre a infância e a comunicação se torna fundamental, principalmente no enfoque publicitário, uma vez que o

maior volume de pesquisas sobre esta temática se encontra nas áreas da educação e psicologia, principalmente compreendendo a infância e a comunicação na perspectiva amazônica.

Nesse sentido, buscamos compreender a exposição da Amazônia, região simbolicamente representada e explorada em diversas esferas, incluindo o território digital, nas temáticas utilizadas por estas crianças. Primeiro, indicando se estão identificadas como pertencentes à região, e como tal, expressando sua relação com ela. Depois, apontando qual discurso utilizam sobre a Amazônia em suas postagens.

Apresentando, como destaca Bourdieu (1998), a relação entre a produção simbólica e as condições sociais de sua criação, o que inclui não apenas o contexto social, mas também a posição específica que o produtor ocupa dentro do campo de produção. Assim, as obras simbólicas como produtos culturais são moldadas tanto pelos interesses expressivos do produtor quanto pelas censuras e limitações impostas pelo campo em que atuam.

A marca Amazônia, na cultura do consumo, como explica Amaral (2016), representa uma síntese idealizada de agregação de valor a qualquer produto nessa perspectiva de irradiação de poder estruturado pelo discurso da comunicação, simbólica e objetivamente como imagem que carrega esta significação.

O objetivo deste artigo é analisar como a Amazônia é tematizada nos conteúdos dos influenciadores digitais infantis no Instagram. A pesquisa se delinea a partir da perspectiva metodológica netnográfica de Amaral, Natal e Viana (2009) e Kozinets (2014), tendo como lócus 4 perfis na rede social Instagram¹ de crianças dos Estados do Amazonas e

¹ O Instagram é um aplicativo gratuito de compartilhamento de imagens e vídeos. Tornou-se uma rede social que permite a troca de fotos e vídeos, e interação com outras pessoas por meio de curtidas e comentários. A palavra "Instagram" é uma junção entre os termos "instant camera" (câmera instantânea)

Pará: O Mundo de Mariana e Andres Pianista, de Belém (PA); e Luan Gabriel e O mundo de Diana, de Manaus (AM). O mês escolhido para a análise foi julho, pois é o mês das férias escolares e assim haveria um maior número de conteúdo.

Infância no Instagram

Para melhor entendimento desta pesquisa, é necessária a delimitação do conceito de infância como um período da vida em que o indivíduo começa a sentir, a pensar, a agir e a se relacionar. Gagnebin (1997) destaca que o conceito de infância não está relacionado a uma faixa etária², mas aos anos iniciais da vida humana, caracterizados pela incapacidade e pela carência de fala. Porém, a palavra carrega em sua origem o sentido negativo desta incapacidade do sujeito articular discursos, isso porque, de acordo com a filósofa, a palavra tem origem no latim *fari* – falar, dizer, e do complemento aos fã. Assim, a criança seria in-fans, aquele que não fala.

Em Sarmiento (2005), a infância é conceituada como construção social, a partir de um conjunto de representações sociais e de crenças, reforçando que, embora crianças sempre tenham existido, a infância, enquanto categoria social autônoma, é fruto de processos históricos que a definiram como um grupo diferenciado dentro da sociedade

e “telegram” (telegrama), e remete à captura e compartilhamento de fotos instantaneamente. A estimativa é que tenha atualmente 2 bilhões de usuários, tendo o Brasil como o segundo mercado de usuários. Disponível em: <https://www.instagram.com/> e <https://blog.opinionbox.com/pesquisa-instagram/>. Acesso em 05 e set. 2024.

² Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, denominada de Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre o conjunto de normas do ordenamento jurídico como objetivo de proteger os direitos da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz. É definida como o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil. A partir desta Lei considera-se criança, Artigo 2º, “a pessoa de até doze anos de idade incompletos”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 1 de setembro de 2024.

Neste estudo, o conceito de infância está tangenciado pelas diferentes formas de inserção deste período de vida na cultura contemporânea de consumo, onde um reordenamento das relações sociais reposiciona a criança com o status de cliente e de produto, isto é, um sujeito que está presente no campo mercadológico, consome e se transforma em objeto das estratégias de marketing, submetido ainda à segregação social da cultura consumista demarcada pela dependência do que se possui ou do que se pode possuir neste mundo imediatista.

Os influenciadores digitais mirins são crianças e adolescentes que conquistaram popularidade e seguidores nas plataformas digitais, como YouTube, Instagram e TikTok. Esse fenômeno tem crescido significativamente no Brasil, impulsionado pela popularização das redes sociais e pela facilidade com que jovens talentos podem se destacar. Karhawi (2020), em sua obra, ao trazer o surgimento e o *ethos* das blogueiras até o que chamamos hoje de influenciadores nos traz algumas inquietações para olhar o nosso *corpus* de análise. Para a autora, passamos por 4 etapas: Vanguarda, Legitimação, Institucionalização e a Etapa Profissional. Através destas etapas que classificamos os perfis das crianças aqui analisadas. Karhawi (2020), ao pensar um estudo arqueológico do termo “blogueira” e depois “influenciadores”, argumenta que pensar na origem do termo não se limita apenas a uma mera identificação de tempo e espaço, mas de desvendar relações de poder, discursivas e sociais.

Nesse contexto, traça-se um caminho metodológico para esta pesquisa com base no entendimento de netnografia proposto por Amaral, Natal e Viana (2009), construindo um observatório de análises quantitativas e qualitativas que caracteriza possíveis ‘modos-de-ser digital infantil’ a partir da performance de perfis de conteúdo, dos tipos de publicidade (invasiva/publicidade; integrada/interação) que o

espetaculariza, e da utilização de ferramentas para exposição na rede social, configurando-os como consumidores digitais.

A partir de Kozinets (2014), complementamos essa metodologia netnográfica como a pesquisa observacional participante, baseada no trabalho de campo *online*. Segundo o autor, a netnografia é uma abordagem apropriada tanto para estudo de comunidades virtuais quanto de comunidades e culturas que manifestam interações sociais importantes virtualmente; e sua observação se dá por elementos como entrevistas, coleta de dados, análise de dados históricos, ou seja, é o reconhecimento da importância das comunicações mediadas pelo computador.

Dos *blogs* aos influenciadores digitais

É importante para a classificação do lócus desta pesquisa apontarmos as fases do mercado de influência digital. Karhawi (2020) descreve esta história mercadológica a partir dos primeiros blogs no Brasil, surgidos na web 2.0, quando as blogueiras eram amadoras e apenas partiam de uma motivação intrínseca ao universo que viviam. É a fase denominada de **Vanguarda**, num momento em que o assunto predominante era moda e o mercado atingiu uma extensão de domínio da comunicação até os blogs, passando a ganhar visibilidade midiática. Para a autora, a sociedade do espetáculo de Debord (2003) se refletia na consolidação dos blogs, independentemente da plataforma ou rede social, produzindo o espetáculo na narrativa construída para criar uma comunidade de leitores, seguidores e fãs.

A segunda etapa é definida por como a **Legitimação**, a partir de Bourdieu (1998), em que a autora aponta como determinante o capital

social³ construído a partir da reputação e presença nas redes, como o grande diferencial e reconhecimento em seus pares. Nesta etapa, Karhawi (2020) explica ser a consolidação da prática no campo da comunicação, pois começa a interação e a construção de comunidades.

A última etapa é **Institucionalização**, quando a publicidade que antes estava apenas nos banners⁴ dos blogs, passa a ganhar novos formatos. As blogueiras se transformam em garotas-propaganda, participam de lançamentos de produtos e desenvolvem linhas que levam os seus nomes. Karhawi (2020) explica que, neste momento, o CONAR⁵ exige a identificação dos conteúdos publicitários no território digital, com hashtags⁶ presentes nos textos; e “a imagem da blogueira é tão importante quanto o conteúdo que produz” (Karhawi, 2020, p. 226).

Na etapa da **Profissionalização**, a autora relaciona as recompensas extrínsecas, financeiras, vindas de parcerias comerciais com marcas e organizações e contratação de equipes. Assim, “a lógica numérica invisível começa a definir também a lógica da dinâmica de produção de conteúdo e visibilidade” (Karhawi, 2020, p. 186). As blogueiras passam a se apresentar como “empresárias digitais”. É a gênese da celebretização das personalidades das redes digitais, e YouTube e Instagram foram

³ Entende por capital social como: o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis.

⁴ Os anúncios de banner podem ser anúncios estáticos ou dinâmicos posicionados estrategicamente em um site para capturar a atenção dos consumidores. Disponível em: <https://advertising.amazon.com/pt-br/library/guides/banner-advertising#:~:text=Os%20an%C3%BANCios%20de%20banner%20podem,visitar%20o%20site%20da%20marca>. Acesso em 12 de jul de 2024.

⁵ Conselho de Autoregulação Publicitária. Disponível em: <https://www.conar.org.br/> Acesso em 12 de julho de 2024.

⁶ As hashtags são localizadores de conteúdo no território digital através de palavras-chave precedidas do símbolo # e seu uso aumenta alcance e gera engajamento das temáticas que assinala.

plataformas que mais trouxeram mudanças mercadológicas e possibilidades para esta nova categoria das redes: os Influenciadores Digitais, que tem como critérios de valorização, de acordo com Tomaz (2018), *likes*, comentários, e número de inscritos.

Atualmente, são diversos os termos usados para designar o usuário que produz conteúdo no ambiente digital, seja ele influenciador digital, formador de opinião online, produtor de conteúdo, *creator*, *youtuber*, blogueiro, *vlogger*. Independente da designação, devem seguir critérios como qualidade da produção de conteúdo (criatividade), consistência nessa produção (tanto temática quanto temporal); manutenção de relações, prestígio em uma comunidade e, por fim, influência.

Para Karhawi (2017), influenciador pode ser tanto aquele que estimula debates ou agenda temas de discussão em nichos, quanto aquele que influencia na compra de um lançamento de determinada marca. Em ambos os casos, o processo de solidificação em termos de crédito, capital e reputação são os mesmos.

Assim, “Influenciadores” são indivíduos que adquiriram uma audiência significativa e poder persuasivo em plataformas digitais. Na categoria infantil, são conhecidos como “kidsfluencers”, criam conteúdos que vão desde jogos a tutoriais, e têm um impacto substancial na experiência de mídia das crianças porque, como salienta De Veirman *et. al* (2019), as recomendações dos influenciadores mirins são eficazes por não serem percebidas como anúncios, mas como opiniões sinceras, inquestionáveis e valorizadas.

No cenário dos aplicativos das redes sociais, os Influenciadores se tornaram o grande diferencial no marketing digital. Pesquisa Infobase⁷

⁷ O que mudou no mercado dos influenciadores? Disponível em <https://infobase.com.br/infografico-mudou-mercado-dos-influenciadores/> Acesso em 03 de ago de 2024

divulgada em 2024, aponta que 75% das marcas já utilizam influenciadores digitais em suas estratégias de venda. E, sobre a melhor plataforma para atuação, 92% dos profissionais de marketing consideram o Instagram a rede social mais importante para o marketing de influência⁸. Como principal fator da busca pela parceria com Influenciadores, a pesquisa indica que 79% das marcas buscam maior engajamento nas redes.

Outra pesquisa salienta a força deste mercado, do Banco Goldman Sachs⁹, divulgada em maio de 2024, que estimou que, até 2027, esse mercado deve movimentar US\$ 480 bilhões, dobrando suas atuais dimensões, com grande número de influenciadores locais, construindo relações mais próximas de seus seguidores. Um outro dado é a relação que se estabelece entre o *fandom* e o influenciador, que é sustentada pela percepção de confiança, proximidade, autenticidade de identificação, muito embora essa conexão não seja absoluta e possa ser quebrada.

Este mercado tem especificidades quando se trata das crianças. A presença de *youtubers* mirins na mídia tradicional é datada em 2015, quando Karhawi (2020) referencia a chegada das blogueiras ao patamar de empresárias digitais. Tomaz (2017) complementa que é quando a criança midiática passa a ser reconhecida nesta esfera digital:

[...] reconhecimento da voz das crianças, vinculado a uma configuração de elementos históricos e socioculturais, que possibilitam conceber a participação das crianças na vida social. A outra condição está relacionada

⁸ Marketing de Influência é uma abordagem de marketing que consiste em praticar ações focadas em indivíduos que exerçam influência ou liderança sobre potenciais clientes de uma marca. Disponível em <https://influency.me/blog/o-que-e-marketing-de-influencia/> Acesso em 12 de jul de 2024.

⁹ Disponível em: Pesquisa aponta pulverização no mercado de influenciadores digitais <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/pesquisa-aponta-pulverizacao-no-mercado-de-influenciadores-digitais#:~:text=Um%20relat%C3%B3rio%20do%20banco%20Goldman,mais%20pr%C3%B3ximos%20de%20seus%20seguidores>. Acesso em 12 de jul de 2024.

a um espaço disponível para que elas possam manifestar essa presença, em particular a mídia (Tomaz, 2017, p. 36).

Este reconhecimento e garantia de espaço na esfera digital, para além do social, tem o foco comercial. Influenciadores mirins acumulam seguidores e influenciam o comportamento e as decisões de consumo de seu público-alvo, frequentemente composto por outras crianças, adolescentes e pais. Abidin (2021) destaca que essas crianças influenciadoras se engajam em práticas de marketing de conteúdo, seja promovendo produtos diretamente, seja através de suas rotinas diárias, muitas vezes em colaboração com seus pais ou responsáveis. O envolvimento das crianças nesse mercado é visto como uma extensão do trabalho adulto de influência, mas com particularidades que questionam a proteção de sua privacidade e os impactos emocionais e psicológicos de sua exposição pública.

Mesmo que nesta pesquisa não tratemos destes aspectos, Baúna e Costa (2023) problematizam as questões éticas e legais em torno do trabalho infantil nas mídias sociais, sugerindo que a atuação de influenciadores mirins demanda regulamentação, dada a complexidade de garantir um ambiente seguro e ético para o desenvolvimento dessas crianças no cenário digital. Eles também analisam o poder crescente desses influenciadores na moldagem de tendências, especialmente em setores como moda, brinquedos e alimentação.

É neste cenário que apresentamos a conceituação de influenciador mirim, envolvendo tanto aspectos de marketing e comportamento digital quanto preocupações com a infância e a responsabilidade social. Os autores analisados constroem várias categorizações para compreender melhor a atuação destas personagens do território digital. Selecionamos algumas categorias para que possamos apresentar os perfis estudados.

Inicialmente, é necessário classificar como as crianças influenciadoras se diferenciam nas redes sociais com base em características de sua exposição. A partir desta classificação, é possível distinguir o papel desempenhado no processo de produção de conteúdo, a natureza da interação com o público e a mediação familiar ou empresarial.

Tabela 1 – Características dos perfis de influencers mirins

CARACTERÍSTICAS	PERFIL
Idade e grau de autonomia	Crianças mais novas tendem a ter menos controle sobre o que postam, sendo os pais ou tutores os principais responsáveis pela criação e curadoria do conteúdo.
Participação familiar	Os pais ou responsáveis, além de supervisionar, podem ser gerentes dessas contas, o que levanta questões sobre a exploração infantil, consentimento e privacidade.
Tipos de conteúdo	Conteúdos relacionados a brinquedos, jogos, moda infantil, experiências familiares ou atividades educativas.
Interação com o público	Crianças muitas vezes têm um público mais jovem, e os autores exploram o impacto disso em termos de influência sobre seus pares e o potencial de modelar comportamentos.
Aspectos legais e éticos	As discussões sobre as regulamentações legais e os debates éticos em torno da participação de crianças em atividades comerciais e de influência, como a proteção de seus direitos à privacidade e à segurança online, além da necessidade de legislação específica para lidar com a monetização do conteúdo gerado por crianças.

Fonte: Sistematização produzida pelos autores (2024)

Esta classificação (Tabela 1) tem sido cada vez mais aperfeiçoada para entender o impacto da atuação no ambiente de marketing, comunicação e nas interações sociais que se promovem a partir dos perfis. Influenciadores desempenham papéis diferentes em função do nicho, alcance e tipo de conteúdo que produzem, e essa categorização

permite que, no campo mercadológico, marcas escolham aqueles que melhor se alinham com seus objetivos e público-alvo.

Conforme apontam Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017), ao trabalharem com influenciadores, é fundamental que as empresas compreendam como esses sujeitos influenciam comportamentos de consumo e geram engajamento, o que pode ser feito de forma mais eficaz com uma categorização clara. E a classificação dos influenciadores facilita a escolha de estratégias personalizadas, potencializando o alcance e a eficácia das campanhas. Kaplan e Haenlein (2010) destacam a importância de se analisar o grau de autenticidade e credibilidade que o influenciador tem perante seu público, o que também depende de sua categorização.

Os conteúdos produzidos por influenciadores mirins são diversos e se adaptam às plataformas e aos interesses do público infantil. A Tabela 2 relaciona as principais categorias de formatos de conteúdos:

Tabela 2 - Classificação conforme conteúdo produzido

TIPOS	CONTEÚDO
Vlogs	Diários de vídeo que mostram a rotina, os hobbies e as aventuras dos influenciadores.
Desafios e trends	Participação em desafios populares nas redes sociais, como danças, dublagens e brincadeiras.
Resenhas de produtos	Apresentação e avaliação de brinquedos, jogos, roupas e outros produtos infantis.
Conteúdo educativo	Vídeos com temas educacionais, como aulas de idiomas, explicações sobre ciência e história.
Conteúdo Criativo	Produção de vídeos e fotos com elementos de criatividade, como desenhos, pinturas e artesanato.

Fonte: Sistematização produzida pelos autores (2024)

Classificar os conteúdos produzidos pelos influenciadores digitais (Tabela 2) é essencial para sistematizar o entendimento e a análise dessas produções, entendendo as nuances de seus conteúdos para

classificar seu papel e sua capacidade de modelar comportamentos e consumo. A categorização possibilita a distinção entre conteúdos mais voltados ao entretenimento, à educação ou à publicidade, facilitando sua avaliação de forma mais objetiva e sistemática.

Há peculiaridades na produção de conteúdo das crianças. Ao publicar em seus próprios perfis/canais, as crianças criam uma relação mais íntima com as marcas e transferem esse imaginário para as outras crianças que acompanham seus conteúdos/assistem os vídeos. Estrategicamente, no campo mercadológico, essa divulgação dos produtos por crianças tem a intenção de que sejam percebidas pelo público como indicação “por um amigo” e não mais pela mediação do discurso publicitário óbvio que existe com a televisão ou outras mídias tradicionais (Leão *et al.* 2016). Assim, a maneira mais comum de intervenção das marcas que se encontra no perfil/canal é o que se chama de “patrocínio velado”: as marcas enviam seus produtos para o influenciador e ele compartilha esses vídeos em suas mídias (Nunes; Araújo, 2016, p. 10).

A confiança é a base da relação entre os influenciadores e sua comunidade (públicos). Segundo Alex Baptista (2024)¹⁰, é comum, por exemplo, que os youtubers (infantis ou não) aceitem fazer publicidade de um determinado produto ou serviço em seus vídeos em troca ou do bem em si ou do pagamento de cachê. No entanto, muitas vezes não há nenhuma menção deste acordo por trás das câmeras nas postagens e o espectador acaba acreditando no discurso, sem perceber que é um conteúdo mercadológico, mesmo com as recomendações do CONAR de

¹⁰ Disponível em: Branding e influência: valores e conexão .<https://www.meioemensagem.com.br/opiniao/branding-e-influencia-valores-e-conexao> . Acesso 14 de Setembro de 2014.

2021¹¹, que recomendam que o conteúdo mercadológico tenha uma sinalização de hashtag *Publi*.

Mia Taylor (2024)¹² exemplifica esta influência no consumo de cosméticos por crianças, que tem aumentado nos últimos anos, influenciado por estratégias de marketing e pelas redes sociais. Na reportagem, afirma que meninas com menos de 12 anos de idade estão invadindo lojas de cosméticos de luxo, como a Sephora e a americana Ulta Beauty. E, segundo a jornalista, é uma consequência da pandemia de COVID- 19, pois as crianças, principalmente da geração Alpha (nascidas a partir de 2010) foram expostas e consomem mais redes sociais digitais.

Esses dados são relevantes não só como panorama do mercado de influência no Brasil, mas para, principalmente, questionar o crescimento e as mudanças do mercado publicitário a partir das plataformas digitais. Entender o público consumidor no digital é fundamental para compreensão da atuação destes influenciadores e busca por estratégias de marketing de conteúdo.

Perfis analisados

Metodologicamente, foram selecionados quatro perfis, a partir de um mapeamento prévio, em busca de perfis de crianças atuantes como influenciadores mirins na rede social Instagram. Como critérios básicos, definimos primeiramente a idade (até 12 anos), a quantidade e frequência de publicações nos perfis, e a criança estar na Amazônia,

¹¹ Disponível em: Guia de Publicidade por Influenciadores Digitais. Disponível em <http://conar.org.br/index.php?codigo&pg=influenciadores> . Acesso 3 de Agosto de 2024.

¹² Sephora Kids! e o alarmante crescimento do mercado de produtos de beleza para crianças <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/02/03/sephora-kids-e-o-alarmante-crescimento-do-mercado-de-produtos-de-beleza-para-criancas.ghtml> . Acesso 3 de Agosto de 2024.

critério mais difícil de ser classificado, uma vez que o Instagram não oferece geolocalização dos participantes. Assim, foi necessário que a pesquisa consultasse seguidores dos perfis selecionados previamente. Dois perfis são acompanhados para fins científicos desde 2017¹³, foram acrescidos nesta pesquisa outros dois que preencheram as qualificações pré-determinadas.

Por fim, foram selecionados perfis no Instagram de duas crianças de Belém (PA) - Mariana (11 anos) e Andres (12 anos); e duas de Manaus (AM) - Diana (4 anos) e Luan (11 anos).

Os perfis são da plataforma Instagram por dados recentes que demonstram seu impacto e relevância no cenário digital. Segundo o relatório Digital 2024: Global Overview Report¹⁴, é uma das redes sociais mais utilizadas globalmente, com mais de 2 bilhões de usuários ativos mensais, sendo um dos principais espaços onde influenciadores digitais atuam. Além disso, o Instagram Trend Report 2024¹⁵ destaca que 85% dos usuários entre 16 e 34 anos seguem pelo menos um influenciador digital, consolidando a plataforma como um espaço privilegiado para o marketing de influência, impulsionando marcas e gerando conteúdos que impactam comportamentos de consumo, fundamentais para a análise de tendências, comportamentos e interação entre públicos e marcas, oferecendo ferramentas que permitem mensurar a interação dos seguidores com influenciadores, como curtidas, comentários e

¹³ Foram mapeadas dez crianças para a Tese de Doutorado: Youtuber mirim - A vida é um espetáculo! de uma das autoras deste capítulo, Danuta Leão, que produziu um observatório das formas de interação e consumo infantil nas redes sociais em Belém (PA). Defendida em 2021 no PPGCLC da UNAMA, a tese inclui os perfis de Mariana e Andres, que continuam produzindo conteúdo e integram o corpus deste capítulo. Disponível em: <https://stricto.unama.br/pt-br/curso/doutorado-em-comunicacao-linguagens-e-cultura>

¹⁴ HOOTSUITE; WE ARE SOCIAL. Digital 2024: Global Overview Report. 2024. Disponível em: <https://wearesocial.com/digital-2024-global-overview-report>. Acesso em: 03 set. 2024.

¹⁵ INSTAGRAM. Instagram Trend Report 2024. 2024. Disponível em: <https://business.instagram.com/instagram-trend-report-2024>. Acesso em: 03 set. 2024.

compartilhamentos, com métricas mais avançadas, como impressões e alcance, valiosas para pesquisas qualitativas e quantitativas sobre o comportamento dos usuários e a eficácia das estratégias de influência.

As crianças têm uma presença crescente no Instagram, de acordo com estudos recentes sobre o uso de redes sociais, como o relatório *Children and Digital Marketing*¹⁶(2024), crianças e adolescentes estão se envolvendo cada vez mais com plataformas digitais, seja como consumidores de conteúdo ou como criadores. Embora a plataforma exija que os usuários tenham pelo menos 13 anos para criar uma conta, muitas vezes há crianças mais novas usando o aplicativo, seja com a supervisão de adultos ou utilizando contas de terceiros.

O Mundo de Mariana - @omundoodamariana

Mariana tem 11 anos e é uma criança com síndrome de Down. Está no Instagram desde 2017 e seu canal do YouTube desde 2020, o perfil é administrado pela mãe, com conteúdo da rotina de aprendizados e desenvolvimento cognitivos, com apoio de uma equipe multiprofissional, sempre destacada nas postagens. Na bio, a descrição é em inglês e o foco do conteúdo é a síndrome de Down com representatividade, para reduzir preconceitos. Já lançou uma cartilha com dicas de alimentação saudável e a venda foi revertida para a APAE.

Nos conteúdos, é possível perceber que são os relatos da mãe, a narrativa criada em formato de diário, um relato da experiência em diferentes lugares (escola, consultórios, cozinha, festas e lojas) e interações de Mariana. O nome *O Mundo de Mariana*¹⁷ descreve uma

¹⁶ OXFORD INTERNET INSTITUTE. *Children and Digital Marketing: Report on Social Media Use*. 2024. Disponível em: <https://ox.ac.uk/children-digital-marketing>. Acesso em: 03 set. 2024.

¹⁷ Mundo de Mariana Disponível em <https://www.instagram.com/omundoodamariana/>. Acesso em 01 de agosto de 2024.

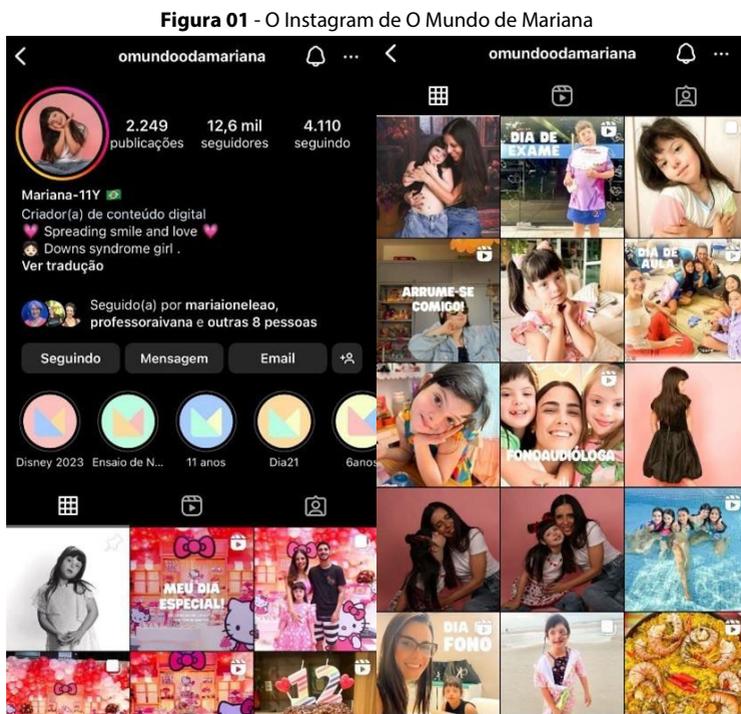
rotina de cuidados, brincadeiras, receitas, viagens e lugares por onde circula que fazem a diferença no seu perfil. Suas *hashtags* mais escritas são #downsyndrome #serdiferenteénormal e #recebidoslindos.

Atualmente, o perfil (ver figura 01) de Mariana tem 12 mil seguidores e é considerada uma microinfluenciadora em Belém-PA. Com a pauta de inclusão presente em seu conteúdo, apresenta os desafios de seu desenvolvimento, mas percebe-se cada vez maior uma demarcação política, de luta por espaços e inclusão. Fazendo com que a hashtag #serdiferenteénormal seja utilizada em todas suas postagens.

Mariana protagoniza publicidades para grandes marcas como Arezzo (nacional) e Grello (regional), de shoppings centers de Belém. Também protagoniza mensagens institucionais para a APAE – Belém.

As duas marcas, assim como o shopping Boulevard e Grão-Pará, são marcas direcionadas aos públicos A e B, fazendo com que as postagens incluam restaurantes que frequenta, as roupas que veste, as aulas, terapias que tem em casa e acompanhamento médico em São Paulo. Também estão nos conteúdos as viagens internacionais para a Disney e Europa. Em julho deste ano, somou 13 postagens, apenas uma publicidade.

É importante ressaltar o papel da família e principalmente da mãe, que coordena as postagens e dirige os conteúdos. Mariana é a personagem principal dos vídeos e cards, mas no último ano a mãe tem postado vídeos em que responde dúvidas sobre a maternidade de uma criança com síndrome de Down .



Fonte: Print Screen – Instagram (2024)

Andres Costa @andrespianista_

Andres tem 12 anos, iniciou com um canal no YouTube em 2018 se apresentando como *gamer*, jogador de videogame, expressão que se tornou comum após a consolidação de *e-sports*¹⁸, com torneios e competições de jogos eletrônicos, atualmente já considerado como um esporte. Ele só chega no Instagram (Figura 02) no ano seguinte, demarcando nicho de mercado ao trazer o universo *gamer* e pop para seus conteúdos. As postagens mais recorrentes são sobre jogos e cultura pop, como animes. Também comenta sobre cantores como Michael

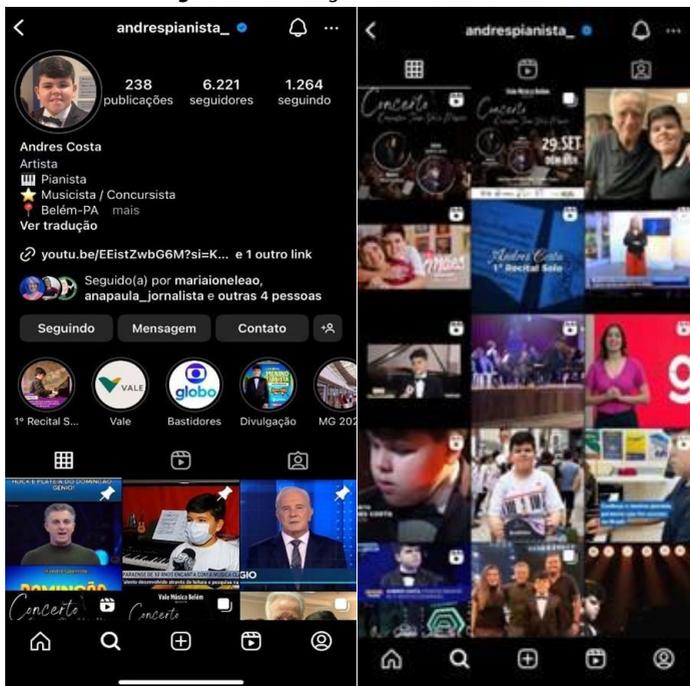
¹⁸ E-sports é um termo que vem do inglês electronic sports, ou esportes eletrônicos, utilizado para definir a modalidade competitiva de jogos virtuais. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/outros-esportes/e-sports/> Acesso em 3 de set de 2024.

Jackson, aviação, destaca coleção de aviões e a presença em eventos, além de apresentar em vídeos na rede com o *making of* de comerciais de TV que participa como ator profissional, porque atua desde 2019.

A história de Andres está relacionada à sua exposição midiática. Em 2022, ele começa a estudar piano e deixa o perfil de gamer. O destaque maior foi um vídeo no canal dele do Youtube executando ao piano a Sonata ao Luar de Beethoven, que explicou ter aprendido sozinho. Este vídeo viralizou e se tornou pauta jornalística na mídia local (TV e portais). A partir desta visibilidade, foi convidado a participar do programa Domingo do Huck¹⁹, em dezembro de 2023. Desde então, seu perfil tem divulgado suas aulas e apresentações como pianista em Belém e as viagens com a família.

Há uma demarcação de ser de Belém na sua bio, seguindo as entrevistas que sempre deu. Andreas faz questão de contar onde nasceu e como desenvolveu seu talento para a música. Em julho deste ano, não houve postagens em seu perfil, mesmo sendo período de férias escolares.

¹⁹ Programa de televisão, exibido todos os domingos pela Rede Globo, desde setembro de 2021. São 260 minutos semanais de produção ao vivo e gravada com quadros, música e a presença de artistas nacionais e internacionais, com matérias especiais pelo Brasil. Disponível em <https://gshow.globo.com/programas/domingao-com-huck/>. Acesso em 3 de set de 2024.

Figura 02 - O Instagram de Andres Pianista

Fonte: Print Screen – Instagram (2024)

Diana - @_mundodadiana

A amazonense Diana tem 4 anos e lançou este ano o canal no Youtube para dar visibilidade à cultura manauara. Seus primeiros vídeos são sobre a história dos bois de Parintins. No Instagram (figura 03), possui 525 seguidores e o conteúdo oferecido alterna vídeos e cards com mensagens sobre a relação com a mãe, que dirige as postagens, sua rotina e a valorização da cultura de Manaus.

Mesmo com um perfil recente, já conta com conteúdos específicos, com a apresentação de produtos de forma profissional: com uso de logomarca, provador, edição e iluminação. Com o sucesso dos vídeos de

Parintins (AM)²⁰, Diana e a mãe deram se tornaram fontes jornalísticas, concedendo entrevistas em diversos veículos de comunicação da capital amazonense.

É válido destacar que o perfil de Diana, apesar de pouco tempo, demonstra utilizar estratégias de marketing de influência para interação e engajamento com a audiência, que é informada sobre a produção postada no Youtube, tornando o Instagram uma ponte para a rede dos vídeos longos. No mês de julho, a influenciadora mirim fez 52 postagens, sendo 30% (16) de conteúdo publicitário, com referência à região como um destino turístico, quando indica um hotel fazenda do Amazonas e suas opções de divertimento.

Nos conteúdos, apresenta uma imagem que pretende aproximar de um sucesso de animação da televisão e do streaming: Dora Aventureira²¹, utilizando inclusive uma hashtag #DianaExplora e divulgando na mídia a imagem de exploradora da região, inclusive reforçando uma Amazônia desconhecida, que precisa ser explorada.

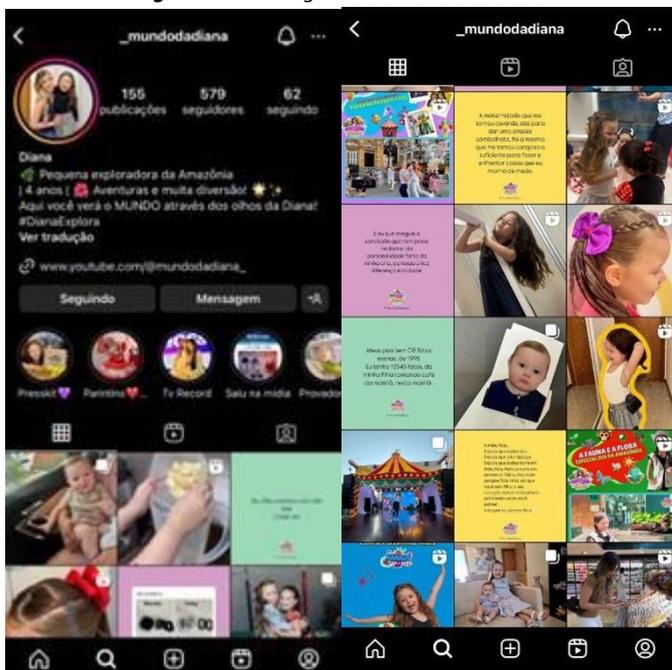
A influenciadora mirim tem press kit²² divulgando seu canal no Youtube, identidade visual nas postagens, sempre obedecendo às cores de uma paleta definida com rosa, verde e amarelo. A desenvoltura na frente da câmera é a justificativa usada pela mãe para criar e manter o perfil da criança. Inclusive, a participação da mãe é muito forte, presente em quase todas as postagens.

²⁰ Considerado patrimônio cultural do país pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o evento está ligado à tradição cultural do Boi-Bumbá. A manifestação popular gira em torno de uma lenda sobre a ressurreição do boi. Na cidade de Parintins no Amazonas, os dois bois que disputam por 3 noites são os Bois Caprichoso e GARantido, Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-07/saiba-as-origens-culturais-do-festival-de-parintins-campeao-sai-hoje> Acesso em 06 setembro de 2024

²¹ Desenho de caráter educativo de 1999, produzido pelo canal Nickelodeon Animation Studios.

²² O press kit, também conhecido como kit de imprensa, é uma ação de marketing que tem o objetivo de apresentar uma empresa ou um serviço para a mídia. Geralmente esse kit é composto por uma carta de apresentação (o press release) e outros objetos que possam expressar as características do projeto.

Figura 03 - O Instagram de O Mundo da Diana



Fonte: Print Screen – Instagram (2024)

Luan Gabriel - @eu_lunatico

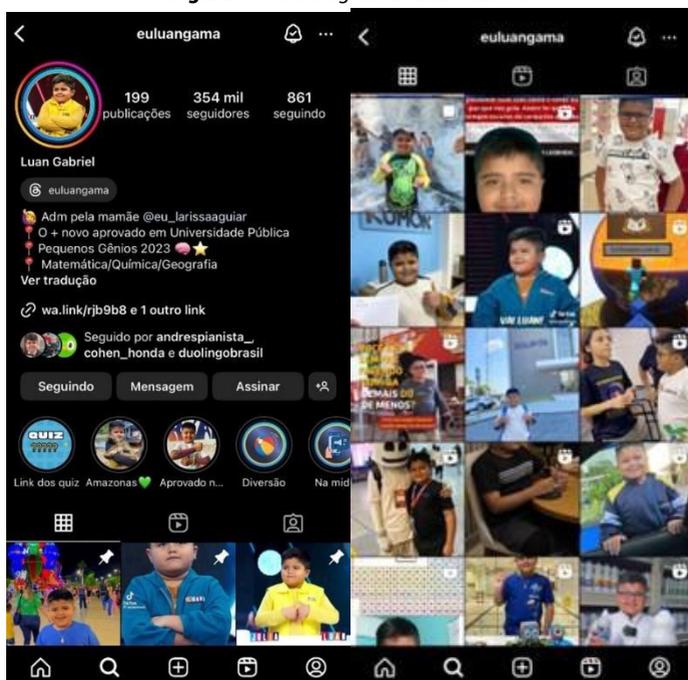
Luan tem 11 anos e começou a ganhar visibilidade quando participou do quadro *Pequenos Gênios*²³, no Domingo do Huck. O estudante demonstrou habilidade excepcional em cálculos matemáticos e destreza na resolução de questões de conhecimentos gerais. Luan também foi aprovado no vestibular quando tinha 10 anos, mas por decisão da Procuradoria do Estado do Amazonas não pode cursar Matemática na Universidade do Estado do Amazonas²⁴. Seu perfil do

²³ Quadro programa semanal da Rede Globo, Domingo com o Huck, onde crianças de 7 a 11 anos, devidamente matriculadas em escolas e com altas habilidades, competem entre si, demonstrando habilidades cognitivas. Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/caldeirao-do-huck/pequenos-genios/> Acesso em 3 de ago de 2024.

²⁴ A Justiça do Amazonas determinou que a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) resgatarde a vaga no curso de Licenciatura em Matemática. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/>

Instagram (Figura 04) tem 356 mil seguidores. Nos conteúdos, além de desafios sobre conhecimentos gerais e matemática, Luan faz publicidade com marcas do universo infantil regionais e reposta fragmentos dos vídeos da participação no programa da TV Globo, onde ganhou muita visibilidade não só por seu desempenho, mas por todo o seu carisma. No período de férias deste ano, em julho, das 21 postagens, 14 foram publicitárias, chegando a 66% do total. Nenhuma relativa a temas da Amazônia.

Figura 04 - O Instagram de Luan Gabriel



Fonte: Print Screen – Instagram (2024)

Amazônia nas temáticas dos perfis

Seguindo a lógica de pensar as redes sociais digitais, como o Instagram, enquanto negócio e espetáculo de uma vida cotidiana, Castro (2016) nos lembra que não existe espetáculo ou entretenimento sem vedetes, sem o culto às celebridades, ou seja, pessoas como mercadorias. Para o autor, o ciberespaço facilita os contatos humanos e o intercâmbio de informações e produtos. É neste espaço espetacularizado digitalmente que procuramos, nos perfis pesquisados, a presença da região amazônica e as experiências vividas nela.

Analisando as *bios* e os conteúdos postados pelos influenciadores mirins, encontramos o que Perez (2020) ressalta sobre o consumo enquanto um processo de construção de vínculos de sentido e os rituais de consumo. E, neste sentido, a construção de vínculos entre os influenciadores mirins e os públicos não está relacionada à região. Eles pouco ou nenhuma vez, demonstram afeto, envolvem suas histórias com a Amazônia, expressam sentimentos e valores que façam uma ligação com um público valorizando o fato de estarem/serem da região amazônica.

Nos conteúdos prevalece o mercado: rotinas que incluem produtos de vestir, alimentação e decoração/brinquedos (Tabela 3). Corroboramos o que Silva (2009) discute sobre o marketing, a mídia, a publicidade, a web e as tecnologias da comunicação que estão consolidando negócios, informações e ideias, numa mistura constante de informações, entretenimento, notícias, formando uma corrente infinita de novos desafios e novas formas de fazer negócios, tanto na comunicação como no marketing. Os influenciadores aproveitam seus relatos cotidianos para incluir possíveis espaços publicitários para que sejam percebidos pela audiência como experiências de consumo que devem ser copiadas.

Tabela 03 - Conteúdo dos perfis

Perfil	Idade	Seguidores	Informações da Bio	Conteúdo feed /stories
@_mundodadiana (AM)	4 anos	556 mil	Exploradora da Amazônia	Rotina, looks do dia, curiosidades da Amazônia e Publicidade.
@eu_lunatico (AM)	11 anos	356 mil	Pequenos Gênios	Rotina, Estudos e desafios de matemática e Publicidade.
@Mundoodemariana (PA)	11 anos	12,5 mil	Em inglês específica que é criança com Síndrome de Down	Rotina, receitas, terapias, publicidades e trends.
@andrespianista_ (PA)	12 anos	6,236 mil	Pianista, Musicista de Belém	Piano, shows, Estudos e Participação em Publicidades

Fonte: Sistematização produzida pelos autores (2024)

Neste cenário hiperconectado, as crianças se fazem presentes com suas infâncias, produzindo conteúdos que refletem seu dia a dia e/ou dialogando com suas audiências. Mas o sucesso nas redes está ligado, para além do conteúdo, ao espaço que conseguiram na mídia tradicional, seja com entrevistas jornalísticas, seja em programas de entretenimento. Como reforça Karhawi (2020), a produção de conteúdos inicia em temáticas próximas à vivência de cada um e se transforma conforme as exigências para aumentar o capital de visibilidade e reconhecimento.

Como a Amazônia não está no radar do mercado, não se torna um tema interessante e comercial para ser explorado nem no feed nem no story. A exceção é da influenciadora Diana, que utiliza as atrações turísticas do Amazonas em suas postagens, mas ressaltando o estado e não a região Amazônica.

Neste ano, observamos o comportamento da produção dos influenciadores mirins pesquisados em duas datas que remetem à região amazônica: o Dia do Folclore²⁵ e o Dia da Amazônia²⁶, ambos comemorados nas capitais onde as crianças moram. Conforme a Tabela 4, somente Diana produziu conteúdos - inclusive um publicitário - sobre o Dia do Folclore, explicando lendas amazônicas e destacando os bumbás de Parintins.

No Dia da Amazônia Diana e Luan (Tabela 4) postaram homenagens à região. Usando a identidade visual do seu perfil, Diana destaca a região com uma pintura indígena no rosto destacando a importância da preservação da Amazônia. A postagem de Luan relaciona a data à elevação do Amazonas à categoria de Província, sem mencionar a intenção de conscientizar a sociedade sobre os valores da região.

Tabela 4 - Postagens em datas sobre a região

PERFIL	Dia da Amazônia (05 de setembro)	Dia do Folclore (22 de agosto)
Diana (AM)	Sim	Sim
Luan Gabriel (AM)	Sim	Não
Mariana (PA)	Não	Não
Andres (PA)	Não	Não

Fonte: Sistematização produzida pelos autores (2024)

²⁵ O Dia do Folclore foi instituído pelo Decreto Nº 56.747, de 17 de agosto de 1965, recordando o lançamento pela primeira vez, em 1846, da palavra Folk-Lore. É comemorado nacionalmente em 22 de agosto com o objetivo de reforçar a importância da cultura popular brasileira. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D56747.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2056.747%2C%20DE%2017,Institui%20o%20dia%20do%20Folclore.&text=CONSIDERANDO%20a%20import%C3%A2ncia%20crescente%20dos,divulga%C3%A7%C3%A3o%20da%20cultura%20popular%20brasileira. Acesso 05 de Setembro de 2024

²⁶ Dia 5 de setembro é comemorado nacionalmente o Dia da Amazônia. Data instituída pela Lei Nº 11.621, de 19 de dezembro de 2007. A escolha da data faz referência à criação da Província do Amazonas https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11621.htm

Considerações finais

Como observado, os influenciadores mirins exercem um papel ativo na construção de subjetividades no ambiente digital, onde a exposição midiática se associa à criação de uma relação de confiança com seus seguidores, verificado no número de seguidores, influenciando suas práticas de consumo.

Esta pesquisa permitiu uma compreensão da tematização no Instagram construída por influenciadores mirins que vivem na Amazônia, mas não falam/postam sobre ela em seus conteúdos. Mesmo atuando como protagonistas em um espaço que atualmente tem apelo midiático, não há interesse afetivo, social ou mercadológico de relacionar a identidade infantil ao espaço amazônico.

A performance desses influenciadores é moldada por um discurso publicitário híbrido, em que a publicidade muitas vezes se confunde com as postagens pessoais, uma prática que se molda aos interesses do mercado e a única influencer que se interessa em estar associada à Amazônia, Diana, quer construir, com seus conteúdos, uma imagem de exploradora da região integrada às dinâmicas de consumo e publicidade no ambiente digital.

Os influenciadores digitais infantis analisados são um fenômeno de consumo, mas em um campo de interações simbólicas que está distante das manifestações culturais da região.

Referências

ABIDIN, Crystal; KARHAWI, Issaaf. **Influenciadores digitais, celebridades da internet e “blogueirinhas”**: uma entrevista com Crystal Abidin. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 44, n. 1, 2021.

SAMPAIO, I. S. V.; CAVALCANTE, A. P. P.; ALCÂNTARA, A. C. (Org.). **Mídia de Chocolate** - Estudos sobre a relação infância, adolescência e comunicação. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006. v. 1. 210p.

ANDRADE, Marcelo. Diversão, Entretenimento e Publicidade: A Promoção Da Criança Conectada Em Meio Às Lógicas De Consumo. In: GUEDES, Brenda e CARVALHO, Barbara Janice de. **Infâncias, juventudes e debates emergentes em comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 413 DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.052.142-166

ALCÂNTARA, Alessandra; GUEDES, Brenda (orgs.). **Culturas infantis do consumo: práticas e experiências contemporâneas**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014. 255p. <http://books.google.com.br/books?id=Lj1VBAAAQBAJ&lpg=PP1&hl=ptBR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Luciana. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Sessões do Imaginário**, v. 2, n. 20, 2009, p. 34-40.

AMARAL FILHO, Otacílio. **Marca Amazônia: o marketing da floresta**. Curitiba: Editora CRV, 2016. 256 p.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BRAÚNA, Mariana Moreira; COSTA, Pedrita Dias. Influenciadores mirins e o trabalho infantil na era das redes sociais = Child influencers and child labor in the age of social media. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 16-33, jan./jun. 2023.

CASTRO, Valdir José de. O espetáculo em Bits na cibercultura. In: COELHO, Claudio Novaes Pinto; CASTRO, Valdir José de (Orgs.). **Cultura, comunicação e espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2016.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

DE VEIRMAN, M., HUDDERS, L., & NELSON, M. R. What is influencer marketing and how does it target children? A review and direction for future research. **Frontiers in psychology**, 10, 498106, 2019.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e Pensamento. In: GHIRALDELLI JR., Paulo. (org.). **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora da UFPR, 1997, p. 83 – 100.

KARHAWI, Issaaf. Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão. **Communicare**, São Paulo, v. 17, edição comemorativa, p. 46-61, 2017.

KARHAWI, Issaaf. **De blogueira a influenciadora**: etapas de profissionalização da blogosfera da moda brasileira. Porto Alegre: Sulina, 2020.

KAPLAN, A. M.; HAENLEIN, M. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media. **Business Horizons**, v. 53, n. 1, p. 59-68, 2010.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0**: do tradicional ao digital. Tradução Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica on line. Porto Alegre: Penso, 2014.

MONTEIRO, M. C. S.; Entretenimento e incentivo ao consumismo no canal do YouTuber Luccas Neto. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville - SC – 2 a 8/09/2018. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0162-1.pdf>

NUNES, Madianne; ARAÚJO, Nayara. A exposição infantil em vídeos de beleza: erotização da infância em favor do consumismo. **Revista Temática**. NAMID/UFPPB, ano XII, n. 01, abr. 2016, p. 168 -182. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>>

PEREZ, Clotilde. **Há Limites para o consumo?** Barueri, SP: Estação Letras e Cores, 2020.

SARMENTO, Manoel Jacinto. **Gerações e alteridade**: interrogações a partir da sociologia da infância. Educação & Sociedade. Campinas, v. 26, n. 91, 2005, p. 361 – 378.

- LEÃO, Danuta *et. al.* A CiberPublicidade Infantil: experiência, linguagem e consumo. In: **INTERCOM**. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo, 05 a 09 set. 2016. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2130-1.pdf>.
- TOMAZ, Renata. **O que você vai ser antes de crescer**: Youtubers, Infância e Celebridade. Tese de Doutorado (Comunicação). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.academia.edu/34226383/O_que_você_vai_ser_antes_de_crescer_-_Youtubers_Infância_e_Celebridade>.
- TOMAZ, Renata. Uma janela para as crianças: a construção social do YouTube como lugar de produção de subjetividades infantis. In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, **Anais**, Joinville, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0967-1.pdf>.

5

A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA COM SMARTPHONES: RECONFIGURAÇÕES DO PÚBLICO EM DIÁRIO DO PARÁ E O LIBERAL

*Giovanna Figueiredo de Abreu
Maíra Evangelista de Sousa*

Introdução

A Internet é utilizada em 92,5% dos domicílios brasileiros, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)¹, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicada em 2024. Das cinco regiões do Brasil, o Norte ocupa a quarta posição, no que se refere aos índices de uso de internet no país, com 85,3%, ficando atrás apenas o Nordeste, com 84,2%. Já o dispositivo mais utilizado para se conectar à rede mundial de computadores é o smartphone, usado por 98,8% dos brasileiros. Nesse cenário, o smartphone também é o principal suporte escolhido para acessar notícias no Brasil, segundo dados do *Digital News Report 2024*², do *Reuters Institute*. No total, 82% dos entrevistados afirmaram usar telefones inteligentes para consumir conteúdo jornalístico. Já o principal aplicativo para acesso a notícias é o WhatsApp, usado por 38% dos brasileiros.

Os números crescem a cada dia. Entretanto, não se pode deixar de lado as características de cada continente, país, região ou município. A desigualdade presente em aspectos econômicos e sociais entre as

¹ A Internet foi acessada em 72,5 milhões de domicílios do país em 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41024-internet-foi-acessada-em-72-5-milhoes-de-domicilios-do-pais-em-2023> Acesso em: 01 set. 2024.

² Digital News Report 2024 – Brasil: Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/es/digital-news-report/2024/brasil> Acesso em: 01 set. 2024.

regiões do Brasil pode ser percebida em relação ao acesso as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e, em especial, no acesso à internet na região Norte do país.

Esta pesquisa trata do jornalismo praticado com smartphones na região Norte do país, mais especificamente em Belém, a capital do estado do Pará. Assim, chama-se a atenção para aspectos do jornalismo produzido na região em comparação aos grandes centros de inovação, localizados em países da Europa e da América do Norte; e até mesmo na região sudeste do Brasil.

Entendendo que há transformações do processo de produção jornalística a partir da utilização dos smartphones, foram definidas três esferas de reconfigurações: *estruturais, profissionais e do público* (Abreu, 2021³). Neste texto, o objetivo é descrever as *reconfigurações do público* que envolvem as relações com as fontes e a participação do público a partir da atuação dos veículos jornalísticos *Diário do Pará* e *O Liberal*, localizados em Belém.

Reconfigurações do público

Questões relacionadas ao uso de tecnologias digitais móveis na produção jornalística são discutidas academicamente desde o início deste século. Inicialmente, Pavlik (2001) e Quinn (2002) indicavam aspectos referentes à sala de redação virtual. Mais tarde, Quinn define o jornalismo móvel, o *mojo*: “usa apenas um telefone celular para reunir e distribuir notícias. Essa notícia pode consistir em texto, áudio, fotos ou vídeos, ou às vezes uma combinação destes. *Mojos* tendem a trabalhar sozinhos” (Quinn, 2009, p. 10, tradução nossa).

³ Este artigo é um recorte da dissertação “Reconfigurações da produção jornalística a partir do uso do smartphone”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (UNAMA) e defendida em março de 2021.

O uso de tecnologias móveis na produção jornalística, para Silva (2013), desempenha uma função fundamental na ampliação e reconfiguração das rotinas, tais como: acúmulo de funções, novas demandas por atualizações contínuas – sobretudo no trabalho externo, níveis de comprometimento da produção da notícia em condições de mobilidade. Canavilhas (2021) também aponta modificações provocadas pelos dispositivos móveis na produção jornalística, sendo as principais: possibilidade de contato permanente entre repórter e redação; substituição dos equipamentos de captura de imagem por smartphones; diminuição do tempo entre o acontecimento e a publicação da notícia; fortalecimento do trabalho dos *mojos*; participação do público no processo de construção noticiosa. Hill e Bradshaw (2019) destacam que os dispositivos móveis e as plataformas de redes sociais são dois lados da mesma moeda: as estratégias *mobile-first* e *user-centered* estão no centro de discussão dos veículos jornalísticos; é importante os jornalistas terem conhecimento de codificação e de como gerar receitas com conteúdo digital.

Neste artigo, o foco está na participação do público no processo de produção jornalística, ou ainda, nas estratégias *user-centered* (em português, centradas no usuário). Nesse sentido, além de consumir informações, cada vez mais o público contribui para o fluxo informacional por meio de ações participativas (Pavlik, 2014), visto que a facilidade em publicar, comentar e distribuir informações nas plataformas de redes sociais marca o atual momento do jornalismo.

Sousa (2018) compreende que o público passou a ser incluído em todos os processos jornalísticos e aponta reconfigurações do público no âmbito do jornalismo móvel:

As tecnologias digitais móveis possibilitam que os leitores façam fotografias, vídeos e textos de maneira onipresente (Pavlik, 2014) que podem não somente ser publicados nos seus perfis em sites de redes sociais, como também enviados para as redações e incorporados nos produtos dos veículos jornalísticos tradicionais. Por meio de ações participativas de replicação e de compartilhamento – definidas como recirculação (Zago, 2011) ou propagabilidade (Jenkins; Ford, Green, 2014) –, o público leitor também passa a participar do fluxo informacional (Pavlik, 2014; Schwingel; Correa, 2013; Silva Júnior, 2008), colaborando para a potencialização do mesmo. Se por um lado há reconfigurações da participação do público, por outro há transformações na forma que os conteúdos são recebidos. Os leitores estão mais diversificados e fragmentados (Kolodzy, 2006, 2009), mas também mais conectados (Igarza, 2009) e socializando cada vez mais por inúmeras plataformas (Van Dijck, 2013). Portanto, conclui-se que de um lado as ações participativas dos leitores colaboram para potencializar o fluxo informacional, e, por conseguinte, a distribuição de conteúdos jornalísticos – por meio da recirculação/propagabilidade e, de outro, há uma modificação nas formas de consumo dos conteúdos jornalísticos. Na medida em que o público passa a estar conectado e socializando através de distintas plataformas, o consumo torna-se móvel, social e ubíquo, favorecendo o acesso a conteúdos (Sousa, 2018, p. 179).

Os smartphones e as plataformas de redes sociais favorecem as ações colaborativas, transformando o ecossistema midiático e o modelo padrão de comunicação do século XX existentes desde a institucionalização do jornalismo, com produtores profissionais e consumidores amadores. Passamos de um mundo com dois modelos diferentes de mídias – transmissões públicas por profissionais e conversas privadas entre pares de pessoas – para um mundo no qual se mesclam a comunicação social pública e a privada, em que a participação pública voluntária passou de inexistente para fundamental (Shirky, 2011). Logo, de um lado o modelo padrão de comunicação estabelecido desde a institucionalização do jornalismo mudou e conta, também, com os usuários das redes que produzem, comentam e distribuem informações. De outro lado, as organizações noticiosas têm

se apropriado desses espaços e retrabalhado a “cultura participativa” (Jenkins, 2009; Shirky, 2011; Jenkins; Ford; Green, 2014) a seu favor.

Os smartphones favorecem o imediatismo (Aguado; Castellet, 2013) e possibilitam uma maior portabilidade, podendo ser colocados no bolso da calça ou na bolsa (Barbosa; Seixas, 2013) e criando um cordão umbilical entre quem informa e é informado (Fidalgo; Canavilhas, 2009). Já as plataformas de redes sociais são caracterizadas como espaços de colaboração, compartilhamento e intercâmbio de arquivos que promovem a “comunicação, a troca de informação, o compartilhamento de vozes e discursos” (Santaella; Lemos, 2010, p. 50), o que ocorre constantemente e de forma coletiva.

Assim, as audiências vêm se remodelando. Se antes o público era visto como passivo, previsível, isolado e silencioso, hoje é tido como ativo, migratório, conectado socialmente e barulhento (Jenkins, 2009). O público se transforma também em produtor e distribuidor de conteúdo, indicando um modelo de cultura mais participativo, uma vez que as ferramentas permitem o envolvimento das pessoas, ao mesmo tempo em que elas querem compartilhar. Assim, “o público não é mais visto como simplesmente um grupo de consumidores de mensagens pré-definidas, mas como pessoas que estão moldando, reconfigurando e remixando conteúdos de mídia” (Jenkins; Green; Ford, 2014, p. 17).

Castells (2015) propõe o conceito de autocomunicação de massa, que é uma nova forma de comunicação interativa que surgiu com a internet. Esta modalidade é caracterizada pela capacidade de envio de mensagens de muitos para muitos, sendo considerada de massa pelo alcance global do público e definida como autocomunicação em decorrência da mensagem ser autogerada (conteúdo produzido pelo próprio usuário), além de ser autodirecionada (conteúdo encaminhado para onde o usuário deseja) aos públicos potenciais e autosselecionada

(conteúdo escolhido a partir da vontade do usuário) a partir da recuperação de conteúdo na web (Castells, 2015).

Assim, as ações participativas do público ganham destaque, uma vez que os smartphones e as plataformas de redes sociais facilitam e estimulam essas interações, reconfigurando a produção jornalística como será discutido a seguir.

Metodologia

Com o intuito de compreender as reconfigurações do público no processo de produção jornalística a partir do uso do smartphone, este trabalho, de caráter descritivo-analítico, combina as seguintes técnicas qualitativas: pesquisa bibliográfica, questionários, entrevistas em profundidade, descrição e análise dos resultados (Lopes, 2010, 2014). O corpus é formado por 45 questionários e em 14 entrevistas com profissionais dos veículos jornalísticos paraenses *Diário do Pará* e *O Liberal*. Por conta da pandemia da Covid-19, a aplicação dos dois instrumentos metodológicos foi realizada de forma mista (presencial e online). A pesquisa foi autorizada pelo *Comitê de Ética ICES da Universidade da Amazônia (Unama)*.

Os questionários foram aplicados nos meses de outubro e novembro de 2020 para 30 profissionais do *Diário do Pará* e 15 de *O Liberal*. O critério de escolha dos participantes foi baseado na atuação deles (editor executivo, coordenador, editor, repórter, multimídia, social mídia), tendo em vista que todos produzem conteúdo para as plataformas digitais das empresas (portais de notícias e sites de redes sociais). Foi utilizado um modelo padronizado de questionário em ambas as empresas, composto por 20 questões (abertas, fechadas e mistas).

As entrevistas em profundidade foram realizadas nos meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021, com sete profissionais de cada veículo. Foi selecionado um profissional de cada cargo (coordenador sênior/geral, editor executivo, coordenador, editor, repórter, multimídia e programador) envolvido na rotina produtiva dos portais e plataformas de redes sociais das empresas. A entrevista foi composta por 14 perguntas.

Os questionários aplicados na empresa *Diário do Pará* foram identificados, de forma sequencial, como QD1 a QD30, assim como os participantes da entrevista em profundidade foram denominados ED1 a ED7. Já em *O Liberal*, de forma sequencial, os 15 profissionais que responderam ao questionário foram chamados de QL31 a QL45 e os participantes da entrevista em profundidade, de EL8 a EL14. A sequência foi definida pela ordem alfabética do nome da empresa.

Reconfigurações do público em *Diário do Pará* e *O Liberal*

A análise das reconfigurações do público no processo de produção jornalística dos jornais *Diário do Pará* e *O Liberal* será realizada a partir de duas categorias principais: as relações dos profissionais com as fontes de informação e a participação do público nas rotinas noticiosas.

● Relação com as fontes

A aproximação com as fontes é a principal vantagem indicada pelos entrevistados de *O Liberal* e *Diário do Pará*, a partir da utilização dos smartphones. As plataformas de redes sociais e o *Whatsapp* são apontados pelos profissionais do *Diário* como os principais meios de contato. Mais intimidade, empatia e confiança são peculiaridades destacadas por ED4 e ED6 na relação fonte e jornalista.

Os grupos pessoais e profissional de *Whatsapp* ajudam bastante a criar conteúdos. Recebemos várias denúncias. Assim, com certeza surgiram novas fontes, pois uma pessoa consegue mandar a foto de um flagrante ou um acidente na hora que ocorre. Algo que anos atrás, antes do 4G ficar popular, não era tão fácil assim (ED3, 2021).

ED2 afirmou que as fontes do *Diário do Pará* não estão em um caderninho de números ou contatos salvos no smartphone. “A boa informação é dada pela fonte que liga e te procura para informar. As nossas fontes são assim. Como não temos repórter na rua, o nosso público é o nosso repórter externo. Conseguir contato com fontes via internet também é uma possibilidade importante”, ressaltou. A ideia do público como repórter externo está associada à lógica da ubiquidade, na qual o jornalista não precisa estar fisicamente no local de uma ocorrência para se fazer presente.

Ao mesmo tempo que o smartphone aproximou as fontes dos profissionais, ED7 explicou que as cobranças e exigências também ficaram maiores. “Muitas vezes a fonte quer mandar e dar opinião sobre alterações na matéria, seja no texto, no título, na foto e não é assim, elas não podem interferir desta forma no nosso trabalho. Para isso os editores trabalham e são responsáveis por esses cuidados”, destacou.

Em *O Liberal*, os entrevistados destacaram que o contato com a fonte ficou mais rápido e fácil. A maioria delas, segundo EL10, prefere o contato via mensagem, por se sentirem mais à vontade e os smartphones oferecem e fortalecem essa possibilidade. Ele afirmou que as ligações, cada vez mais, vão dando lugar aos aplicativos de mensagens, o que fortalece os resultados encontrados na aplicação dos questionários. “A relação com as fontes ficou mais frequente, rápida e informal, principalmente com fontes que não são oficiais, órgãos e

autoridades. Houve uma capilarização enorme sobre isso, o que exige uma apuração ainda mais criteriosa”, ressaltou EL11.

Para EL12 e EL13, o smartphone ajudou na fomentação de fontes no sentido de volume. “Também acho que o corpo a corpo funciona bastante pra trabalhar a qualidade da relação com a fonte”, ressaltou EL12. Em relação à criação de novas fontes, EL9 acredita que o smartphone ajuda, especialmente, no estreitamento de relações criadas nas plataformas de redes sociais.

A partir dos resultados das entrevistas, é possível identificar os principais ganhos identificados no que diz respeito à relação entre os profissionais da área da comunicação e as fontes (Figura 1).

Figura 1 – Principais ganhos no relacionamento com as fontes a partir do uso do smartphone.



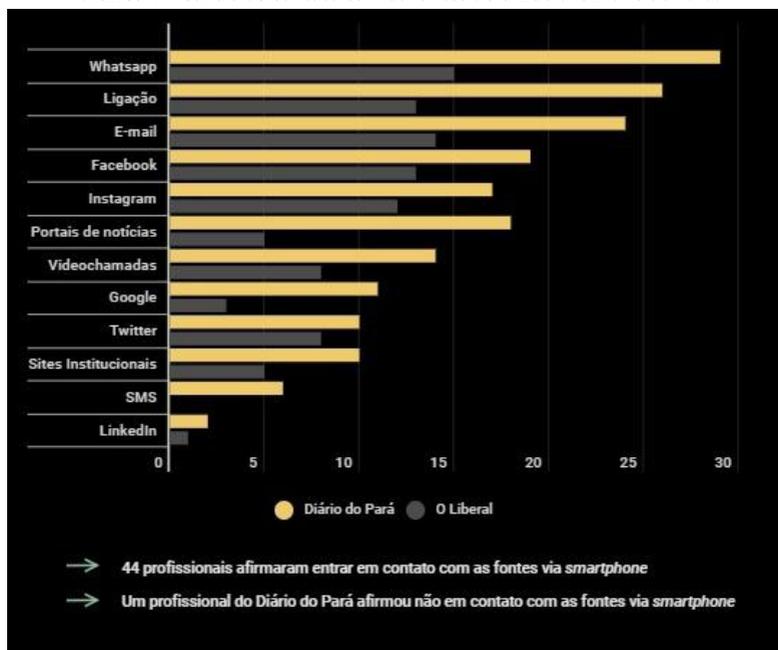
Fonte: Abreu (2021).

Palavras como: aproximação; confiança; empatia; estreitamento de laços; informalidade; facilidade; contato ágil; novas fontes e mais intimidade foram destacadas pelos profissionais diante da relação com as fontes, que também foi tema de uma das perguntas do questionário,

com o intuito de identificar quais os principais suportes utilizados pelos profissionais para entrar em contato com as fontes (Gráfico 1).

Dentre os 30 profissionais que responderam ao instrumento metodológico no *Diário do Pará*, 29 afirmaram que utilizam o smartphone para entrar em contato com as fontes. O *Whatsapp* foi o principal meio apontado, por todos que asseguraram fazer esse tipo de uso. Falar com as fontes através de ligação foi a segunda forma mais indicada (26 profissionais). Em terceiro lugar, o e-mail, com 24 indicações, seguida do *Facebook*, com 19. Os portais de notícias são utilizados para entrar em contato com as fontes por 18 dos participantes; o *Instagram*, por 17; os aplicativos de reuniões virtuais (videochamadas), por 14; o *Google*, por 11; o *Twitter (X)*, por dez voluntários, assim como os sites institucionais. Os meios menos utilizados pelos profissionais são o SMS (seis participantes informaram o uso) e o *LinkedIn*, utilizado por dois profissionais.

Em *O Liberal*, observa-se que os 15 participantes dos questionários afirmaram utilizar o smartphone para entrar em contato com as fontes. O *Whatsapp* foi o único meio utilizado pela totalidade de profissionais da empresa. O e-mail foi apontado por 14 voluntários, sendo considerado o segundo principal meio. A ligação e o *Facebook* foram indicados por 13 participantes. O *Instagram* é utilizado por 12 profissionais para o contato com as fontes; o *Twitter (X)* e os aplicativos de reuniões virtuais (videochamadas) por oito voluntários; os sites institucionais e portais de notícias por cinco profissionais. Entre os três últimos utilizados estão o *Google* (três profissionais); o *LinkedIn* (um profissional) e o SMS (nenhum profissional).

Gráfico 1 – Canais de contato com as fontes de *O Liberal* e *Diário do Pará*.

Fonte: Abreu (2021).

De forma geral, é possível compreender que dentre os 45 profissionais que responderam ao questionário, 44 afirmaram utilizar o *smartphone* para entrar em contato com as fontes. O *Whatsapp* foi o principal meio apontado por todos os profissionais das duas empresas. A ligação e o e-mail vêm em seguida. Os três meios menos utilizados pelos profissionais são o *Google* (14 profissionais); o *SMS* (seis participantes) e o *LinkedIn* (três profissionais).

Nesse contexto, é importante ressaltar que, por permitir a troca de mensagens instantâneas com texto, imagens, vídeos e áudio, com o custo apenas da utilização da internet e não para enviar mensagens, o *Whatsapp* é, por conta dessas características, disparado o principal aplicativo utilizado pelos profissionais, o que não foi surpresa para esta pesquisa.

● Participação dos usuários

A utilização de conteúdos produzidos pelo usuário foi um dos assuntos tratados, tanto nos questionários quanto nas entrevistas em profundidade, devido à importância do tema. O intuito era entender se este conteúdo é utilizado pelas empresas analisadas e de que forma; e discutir, ainda, se a participação do usuário pode ser considerada uma forma dos profissionais serem onipresentes (onde o jornalista não estiver, o público está).

Deste modo, no *Diário do Pará*, 23 participantes dos questionários afirmaram fazer uso de conteúdos produzidos pelo usuário, enquanto sete informaram que não. Os profissionais afirmaram que “usamos fotos em matérias”; “é reproduzido no veículo de comunicação, mas sempre checando as informações para confirmar”; “publicações no site”; “vídeos e fotos feitos pela comunidade, por exemplo, principalmente, em reportagens de denúncia, em pautas factuais, a contribuição dos usuários é essencial também (em acidentes, crimes e outros acontecimentos do tipo)”.

Um dos voluntários afirmou utilizar conteúdos dos usuários “compartilhando”; outros afirmaram usar “como sugestão, após devida apuração”; “sugestão de pauta, fotos e vídeos compartilhados”; “áudio e vídeo como denúncia”; “serve como uma espécie de denúncia para apurarmos, de fato, com as fontes oficiais ou até mesmo para a produção de pautas mais específicas, por exemplo”; “eles nos encaminham vídeos, fotos, denúncias que geralmente são aproveitados após apuração”; “na incorporação de conteúdos, utilização de áudios, fotos, vídeos”; “através de fatos e informações”; “como fonte de informação e conteúdo”; “recebemos fotos, vídeos e denúncias diariamente que são incorporadas às notícias”; “troca de informações e materiais audiovisuais”;

“recebemos, via *Whatsapp*, vídeos, fotos e sugestões de pauta”; “encaminhamos para os programas da RBA TV”; “em geral, a partir de demandas encaminhadas pela população” (Gráfico 2).

Por meio das entrevistas em profundidade, os profissionais do *Diário do Pará* apontaram as plataformas de redes sociais, sobretudo o *Facebook*, e o *Whatsapp* como os canais que o público mais participa, comentando, interagindo, enviando fotos, vídeos, informações. “Os sociais mídias estão em contato direto e conectados para fazer uma pré-seleção, um filtro desses conteúdos. Tudo depende hoje das redes sociais. Nosso compromisso é direto com esse público”, afirmou ED2. Rememora-se, a partir desta informação, o conceito de *gatemaching* (Bruns, 2005), quando o profissional passa a atuar mais próximo da função de moderador (Canavilhas, 2010), de modo que precisa discernir, dentre inúmeras informações, qual conteúdo apresenta os critérios de noticiabilidade para ser selecionado e publicado.

ED3 acredita que essa interação é muito importante. “Tentamos fazer com que eles saibam que estão sendo notados por nós, isso aproxima o público”, assegurou. O que incita o sentimento de pertencimento entre os usuários, o que promove maior conexão com a empresa.

Em relação ao crédito, ED7 explicou que em alguns casos de denúncia, muitas fontes pedem anonimato. Nessas situações, as fontes não são identificadas e é creditado como “via *Whatsapp*”. Se não houver impedimento, segundo o profissional, para todos são dados os créditos.

Em *O Liberal*, quase a totalidade de profissionais, 14, afirmaram utilizar conteúdos produzidos por usuários. Dentre os materiais recebidos, os participantes afirmaram fazer uso de “áudios, vídeos, textos”; “vídeos”; “vídeos, fotos, informações preliminares”; “informações para apurar e virar notícia”; “fotos, vídeos e informações que chegam até a redação”; “mensagens e vídeos”; “vídeos, mensagens e postagens”; “cobrimos lives de

figuras públicas, como políticos, recebemos declarações em redes sociais como *Whatsapp* e *Instagram*"; "vídeos, textos, áudios e fotos produzidos por leitores e internautas são vistos como fonte para abastecimento de materiais e ponto de partida para checagens e apuração na redação"; "fotos e vídeos produzidos por internautas"; "utilizamos nos conteúdos relacionados ao cotidiano da cidade para ilustrar o ocorrido"; "fotos e vídeos de fontes"; e "através das redes sociais, com *embed* ou mesmo com a troca de mensagens" (Gráfico 2).

Diante das respostas dos entrevistados de *O Liberal* sobre o assunto, é possível inferir que a participação do público é muito mais intensa a partir da criação, sobretudo, das plataformas de redes sociais e do *WhatsApp*, o que coincide com os resultados apresentados pelos participantes do *Diário do Pará*.

Os entrevistados de *O Liberal* reforçaram as formas de envio de informações: texto, vídeo ou foto; sugestões de pauta; denúncias; críticas; elogios; entre outros. O que faz com que os usuários auxiliem efetivamente na construção da notícia, de acordo com os profissionais, constituindo o ponto inicial para que os profissionais façam um trabalho de checagem e apuração. Muita desinformação também chega até a redação, de acordo com EL8, entretanto, "o público tem poder de sinalizar e apontar o *start* para novas pautas", reforçou EL12.

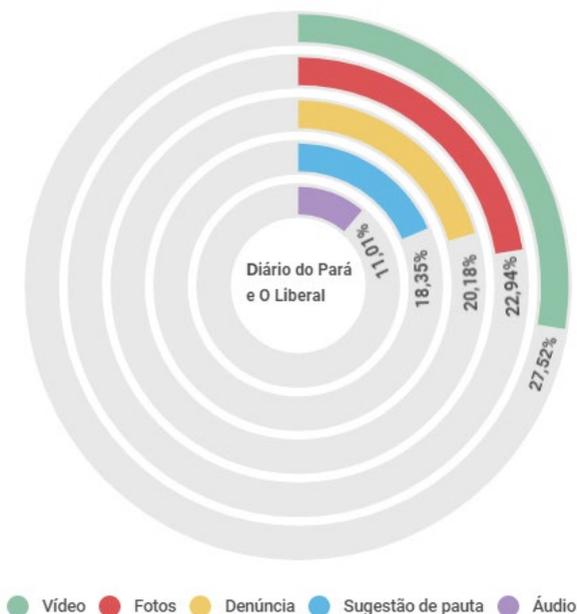
Quando elaboramos *lives*, especialmente esportivas, o público sempre comenta e participa. Quando há matérias, sempre são republicadas nas redes sociais e há espaços para comentários. Há espaços para comentários no portal. Além disso, todos os profissionais são orientados a lidar com o público - se forem procurados pelas redes sociais (EL10, 2021).

Observa-se que, de acordo com ED3, os conteúdos mais procurados pelos usuários são: notícias bizarras, matérias de cunho regional, conteúdos sobre famosos e assuntos do "momento", como *Big Brother*,

Copa do mundo, Círio, eleição, entre outros, o que pode ser relacionado aos critérios de noticiabilidade utilizados pelos veículos.

Em relação ao crédito da fonte, segundo EL11, é revelado somente quando autorizado e quando a divulgação não compromete a fonte. Caso necessário, o sigilo é mantido.

Gráfico 2 – Principais conteúdos enviados pelos usuários de *Diário do Pará e O Liberal*.



Fonte: Abreu (2021).

Dentre os 45 participantes, 37 afirmaram utilizar conteúdos produzidos por usuários. Os resultados dos questionários e entrevistas em profundidade de ambas as empresas reforçam a ideia de que o papel do público não pode ser visto como, simplesmente, consumidores de mensagens pré-definidas, mas como agentes ativos que moldam, reconfiguram e remixam conteúdos, conforme Jenkins, Green e Ford (2014).

É possível reforçar a ideia de Moraes Júnior e Antonioli (2016), de que o desenvolvimento de diversas possibilidades de interação entre os usuários nas plataformas digitais abre novas portas de participação – o que antes era mais limitado aos meios tradicionais de comunicação. Deste modo, este resultado é positivo, tendo em vista que a interatividade constitui uma das características essenciais da rotina de produção no contexto do jornalismo móvel.

Em contrapartida, segundo Abreu, Sousa e Oliveira (2020), em um *corpus* composto por 153 matérias, sendo 90 do portal *Diário Online* e 63 do portal *O Liberal* e, coletadas no período de 08 a 14 de janeiro de 2020, não foram encontradas matérias construídas a partir de material (vídeos, fotos, informações) enviado pelos usuários.

A partir da pesquisa, foi possível inferir que das 63 matérias coletadas em *O Liberal*, apenas quatro foram pautadas por plataformas de redes sociais (identificadas), o que representa, em média, 0,57 matérias publicadas por dia de pesquisa. As matérias pautadas por usuários de plataformas de redes sociais em *O Liberal* representam 6,35% do total de conteúdos coletados. Já no portal *Diário Online*, houve uma incidência significativa de conteúdos produzidos a partir de informações de usuários publicadas em plataformas de redes sociais. Das 90 matérias coletadas, 18 foram pautadas por plataformas de redes sociais, o que representa, em média, 2,57 matérias por dia com esse teor, o que se traduz em 20% do total de matérias coletadas.

Deste modo, observa-se que a participação de conteúdos produzidos por usuários, por meio de publicações em plataformas de redes sociais não são, necessariamente, a autocomunicação, no sentido de Castells (2015), mas aproxima-se de uma estratégia de mercado das empresas.

Outro aspecto importante a ser levado em consideração é que, de fato, as duas empresas possuem a promessa de utilizar as sugestões dos usuários para a construção de notícias: o *Diário Online*, por exemplo, disponibiliza um número de *Whatsapp* e destaca “*Faça sua denúncia pelo WhatsApp do Diário e apareça no DOL!*”; o portal *O Liberal* também divulga um contato de *Whatsapp*, que possui na descrição a frase “*Confira os destaques de oliberal.com*”.

Em relação às caixas de comentários, é importante frisar que os dois portais possuem um espaço destinado para este tipo de interação, após cada notícia. No *Dol*, é necessário um cadastro para que o comentário seja publicado, com o preenchimento do nome e e-mail, além da concordância com o *Termo de Uso e Política de Privacidade* da plataforma. Já no portal *O Liberal*, é necessário que o usuário faça login com o seu perfil de *Facebook* para que consiga efetivar o comentário. Entretanto, quem não possui conta nesta plataforma de rede social, não pode interagir com o conteúdo, de forma que restringe a utilização desta função.

Abreu, Sousa e Oliveira (2020) afirmam que, das 153 matérias, foram identificados, no total, 20 comentários no portal *O Liberal* e nenhum comentário no portal *Diário Online*, o que pode indicar que a burocratização do processo para a realização de um comentário prejudica a interatividade dos usuários que utilizam o referido portal.

Ao final do questionário, os participantes poderiam acrescentar algum comentário livre. No *Diário do Pará*, foi identificada uma ponderação: “o uso do smartphone trouxe mais interatividade, mas ao mesmo tempo exige do jornalista um trabalho maior de apuração. As *fake news* também aumentaram, portanto, o trabalho jornalístico tornou-se ainda mais imprescindível” (QD27, 2021).

Conclusão

A partir do referencial teórico e dos dados coletados e analisados nesta pesquisa, foi possível estabelecer a indicação de nove características da produção jornalística com o uso do smartphone: *agilidade; praticidade; ubiquidade; polivalência; participação; trabalho contínuo; métricas; mobile/digital first; e qualidade da internet*. Destaca-se a participação como a característica diretamente relacionada às reconfigurações do público.

A participação refere-se à utilização de conteúdo produzido e enviado pelo usuário, seja sugestão de pauta, fotografia, vídeo, áudio, denúncia, crítica ou outro conteúdo proposto. Fazer uso desses elementos, além de provocar maior proximidade e interatividade, pode despertar o sentimento de pertencimento, de modo a estreitar laços com aquele que participa do processo de produção da notícia. Observa-se que o smartphone é o meio preferido do público para receber notícias, e, conseqüentemente, participar.

A partir da utilização do dispositivo, os profissionais explicam que a troca de informações com o público ficou mais consistente; a interação ficou mais frequente e mais próxima. Inclusive, esta característica foi a principal vantagem indicada pelos profissionais entrevistados de *O Liberal e Diário do Pará*, a partir da utilização dos smartphones, no que diz respeito ao relacionamento com as fontes.

As plataformas de redes sociais e o *Whatsapp* são apontados pelos profissionais entrevistados como os principais meios de colaboração coletiva. A análise dos questionários indicou o *Whatsapp* como o principal meio, seguido da ligação, do e-mail e do *Facebook*. Dentre os 45 participantes, 37 afirmam utilizar conteúdos produzidos por usuários, o que reforça a ideia de que o papel do público não é passivo

há tempos. Não se pode dizer que os usuários apenas consomem notícias, mas provocam reconfigurações de relações.

Por fim, destaca-se que a apropriação de inovações tecnológicas, como o *smartphone*, provoca inúmeras reconfigurações, sejam estruturais, profissionais ou do público. A indústria jornalística, então, precisa estar atenta e flexível, para acompanhar estas e outras reconfigurações que ainda virão. A tendência é que a sociedade seja mais móvel e mais conectada a cada novo dispositivo ou ferramenta a ser desenvolvida.

Embora esta pesquisa discuta as reconfigurações do público no processo de produção jornalística a partir do uso dos *smartphones* em Belém, capital paraense, tais aspectos também podem ser encontrados em outros municípios do Brasil e do mundo. É importante considerar, contudo, as peculiaridades de cada local.

Referências

- ABREU, G. F. de. **Reconfigurações da produção jornalística a partir do uso do *smartphone***. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, Universidade da Amazônia, Belém, 2021.
- ABREU, G. F.; SOUSA, M. E.; OLIVEIRA, I. Descentralização do poder? O papel dos sites de redes sociais nos portais *O Liberal e Diário Online*. In: NUNES, M. C. R. G.; SILVA, J. L. E. (org.). **Interfaces em Comunicação, Linguagens e Cultura**: entrelace de saberes. Belém: Unama, 2020.
- AGUADO, J. M.; CASTELLET, A. Contenidos digitales en el entorno móvil: mapa de situación para marcas informativas y usuarios. In: BARBOSA, S.; MIELNICZUK, L. (org.). **Jornalismo e Tecnologias Móveis**. Covilhã: Livros LabCOM, 2013.

- BARBOSA, S.; SEIXAS, L. Jornalismo e dispositivos móveis: percepções, usos e tendências. In: BARBOSA, S.; MIELNICZUK, L. (org.). **Jornalismo e Tecnologias Móveis**. Covilhã: Livros LabCOM, 2013.
- BRUNS, A. **Gatewatching**: collaborative online news production. Peter Long Publishing: New York, 2005.
- CANAVILHAS, J. Epistemology of mobile journalism. A review. **Profesional de la información**, v. 30, n. 1, 2021.
- CANAVILHAS, J. Do gatekeeping ao gatewatcher: o papel das redes sociais no ecossistema mediático. In: II Congreso Internacional Comunicación 3.0, 2010, Salamanca, Espanha. **Anais [...]** Salamanca: Universidad de Salamanca, 2010.
- CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FIDALGO, A.; CANAVILHAS, J. Todos os jornais no bolso: pensando o jornalismo na era do celular. In: RODRIGUES, C. (org.). **Jornalismo On-line**: modos de fazer. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Sulina, 2009.
- HILL, S.; BRADSHAW, P. **Mobile-First Journalism**. Producing News for Social and Interactive Media. London/ New York: Routledge, 2019.
- JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- JENKINS, H.; FORD, S.; GREEN, J. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.
- LOPES, M. I. V. Mediação e Recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de Comunicação. **Matrizes**. v. 8, n. 1, 2014.
- LOPES, M. I. V. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- MORAES JÚNIOR, E.; ANTONIOLI, M. E. Jornalismo e newsmaking no século XXI: novas formas de produção jornalística no cenário online. **Revista Alterjor**, v. 2, n. 14, p. 43-52, 2016.
- PAVLIK, J. **Journalism and New Media**. New York: Columbia University Press, 2001.

- PAVLIK, J. Ubiquidade: o 7.º princípio do jornalismo na era digital. In: CANAVILHAS, J. (org.). **WebJornalismo: 7 Características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCOM, 2014.
- QUINN, S. **Knowledge Management in the Digital Newsroom**. Oxford: Focal Press, 2002.
- QUINN, S. **Mojo - Mobile Journalism in the Asian Region**. Singapore: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2009.
- SANTAELLA, L.; LEMOS, R. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010
- SHIRKY, C. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011
- SILVA, F. F. da. **Jornalismo móvel digital: o uso das tecnologias móveis digitais e a reconfiguração das rotinas de produção da reportagem de campo**. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- SOUSA, M. de C. E. de. **Jornal e Mobilidade: Reconfigurações do Impresso ao Multiplataforma**. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

6

UM JORNALISMO DECOLONIAL PARA O BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE 2017 A 2022

Gabriela Almeida Silva
Carlos Alberto de Carvalho ¹

Introdução

Este capítulo visa refletir sobre perspectivas decoloniais para o jornalismo brasileiro e se organiza em dois momentos. No primeiro, buscaram-se as definições do que há de colonial no jornalismo brasileiro por meio dos apontamentos de Albuquerque (2010, 2018, 2022). Objetiva-se pensar a constituição do modelo de jornalismo brasileiro a partir de dois marcos da sua instauração institucional: a Carta Régia em 1808 e a reforma do *Diário Carioca* em 1950, dois momentos históricos significativos para discutir a formação colonial do jornalismo no Brasil. Em um segundo momento argumenta-se pela possibilidade de reconstituir as discussões acerca do ecossistema midiático brasileiro. Assim, almejou-se levantar uma proposta de decolonização para esse mesmo jornalismo imerso em uma lógica colonial.

Foi realizado um mapeamento de produções publicadas de 2017 a 2022 no Brasil, por meio do *Google Scholar*² e nos anais de eventos com maior visibilidade na área, SBPJor, Compós e Intercom. O recorte temporal buscou um panorama recente, considerando a constatação de

¹ Professor associado do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Coordena o Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber. Pesquisador 2 do CNPq. E-mail: carloscarvalho0209@gmail.com.

² A coleta utilizou-se da busca das seguintes palavras-chave: "jornalismo" e "decolonial"; "jornalismo" e "descolonial"; "jornalismo" e "colonialidade"; "jornalismo" e "decolonialidade" e "jornalismo" e "decolonizar"

Ballestrin (2017) de que o debate acerca da decolonialidade ainda está ganhando fôlego no campo da comunicação no Brasil, o que sugere a possibilidade de não se localizar trabalhos tão antigos. A coleta retornou 31 trabalhos que, de alguma maneira, juntaram jornalismo e decolonialidade, removendo-se 14, nos quais o jornalismo era um pano de fundo das discussões, e aqui nos interessa este agente no debate principal. Por fim, ao todo analisamos 17 trabalhos, distribuídos entre 8 provenientes de anais, 7 de artigos em revista e dois em capítulos de livro. O período de tempo localizou um trabalho em 2017 e 2018, outros dois em 2019, três em 2020 e 2021. E o restante da produção (7 trabalhos) em 2022. O que corroborou que decolonialidade e jornalismo é um debate recente no campo, crescente a partir de 2020.

Instiga-nos questionar as definições do que é jornalismo, que estão calcadas na ideia modernizadora de um jornalismo estadunidense e gerido por empresas jornalísticas (Albuquerque, 2010). Essa discussão parte do reconhecimento da importância do debate decolonial para o jornalismo. O interesse desta pesquisa também é particular para a autora deste artigo. Irei me permitir, nesta ocasião, utilizar a primeira pessoa para explicar os movimentos e a urgência desta discussão neste trabalho. O meu primeiro giro decolonial é transgredir as lógicas de produção científica imputadas ao longo da minha carreira.

Ao revisitar minha dissertação com uma perspectiva decolonial, encontrei o ponto de partida para a reflexão que desenvolvo neste capítulo. Obtive um contato mais aprofundado com a “virada decolonial” no doutorado, na disciplina de Perspectivas em Textualidade Midiática, ministrada pelo professor Carlos d’Andréa, na Universidade Federal de Minas Gerais. No entanto, a dissertação em si não será retomada diretamente aqui, mas serve como uma base conceitual para a análise que proponho.

Na minha pesquisa de dissertação, investiguei os perfis de notícia no *Instagram* no estado do Maranhão e por diversas vezes fui confrontada tanto pelo meu posicionamento conservador sobre o que era o jornalismo, quanto pela ingênua frustração de tentar encaixar os perfis noticiosos nos parâmetros hegemônicos do jornalismo. Em retrospectiva, percebo que o decolonial proporcionaria olhar para o jornalismo sob uma nova ótica, em que é preciso rever as construções acerca da sua definição na academia e na prática. Reconhecer o que há de (de)colonial na sua forma. Aqui urge fazer o caminho de volta, decolonizar a autora e apontar respostas para o campo científico e da prática, que no doutorado se materializará na análise de perfis informativos no *Instagram* que abordam a cidade de Imperatriz, Maranhão.

O que há de colonial no jornalismo brasileiro

O viés decolonial tem sido adotado no panorama científico como um contraponto ao padrão de pensamento hegemônico imposto pela Europa através da colonização. A concepção parte da ideia de repensar o modelo de modernidade difundido pela Europa no mundo como um padrão global a ser seguido. Este patamar de modernidade foi imposto por meio de práticas de violência física e simbólica perpetuadas nos regimes coloniais. Além de ser um método de manutenção de controle para legitimar a atual ordem social de relação de dominação e dominado (Quijano, 2005).

Ademais, é importante destacar que essas discussões não devem ser descolocadas do imperialismo, como propõe Ballestrin (2017), lembrando que a imperialidade no giro decolonial é um elo perdido, pois pouco foi assimilada ao longo dos anos. Para a autora, é necessário discutir sobre imperialidade para se falar em colonialidade,

principalmente diante das lógicas de globalização neoliberal. Para Ballestrin, não se trata de fenômenos semelhantes, mas relacionais. Ao longo do século XX, há uma transição de poder para os Estados Unidos enquanto hegemonia global com o capitalismo, que revitaliza a ideia de modernidade através da relação de controle com o sul continental, denominado neocolonialismo.

O giro decolonial é uma proposta de realizar uma releitura histórica da nossa realidade, para problematizar velhas e novas questões para o continente latino-americano. Trata-se de um pensamento epistêmico, teórico e político. Dessa forma, o decolonial refere-se a uma ruptura aos paradigmas eurocêntricos, em que se propõe um movimento de resistência teórica aos impactos do colonialismo no campo político, cultural e intelectual (Ballestrin, 2013, 2017).

Decolonizar não se trata de rejeitar a modernidade, mas compreender que ainda há colonialismo, mas em outros moldes. O que Quijano (2005) denominou como colonialidade do poder, saber e do ser. Estes aparatos são instrumentos de dominação da colonialidade por meio da repressão política, econômica, do conhecimento, da produção de sentido, de seus padrões de expressão e objetivação da subjetividade. Aqui nos interessa a colonialidade do saber, apesar de esses processos não poderem ser desvinculados um do outro (Quijano, 2005).

A colonialidade do saber refere-se ao controle da nossa subjetividade, da cultura e da produção de conhecimento. Concerne à negação da alteridade epistêmica, ou seja, silenciar as nossas formas de construção de conhecimento, que “[...] é cúmplice do universalismo, sexismo e racismo” (Ballestrin, 2013, p. 104). Deve-se, então, afastar-se dos pressupostos da ciência eurocêntrica por meio da reflexão da realidade social e cultural do espaço a ser investigado (Ballestrin, 2013, 2017; Spycer; Rocha Malheiros, 2021).

Quais são as relações entre jornalismo e colonialidade? Para refletir sobre esse panorama, utiliza-se a concepção do pesquisador Afonso Albuquerque, que cruzou as duas temáticas. Para o autor, os debates acerca do decolonial podem impactar os estudos do jornalismo ao trazer luz para se repensar a pesquisa da temática no Brasil. O colonialismo nos submeteu a um modelo de pensar no moderno e as consequências são modos de operação importados que não condizem com a nossa realidade (Albuquerque, 2022).

Albuquerque (2010) trabalha com a concepção de que a modernização do jornalismo brasileiro foi autoritária. Para ele, os estudos da história do jornalismo brasileiro se construíram a partir de um viés conservador, que pouco abre espaço para questionar a sua formação. O autor propõe conservador fora do sentido político, mas referindo-se à reprodução de interpretações consagradas do jornalismo calcadas nas doutrinas de objetividade, imparcialidade, ser informativo e cão de guarda, como um modelo normativo para a sociedade (Albuquerque, 2010, 2018).

O corpo teórico sobre a história e as teorias do Jornalismo esteve durante muito tempo mais preocupado com o campo profissional/sindical. Estes assumem uma feição conservadora que força a adoção de teorias anglófonas para explicar a variedade de fenômenos existentes por perspectivas universais (Albuquerque, 2010; Daros, 2021). Os discursos de evolução da prática profissional são validados a partir de marcos de modernidade importados, que pouco contribuem para pensar na pluralidade da atuação jornalística atual.

Primeiro, a história da imprensa nacional só é apontada como institucionalizada e desenvolvida enquanto prática a partir da instauração da impressão régia com a chegada da família imperial no século XIX, com a publicação da Carta Régia em 1808. A instalação de

uma imprensa nacional foi um projeto em prol da promulgação dos ideais do Império Português no Brasil colônia. Foi um aparato para instrumentalizar o domínio político e econômico da Coroa frente às aspirações à liberdade e à justiça que circulavam na época (Bahia, 2009).

A partir da mudança oficial do governo imperial para o Brasil Colônia é que o jornalismo passa a ser incentivado no território nacional. Esse marco na história da imprensa brasileira é atribuído ao jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, considerado o primeiro jornal impresso no país. Ele foi um jornal que serviu aos interesses políticos da Coroa e atuou apenas como um diário oficial do governo (Bahia, 2009). Quem serviu de modelo antagônico foi o *Correio Braziliense*, editorado por Hipólito José da Costa. Todavia, Hipólito realizou sua função na proteção territorial de Londres, entre 1808 a 1822. E difundiu no jornal um discurso de militância política contra o governo português (Bahia, 2009).

Constata-se uma ampla literatura acerca da história e teoria do jornalismo brasileiro promotora dos “centrismos”, em que o modelo base se fundamenta em um discurso neoliberal norte-americano (Albuquerque, 2018; Daros, 2021). Exemplos são alguns estudos da formação da imprensa brasileira, que só reconhecem o desenvolvimento da imprensa a partir da sua institucionalização com o aval da Coroa. Todavia, o que se observa é que, transversalmente, outros produtos circularam neste cenário, indicando que sempre existiu uma atuação jornalística alternativa além do modelo decretado como o certo.

O jornalismo praticado no Brasil foi considerado artesanal até o momento em que adotou a sua reformulação a partir da lógica de produção segundo o modelo de massificação dos jornais nos Estados Unidos. É nessa virada que, por exemplo, autores como Romancini e Lago (2007), Rüdiger (1993) e Bahia (2009) o definem como moderno. Por

consequente, passa-se para outro marco, a reforma do *Diário Carioca* na década de 1950, que foi legitimada como um modelo da modernização do jornalismo. O jornal é tomado como padrão de um jornalismo de qualidade, ao copiar o estadunidense. Reaplicou as lógicas de objetividade, imparcialidade e a fórmula do *lead* na produção do jornal, de maneira a reforçar o jornalismo enquanto uma atividade intelectual regida por profissionais e empresas jornalísticas (Albuquerque, 2010).

As mudanças estruturais no jornal ocorreram, segundo Albuquerque (2010), a partir de três etapas: 1) a criação de um manual de redação, como um almanaque de um conjunto de regras a serem seguidas para a realização de um “bom jornalismo”; 2) a seleção e treinamento de jovens inexperientes para exercer a atividade jornalística, para introjetar sem muitos questionamentos a reforma ideológica no jornal; e 3) a institucionalização dos redatores de texto, como forma de sedimentar a qualidade do texto jornalístico, mas também de operacionalizar um controle hierárquico nas redações.

Ademais, ainda segundo o autor, o modo como ocorreu a “modernização” do jornalismo no Brasil forçou um apelo à profissionalização, mas não ao profissionalismo. Albuquerque (2010) critica a utilização das duas terminologias como sinônimos e propõe diferenciá-las, pois a profissionalização trata-se do aperfeiçoamento do jornalismo, enquanto o profissionalismo refere-se a parâmetros que permitem avaliar a prática social concreta do jornalismo enquanto profissão. É necessário haver profissionalismo para existir profissionalização. Consequentemente, este modelo foi um processo de modernização autoritária no jornalismo brasileiro (Albuquerque, 2010).

Autoritário porque é um modelo imposto de cima para baixo. A modernização autoritária trata-se de uma reforma social proposta pelo Estado, que entende a sociedade como atrasada e periférica, e assim

busca, através de intervenção, a modernização social. A reforma autoritária no jornalismo é o entendimento de que a sua prática está defasada e precisa de uma reformulação vinda de cima para modernizar o seu modelo.

O *Diário Carioca* implantou métodos para substituição de uma lógica de autonomia profissional e horizontalidade pela concepção do jornalismo como uma atividade comercial operacionalizada por organizações jornalísticas. Antes, a produção do jornalismo era tida como literária e partidária (Rüdiger, 1993). O autor define sua modernização quando os jornais opinativos são substituídos pelas produções de objetividade, ou seja, o modelo informativo.

De maneira geral, o discurso perpetuado da modernização do jornalismo é muito mais um discurso de como a sua prática e produção profissional melhoraram ao longo dos anos, do que pensar teoricamente marcadores para visualizar sua progressão. O jornalismo antes praticado no Brasil era tido como atrasado e pouco moderno, mas isso se deve aos parâmetros marcados de um jornalismo praticado em outros lugares. Essas práticas eram apenas diferentes e ainda são.

O que se observa é que a maioria dos estudos sobre jornalismo parte da ideia de um ideal de jornalismo que é “moderno, objetivo e comprometido com o serviço público”, feito por profissionais. Ou seja, aquele que se iguala ao modelo estadunidense (Albuquerque, 2010, p. 101). E este modelo é pouco questionado pelas lógicas coloniais de sua execução.

Dando continuidade a este marco que foi a reforma do *Diário Carioca* em 1950, houve a reforma da *Folha de S. Paulo* em 1980, três décadas depois. Essa reforma se deu sob os ideais da reforma no *Diário Carioca*, assumindo o mesmo tom de reiteração do modelo americano. Aqui se fundamenta ainda mais a autoridade jornalística associada a

organizações empresariais, com a repressão da autonomia profissional por meio dos Manuais de Redação (Albuquerque, 2018). Essa reformulação da produção jornalística da *Folha* foi em prol da substituição do modelo de opinião baseado no informativo, em que a força profissional foi cumprida pelos valores jornalísticos de mercado supostamente objetivos e imparciais (Albuquerque, 2018).

Os discursos de reformulação, do *Diário Carioca* à *Folha de S. Paulo*, foram fundamentados na ideia de que o jornalismo brasileiro estava atrasado, por não seguir o modelo industrial norte-americano. Consequentemente, impostos de maneira autoritária, em que há a constituição de um modelo hierárquico nas redações, de cima para baixo, pelos chefes de redação, com submissão aos princípios preconizados por manuais (Albuquerque, 2018, 2020).

Por isso, muito mais do que a colonização do jornalismo, o autor indica também a colonização intelectual. Os Estados Unidos reproduziram um discurso de eficiência capitalista na academia. Essa lógica partiu primeiro da influência do mercado na pesquisa científica, como financiadores. E depois pela inserção dos *rankings*, nos quais os critérios de avaliação partiram de parâmetros que os privilegiavam. Isto permitiu que universidades dos Estados Unidos e do Reino Unido estivessem sempre em evidência, como centro de promoção da visão anglófona, em prol de favorecer as suas dinâmicas internas (Albuquerque; Oliveira, 2021)

Isto parte para outro apontamento necessário do autor, que ser nacional não significa ser decolonial, pois há vários debates tecidos pela lógica colonial. Como percebeu Daros (2021), a adoção de correntes dominantes na nossa produção é perpetuada na grade de ensino acerca do jornalismo. E é preciso fornecer a construção de um pensamento e análise nas variações do nosso contexto.

Uma proposta decolonial para o jornalismo

Refletir sobre a decolonização das práticas e dos estudos do jornalismo brasileiro não é propor uma perspectiva universalista dos jornalisismos, e sim ponderar acerca da diversidade da sua atuação a partir dos contextos em que estão inseridos (Carvalho, 2023). Ou seja, não considerar somente aquilo que é institucionalizado, que como foi visto, trata-se de uma construção colonial da produção jornalística. O modelo atual de jornalismo é atrelado às produções das grandes empresas, organizações que são colonizadoras da prática, ou seja, detêm o poder político e intelectual da atuação de jornalistas. Sendo assim, definem o jeito “certo” ou “errado” de o fazer.

Albuquerque (2022) solicita, para avançar nas discussões, não pensar unicamente nos efeitos da colonização, mas no papel dos agentes colonizados e seu molde de operação. E para isso é preciso identificar quais os processos que atuam na sua colonização, e quais são seus agentes. Assim, abordar o jornalismo sob uma perspectiva de distanciamento crítico dessas relações dominantes.

Em concordância com as autoras e os autores acionados, não se trata de ignorar tudo o que já foi discutido, mas entender e questionar os fundamentos que estruturam o campo atualmente e não se limitar a eles. É, de acordo com Albuquerque e Oliveira (2021), evitar a recolonização das produções científicas. Concomitante, Spycer Dulci e Rocha Malheiros (2021) apontam que um pensamento decolonial não busca meramente responder questões acadêmicas, mas demonstrar as possibilidades ali encontradas.

É necessário retirar da retórica o modelo jornalístico dos Estados Unidos como inquestionável e assim visualizar o nosso jornalismo a partir de práticas internas próprias, frente ao imperialismo cultural

ditado pelas ideologias construídas nas empresas jornalísticas (Daros, 2021). O pensamento crítico latino-americano é central para contornar as perspectivas de fora, com a abertura de ambiente acadêmico mais plural a partir dos estudos dos quadros nacionais ou regionais (Albuquerque; Oliveira, 2021; Gómez-Cruz; Ricaurte; Siles, 2023).

Isso permite não reproduzir dispositivos de opressão nas nossas pesquisas, em que um determinado cenário jamais vai se qualificar, por estar fora da lógica de produção conhecida. É compreender os jornalismo e jornalistas como agentes colonizadores, e não ignorar a força de outras atrizes e atores sociais (Miranda, Carvalho, 2023; Gómez-Cruz; Ricaurte; Siles, 2023)

Reconheceu-se o que há de colonial na estruturação do modelo vigente do jornalismo e impõe-se agora discutir uma visão decolonial para a sua realização, a partir de uma revisão bibliográfica não exaustiva da temática. Como fio norteador do debate, dispõe-se elucidar algumas propostas de prática decolonial para o jornalismo apontadas por recentes pesquisas realizadas entre 2017 e 2022.

Em concordância com Daros (2021), a busca aqui é constituir um campo que deriva de teorias e discussões sobre fenômenos dentro do nosso próprio contexto. Para melhor discutir a decolonialidade no jornalismo brasileiro, o autor analisou a bibliografia de cada uma das disciplinas de teorias do jornalismo oferecidas nos programas de pós-graduação do país.

Para o autor, há um problema no modelo de ensino no Brasil: o excesso de exposição a produções anglo-saxônicas em nosso currículo. Sua análise demonstrou que as autoras e os autores mais usados são os de fora, com o uso de apenas dois livros brasileiros mais recorrentes nas bibliografias, os de Christa Berger e Beatriz Marocco (os volumes de *A era glacial do jornalismo - teorias sociais da imprensa*) e de Adelmo Genro

Filho (*O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*). Outro autor influente no campo, segundo a análise de Daros (2021), é o português Nelson Traquina.

A exposição a produções anglo-saxônicas, para o autor, tem seus pontos positivos e negativos. Positivos, por permitirem entender as origens das reflexões desenvolvidas nos países ocidentais sobre a imprensa e a sua constituição enquanto campo acadêmico. Mas também negativos, por estabelecerem uma contínua manutenção de tradições de teorias da órbita central que pouco contribuem para o desenvolvimento das práticas em nosso país.

No entanto, o maior incômodo está em por que essa literatura importada tem maior destaque do que os estudos latino-americanos. Daros não comete a ingenuidade de vincular um pesquisar nacional/latino-americano como sinônimo de uma produção decolonial. Mas defende que uma aplicação dentro dos próprios contextos, que não tenta reproduzir uma lógica de fora no contexto nacional, pode ser mais produtiva, pois a América Latina passou por uma série de transformações, em que há uma maior crítica ao imperialismo cultural. E que as suas teorizações passaram a envolver mais a comunicação popular e a mídia alternativa.

Urge um novo olhar para as teorias do jornalismo, por reconhecer que, pelo processo de colonização, estamos marcados por lógicas coloniais e ignorar isso na análise (pesquisa) do jornalismo é reproduzir essas lógicas de opressão (Daros, 2021; Barbosa, 2022b). Se aproximarmos a concepção de Albuquerque (2010) quanto à construção da imprensa brasileira, que supervalorizou o texto, aos tensionamentos de Daros (2021) quanto a uma formação acadêmica anglo-saxã no Brasil, pode-se delinear a imprensa como um importante aparato para a constituição de uma linguagem que organiza a sociedade ocidental.

Há valores colonizantes no bojo da circulação da informação na imprensa brasileira e essa informação utiliza-se da perpetuação de uma linguagem ocidental que introjeta e reforça valores eurocêntricos e hegemônicos, num ciclo de colonização (Lima, 2022).

Mas como combater essa força universalizante representada pelo jornalismo? Para Lima (2022), começa por reconhecê-lo como um mediador de valores de racionalidade ocidental-moderna e extremamente racializado. E, neste reconhecimento, adotar o pensamento decolonial como caminho para permitir outras formas de existir no jornalismo. Superar a colonialidade e repotencializar outras vivências presentes nas encruzilhadas (Lima, 2022). Este reordenamento parte da construção de novas semânticas no compartilhamento de informação, uma nova constituição comunicacional a partir de territórios periféricos historicamente apagados no Brasil (Lima, 2022). E como reescrever a linguagem do jornalismo?

Iniciemos com Barbosa (2022a, 2022b), que investigou a revista *Nossa América*, publicação institucional da Fundação Memorial da América Latina. Ao observar a realização de uma produção na qual a América Latina é o centro, o autor propõe um jornalismo que decolonize o conhecimento sobre a identidade latino-americana. O primeiro passo, para o autor, é o reconhecimento da lógica colonial dos critérios de noticiabilidade, para assim então decolonizá-los. Barbosa (2022a) frisa haver uma negociação na seleção dos acontecimentos a partir dos critérios de noticiabilidade. Igualmente, para Batista e Gonçalves (2022), o processo de seleção de notícias não é neutro e gera assimetrias, sendo impossível ser objetivo ao interpretar a realidade, além de as práticas normativas do jornalismo realizarem um apagamento da subjetividade.

Essa valorização do que é verdade e relevante são arranjos universalizantes que organizam a construção da informação e perpetuam

a manutenção da colonialidade. A partir da definição daquilo que é relevante, o jornalismo define os sujeitos que são ou não importantes socialmente (Lima, 2022). Mas a partir de que parâmetros isso ou aquilo são relevantes? O outro é apagado e silenciado sob a égide da objetividade jornalística, uma prática violenta neocolonial (Lima, 2022).

Miranda e Carvalho (2023) analisaram a construção narrativa jornalística a partir de acontecimentos sobre feminicídio ou LGBTIfobia. O que permitiu confrontar os valores cristalizados no jornalismo e suas teorias a partir da análise das relações de gênero. Os autores denotaram a escolha de apenas fontes oficiais, o silenciamento de vítimas e falta do uso do termo feminicídio. Ou seja, há um déficit de correspondência semântica política para tratar de assuntos de gênero no Brasil, que silenciam ainda mais as vítimas.

Um reordenamento da produção textual, como instigado anteriormente por Lima (2022), para Miranda e Carvalho (2023), parte da melhor escolha de fontes, a não repetição da violência na linguagem e o reconhecimento da violência de gênero como feminicídio, que ajudariam a conscientizar sobre o assunto. Esta aplicação é uma forma de decolonizar e lidar melhor com esses três problemas.

Boff (2022) também analisa a prática jornalística a partir de um produto da mídia tradicional. O autor cita a jornalista Eliane Brum e como ela tem se desconectado das lógicas de jornalismo hegemônico e mergulhado em outro modo de ver o mundo. Para ele, Brum realiza um giro decolonial no campo do jornalismo a partir de um pensamento fronteiriço, em que a borda é uma proposta de reposicionamento da prática. O autor analisa o livro-reportagem *Banzeiro Òkòtó*, no qual a jornalista discute a relação do homem com a natureza, ambientado em Altamira (PA). Sua imersão com a reportagem foi tão profunda, que Brum mudou-se para a cidade e se envolveu com seus contextos.

O tipo de produção que Eliane Brum estava realizando também permitiu uma aproximação, pois o livro-reportagem é mais expansivo e cabe mais espaço para discussões alongadas, fugindo da lógica das práticas jornalísticas (Boff, 2022). Todavia, o seu efeito transgressor está na sua abordagem ativista, na diversidade do uso de fontes, na utilização de uma linguagem neutra e na fuga de uma regra de escrita jornalística, por exemplo, no livro a autora escreveu um poema.

O exemplo do livro de Brum é importante, pois para o autor não basta unicamente criticar o colonialismo, isso não caracteriza o giro decolonial. É preciso uma crítica e uma força de transformação da realidade, um pensamento de borda, realizado por Brum, mediante o pensamento “florestado ou amazonizado”, em que a autora passou a residir no local em que estava relatando, para ser inserida naquela realidade (Boff, 2022).

Jornalismo de Subjetividade

Fabiana Moraes (2020), a partir da sua atuação e experiência no campo como repórter especial no *Jornal do Comércio*, refletiu sobre a prática jornalística com o objetivo de levar uma nova ordem discursiva para a profissão. A autora observou apurações frágeis e sentia a necessidade, na sua prática como jornalista, de se aproximar das suas fontes. Para ela, as produções jornalísticas, em sua maioria, apenas discutem superficialmente questões de raça, classe, gênero e geografias. Moraes (2020) considera que há um vácuo prático e epistemológico no jornalismo brasileiro, causado por uma produção que apenas repassa informações, sem questionar as lógicas e o contexto de sua existência.

Para a autora, o apelo à objetividade enclausura as discussões do acontecimento, pois não dá conta da sua complexidade. Moraes acredita

haver uma falta de espaço para a pluralidade envolvida no social. A imprensa não reproduz apenas os valores de objetividade e neutralidade, mas todos os aparatos coloniais de opressão, como racismo, machismo e homofobia. Trata-se de um apagamento decorrente de uma lógica colonizadora no interior da mídia (Moraes, 2020).

A partir do cinismo do falso compromisso com a veracidade/objetividade e relevância, se reafirma a violência e opressão daqueles que não se encaixam nos valores universalizantes. Ou seja, o jornalismo reforça as dinâmicas coloniais. E para criticar o jornalismo é necessário discutir o uso e o sentido da objetividade como um valor higienizador de grupos minoritários (Moraes, 2020; Lima, 2022). Para Moraes (2020), isto pode ser visto na construção narrativa que prioriza abordar contextos resumidos de grupos silenciados, como indígenas, mulheres, povos de matrizes africanas, dissidentes de gênero e negros.

Uma resolução para este cenário não é apenas abrir espaço para a fala popular com um discurso de inclusão e visibilidade, que nem sempre é positiva. Principalmente, quando esses grupos são colocados em pautas que apenas reafirmam um padrão de vulnerabilidade econômica e social. Falta humanização.

Moraes (2020) aponta como virada decolonial no jornalismo a junção entre jornalismo e subjetividade, um possível caminho para um novo cenário. Trata-se de assumir que os critérios não são neutros e que a objetividade é desumanizadora. A solução está em reconhecer que há subjetividades entre as atrizes e atores envolvidas e envolvidos na notícia, seus produtores e seus sujeitos. Para a autora, o jornalismo subjetivo é pertinente para pensar em uma comunicação decolonial frente à desigualdade de cor e gênero, de classe e território. O exercício de um jornalismo subjetivo colabora para práticas mais críticas e capazes de operar em uma sociedade complexa.

Veiga e Moraes (2020) reivindicam um jornalismo de subjetividade a partir de um acontecimento que lhes chamou a atenção na reunião da Compós em 2019. Tratou-se do estudo da obra *Newsweek*, do artista chileno Alfredo Jaar. A obra reuniu 17 capas do seminário norte-americano de mesmo nome, em que diversos acontecimentos foram narrados na capa como importantes, menos o conflito étnico em Ruanda, país africano em que ocorria um genocídio.

O pesquisador que abordou o tema defendeu que o conflito e o país foram esquecidos por não possuir importância econômica para o Norte Global. E, de maneira a comprovar o seu argumento, distribuiu um mapa do continente africano e questionou a todos onde estava o país no mapa, o que ninguém soube responder. Diante deste acontecimento, as autoras objetivaram discutir uma realocação do jornalismo através do reconhecimento da alteridade. Para elas, é não apontar o outro como diferente, mas trazer a normalidade para si, para que casos como o da Ruanda não sejam vistos de fora e com possibilidade de serem esquecidos.

O jornalismo de subjetividade pode ser útil para não se reproduzir a lógica de apagamento social tal qual foi com Ruanda, pois implica remoção das práticas de neutralidade e isenção universalmente adotadas na prática jornalística. Seguindo essa perspectiva, questões como racismo, misoginia, machismo, xenofobia e outras estratégias de desumanização serão vistas como políticas. A ideia é desarticular o formato consagrado do jornalismo, uma proposta de um jornalismo brasileiro mais plural, que assuma e supere sua condição de produtor e reproduzidor de diferenças.

Outros autores discutem o território sob outro recorte. Ijuim, Queiroz e Apolinario (2021) debatem acerca do *Mídia Índia*³, uma mídia

³ Atualmente denominado Mídia Indígena, mudança em prol da valorização dos povos originários.

de comunicação do protagonismo dos povos indígenas, que atua prioritariamente nas redes sociais, no *Instagram* e *Facebook*. O estudo parte da constatação de que a população indígena não é tida como uma responsabilidade nacional, apesar de se tratar de povos que sofrem com a exploração, invasão e espoliação dos seus territórios. Sendo assim, o processo de colonização não finalizou para os povos indígenas (Ijuim; Queiroz; Apolinario, 2021).

As lógicas de colonização no Brasil ainda produzem o apagamento dos povos originários. E este pensamento é desenhado também na imprensa. O jornalismo deve se ocupar não apenas de relatar a realidade, mas discutir a complexidade dos fenômenos sociais através dos contextos que os circundam. Sem repetir as violências que os formam, como no caso dos povos indígenas (Ijuim; Queiroz; Apolinario, 2021).

Ijuim, Queiroz e Apolinario (2021) propõem um etnojornalismo como uma solução decolonial de um modelo contra-hegemônico. O *Mídia Índia* se adequa a este conceito por ser um jornalismo alternativo, popular e comunitário, ao conceder protagonismo aos povos indígenas. Para os autores, há outros modelos de etnojornalismo no Brasil, principalmente iniciativas em mídias sociais, como *Mídia Índia*, *Articulação dos Povos Indígenas do Brasil* (Apib) e *Web Rádio Yandê*.

O *Mídia Índia* foi um importante meio para uma cobertura contra-hegemônica frente ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que possuiu uma política anti-indígena. Por exemplo, no período da pandemia, tentaram minimizar o efeito da desinformação referente à vacinação. Devido a informações falsas, muitos indígenas não queriam se vacinar, e houve uma campanha pró-vacinação no perfil, denominada “Vacina Parente”, para combater a desinformação.

O *Mídia Índia*, a partir de um posicionamento de informar por meio de um discurso pró-ativismo no jornalismo, ajuda a romper o

colonialismo, pois os setores conservadores da imprensa insistem num discurso de uma visão doméstica e colonizada sobre os povos indígenas e sua relação com o mundo.

O apagamento do outro pode ser observado no estudo de Angeli de Carli (2017). A autora estudou a imagem de Sheila Cristina da Silva, uma mulher negra de 46 anos, que encontrou o terceiro filho morto, vítima de um tiroteio. A foto veiculada na imprensa foi de seu rosto manchado por sangue, o sangue do seu filho morto. Segundo Sheila, o seu filho não tinha nenhum envolvimento com o tráfico, além de ser vítima daquela situação.

A imagem estampou o jornal *O Globo* e, durante a mesma semana, virou pauta nos noticiários de todo o país e ganhou ares internacionais. O problema foi que o discurso utilizado com a fotografia, narrativa do sofrimento de Sheilla, foi romantizado e esqueceu-se a dura realidade da morte por bala perdida, que não é um ponto fora da curva no contexto em que o acontecimento estava inserido. Angeli de Carli (2017) destaca a comparação que Eliane Brum fez de Sheila como a Pietá Negra. Assim, transformaram o sofrimento da mãe em uma construção artística que reduziu a carga política da tragédia.

A autora propõe a discussão da decolonização da imagem, porque a imagem não é uma representação, mas uma construção de sentido, assim como o texto. A ideia superficial de uma imagem como uma representação, para a autora, foi difundida com o fotojornalismo pensado a partir da teoria da imagem, e esta perspectiva foi desenvolvida na imprensa. Decolonizar é não ignorar a consciência e a potência dos sujeitos frente à práxis jornalística, no caso do acontecimento era não ignorar a questão do racismo e do gênero (Angeli de Carli, 2017).

Interseccionalidade

Como uma forma de não repetir o apagamento do outro, uma nova abordagem atrelada ao discurso decolonial, além de um jornalismo de subjetividade (Moraes, 2020), foi localizada. Notou-se uma gama de pesquisas que adotaram as discussões acerca da interseccionalidade como uma variável importante para decolonizar o jornalismo. Cita-se: Batista e Gonçalves (2022), Woitowicz, Amaral e Rocha (2022), Miranda e Carvalho (2023) e Lago, Gonçalves e Kazan (2019) na relação de gênero e grupos sub-representados. Lima (2022), com a população negra, Noronha (2018), com a proposta para discutir “o outro”, e Amaral (2023), com a questão de mulheres, ambientalistas, negros e indígenas.

Os padrões convencionais de narrativas e narradores do jornalismo brasileiro estão marcados pelas categorias de colonialismo e patriarcado. Diferente de outros autores analisados para o trabalho, Batista e Gonçalves (2022) discutem prioritariamente a questão da interseccionalidade. Os autores não trabalham de fato com a decolonialidade nas suas discussões, ficando no pano de fundo no artigo.

Todavia, a sustentação de uma decolonização do jornalismo brasileiro é abordada por meio da interseccionalidade, como um modo de resistência, luta e sobrevivência no panorama atual. Na busca de compreender esses dispositivos de opressão no jornalismo, mas também um viés contra-hegemônico dentro do próprio jornalismo convencional, os autores analisaram, por meio de uma leitura cultural, treze depoimentos da série “E eu – O jornalismo precisa me ouvir?”, publicado no *Jornal Folha de S. Paulo* em razão do seu centenário, em 2021.

A série ouviu depoimentos de diversas pessoas que comentaram sobre as falhas do jornalismo na cobertura de assuntos a respeito de “indígenas, negros, refugiados, feministas, pessoas com deficiência;

praticantes de religiões de matriz africana; gays e bissexuais; pessoas trans; trabalhadores de aplicativos; e moradores das periferias do Brasil” (Batista; Gonçalves, 2022, p. 7). Este grupo foi o que os autores denominaram como sub-representados. Para eles, a série “E Eu?”, ao mesmo tempo que mostra um esforço do jornalismo hegemônico de pautar outras formas a vida e a luta, desvela ainda mais o quanto há uma indivisibilidade na construção da narrativa destas pessoas.

Lago, Gonçalves e Kazan (2019) tomaram como estudo o site *Nós, Mulheres da Periferia*, um coletivo organizado por mulheres periféricas. Para eles, se trata de um produto que demonstra como furar a barreira da invisibilidade midiática e narrar o outro sem uma perspectiva reducionista. Aqui está uma forma de renovação da prática jornalística por meio da subjetividade, uma possibilidade de decolonizar o jornalismo. Trata-se de abrir mais espaço para a pluralidade de agentes sociais, pensando na perspectiva interseccional a partir da tematização dos estudos de gênero.

Uma abertura para o Sul Global em que há uma readequação do jornalismo, com abertura de um espaço para narrar o outro, no caso, as mulheres. A partir da escrita das próprias vivências, relatando a realidade a partir das reivindicações da experiência, o *Nós, Mulheres da Periferia* consegue subverter as lógicas de produção jornalística e criar um olhar subjetivo para a realidade (Lago; Gonçalves; Kazan, 2019).

Nessa proposta de desnaturalizar o sentido estereotipado e promover visibilidade aos grupos sem perpetuar violência, ao desmitificar a identidade a partir da “[...] pluralidade de experiências, subjetividades e interseccionalidade” (2023, p. 166), Amaral estuda o *Lampião de Esquina* (1978 a 1982), denominado o primeiro jornal homoerótico de grande circulação do Brasil, como uma proposta decolonial e alter(n)ativa. O jornal teve 38 edições e ouviu outros grupos

minoritários, a exemplo de mulheres, ambientalistas, negros e indígenas, o que demonstrou sua lógica política transversal.

O jornal foi um bom exemplo de como promover outras representações dos homossexuais e grupos minoritários. O autor dialogou sobre o feminismo decolonial e interseccionalidade como uma outra possibilidade de analisar a comunicação no atual momento, a partir do giro decolonial e da esfera da comunicação de resistência. Localizou diversas demonstrações decoloniais no jornal, como a crítica à representatividade da mulher negra e de povos (Amaral, 2023).

Como não produzir um discurso de legitimidade para outros grupos além de uma visada comercial no jornalismo? Para Woitowicz, Amaral e Rocha (2022), é preciso discutir a formação crítica teórica e profissional em jornalismo durante a graduação e pós-graduação, a partir de estudos de interseccionalidade, de gênero, raça e classe, de uma perspectiva decolonial. O prematuro contato com este tipo de produção permite não reproduzir lógicas coloniais.

De maneira a entender produtos que repetem esse ideal, Woitowicz, Amaral e Rocha (2022) abordam o site *Elos*, que aborda direitos humanos, jornalismo e formação cidadã. O *Elos* é um projeto de extensão do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que produz conteúdo jornalístico em consonância com as propostas decoloniais, na avaliação de Woitowicz, Amaral e Rocha (2022).

Para os autores, é necessário revolucionar as práticas jornalísticas considerando a alteridade, reconhecendo o outro, sem reprodução de discriminação. No caso das questões de gênero, que interessam aos autores na perspectiva decolonial, percebem no jornalismo uma construção da narrativa em que há uma baixa representação das mulheres enquanto fontes jornalísticas. E, em casos de narrativas de

violência, a adoção de uma performática de vitimização e o acionamento de que fontes oficiais e especialistas para legitimar a fala da vítima ou torná-la credível, o que promove ainda mais violência.

Considerações (não) finais

Ao levantar dois marcos da história da imprensa nacional, a institucionalização com a Carta Régia em 1808 e a reforma do *Diário Carioca* em 1950, evidencia-se que a imprensa foi instaurada no Brasil a partir da ideia de uma modernização autoritária. Autoritarismo que se revela pelo ideal de servir as lógicas coloniais, primeiro do Império Português, e segundo, na adoção de parâmetros de produção massiva norte-americana, ambos impostos de cima para baixo.

Assim se defende que, ao longo de sua formação, o jornalismo brasileiro esteve a serviço de um ideal colonial, o que penetrou na sua lógica de produção e no discurso hegemônico da sua prática. Este jornalismo, fruto da construção de sentido colonial, é um canal para a reprodução daquilo que se chamou de colonialidade do ser, do saber e do poder. O jornalismo, no molde em que foi constituído, é um dos principais mediadores de violências simbólicas, que retira e nega a subjetividade e o conhecimento localizado brasileiro.

Ao discutir os artigos da revisão, propusemos apontar maneiras de quebrar este ciclo. Desse modo, o jornalismo de subjetividade e o conceito de interseccionalidade são possibilidades para visibilizar, legitimar e conceder resistências a grupos minoritários e esquecidos no jornalismo brasileiro, com potencialidades para práticas jornalísticas que superem as colonialidades do ser, do saber e do poder. O objetivo da junção destas duas perspectivas é reconhecer e findar os aparatos de manutenção de poder no jornalismo, baseados no colonialismo e

imperialismo, para abrir espaço para um novo fazer jornalístico. Trata-se de não ignorar o que já foi realizado e começar um novo caminho.

A jornalista Eliane Brum é referenciada em dois artigos e propicia refletir sobre como a colonização é controversa e complexa na América Latina, com pessoas assumindo, ora o papel de colonizadoras, ora de colonizadas. Para Boff (2022), Brum seria um exemplo de giro decolonial, em livro-reportagem que privilegiaria visões de ruptura temática e formal. Para Angeli de Carli (2017), a jornalista teria posicionamento colonial frente à romantização de uma imagem que revela dor e racismo.

Fica evidente também a necessidade de produções acadêmicas que superem as teorias e metodologias que lidam com o jornalismo a partir de referências que não dão conta das especificidades brasileiras. Especialmente a partir da constatação de que em disciplinas de teorias do jornalismo ofertadas em programas de pós-graduação prevalecem bibliografias anglo-saxãs.

Referências

- ALBUQUERQUE, A. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. **Alceu**, [S.I.] v. 10, n. 20, p. 100-115, 2010.
- ALBUQUERQUE, A. Journalism and Multiple Modernities: The Folha de S. Paulo Reform in Brazil. **Journalism Studies**, v. 20, n. 11, p. 1546-1562, 2018.
- ALBUQUERQUE, A. O que decolonizar o jornalismo afinal quer dizer? Um olhar a partir do Brasil. **Lumina**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 5-19, 2022. DOI: 10.34019/1981-4070.2022.v16.39278. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/39278>. Acesso em: 11 maio. 2023.
- ALBUQUERQUE, A.; DE OLIVEIRA, T. Pensando o recolonial nos estudos da Comunicação: reflexões a partir da América Latina. **Comunicação Mídia e Consumo**,

[S. l.], v. 18, n. 51, p. 102, 2021. DOI: 10.18568/cmc.v18i51.2521. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/82>. Acesso em: 10 maio. 2023.

AMARAL, M. E. P. do. Lampião da Esquina: decolonial e alter(n)ativo. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 21, n. 39, 2022. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/788>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ANGELI DE CARLI, A. De Shirley a Sheila: Apontamentos para uma descolonização do jornalismo a partir da imagem. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, 2017. DOI: 10.22456/1984-1191.72886. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/72886>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BAHIA, J. **Jornal, história e técnica**: história da imprensa brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 1-443. ISBN: 9788574783048.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, s.v, n.11, p. 89-117, 2013.

BALLESTRIN, L. M. DE A. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Dados**, v. 60, n. 2, p. 505-540, abr. 2017.

BARBOSA, A. América Latina como valor-notícia: critérios de noticiabilidade latino-americanos na revista Nossa América. **REGIT**, [S. l.], v. 18, n. 2, 2022a.

BARBOSA, A. Por uma teoria latino-americana e decolonial do jornalismo — critérios de noticiabilidade para o jornalismo latino-americano: o caso da revista Nossa América 2022b. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 03-19, 2022b. DOI: 10.11606/issn.2176-1507.v26i2p03-19. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/199047>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BATISTA, C. P.; GONÇALVES, G. O. O jornalismo precisa me ouvir: subjetividade, interseccionalidade e decolonialidade na crítica da Folha de S. Paulo à práxis jornalística. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 20., Fortaleza, 2022. **Anais [...]** SBPjor: Fortaleza, 2022.

BOFF, F. Banzeiro Òkòtò: giro decolonial e pensamento de borda no jornalismo de Eliane Brum. **Revista Dispositiva**, v. 11, n. 20, 2022.

CARVALHO, C. A. de. **O jornalismo, ator social colonizado e colonizador**. Curitiba: CRV, 2023.

DAROS, O. Um olhar decolonial sobre a disciplina de teorias do jornalismo. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 44., Virtual, 2021. **Anais** [...] Intercom: Virtual, 2021. p. 1-15.

GÓMEZ-CRUZ, E.; RICAURTE, P.; SILES, I. Descolonizando los métodos para estudiar la cultura digital: una propuesta desde Latinoamérica. **Cuadernos.info**, [S. l.], n. 54, p. 160–181, 2023. DOI: 10.7764/cdi.54.52605. Disponível em: <http://cuadernos.info/index.php/cdi/article/view/52605>. Acesso em: 12 jun. 2023.

IJUIM, J. K.; QUEIROZ, T. K. B.; APOLINARIO, E. M. P. Mídia Índia: porquê decolonizar a práxis jornalística. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 44., Virtual, 2021. **Anais** [...] Intercom: Virtual, 2021.

LAGO, C.; GONÇALVES, G. O.; KAZAN, E. M. Jornalismo na lógica decolonial: o caso do Nós, Mulheres da Periferia. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 17., Goiânia, 2019. **Anais** [...] SBPJor: Goiânia, 2019.

LAGO, C.; GONÇALVES, G.; KAZAN, E. M. Jornalismo na lógica decolonial: o caso do Nós, Mulheres da Periferia. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 17., Goiânia, 2019. **Anais** [...] SBPJor: Goiânia, 2019.

LIMA, V. M. A. Desfazendo o carregamento colonial: aportes para uma reflexão decolonial do jornalismo. In: Encontro Anual da Compós, 31., Imperatriz, 2022. **Anais** [...] Compós: Imperatriz, 2022.

MIRANDA, C. M.; CARVALHO, C. A. de. De jornalistas como comunidade interpretativa aos jornalismo colonizados e colonizadores: coberturas de feminicídios em jornais amazônicos. In: **Narrativas do Fim** [livro eletrônico]: Pensamentos outros da comunicação amazônica [livro eletrônico]. DEMARCHI, André...[et al.]. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2023.

MORAES, F. A subjetividade como uma proposta de decolonização do jornalismo brasileiro. In: MAIA, M. R.; PASSOS, M. Y. (org.). **Narrativas Midiáticas Contemporâneas**: epistemologias dissidentes. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2020.

NORONHA, D. Ciências Sociais, Comunicação e Imagem: aportes teóricos sobre a (re)produção da diferença (e do poder) no jornalismo hegemônico. **Revista TOMO**, n. 33, p. 193-228, 31 jul. 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: 2005. p.227-278.

ROMANCINI, R.; LAGO, C. **História do Jornalismo no Brasil.** Florianópolis: Insular, 2007. 276 p.

RÜDIGER, F. R. **Tendências do jornalismo.** 1. ed. Porto Alegre: Universidade/ UFRGS,1993.

SPYER DULCI. M.; ROCHA, M. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a américa latina. **Revista Espirales**, [S. l.], p. 174-193, 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686>. Acesso em: 10 maio. 2023.

VEIGA, M.; MORAES, F. A. Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. In: Encontro Anual da Compós, 29., Campo Grande, 2020. **Anais [...]** Campo Grande: Compós, 2020.

WOITOWICZ, K. J.; AMARAL, M. E. P.; ROCHA, P. M. Decolonialidade na produção jornalística: direitos humanos e interseccionalidade de gênero, raça e classe no site Elos. In: ECHEVERRÍA BURBANO, M. (org.) **Mujeres, comunicación y cambio social.** Bogotá: Ediciones USTA, 2022.

7

AMAZÔNIA LIVRE DE FAKE: O COMBATE À DESINFORMAÇÃO NO FORMATO DE PODCAST

Liana Vidigal Rocha

Alan Milhomem da Silva

Maria Tereza Lemes Moreira Carneiro

Introdução

A desinformação sobre a Amazônia é um dos temas mais recorrentes nos últimos tempos, sobretudo, a partir do avanço das queimadas e do desmatamento na região. Lamentavelmente, o cenário desfavorável só cresceu quando, ainda em 2022, a desinformação teve como um dos principais interlocutores o Governo Federal, que disseminou informações como a fala do ex-presidente Jair Bolsonaro, ao afirmar que a Amazônia não pegava fogo por ser uma floresta úmida¹.

Tudo isso impactou não somente no direito ao acesso à informação, mas também nos recursos naturais e na vida das populações na Amazônia. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon²), o primeiro bimestre de 2024 registrou o menor índice de desmatamento da Amazônia nos últimos seis anos, registrando 196 km² de devastação. Apesar da queda nos números, a região ainda é alvo frequente de ataques, que insistem em afirmar que incêndios são benéficos para o bioma.

Além disso, a circulação massiva de informações falsas sobre a pandemia da Covid-19 pode ser considerada uma das fases de maior

¹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-dubai-bolsonaro-diz-amazonia-por-ser-uma-floresta-umida-nao-pega-fogo/>

² Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/primeiro-bimestre-de-2024-tem-menor-desmatamento-dos-ultimos-seis-anos/#:~:text=Primeiro%20bimestre%20de%202024%20tem%20menor%20desmatamento%20dos%20C3%BAltimos%20seis%20anos,->

incidência de desinformação, principalmente na Amazônia, onde as informações, muitas vezes, demoram a chegar por conta da densidade demográfica e do grande número de comunidades isoladas.

Em junho de 2024, foi divulgada a pesquisa *Truth Quest*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cujo relatório apontou que a população brasileira é a pior em identificar notícias falsas. Dos 21 países que participaram deste estudo, a Finlândia foi a que obteve a melhor média de identificação de desinformação, com 66%. Já o Brasil ficou em último com 54%. Outro dado preocupante é em relação ao meio de consumo das informações. Enquanto o Japão consome cerca de 25% das informações por meio das mídias sociais, 85% do povo brasileiro obtém as informações por essas plataformas³.

Para auxiliar a reverter esse cenário, o Intervezes tem lançado cartilhas, promovido campanhas e produzido conteúdo que ajude a combater a desinformação na e sobre a Amazônia. A organização foi fundada no ano de 2003, em São Paulo, com o objetivo de defender a liberdade de expressão, além de promover uma mídia democrática e uma internet plural. O coletivo é formado por “ativistas e profissionais com formação e atuação nas áreas de comunicação social, direito, arquitetura, artes e outras, distribuídos em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal⁴”.

Para alcançar seus objetivos, o Intervezes auxilia na mobilização da sociedade civil frente a questões importantes como a Amazônia e articula o diálogo com movimentos sociais e outras organizações; colabora com o monitoramento de violações do direito à comunicação; contribui para a formação de uma interação crítica com a mídia, incentivando

³ OECD (2024), “The OECD Truth Quest Survey: Methodology and findings”, OECD Digital Economy Papers, No. 369, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/92a94c0f-en>.

⁴ Disponível em: <https://intervezes.org.br/quem-somos/>

principalmente a prática de uma comunicação popular e comunitária; busca ainda acompanhar e fiscalizar ações dos três poderes e de empresas públicas/privadas e prestadoras de serviços de comunicação e, para completar, investe em produção de conteúdo informativo e analítico.

Em 2023, o coletivo lançou o projeto Amazônia Livre de Fake em parceria com 14 organizações amazônidas e que tem como objetivo auxiliar no combate à desinformação referente e sobre a Amazônia Legal. De acordo com o relatório lançado em junho de 2024, o projeto teve duas fases, sendo a primeira realizada no ano de 2022 e composta por oito organizações amazônidas⁵ que fizeram o levantamento de “cerca de 200 perfis e páginas difusoras de discurso de ódio e desinformação nocivas à preservação da Amazônia Legal e seus defensores” (Santos *et al.*, 2024, p. 6).

Segundo o relatório, a estratégia inicial era enfrentar a proliferação da desinformação por meio de campanhas de desmonetização de páginas como Portal Novo Norte, Vista Pátria e Terra Brasil, que são responsáveis pela propagação de conteúdo falso e/ou errado. Para tanto, foram utilizados dois critérios principais: visibilidade/alcance e autodenominação de sites jornalísticos (Santos *et al.*, 2024).

Nos anos de 2023 e 2024, o projeto entrou na segunda fase, porém, desta vez, os esforços estavam voltados para a identificação de novos agentes difusores de desinformação, como figuras públicas de representação política. Essa modificação ocorreu em virtude da necessidade de se investigar de maneira mais aprofundada a prática da desinformação, uma vez que se trata de um ano eleitoral e que alguns parlamentares são candidatos. Assim, o espaço de atuação sofreu um

⁵ São elas: Agência Abaré (AM), Olhares da Amazônia (UFRR), Jovens Tapajônicos (PA), Instituto Mapinguari (AP), Matpha (AC), Co-jovem (PA), Mídia Ninja (MT) e Casa Ninja Amazônia (AM/AC).

novo recorte e apenas três estados (AM, MT e PA) foram acompanhados pelos grupos de trabalho.

Dentro desse projeto, destacamos a série, no formato de podcast, que foi desenvolvida para auxiliar no enfrentamento da proliferação de desinformação. São seis episódios, com duração entre 6 e 12 minutos, que abordam assuntos referentes à temática principal: a desinformação na Amazônia. Deste modo, por meio da pesquisa qualitativa e da análise descritiva, investigamos o primeiro episódio intitulado Desinformação na concepção amazônica.

Amazônia: características e terreno fértil para a desinformação

Atualmente, a área territorial da Amazônia Legal é de 5.015.067,749 km², correspondente a cerca de 58,9% do território nacional⁶, abrangendo em sua totalidade os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins, além de parte do estado do Maranhão. Por conta das dimensões continentais, a região apresenta uma grande diversidade de ecossistemas, em diferentes tipos de vegetação, clima e solos. Há vegetação savânica, floresta ombrófila densa e aberta, além de áreas de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia. A maior parte da região tem duas estações bem definidas, sendo o período chuvoso entre novembro e maio, enquanto o período de seca ocorre nos demais meses do ano (Martha Júnior, Contini e Navarro, 2011).

A região é conhecida mundialmente pela rica biodiversidade, sendo a maior floresta tropical do mundo. Além dessa riqueza, a Amazônia desempenha um papel importante na regulação do clima global, agindo como um sumidouro de carbono e influenciando padrões de chuva em

⁶ Dados atualizados pelo IBGE em 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28089-ibge-atualiza-mapa-da-amazonia-legal>. Acesso em: 8 set. 2024.

todo o Brasil e no continente sul-americano. Ou seja, é uma floresta indispensável para o equilíbrio ecológico do planeta.

Também é marcada pela diversidade social, pois a região inicialmente era ocupada apenas por populações indígenas. Conforme Martha Júnior, Contini e Navarro (2011), a região recebeu um primeiro influxo migratório oriundo do Nordeste na segunda metade do século XIX, principalmente por conta dos cultivos de seringais. Também houve movimentos populacionais em virtude da exploração de ouro e pedras preciosas. Mais recentemente, os movimentos migratórios na região são decorrentes dos produtores rurais em busca de terra.

A população atual da Amazônia Legal é composta por uma diversidade de grupos étnicos e culturais, incluindo indígenas, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros e migrantes de outras regiões do Brasil e do mundo. Conforme o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE⁷), em 2022, a população residente nos sete estados da região Norte é de 17.349.619 habitantes, o que equivale a 8,5% da população brasileira. Continua sendo a segunda região menos populosa do País. Os dados ainda mostraram que a população indígena do país chegou a 1.693.535 pessoas, com pouco mais da metade (51,2% ou 867,9 mil indígenas) dessa população concentrada na Amazônia Legal.

Mesmo com sua importância para o mundo comprovada em diversos estudos, a Amazônia Legal enfrenta desafios, principalmente relacionados à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável. O desmatamento, impulsionado pela expansão da agropecuária, extração ilegal de madeira, mineração e queimadas, está entre os maiores problemas da região.

⁷ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/especiais/censo-2022/> Acesso em: 29 ago. 2024.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) aponta que, somando apenas os anos de 2019 e 2020, houve uma perda de mais de 20 mil quilômetros quadrados do bioma amazônico, sendo a maioria (42,5%) por danos provocados pelo manejo agropecuário em imóveis rurais e apenas 3% em terras indígenas (Alencar, Rodrigues e Castro, 2020). De acordo com o Imazon⁸, o desmatamento na Amazônia, em 2022, atingiu a maior destruição dos últimos 15 anos, quando começou a série histórica da pesquisa. Foram 10.573 quilômetros quadrados de área derrubada, com uma média quase 3 mil campos de futebol por dia só em 2022.

Em 2024, de janeiro até 21 de agosto, a Amazônia registrou 63 mil focos de fogo, o maior número desde 2014. Este foi considerado por especialistas o pior momento para a floresta nos últimos 19 anos, considerando o período de janeiro a junho. A fumaça gerada pelas queimadas se espalhou por outras regiões do país e chegou a afetar 10 estados, inclusive os da região sul do Brasil (Casemiro, 2024).

Outro ponto que vale destacar sobre a Amazônia é que a região concentrou quase metade dos conflitos no campo em 2023, conforme relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2024). Dos 2.203 conflitos no campo registrados no Brasil em 2023, 1.034 ocorreram na Amazônia Legal. O Pará (226 ocorrências), Maranhão (206) e Rondônia (186) foram os estados com maior número de ocorrências. No Pará, as Terras Indígenas Munduruku (com 1.630 famílias) e Kayapó (com 1.137 famílias) foram algumas das mais impactadas pelos conflitos por terra no estado.

Ainda segundo a CPT (2024), do total de 1.467 pessoas vítimas de algum tipo de violência individual registrado pela comissão em 2023, 1.108 (ou 75,5%) estavam na Amazônia Legal. O Pará lidera com 459

⁸ Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/amazonia-perdeu-quase-3-mil-campos-de-futebol-por-dia-de-floresta-em-2022-maior-desmatamento-em-15-anos/> Acesso em: 29 ago. 2023.

vítimas, seguido de Rondônia (217) e Roraima (149). As principais vítimas dos conflitos na região são pequenos proprietários (26,4% dos registros) e indígenas (24,7%). Já os causadores são, na maioria, fazendeiros (54,4%), seguidos de grileiros (11,3%) e garimpeiros (9,7%).

Os conflitos, aliados com a perda contínua de cobertura florestal, ameaçam não só a biodiversidade da região, como também contribuem para as mudanças climáticas e afetam as comunidades indígenas e tradicionais que dependem da floresta para sua subsistência. Somado a isso, há desafios sociais e econômicos significativos, pois a região é marcada por desigualdades sociais, infraestrutura precária e acesso limitado a serviços básicos como saúde, educação e saneamento. Os indicadores clássicos de pobreza, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e a renda per capita, em 2020, apontam que a média dos estados da Amazônia foi de 0,736, caracterizando-se como uma das regiões mais pobres do Brasil (Rodrigues e Silva, 2023).

Este cenário coloca a Amazônia como terreno fértil para a propagação de desinformação, impactando o direito ao acesso à informação, os recursos naturais e a vida das populações na Amazônia (Intervozes, 2022). O cenário digital vivenciado atualmente também é outro fator determinante para a propagação de desinformações. Ainda segundo o Intervozes (2022), as desinformações no contexto da Amazônia têm intenções de convencer pelo viés ideológico político por meio de notícias manipuladas, cuja circulação ocorre principalmente por grupos de mensagens, reproduções por páginas locais ou compartilhamentos a partir de perfis de redes sociais de figuras públicas influentes.

No contexto amazônida, o que se observa é que a desinformação não se trata apenas de uma disputa sobre o que é precisamente verdade ou mentira, mas se trata de uma estratégia proposital de disputar e construir uma visão de mundo assentada num modelo desenvolvimentista e predatório avesso aos

direitos dos povos indígenas, ribeirinhos e tradicionais. É assim que a desinformação vem beneficiando os centros de poder ligados a figuras políticas sustentadas e sustentáculos do agronegócio, da mineração e de outras personagens centrais nos conflitos socioambientais que marcam a região (Santos *et al.*, p. 7, 2024).

Dessa maneira, a Amazônia, que era de interesses políticos, econômicos e ambientais devido às suas riquezas e recursos naturais, passou a ser palco de conflitos e disputas de narrativas baseadas em informações falsas, que encontram na internet e redes sociais digitais um território propício para sua disseminação. As redes e mídias sociais como Facebook, Instagram, X (antigo Twitter), TikTok e YouTube são protagonistas quando pensamos na questão da desinformação.

Desinformação sobre a Amazônia

Cidade perdida de Ratanabá, inexistência de mudanças climáticas, uso seguro de agrotóxico e benefícios do desmatamento são alguns exemplos de desinformação sobre a Amazônia que circulam, sobretudo, no ciberespaço. Mesmo durante a pandemia, entre os anos de 2020 e 2022, a região continuou sofrendo com a proliferação de informações falsas, porém associadas à saúde e aos povos originários.

O primeiro exemplo citado, referente à cidade perdida de Ratanabá, circulou nas mídias e redes sociais em 2022, supostamente revelando que uma civilização teria vivido na floresta amazônica há mais de 450 milhões de anos (Assad, 2022). De acordo com Vieira (2022, on-line), “o boato foi divulgado pelo site Dakila Pesquisas, instituição sem qualquer vinculação com universidades ou órgãos de pesquisas oficiais”. Além de vídeos no YouTube, a desinformação foi assunto no X (antigo Twitter) e no TikTok.

Eduardo Neves, professor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, estuda a região amazônica há 35 anos e

afirmou ao jornal O Globo que: “há 450 milhões de anos não existia nem América do Sul, Cordilheira dos Andes, e as evidências mais antigas da nossa espécie (*Homo sapiens*) não chegam nem a 1 milhão”⁹. Apesar de a teoria conspiratória ser defendida há mais de 10 anos, na época, a proliferação da desinformação serviu para desviar a atenção de um assunto mais importante: o desaparecimento do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista brasileiro Bruno Pereira.

Outro fator que pode ter influenciado a ascensão das pesquisas pelo termo foi a recente visita de Elon Musk ao Brasil. No último dia 20 de maio, o bilionário se encontrou com o presidente Jair Bolsonaro, além de outros políticos e empresários. O objetivo da visita foi para negociar a instalação do Starlink, projeto que objetiva oferecer internet banda larga via satélite em todo o mundo, na Amazônia (Vieira, 2022, on-line).

Outro exemplo de desinformação que constantemente circula pelo ciberespaço é sobre queimadas e desmatamento na Amazônia. O projeto Comprova¹⁰, em novembro de 2023, investigou um vídeo publicado no Instagram, que trazia uma mulher abordando pessoas na rua. Ela mostrava supostas imagens de queimadas na Amazônia e perguntava se os incêndios tinham acontecido durante o governo Bolsonaro ou no governo Lula. Após a resposta do entrevistado, a mulher afirmava que as fotos eram de 2023 e que “a mídia não estava noticiando nada”.

A verificação do projeto Comprova buscou dados sobre desmatamentos e queimadas na região no primeiro ano do governo Lula e nos quatro anos do governo Bolsonaro, além de analisar as políticas voltadas para o meio ambiente de ambas gestões e consultar

⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/06/ratanaba-cidade-perdida-na-amazonia-e-real-ou-nao-entenda.ghml>

¹⁰ Liderada pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), o Projeto Comprova é uma iniciativa de caráter colaborativo e cooperativista, sem fins lucrativos, que reúne jornalistas e veículos de comunicação com o objetivo de identificar, investigar e desmentir conteúdos suspeitos que circulam principalmente nas mídias digitais.

especialistas sobre o assunto. A reportagem mostrou que o desmatamento na Amazônia caiu no ano de 2023, porém as queimadas cresceram. Nesse caso específico, o vídeo não foi classificado como verdadeiro ou falso, mas a equipe da iniciativa destacou a necessidade de contextualizar a informação veiculada, uma vez que “o conteúdo pode ser interpretado fora do contexto original”¹¹, se caracterizando como um tipo de desinformação.

A publicação dá a entender que as queimadas na Amazônia não estão na pauta da mídia. No entanto, como mostra a verificação, o tema tem sido discutido, assim como o foi no governo passado. Atualmente, as matérias focam em explicar o motivo do aumento nos incêndios uma vez que os índices de desmatamento têm caído (Comprova, 2023¹²).

Apesar de trazer dados relevantes e esclarecedores que auxiliam na contextualização do tema e consequentemente no combate à desinformação, a reportagem do Comprova não trouxe esclarecimentos sobre os efeitos das queimadas para o meio ambiente. Essas informações também são importantes porque ajudam a compreender melhor as consequências das queimadas para o meio ambiente, evitando a politização do assunto e reforçando o combate à desinformação.

As queimadas têm uma série de impactos ambientais sobre a Amazônia. Levam à perda de biodiversidade local e emitem gases de efeito estufa, que provocam a mudança climática. Alteram ainda o ciclo de água da floresta, causando mudanças na temperatura e no regime de chuvas global. Os efeitos também aparecem na saúde humana. A fuligem liberada na queima de vegetação causa problemas respiratórios, principalmente em grupos mais vulneráveis, como crianças (Vick, 2023, on-line).

Nesse sentido, percebemos a importância da verificação de fatos e da checagem de dados no combate à desinformação, principalmente

¹¹ Disponível em: <https://projetocomprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/desmatamento-na-amazonia-cai-mas-queimadas-crescem-veja-dados-dos-governos-mais-recentes/>

¹² Idem

relacionada à Amazônia, pois confirmar a veracidade das informações e denunciar conteúdos falsos e/ou fora do contexto - por exemplo - são fundamentais para a manutenção da realidade. “[...] pode-se dizer do ‘jornalismo de verificação’ que ele seria um tipo jornalístico diferenciado não só por verificar o que já está público, mas também por deixar-se verificar pelo público e pelos pares” (Seibt, 2019, p. 125).

Entretanto, esse ato não pode ocorrer de forma isolada. A depender do alto grau de toxicidade da desinformação, é necessário realizar um conjunto de movimentos que ajudem a coibir a proliferação de informações falsas, assim como preparar o público para identificá-las e combatê-las. Entre essas ações, sugerimos ainda: i) a promoção de um jornalismo com qualidade; ii) a participação da comunidade em discussões sobre os perigos da desinformação; iii) a parceria entre poderes públicos e plataformas para impedir a publicação desse tipo de conteúdo; iv) a consolidação da educação e da alfabetização midiática, a fim de ensinar o público a verificar as informações e a identificar fontes confiáveis; v) produção de conteúdo sobre desinformação.

Em relação à produção de conteúdo que auxilie no enfrentamento à desinformação, destacamos o formato podcast. De acordo com Carneiro (2022, p. 67), “a palavra podcast refere-se à junção de “Pod”, de *iPod*, cuja sigla significa *Personal on Demand*, ou “pessoal sob demanda”; e “cast”, que vem de broadcast, ou “transmissão” em tradução livre”. Para a autora, o podcast não possui uma definição única e exclusiva por se tratar de um formato que sofreu (e ainda sofre) evoluções. No entanto, podemos inferir que o podcast se trata de um novo processo midiático na internet que apresenta elementos do rádio tradicional, porém trazendo um rompimento da sincronia de produção, da publicação e do consumo/escuta (Carneiro, 2002; Primo, 2005).

De acordo com o Digital News Report 2023, a confiança do público nas notícias teve uma queda de 43%. Um pouco menor na comparação com o ano anterior, quando caiu 48%. Em contrapartida, o consumo do formato podcast teve um aumento de 57% no Brasil, em 2022¹³. Esses dados nos levam a afirmar que o formato apresenta potencial relevante para auxiliar no combate à desinformação, mesmo que não tenha necessariamente características jornalísticas.

Procedimentos Metodológicos

Com o objetivo de descrever as características, narrativas e recursos utilizados para combater a desinformação sobre a Amazônia, foi realizada uma análise qualitativa e descritiva da série de podcasts Amazônia Livre de Fake, em especial do primeiro episódio. O produto sonoro faz parte do projeto Amazônia Livre de Fake, realizado pelo Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Vale destacar que a pesquisa descritiva visa registrar as características de determinado fenômeno ou objeto analisado, estabelecendo relações com outras pesquisas e com a fundamentação teórica que sustenta o estudo. Este tipo de pesquisa observa, registra e classifica, procurando identificar características, causas e relações com outros fatos (Gil, 2021; Prodanov; Freitas, 2013).

O projeto Amazônia Livre de Fake visa fazer um levantamento de páginas e perfis que propagam conteúdo enganoso e construir campanhas estratégicas de enfrentamento no ambiente digital na região da Amazônia Legal. O projeto coletivo conta com mobilizadores jovens, educadores, jornalistas/comunicadores, pesquisadores universitários, indígenas e ribeirinhos. Dentre as ações desenvolvidas

¹³ Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023/brazil>.

está a série de podcasts, que conta com seis episódios e foi disponibilizada em plataformas de streaming, como o Spotify, e divulgado pelo Intervezes e instituições parceiras do projeto.

Apesar de o podcast não ser um produto de comunicação recente, as pesquisas metodológicas sobre esta mídia ainda estão sendo desenvolvidas. Quando o leque é ampliado para a tipificação do podcast, os estudos encontrados se restringem ainda mais, não havendo uma única definição. Por essa razão, para esta análise, usamos as metodologias de Categorização do Podcast e a Análise Audioestrutural do Podcast (AAP).

A Categorização do Podcast é uma metodologia desenvolvida por Carneiro (2022), em sua dissertação de mestrado, na qual foi elaborado um catálogo de podcast para analisar as mídias produzidas no Tocantins. A autora esclareceu que os tipos de podcasts foram baseados na definição feita pela academia e pelas agências de marketing (Figura 1). “Desta forma, com base na proposta apresentada por diferentes teóricos, os podcasts foram categorizados conforme a técnica de produção, formato e conteúdo” (Carneiro, 2022, p. 102).

Figura 1 - Categorização do Podcast¹⁴

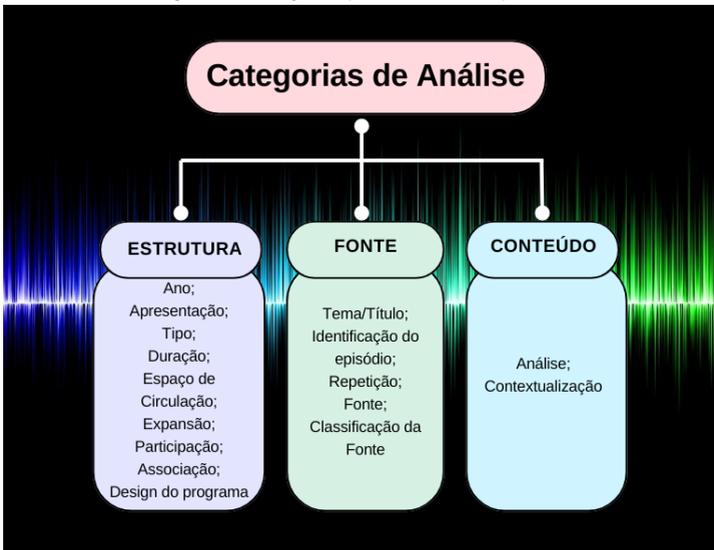


Fonte: Carneiro, 2022, p. 102.

¹⁴ O grupo com asteriscos foi criado pela classificação da própria autora.

Com relação à Análise Audioestrutural do Podcast (AAP), a seleção se propõe a uma análise quantitativa e qualitativa, analisando perfil do podcast; características estruturais do episódio; análise sonora e descritiva (Figura 2). Segundo as pesquisadoras, as categorias foram criadas para que “northeastem a compreensão do podcast, suas estruturas, episódios e o contexto da temática escolhida para análise” (Pinheiro, Mustafá e Silva, 2021, p. 157).

Figura 2 - Categorias para a análise do podcast



Fonte: Elaborado a partir de Silva, 2022.

Portanto, para a análise descritiva, selecionamos o primeiro episódio da série, “Desinformação na concepção amazônica”, que aborda temas relevantes sobre a desinformação a partir da visão dos moradores da região. O conteúdo sonoro foi analisado de forma detalhada, identificando os temas discutidos e os recursos sonoros utilizados. Além disso, a análise incluiu a avaliação das fontes de informação utilizadas e a forma como o podcast promove o pensamento

crítico entre seus ouvintes. A interpretação também considerou o potencial do conteúdo produzido na conscientização e combate da proliferação de desinformações sobre a Amazônia.

Desinformação na concepção amazônica

A série de podcasts Amazônia Livre de Fake, produzida pelo Intervozes, conta com seis episódios com duração entre 6 e 12 minutos (Figura 3). O primeiro, intitulado “Desinformação na concepção amazônica”, versa sobre a compreensão do conceito de desinformação no contexto da Amazônia Legal, apresentando os objetivos da pesquisa do Projeto Combate à Desinformação e Discurso de Ódio na Amazônia.

O segundo episódio, denominado “Amazônia ficcional”, debate sobre os tipos de conteúdo e a construção de teorias conspiratórias sobre a Amazônia disseminadas por sites de notícias da região. Além disso, destaca as ações realizadas em escolas públicas de Manaus, capital do Amazonas, no enfrentamento à desinformação.

Figura 3 - Episódios do podcast Amazônia Livre de Fake





Fonte: Intervezes, 2023.

“A internet das plataformas de dois gumes” é o título do terceiro episódio do podcast, que aborda como as redes sociais colaboraram para a pluralidade de vozes na internet, mas também ampliaram os ataques e discursos de ódio aos povos tradicionais. Também é destacado como a falta de transparência sobre a aplicação dos termos de uso das plataformas tem gerado uma rede de negócios lucrativa e violadora de direitos. O quarto episódio – “Mídia como palanque nas redes sociais” – debate sobre figuras públicas de representação política da Amazônia que utilizam seus perfis para proliferar notícia falsa e discriminação

contra grupos sociais em situação de vulnerabilidade. O financiamento desses perfis e as articulações políticas e econômicas na esfera legislativa também são abordados.

O quinto e mais longo episódio do podcast, com pouco mais de 12 minutos, “Terra fértil sem regulação”, destaca a importância da regulação da mídia fora e na internet, refletindo sobre a credibilidade questionada do jornalismo. Por fim, no sexto episódio, “Não seja a tiazona do aplicativo de mensagem”, a educação midiática é apresentada como uma alternativa ao enfrentamento à desinformação. Também é ensinado como fazer checagem de mensagens duvidosas que circulam na internet e redes sociais.

Ao considerarmos a Categorização do Podcast (ver Figura 1), com relação à técnica de produção, observamos que o produto midiático pode ser caracterizado como *Nativo*, porque foi produzido com a finalidade de ser um podcast desde o princípio, elaborado e desenvolvido para a web. Quanto ao formato, o classificamos como *Storytelling*, pois se trata de um podcast no qual o narrador descreve uma história de forma roteirizada. Com relação ao conteúdo, percebemos que é *Narrativo*, isto é, aquele em que são contadas histórias sobre qualquer assunto.

Analisando o produto a partir da Análise Audioestrutural do Podcast (AAP), o objeto é estruturado com base em entrevista, pois é:

Realizada pelo/a host do podcast com direcionamento de perguntas a um ou mais convidados com a finalidade de entender sobre um assunto específico. Diferencia-se do Debate pois raramente há interação direta ou diálogo entre os entrevistados – quando há mais de um no programa, o/a host é sempre o mediador (Viana; Chagas, 2021, p. 11).

No projeto apresentado pelo coletivo, não há uma definição quanto ao tipo e à periodicidade. Porém, observamos que a série de maneira

completa foi lançada e postada em maio de 2023. É importante destacar que o perfil do Intervozes no Spotify¹⁵ conta com outras produções que remetem à desinformação e à Amazônia, o que revela uma preocupação recorrente com o tema. O produto pode ser classificado como multiplataforma, porque está presente no site e em diversos reprodutores de podcast como Spotify, Deezer, Google Podcast e ApplePodcast.

Em relação à participação, nos baseamos em Lopez e Quadros (2015), para classificá-lo como espontânea ampliada. De acordo com as pesquisadoras, esse tipo de classificação pode ser compreendido como manifestações espontâneas e isoladas “do ouvinte com a rádio, de forma pública ou privada, com interferência identificada no conteúdo sonoro”, isto é, além do locutor, existem outras participações que se relacionam com a narrativa e essas participações são identificadas com nome e profissão para dinamizar o conteúdo sonoro.

Ao seguir os critérios de análise, este podcast pode ser classificado como um curta-metragem, pois é uma obra cuja duração é igual ou inferior a 15 minutos. É também composto por uma capa temática dividida em episódios (Figura 3), nas quais são utilizadas vinhetas e músicas originais que estão associadas ao conteúdo sonoro.

Anthony Barbosa e Tani foram os responsáveis pela composição da vinheta do episódio “Desinformação na concepção amazônica”. Já a edição e a finalização foram realizadas por Cirandeiros Podcast e Ninquini Junior. As palavras-chave do episódio estão presentes no título e são repetidas por diversas vezes ao longo do conteúdo. O tempo de duração é de 8 minutos e 54 segundos.

¹⁵ Disponível em: <https://open.spotify.com/show/2wt94jaesL3o3EpCV9DykV?si=09593607cc6c4ae1>

Com relação à identificação do episódio, na descrição é utilizado um texto de apoio personalizado para apresentar o lead do programa. No Spotify, o texto está completo, contendo a descrição do episódio, a descrição do projeto Amazônia Livre de Fake e também a ficha técnica. No entanto, o site contém apenas a descrição do episódio.

Quanto às fontes, na perspectiva de Schmitz (2011) no episódio em questão, elas podem ser classificadas como: i) Testemunhal (funciona como álibi para a imprensa, pois representa aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observadora. Desempenha o papel de “portadora da verdade”, desde que relate exatamente o ocorrido); ii) Institucional (representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social. Normalmente, a fonte institucional busca a mídia para sensibilizar e mobilizar o seu grupo social ou a sociedade como um todo e o poder público, para defender uma causa social ou política, tendo os meios de comunicação como parceiros); iii) Especializada (pessoa de notório saber específico ou organização detentora de um conhecimento reconhecido. Normalmente está relacionada a uma profissão ou área de atuação. Tem a capacidade de analisar as possíveis consequências de determinadas ações ou acontecimentos).

Do que se trata esse conteúdo?

A terceira parte se refere à análise do material que, segundo as autoras da AAP, “pode ser utilizada conforme a necessidade do pesquisador, de uma escuta atenta, descritiva e com anotações pertinentes para observação” (Pinheiro, Mustafá e Silva, 2021, p. 162). Neste sentido, o episódio Desinformação na concepção amazônica é iniciado com uma trilha sonora que remete aos sons de uma floresta, levando o ouvinte a se ambientar em um cenário imaginário da

Amazônia. Além disso, o locutor-narrador Henrique Ferreira Tapajós apresenta um sotaque indígena, trazendo identidade ao problema abordado no programa e mais credibilidade sobre os temas discutidos.

O locutor também contextualiza o tema, narrando de onde eles estão falando (localização) e qual período será principalmente abordado, que no episódio são as notícias e as desinformações durante a pandemia da Covid-19 e da vacinação. Para justificar a narrativa e até mesmo para comprovar os episódios de desinformação, foi feita uma comparação com o que acontece na realidade e o que chega até às aldeias indígenas da Amazônia. Para isso foram utilizadas manchetes de reportagens de telejornais conhecidos que abordaram o tema, como Jornal Nacional, Jornal da Record, Jornal Hoje, entre outros.

Após essa ambientação dos ouvintes, o podcast traz, em forma de entrevista, uma fonte institucional para explicar como a desinformação repercute nas aldeias; uma fonte testemunhal, para mostrar o que a desinformação está causando entre os indígenas; e uma fonte especializada para focar o problema da desinformação na Amazônia.

A entrevista com Luiza Carmen Lopes Ferreira (fonte institucional), secretária de juventude da associação que gerencia a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, explica como a desinformação ocorre na região. Durante a conversa, a conexão da internet caiu, o que reforçou as dificuldades que as comunidades mais isoladas enfrentam. Jane Kumaruara (fonte testemunhal), entrevistada residente do Baixo Tapajós, alerta para os perigos sobre a desinformação e também sobre a falta de informação para os povos indígenas.

O episódio também apresenta os dados sobre a vacinação na época da pandemia de Covid-19, ressaltando os prejuízos que a desinformação causou nas comunidades indígenas, com destaque para os efeitos adversos da vacina. A terceira entrevista é com Viviane Rosa (fonte

especializada), que fala sobre as estratégias de combate à desinformação nas aldeias por meio do projeto Amazônia Livre de Fake. O episódio finaliza com interatividade, divulgando telefones de contatos e redes sociais, além de um convite para o público acessar o projeto na internet.

É importante destacar que, ao longo do episódio, são citados os principais tipos de desinformações identificados pelo projeto Amazônia Livre de Fake, que são: a manipulação de textos, os memes sensacionalistas, as teorias conspiratórias sobre a floresta, sobretudo, envolvendo o desmatamento e principalmente a falta de informação proposital que é utilizada para enganar o público.

Contextualização do material

Ainda seguindo a análise do podcast, a contextualização do material é necessária para avaliar as dimensões social, cultural, política e econômica. De acordo com as autoras da AAP, nesta parte, o pesquisador “é livre para buscar um diálogo, por exemplo, com os produtores/apresentadores do objeto investigado a fim de obter esclarecimentos” (Pinheiro, Mustafá e Silva, 2021, p. 163).

Neste caso, não foi necessário este contato, já que tanto a pandemia quanto a vacinação da Covid-19 são considerados um “fato ou fenômeno social total”, que, segundo Mauss (1988, p. 191), põe “em movimento, em certos casos, a totalidade da sociedade e das suas instituições [...]”. No entanto, muitas camadas da sociedade não tiveram acesso às informações corretas e acabaram sendo atingidas pela desinformação. É o caso dos povos indígenas residentes na região amazônica.

No que diz respeito à dimensão cultural, o episódio explica os prejuízos que a proliferação sobre desinformação causou aos povos indígenas em relação à vacina de Covid-19. Algumas informações falsas

afirmavam que, ao ser vacinado, o indivíduo poderia se transformar em outro ser que, na cosmovisão indígena, é um processo totalmente plausível, segundo o narrador Henrique Tapajós.

No campo político, a pandemia de Covid-19 se tornou uma disputa polarizada, que ultrapassou as margens políticas, passando para o social, o econômico e o cultural. A bipolaridade política era observada desde os números de óbitos, que se distinguiram em oficiais e os de organizações indígenas; gastos com políticas públicas, em que houve uma redução de verbas para a saúde indígena feita pelo Governo Federal¹⁶; e as desinformações, que colaboravam para as questões culturais, como o fato citado no episódio, em que a informação de que, ao se imunizar, a vacina poderia ocasionar uma transformação no jeito de ser, o que influenciou muitos indígenas a não tomar as doses contra a doença.

De forma geral, é possível perceber que o coletivo Intervezes aproveitou a versatilidade e a praticidade do podcast para promover uma educação contra a desinformação no contexto da Amazônia. Esse formato de produção sonora possibilita uma disseminação mais efetiva e afetiva de informações e alcança um público maior, principalmente num contexto amazônico no qual há uma quantidade considerável de comunidades distantes dos centros urbanos e dos povos originários, que têm a sua cultura construída na oralidade.

Algumas considerações

A fim de proteger as comunidades locais, preservar o meio ambiente e garantir que políticas públicas sejam baseadas em fatos e evidências científicas, vimos que o combate à desinformação é fundamental para que

¹⁶ Informações disponíveis em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/auditoria-do-tcu-verifica-baixa-execucao-orcamentaria-na-gestao-da-saude-indigena-durante-a-pandemia.htm>. Acesso em 02 set. 2024.

esses intentos sejam alcançados. Os números da pesquisa *Truth Quest* em relação ao Brasil não são nada animadores. Pelo contrário, mostram como a população precisa ser mais bem informada e capacitada para identificar o certo e o errado e distinguir o verdadeiro e o falso.

O objetivo desta investigação foi mostrar, primeiro, que a desinformação é um tipo de vulnerabilidade que afeta a população brasileira de forma geral, mas, sobretudo, a amazônica, uma vez que dissemina dados incorretos e informações falsas sobre a região. Além disso, ao identificarmos e analisarmos o podcast *Desinformação na Concepção Amazônica*, percebemos a importância do envolvimento dos povos originários nas ações de combate a essa prática nociva.

Inclusive, esse é um dos resultados da pesquisa, a necessidade de se produzir conteúdo para as populações indígenas sobre o conceito, os tipos e os perigos da desinformação, porém, não somente capitaneada pelo homem branco e urbano, mas principalmente pelas pessoas que vivem essa realidade, seja como narrador, seja como fonte de informação. O uso de fontes locais, das comunidades e confiáveis na elaboração de um produto sonoro reforça a credibilidade das informações transmitidas.

Ademais, o podcast se destaca pela linguagem acessível e didática, voltada para um público diverso. Isso facilita o entendimento sobre a desinformação, que é um assunto complexo e que se apresenta de diversas formas. Essa estratégia de usar pessoas da comunidade local na condução do produto informativo foi eficaz para sensibilizar os ouvintes amazônidas e provocar um senso crítico em relação às notícias que as comunidades consomem. A iniciativa mostra-se relevante e necessária em um contexto de crescente disseminação de desinformação, principalmente em temas tão sensíveis quanto à Amazônia, pois informa, educa e promove uma conscientização midiática.

Vale destacar que a proposta inicial desta pesquisa contemplava a análise dos seis episódios. Entretanto, tivemos que reduzir as expectativas para o primeiro em virtude da quantidade de dados, o que se configurou na principal limitação do estudo. Desta forma, deixamos como sugestão para pesquisas futuras a análise dos demais episódios, pois o material apresenta boas informações, que podem constituir um cenário favorável de combate à desinformação na e sobre a Amazônia.

Referências

- ALENCAR, A.; RODRIGUES, L.; CASTRO, I. Amazônia em chamas: o que queima—e onde. **IPAM**, Belém, v. 5, p.1-14, 2020. Disponível em: <https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-5-o-que-queima-e-onde/>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- ASSAD, P. RATANABÁ: cidade perdida na Amazônia é real ou não? Entenda. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 jun. 2022. Brasil. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/06/ratanaba-cidade-perdida-na-amazonia-e-real-ou-nao-entenda.ghtml>. Acesso em: 8 set. 2024.
- CARNEIRO, M. T.L. M. **A categorização do podcast regional: análise do conteúdo produzido no Tocantins**. 2022. 176 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2022.
- CASEMIRO, P. Amazônia tem temporada recorde de queimadas, corredor de fumaça se espalha e afeta 10 estados. **g1**, Rio de Janeiro, 21 ago. 2024. Meio Ambiente. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/08/21/amazonia-tem-pior-temporada-de-queimadas-em-17-anos-corredor-de-fumaca-se-espalha-e-afeta-10-estados.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2023**. Goiânia: CPT Nacional, 2024. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14308:conflitos-no-campo-brasil-2023&catid=41> Acesso em: 29 ago. 2024.
- GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

INTERVOZES. **Combate à desinformação sobre a Amazônia Legal e seus defensores**. São Paulo: Intervezes, 2022. Disponível em: <https://amazonialivredfake.intervezes.org.br/wp-content/uploads/2023/04/INTERRelatorioICS.pdf> Acesso em: 29 ago. 2024.

MARTHA JÚNIOR, G. B.; CONTINI, E.; NAVARRO, Z.. **Caracterização da Amazônia Legal e macrotendências do ambiente externo**. Brasília, DF: Embrapa Estudos e Capacitação, 2011. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/48150/1/GBMJ-EstudoAMZ-DA1-vISSN.pdf> Acesso em: 29 ago. 2024.

SILVA, G. N. da. **As fontes no podcast mamilos**: Uma proposta de análise audioestrutural. 2022. 135 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022.

PINHEIRO, R. A.; MUSTAFÁ, I. P.; SILVA, G. N. da. Análise audioestrutural do podcast: uma proposta metodológica para formatos sonoros. **Âncora - Revista Latino-americana de Jornalismo**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 148-166, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora/article/view/60148/35082>. Acesso em: 29 ago. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Feevale, 2013.

RODRIGUES, D. L.; SILVA, D. N.. Pobreza na Amazônia brasileira e os desafios para o desenvolvimento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 10, e00100223, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT100223> Acesso em: 29 ago. 2024.

SANTOS, R. da S. et al.. **Amazônia livre de fake**: desinformação e direito à comunicação na Amazônia legal 2024. São Paulo: Intervezes, 2022. Disponível em: https://amazonialivredfake.intervezes.org.br/wp-content/uploads/2024/07/INTERRelatorioICS2024_Final_Digital.pdf Acesso em: 29 ago. 2024.

SEIBT, T. **Jornalismo de verificação como tipo ideal**: a prática de fact-checking no Brasil. 2019. 264 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de pós-graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/193359>. Acesso em: 8 set. 2024.

VIANA, L.; CHAGAS, L. Categorização de podcasts no Brasil: uma proposta baseada em eixos estruturais a partir de um panorama histórico. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 13., 2021, Juiz de Fora. **Anais do eletrônico** [...] Juiz de Fora: Alcar, 2021. Disponível em: https://redealcar.org/wp-content/uploads/2021/08/10_gt_historiadamidiasonora.pdf. Acesso em: 8 set. 2024.

VIEIRA, L. Ratanabá: teoria infundada de cidade perdida na Amazônia viraliza. **O Povo**, Fortaleza, 12 jun. 2022. Curiosidades. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/curiosidades/2022/06/12/ratanaba-teoria-infundada-de-cidade-perdida-na-amazonia-viraliza.html>. Acesso em: 8 set. 2024.

VICK, M. Amazônia: por que o desmate cai, mas as queimadas crescem. **Nexo Jornal**, São Paulo, 28 jul. 2023. Expresso. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/07/28/Amaz%C3%B4nia-por-que-o-desmate-cai-mas-as-queimadas-crescem>. Acesso em: 8 set. 2024.

8

AMAZÔNIAS EM DISPUTA: VULNERABILIDADES ECONÔMICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DA FLORESTA

Cynthia Mara Miranda

Cristiano Alves Viana

Albertina Vieira de Melo Gomes Oliveira

Introdução

Amazônia ou Amazônia são palavras que mobilizam múltiplos significados e incitam disputas de narrativas emergentes de vários campos (econômico, institucional, científico e da sociedade civil) em busca de amplo alcance. O bioma amazônico é um dos mais ricos do mundo em biodiversidade e em sua extensão estão a Floresta Amazônica e a Bacia Amazônica. Ao refletir sobre a Amazônia, Milhomens (2023) pontua que:

Não é uma questão retórica. Nem uma armadilha conceitual. Para muito além do espaço geográfico, territorial e físico, há muitos constituintes em sua formação. Alguns deles explícitos em suas dimensões continentais, hercúleas. A Amazônia é superlativa! Um “elo perdido” de um mundo que se formou em milhões de anos de trabalho árduo da natureza em favor da diversidade e da vida. Estamos falando de bilhões (ou seriam trilhões?) de organismos microscópicos e gigantescos, que se multiplicam no que chamamos de “biomas” (Milhomens, 2023, p. 13).

Nessa direção, podemos destacar que muitas são as Amazônia e que elas são foco de diferentes vertentes e áreas do conhecimento, que vão das ciências biológicas e da natureza, ciências humanas e sociais e até mesmo das ciências econômicas. O custo da sua devastação com desmatamentos e queimadas nos últimos anos tem elevado as emissões líquidas de gases estufa. Além das perdas que não se limitam à redução da biodiversidade e à mudança climática, segundo dados divulgados pelo relatório do Banco Mundial Econômico (FMI), o desmatamento da

Floresta Amazônica coloca em risco mais de 317 bilhões de dólares por ano¹. O custo humano da devastação da Amazônia também precisa ser considerado, já que o território é local frequente da ocorrência de mortes de povos originários e tradicionais, constituindo um verdadeiro genocídio, que nem sempre alcança a cobertura midiática. Para Miranda, Sousa e Carvalho (2023), múltiplas são as vulnerabilidades e negligências de direitos que afetam as populações da Amazônia e a tornam um lugar cada vez mais violento para os que ousam defendê-la.

Mas é preciso, também, perceber que as violências físicas resultam precisamente da impossibilidade de impedir mobilizações e ações de bravura, comprovando que as vulnerabilidades são geradas por sistemas de opressão que não suportam autonomias e resistências às injustiças. Se há mortes e injustiças na Amazônia – como de resto em todo o Brasil, marcado pelas desigualdades de diversas ordens e pelos preconceitos desumanizadores – não faltam multiplicidade de manifestações culturais, de ações políticas de combate às lógicas opressoras, enfim, de vida que pulsa e diz não às mortes e às vulnerabilidades, sejam físicas ou sociais (Miranda, Sousa, Carvalho, p. 20, 2023).

Nesse leque de múltiplos interesses e desinteresses sobre a Amazônia, nos interrogamos sobre quais campos mobilizam as narrativas midiáticas nacionais e internacionais sobre a Amazônia. Para Bourdieu (1983), o campo é um espaço social que possui uma estrutura própria, relativamente autônoma em relação a outros campos, trata-se de um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual dos interesses que estão em disputa.

¹ Desmatamento da Amazônia pode provocar perdas estimadas em US\$ 317 bilhões por ano, afirma Banco Mundial. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/09/desmatamento-da-amazonia-pode-provocar-perdas-estimadas-em-us-317-bilhoes-por-ano-afirma-banco-mundial.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2024.

Nessa perspectiva, o presente capítulo propõe estudar a presença dos campos econômico, institucional, científico e da sociedade civil na construção das narrativas amazônicas de amplo alcance. Para Motta (2013), nenhuma narrativa é ingênua, quem narra tem algum propósito, narrar tem a pretensão de envolver, provocar uma reação, ou “efeitos de sentido”. O autor ainda destaca que a narrativa não é vista como uma composição discursiva autônoma, mas como um dispositivo de argumentação na relação entre sujeitos. As narrativas sobre a Amazônia, nos tempos atuais, podem ser vistas como jogos de linguagem que se estabelecem como uma relação entre sujeitos atores do ato de comunicação.

As narrativas midiáticas amazônicas do nosso século, que alcançam grandes audiências no universo digital, têm evidenciado instabilidades políticas em torno da defesa da preservação do bioma amazônico. Para ilustrar, destacam-se as narrativas midiáticas construídas a partir do discurso do campo da sociedade civil, constituído por organizações não governamentais ambientais e movimentos sociais nas arenas das COPs (27 e 28), que defenderam a preservação do bioma para conter as mudanças climáticas e, do outro lado, as narrativas midiáticas construídas a partir do discurso do campo econômico em defesa da exploração do petróleo na foz do Rio Amazonas, com a alegação de que a medida é importante para a manutenção das reservas, da segurança, da produção de petróleo e gás natural e a economia nacional.

A forma como tais acontecimentos dissonantes tornaram-se narrativas midiáticas motiva a reflexão sobre os campos de interesse em disputa na criação de narrativas amazônicas de defesa e preservação do território. A luta pela preservação do território, entendida aqui também como luta pela preservação ambiental, não é uma luta recente e está atrelada à história dos povos que habitam o bioma em extensão

territorial que ultrapassa as fronteiras brasileiras e alcança outros países como Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, formando a região da panamazônia.

De forma preliminar, o presente capítulo vai analisar seis notícias de portais diferentes e busca refletir sobre as visões atuais da Amazônia nas narrativas que circularam no mês (novembro) que foi realizada a Conferência do Clima (COP 28) em 2023 em Dubai (Emirados Árabes), de modo a destacar quais foram os campos mobilizados nas narrativas e quais foram os campos negligenciados a fim de explorar possibilidades para criação de narrativas amazônicas mais efetivas para pensar estratégias ao enfrentamento dos desafios climáticos contemporâneos.

Notas preliminares sobre Narrativas Amazônicas

Compreender as narrativas amazônicas a partir de disputas de sentido e jogos de poder dos campos que envolvem distintos atores e atrizes sociais oportuniza uma leitura crítica e pode apontar caminhos para superar a desinformação e criar estratégias para a compreensão da pauta climática na qual a Amazônia emerge no centro das grandes discussões mundiais.

Mudar as narrativas sobre a Amazônia no Brasil e fora, para que sejam mais próximas das realidades múltiplas e complexas da região, exige um exercício permanente de leitura crítica, que deve estar ao alcance de todas e todos. São múltiplas e diversas as Amazônias, nem todas tornam-se narrativas de amplo alcance. Conforme Gonçalves (2008), a imagem que normalmente se tem da região amazônica é mais uma imagem “sobre” a região do que “da” região. A representação da Amazônia, para Miranda Neto (1991), tem sido atravessada por conceitos e imagens antagônicas que oscilam entre “dócil”, “paradisíaca”, “violenta”, “inóspita” e “exótica”.

Há um crescimento vertiginoso da produção acadêmica sobre os impactos da circulação da desinformação nos discursos sobre a Amazônia e as mudanças climáticas (Santini; Barros, 2022) e novas agendas de pesquisa emergem reafirmando a necessidade da produção do conhecimento sobre a agenda climática, como é o caso das pesquisas realizadas pelo Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia (Legal)², das quais as coautoras e coautor do presente capítulo são integrantes, que buscam incidir na dinâmica social e contribuir para a ampliação da massa crítica de indivíduos, grupos e organizações da sociedade civil, tendo em vista uma participação política e cidadã altamente qualificada sobre as questões climáticas.

Assim, é urgente compreender as omissões, aquilo que não está dito nas narrativas amazônicas que se tornam hegemônicas no universo midiático e que, não raro, dissociam as vivências das populações dos acontecimentos políticos, ambientais, territoriais relativos ao desenvolvimento (Ventura *et al.*, 2022). Para Miranda e Barroso (2023), a região é um território de exploração mineral global e sua estrutura exportadora pouco diversificada está centralizada na venda de produtos primários e manufaturados a partir de recursos naturais. Nesse contexto, o aumento das taxas de desmatamento e a poluição dos territórios pela grande atividade agrícola e mineradora têm afetado as economias locais e os meios de sobrevivência das regiões envolvidas. Além disso, a luta pela água, solo e terra tem provocado diversos conflitos, migrações internas e internacionais, assim como inúmeras violações dos direitos humanos, especialmente de comunidades e

² Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia. Disponível em: <https://legal-amazonia.org/>. Acesso em: 3 jul. 2024.

grupos organizados de afrodescendentes, camponeses, mulheres e populações indígenas (Muñoz; Villarreal, 2019).

As narrativas, na medida em que contribuem nos processos de socialização (Motta, 2013), podem corroborar para o entendimento sobre as grandes questões mundiais, como é o caso da preservação do meio ambiente. A reflexão sobre a construção das narrativas e os campos de interesses que as mobilizam pode fornecer respostas aos desafios impostos ao enraizamento da pauta climática na construção de um novo imaginário coletivo em torno da Amazônia.

Os acontecimentos que envolvem a Amazônia, por reunir amplos valores-notícia (Traquina, 2005) como impacto, conflito, tragédia, ganham atenção e tornam-se notícias de potencial alcance. Identificar quais são os agentes que falam por meio das narrativas, como eles problematizam a temática narrada, quais são os posicionamentos (por exemplo, favoráveis, desfavoráveis, neutros) relativamente aos acontecimentos narrados e pessoas neles envolvidas para prestar especial atenção aos sentidos que elas sugerem, explicitam ou ocultam permite compreender as visões atuais da Amazônia, e como elas podem interferir na criação de políticas públicas na área da mudança climática eficientes a nível nacional e internacional.

A Amazônia como colônia do Brasil e do mundo?

É relevante observar a maneira como o Brasil e o mundo percebem a Amazônia e de que forma essa percepção pode interferir no senso comum debatido dentro do campo considerado como espaço público.

Quijano (2005, p. 117) aponta que “a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial” tem origem e caráter colonial, no entanto se mostra mais

estável e duradouro que o colonialismo, o que implica, conseqüentemente, “num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico”.

Para o autor, as relações sociais foram fundadas na ideia de raça e, dessa forma, as identidades sociais produzidas na América (índios, negros e mestiços), assim como a identificação de origem como: espanhol, português e posteriormente europeu. Tais terminologias destacavam muito mais do que o fator geográfico, apontavam a conotação racial. Quijano (2005) cerca-se dessas relações para lançar luz sobre as dinâmicas relacionadas à dominação, de forma que raça e identidade racial fossem estabelecidas como “classificação social básica da população”.

A lógica da colonialidade, segundo Mignolo (2017, p. 8), se apresenta na retórica da modernidade, “especificamente nos termos da salvação, do progresso, do desenvolvimento, da modernização e da democracia”. Outrossim, o imaginário expresso nas narrativas salvacionistas está impregnado de uma lógica colonialista. Dessa forma, as narrativas sobre a Amazônia tornam-se carregadas de colonialidade quando se apresentam como meio de reprodução e afirmação da necessidade de “salvamento”, de orientação e de instrução sobre o quê e como fazer com as questões amazônicas.

Essa manutenção da colonialidade advinda tanto de dentro como de fora do Brasil é contumaz e pormenorizada pelos meios hegemônicos, que representam fidedignamente os laços coloniais que envolvem a Amazônia e seus sujeitos.

É relevante observar que o sujeito da Amazônia pode ser apresentado nessas narrativas como “alienado” em relação às questões da região, estereótipo que mantêm a necessidade e a reprodução da lógica colonial, no entanto, é relevante perceber que o amazônida³ é

³ Quem for ao dicionário online de português, na internet, vai ficar sabendo que amazônida é a pessoa “que nasceu ou vive no Amazonas, estado que se localiza no Norte do Brasil, onde também está

especialmente sensível e atento a tais questões, os sujeitos que conhecem e percebem a Amazônia como nenhum outro, pois vivem hodiernamente nesse contexto.

O jornalista amazônida Lúcio Flávio Pinto cita que o termo amazônida pode ser utilizado para além do conceituado pelo dicionário. Lúcio Flávio utilizou a expressão em Paris, durante a sessão que o Tribunal dos Povos (ex-tribunal Bertrand Russel) dedicou à Amazônia. De acordo com o jornalista, ser amazônida, utilizando essa concepção, provocou forte reação em seus companheiros, oriundos do sul do país, incomodados pela pretensão que Lúcio Flávio expressou “a uma condição regional específica num corpo nacional”.

Essa “identidade amazônica” é produto da natureza, enquanto informação em estado bruto, e a construção da consciência, num ponto de equilíbrio que reconhece (preservando) o que é amazônico, porque só ocorre na região, ou só nas condições em que se manifesta no meio ambiente, e o ajuste e adaptação engendrados pelo homem para encontrar seu lugar nisso que é o *locus*, mais do que cenário ou paisagem. Embora não exista ninguém mais amazônico do que alguém que tenha nascido ou more na região, essa não é condição suficiente para que se perceba a especificidade regional. O conceito de amazônida envolve a individualidade da região, para cuja caracterização, existência e persistência a sua vinculação à água, a luz e a floresta, como um organismo integrado, é indispensável (Pinto, 2018, online).

Diante da utilização do conceito de amazônida, de forma ampliada, é possível afirmar que é amazônida o sujeito que nasce e vive na Amazônia Legal e se reconhece como tal. Esses sujeitos são produtores e reprodutores de sentidos únicos e oriundos da região que habitam e, dessa forma, responsáveis por perpetuar os saberes amazônicos.

localizada grande parte da Floresta Amazônica; amazonense. adjetivo Relativo ou próprio do Amazonas. [Por Extensão] Particular ou característica da Amazônia (floresta). Etimologia (origem da palavra amazônida). Do nome próprio Amazônia + ida”. E que amazônida é sinônimo de amazonense. Disponível em : [https://amazoniareal.com.br/a-utopia-amazonida/#:~:text=adjetivo%20Relativo%20ou%20pr%C3%B3prio%20do,\(origem%20da%20palavra%20amaz%C3%B4nida\)](https://amazoniareal.com.br/a-utopia-amazonida/#:~:text=adjetivo%20Relativo%20ou%20pr%C3%B3prio%20do,(origem%20da%20palavra%20amaz%C3%B4nida).). Acesso em: 10 jul. 2024.

Dito isso, é relevante observar os sujeitos amazônidas como pertencentes ao ecossistema e às narrativas regionais representadas pelos *media*. Destarte, o processo de colonialidade das narrativas está permeado pelo apagamento dos saberes locais, das fontes regionais e reproduzem um saber que terceiriza e coloniza tais narrativas na tentativa de reproduzir uma lógica salvacionista que está alicerçada pela colonialidade. A seguir, apresentamos as visões atuais da Amazônia nas narrativas jornalísticas.

Narrativas Amazônicas e os campos de interesse mobilizados

A fim de exemplificar o que se argumenta até aqui, serão analisadas algumas notícias com a intenção de observar quais campos foram mobilizados e/ou negligenciados na construção das narrativas jornalísticas que envolvem o território amazônico. Essas notícias foram publicadas a partir do dia 11 de novembro até o término da 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP28). Como critério de seleção das notícias, foram feitas buscas de notícias no Google com a palavra-chave “Amazônia”, especialmente as mais acessadas, resultando na seleção de seis notícias que abarcam os campos de interesse temático de pesquisa (econômico, científico, institucional e sociedade civil).

A primeira notícia intitulada “**Na COP28, Brasil volta a liderar por exemplo após quatro anos de 'apagão' ambiental**”⁴ foi publicada pelo portal Brasil de Fato no dia 29 de novembro de 2023. O fio condutor da notícia é a comparação entre as medidas de mitigação do desmatamento e das emissões de gases do efeito estufa (GEEs) adotadas pelo governo

⁴ Na COP28, Brasil volta a liderar por exemplo após quatro anos de 'apagão' ambiental. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/29/na-cop28-brasil-volta-a-liderar-por-exemplo-apos-quatro-anos-de-apagao-ambiental>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Lula (PT) no início do seu terceiro mandato e o descaso do governo Bolsonaro (PL) em relação a essas medidas enquanto esteve no poder.

O título da matéria destaca o retorno da liderança mundial do Brasil após um período de vácuo e desmonte das políticas ambientais durante os quatro anos anteriores. Fica evidente o enfoque dado ao campo institucional e às visões antagônicas que os grupos liderados por Lula e Bolsonaro têm em relação ao meio ambiente e às mudanças climáticas. Destaca-se que, no governo petista, o desmatamento (principal responsável pela emissão de GEEs no país) caiu pela metade no bioma amazônico, voltando a níveis observados antes de Bolsonaro assumir como presidente.

A Amazônia é abordada na notícia como tema estratégico para que o Brasil retomasse o protagonismo mundial em assuntos relacionados ao meio ambiente, ao adotar uma postura diferente do governo anterior, diminuindo o desmatamento na região e melhorando a vigilância no território.

O aquecimento global e a adoção de medidas para refrear o seu avanço por parte de governos estão diretamente associados à questão econômica e seus modos de explorar os recursos naturais. Nesse sentido, os campos institucional e econômico são indissociáveis no contexto da narrativa jornalística observada nesta notícia. Reduzir, ou não, o desmatamento no território amazônico, produzir e consumir mais ou menos combustíveis fósseis, aumentar ou diminuir a emissão do gás metano oriundo da agropecuária são decisões de ordem política e governamental, as quais levam em consideração qual modelo de desenvolvimento é priorizado para atender aos interesses de diferentes ramos da economia, tais como indústria, comércio e produção rural.

A notícia analisada aponta, ainda, que houve baixa participação da sociedade civil na COP28 em virtude de o país sede, Emirados Árabes,

ser uma federação de monarquias, onde não há eleições diretas e nem tradição de mobilização popular. Nota-se que a notícia deixa clara a importância que a pressão popular exerce na tomada de decisão nas COPs. No entanto, em Dubai, essa mobilização não teria a mesma efetividade, já que as vozes contrárias aos interesses corporativo e capitalista não seriam ouvidas nas ruas. Ao contrário, sugere-se que ficaria patente na Conferência o conflito de interesses por parte do país que sediou o evento, uma vez que é um dos maiores produtores de petróleo do mundo e teria aproveitado a condição de anfitrião para negociar a venda de petróleo e gás com outros países.

Observou-se, por fim, que a notícia analisada também faz referência ao campo institucional, ao destacar a atuação do governo federal (liderado pelo presidente Lula em seu terceiro mandato) no tocante às questões de ordem ambiental.

A segunda notícia intitulada “**Grupo estrangeiro que atua na Amazônia receberá R\$ 75 milhões do bilionário George Soros**”⁵, foi publicada pelo portal O Liberal no dia 11 de novembro de 2023.

A notícia destaca como a conservação da floresta amazônica desperta interesse e preocupação do mundo, tanto no campo institucional como no econômico. A ideia de que a Amazônia é um território ou patrimônio mundial ganhou sentido nos discursos governamentais, de empresários ou de representantes de corporações financeiras multinacionais. Esta narrativa não é recente, mas com o agravamento da crise climática dos últimos anos, defender a Amazônia se tornou uma espécie de “bandeira”.

⁵ Grupo estrangeiro que atua na Amazônia receberá 75 milhões do bilionário George Soros. Disponível em: <https://www.oliberal.com/brasil/grupo-estrangeiro-que-atua-na-amazonia-recebera-r-75-milhoes-do-bilionario-george-soros-1.747653>. Acesso em: 12 ago. 2024.

O empresário George Soros é reconhecido mundialmente por financiar projetos sustentáveis na área da ciência e por apoiar financeiramente campanhas de grupos de esquerda. Conforme a notícia analisada, a instituição *Open Society Foundations* (liderada por Soros) se apresenta como a maior financiadora privada do mundo de grupos independentes que trabalham pela justiça, pela governança democrática e pelos direitos humanos. Nesse sentido, a matéria em questão deixa implícito o dissenso existente nas ideologias políticas de esquerda e de direita quando se trata da visão sobre desenvolvimento econômico. Financiar projetos de preservação da floresta seria incompatível com melhorar a vida de 29 milhões de pessoas que vivem na Amazônia, afirma uma fonte citada na matéria. Entretanto, do ponto de vista da sustentabilidade, manter os recursos naturais, preservar a biodiversidade e evitar o desmatamento são aspectos que influenciam diretamente os povos e grupos sociais que habitam as florestas e as suas imediações. Para além disso, manter as florestas de pé é uma questão de sobrevivência para o planeta, já que o desmatamento e as queimadas agravam o aquecimento global.

O campo mobilizado na narrativa da notícia foi o campo econômico em uma ação clara de filantropia por parte do megaempresário, cujo objetivo final pretendido é a conservação da floresta amazônica. Essa ação parece ser carregada por uma motivação de cunho político-ideológico que norteia a visão de Soros sobre desenvolvimento social, econômico e ambiental.

A terceira notícia selecionada para a análise, intitulada “**Brasil quer meta ambiciosa em Dubai para preparar a COP30, da**

Amazônia⁶”, foi publicada pelo portal Metrôpoles no dia 26 de novembro de 2023.

O enfoque desta notícia é a pretensão do governo brasileiro em se posicionar na COP28 como um dos principais atores globais em se tratando de meio ambiente e contenção das mudanças climáticas. A matéria se baseia no discurso segundo o qual o Brasil tem como meta “liderar pelo exemplo”, uma vez que apresenta relevante redução do desmatamento na região amazônica (49,5% a menos, de janeiro a setembro de 2023). O investimento em tecnologias como o hidrogênio verde e a produção de biocombustíveis em larga escala também são diferenciais para o país ganhar destaque. Soma-se a isso a ênfase do governo Lula nos principais foros mundiais, no intuito de consolidar uma aliança global pela redução das desigualdades e a priorizar o compromisso climático.

Abstrai-se da matéria que a COP28 seria uma espécie de preparação para o Brasil fortalecer sua imagem e posição de líder mundial em assuntos ambientais, abrindo caminho para que, nas próximas edições da Conferência das Partes, o governo brasileiro consolide a sua ambiciosa pretensão de ocupar a vanguarda do desenvolvimento sustentável e da proteção do planeta. A COP30, que será realizada no ano de 2025, em Belém-Pará, será o ponto alto para que o Brasil ocupe o pretendido lugar de destaque na mesa de negociações mundiais que buscam a redução da emissão dos gases do efeito estufa, a transição energética, o combate às desigualdades, o financiamento de ações para mitigação dos impactos causados pelas mudanças climáticas e, principalmente, o cumprimento do acordo de Paris (COP21), cuja

⁶ Brasil quer meta ambiciosa em Dubai para preparar a COP30 da Amazônia. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/brasil-quer-meta-ambiciosa-em-dubai-para-preparar-a-cop30-da-amazonia>. Acesso em: 12 ago. 2024.

intenção é fazer com que pelo menos 55 países ratifiquem o compromisso para limitar o aumento da temperatura mundial a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

O campo institucional tem especial destaque na notícia, uma vez que as pautas abordadas são vistas do ponto de vista institucional e principalmente governamental. Pode-se apreender ainda que o campo econômico e social estão presentes com menor destaque na narrativa quando a produção energética e o combate às desigualdades são mencionados.

A quarta notícia selecionada, intitulada **“Gisele Bündchen faz desabafo sobre queimadas na Amazônia: ‘Levará anos para se reconstruir’”**, foi publicada pelo portal O Dia no dia 21 de novembro de 2023.

Depoimentos de pessoas famosas, ricas e influentes rendem notícias e são explorados com bastante frequência por jornais e portais de notícia. Em parte, isso se explica porque em narrativas assim o foco está na referência a pessoas que integram a “elite” social. Trata-se de um critério de noticiabilidade e de um valor-notícia eficiente, uma vez que os públicos demonstram especial interesse pelo que personalidades ricas e famosas dizem.

O campo social permeia a notícia em posição ocupada pela modelo e ambientalista Gisele Bündchen, conferindo a ela destaque suficiente para que suas opiniões sejam ouvidas por públicos diversos e possibilitando ainda que grupos ou movimentos que lutam em defesa da Amazônia ecoem as declarações da modelo mundialmente conhecida. Com menor evidência, o campo econômico está presente na narrativa,

⁷ Gisele Bündchen faz desabafo sobre queimadas na Amazônia: 'Levará anos para se reconstruir'. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/diversao/celebridades/2023/11/6745260-gisele-bundchen-faz-desabafo-sobre-queimadas-na-amazonia-levara-anos-para-se-reconstruir.html>. Acesso em: 12 ago. 2024.

considerando que Bündchen é uma representante da moda e que esta é um setor econômico. Também com menos relevo, o campo institucional é mencionado na notícia, no trecho em que a celebridade faz cobranças ao governo para que coloque em prática uma política mais severa de combate ao desmatamento criminoso e de preservação das florestas.

A quinta notícia selecionada, intitulada **“Lula retoma viagens internacionais e vai à COP28 tentar captar recursos para florestas”⁸**, foi publicada pelo portal Carta Capital no dia 27 de novembro de 2023.

A COP é uma espécie de assembleia promovida pelas Nações Unidas (ONU), com o objetivo de discutir e decidir sobre os rumos que os países adotarão para diminuir os impactos das atividades humanas que estão causando as mudanças climáticas no planeta. Trata-se, portanto, de um evento político multilateral, que busca estimular o diálogo e gerar acordos entre governos, empresários, acadêmicos, ambientalistas e sociedade civil, no intuito de evitar as catástrofes ambientais e o risco iminente de tornar a Terra um lugar inóspito para a vida que nela habita.

A atuação do presidente Lula como o principal interlocutor do Brasil na COP28 é o cerne do texto analisado, o qual se baseia nas pautas a serem defendidas pelo líder político em Dubai, especialmente a agenda ambiental brasileira, a redução do desmatamento na Amazônia no início de seu governo, as propostas de um novo mecanismo para captação destinados a países com florestas e a uma nova meta de redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. A notícia se atém ao papel

⁸ Lula retoma viagens internacionais e vai à COP28 tentar captar recursos para florestas. . Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-retoma-viagens-internacionais-e-vai-a-cop28-tentar-captar-recursos-para-florestas/#:~:text=Lula%20retoma%20viagens%20internacionais%20e%20vai%20C3%A0%20COP28%20tentar%20captar%20recursos%20para%20florestas,-Presidente%20embarca%20para&text=O%20presidente%20Luiz%20In%C3%A1cio%20Lula,cirurgia%20no%20quadril%2C%20em%20setembro.> Acesso em: 12 ago. 2024.

de Lula enquanto porta-voz brasileiro na Conferência das Partes e, em virtude disso, o campo político está presente e orienta toda a narrativa.

A sexta e última notícia selecionada, intitulada “**Crime organizado cresce na Amazônia Legal, aponta estudo**”⁹, foi publicada pelo portal Nexo no dia 30 de novembro de 2023.

A matéria aborda o crescimento da violência e do crime organizado na Amazônia Legal, baseando-se no Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2023, o qual demonstra que 59% da população dessa região convive com o crescimento da insegurança. Segundo o documento, os estados da Amazônia Legal registraram números de mortes violentas, 45% a mais que no restante do Brasil. Trata-se, portanto, de uma notícia que dá espaço de divulgação para uma pesquisa científica de amplo impacto sobre o território amazônico.

A notícia informa também que os crimes ambientais cresceram 85,3% na região entre os anos de 2018 e 2022, com base em dados publicados pelo jornal Folha de São Paulo. Ressalta ainda a alta ocorrência de mortes de povos originários, com índice 26% maior do que nos demais estados brasileiros, de acordo com o Monitor da Violência, do portal de notícias G1.

Conforme a matéria, a Amazônia Legal corresponde a cerca de 60% do território nacional, abrangendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. A região foi delimitada em 1953, por meio de lei federal, com a intenção de promover políticas de desenvolvimento socioeconômico nesse território.

⁹ Crime organizado cresce na Amazônia Legal, aponta estudo. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/extra/2023/11/30/crime-organizado-cresce-na-amazonia-legal-aponta-estudo>. Acesso em: 12 de ago. 2024.

Tráfico de drogas, grilagem e disputas por terras, garimpo e extração ilegais de madeira são alguns dos crimes que motivam a violência e provocam desmatamento, poluição de rios e impactam a saúde de populações tradicionais que vivem nas florestas. Nesse sentido, o campo social e o campo científico são foco da narrativa analisada.

Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas, longe de serem conclusivas, lançaram olhares preliminares para os campos mobilizados e negligenciados na construção das narrativas jornalísticas que envolveram o território amazônico no momento em que ele figurou amplamente na narrativa midiática nacional e internacional em razão da realização da 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP28), em Dubai. O estudo apresentou reflexões sobre notícias que abordaram distintos assuntos em que a Amazônia ocupou espaço central da narrativa como: ações para mitigação do desmatamento e das emissões de gases do efeito estufa (GEEs), financiamento de projetos, COP30, queimadas e crime organizado na Amazônia. Observou-se, de modo geral, que o campo mais negligenciado das notícias foi o da sociedade civil, não sendo possível identificar amplo espaço da narrativa para os representantes de movimentos sociais como fonte de informações.

Já o amplo espaço dado para o campo institucional pode ser analisado a partir do novo reposicionamento do país frente ao compromisso com as questões ambientais, sinalizado antes mesmo de o presidente Lula tomar posse para o seu terceiro mandato. Lula participou da COP27 logo após vencer as eleições.

A crise climática e os efeitos desastrosos do aquecimento global há muito deixaram de ser entendidos como brado alarmista de

ambientalistas e cientistas. Em diversas regiões do planeta já são perceptíveis as consequências do desequilíbrio que ameaça biomas inteiros, rios, florestas e cidades. No Brasil, as intensas queimadas no Pantanal, as sucessivas secas dos rios da região amazônica e as enchentes ocorridas em diversas cidades do estado do Rio Grande do Sul sinalizam que a natureza está sofrendo os impactos da ação humana em uma escala sem precedentes.

Não por acaso, os olhos do mundo se voltam para o Brasil quando se fala em recursos naturais e meio ambiente. Em seu território está presente a maior floresta tropical do mundo, sua fauna e flora são megadiversas, suas bacias hidrográficas movimentam quantidades colossais de água doce. Essas são apenas algumas razões que fazem daqui um lugar realmente importante, mas também traz uma grande responsabilidade de conservar, preservar e racionalizar o uso de recursos naturais tão ricos e imprescindíveis para a manutenção do equilíbrio ecológico e da vida.

Com base nas narrativas jornalísticas analisadas, é possível concluir que campos institucionais, econômicos e científico estão se mobilizando no contexto da crise climática para que o Brasil assuma o protagonismo mundial da pauta ambiental e faça frente às transformações almejadas pelas COPs, refreando as mudanças climáticas que ameaçam o planeta. O avanço, ou não, dos acordos e de ações concretas por parte dos países envolvidos na COP30, que será realizado em 2025, em Belém-Pará, a mobilização e a pressão dos campos interessados no cumprimento das metas de redução dos GEEs mostrarão se o Brasil ocupará o pretendido protagonismo.

Agradecimentos

As pesquisas que permitiram a produção deste capítulo são financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT) via Iniciativa Amazônia + 10 e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

BARBOSA, Mário Médiçi. **Entre a filha enjeitada e o paraensismo**: as narrativas das identidades regionais na Amazônia paraense. 480f. Doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983.

BRASIL quer meta ambiciosa em Dubai para preparar a COP30, da Amazônia. **Metrópolis**, Brasília-DF, 26 nov. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/brasil-quer-meta-ambiciosa-em-dubai-para-preparar-a-cop30-da-amazonia>. Acesso em: 12 atrás. 2024.

CRIME organizado cresce na Amazônia Legal, aponta estudo. **Nexo**, São Paulo-SP, 30 nov. 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/extra/2023/11/30/crime-organizado-cresce-na-amazonia-legal-aponta-estudo>. Acesso em: 12 ago. 2024.

DESMATAMENTO da Amazônia pode provocar perdas estimadas em US\$ 317 bilhões por ano, afirma Banco Mundial. **G1**, Brasília-DF, 9 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/09/desmatamento-da-amazonia-pode-provocar-perdas-estimadas-em-us-317-bilhoes-por-ano-afirma-banco-mundial.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2024.

GISELE Bündchen faz desabafo sobre queimadas na Amazônia: 'Levará anos para se reconstruir'. **O Dia**, Rio de Janeiro-RJ, 21 nov. 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/diversao/celebridades/2023/11/6745260-gisele-bundchen-faz-desabafo-sobre-queimadas-na-amazonia-levara-anos-para-se-reconstruir.html>. Acesso em: 12 ago. 2024.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2008.

GRUPO estrangeiro que atua na Amazônia receberá R\$ 75 milhões do bilionário George Soros. **O Liberal**, Belém-PA, 14 nov. 2023. Disponível em: <https://www.oliberal.com/brasil/grupo-estrangeiro-que-atua-na-amazonia-recebera-r-75-milhoes-do-bilionario-george-soros-1.747653>. Acesso em: 12 ago. 2024.

LULA retoma viagens internacionais e vai à COP28 tentar captar recursos para florestas. **Carta Capital**, São Paulo-SP, 27 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-retoma-viagens-internacionais-e-vai-a-cop28-tentar-captar-recursos-para-florestas/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

VENTURA, Jússia Carvalho Silva et al. Apontamentos interpretativos e jornalísticos sobre a Amazônia: o discurso de Bolsonaro na ONU. **Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 3, p. 259-282, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/52398/32951>. Acesso em: 25 out.2024.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, p. e329402, 2017.

MILHOMENS, Lucas. Prefácio. In: MIRANDA, C. M.; SOUSA, M. E. (Org.) ; CARVALHO, C. A. (Org.) . **Vulnerabilidades, cultura, tecnologia e resistências na Amazônia**. 1. ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2023. v. 1. 306p.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios. In: **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 31, p. 1- 12, 2023.

MIRANDA, Cynthia Mara.; SOUSA, Maíra Evangelista de (Org.) ; CARVALHO, Carlos Alberto de (Org.). **Vulnerabilidades, cultura, tecnologia e resistências na Amazônia**. 1. ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2023. v. 1. 306p.

MIRANDA NETO, Manoel José de. **O enigma Amazônia**: desafio ao futuro. Belém: CEJUP, 1991

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MUÑOZ, Enara Echart; VILLARREAL, Maria del Carmen. A Luta das Mulheres contra o Extrativismo na América Latina e no Caribe. In: **Contexto Internacional**, v. 41, n. 2, p. 303-325, 2019.

NA COP28, Brasil volta a liderar por exemplo após quatro anos de 'apagão' ambiental. **Brasil de Fato**, São Paulo-SP, 29 nov. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/29/na-cop28-brasil-volta-a-liderar-por-exemplo-apos-quatro-anos-de-apagao-ambiental>. Acesso em: 12 ago. 2024.

PINTO, Lúcio Flávio. A Amazônia segundo Lúcio Flávio Pinto: A utopia amazônica. **Amazônia Real**. [S. l.], p. online, 25 abr. 2018. Disponível em: [https://amazoniareal.com.br/a-utopia-amazonida/#:~:text=adjetivo%20Relativo%20ou%20pr%C3%B3prio%20do,\(origem%20da%20palavra%20amaz%C3%B4nida\)](https://amazoniareal.com.br/a-utopia-amazonida/#:~:text=adjetivo%20Relativo%20ou%20pr%C3%B3prio%20do,(origem%20da%20palavra%20amaz%C3%B4nida)). Acesso em: 9 jul. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais – **Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

SANTINI, Rose Marie; BARROS, Carlos Eduardo. Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo. In: **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, maio 2022.

TRAQUINA, Nelson. **Teoria do Jornalismo: a tribo jornalística –uma comunidade interpretativa**. Florianópolis: Insular, 2005.

9

MÃES DE ANJO E O LUTO NÃO RECONHECIDO: A EXPRESSÃO DA DOR E A BUSCA PELA VALIDAÇÃO DO SOFRIMENTO NO INSTAGRAM

Janete Monteiro Gomes

Leandro Rodrigues Lage

Introdução

O luto aparece com frequência nas redes sociais virtuais. As formas de expressá-lo, de tratá-lo e de vivenciá-lo têm significativas variações. A trajetória dos modos de viver a experiência do luto têm oscilado ao longo do tempo, saindo da forma expressa, sem timidez, na Idade Média, à maneira mais reservada de vivenciar a dor, na contemporaneidade – para mencionarmos apenas uma das diferenças entre as formas pelas quais o luto é vivido em cada momento histórico.

Em termos simples, o luto é uma resposta humana à morte ou perda de alguém ou algo que se valoriza ou ama. Diversas áreas do conhecimento e perspectivas teóricas desenvolveram modelos de pensamento para compreender e explicar como o luto é processado, ajudando-nos a dar sentido à enorme variedade de emoções, doenças físicas, padrões cognitivos e comportamentos que podem surgir num processo de luto ou após uma perda (Franco, 2021).

Nesse sentido, o luto perinatal, isto é, o pesar em decorrência da perda de um bebê que já fazia parte da imaginação da mulher mãe, habitando seus sonhos e gerando expectativas, resulta em um processo de abalo psicológico, social e familiar (Lemos; Cunha, 2015). O luto perinatal é aquele que ocorre quando a perda do bebê acontece na fase da gestação ou logo após um mês de vida (Salgado, 2018). Para o Manual

de Vigilância do Óbito Infantil e Fetal (2009), o luto perinatal está relacionado à perda no período compreendido entre a 22ª semana de gestação completa até o sétimo dia após o nascimento.

Nas últimas décadas, com as transformações culturais e tecnológicas, as formas de comunicar e expressar as emoções provocadas por uma perda vêm se modificando significativamente. Em plataformas de redes sociais virtuais como o Instagram, o luto é relatado, compartilhado, documentado com fotos de quem morreu e textos sobre o que aconteceu e sobre como as pessoas se sentem. Segundo Koury (2014), esses âmbitos tecnológicos se apresentam, cada vez mais, como espaços coletivos de expressão dos sentimentos.

As redes sociais virtuais oferecem interfaces de interação e de compartilhamentos de emoções e sentimentos. Para Ribeiro (2015), essas plataformas atualizam as narrativas da morte, com abertura para construções de práticas sociais por meio da lembrança e da presença de um sujeito ausente. As redes se constituíam, assim, enquanto novos espaços para a experiência social da morte, do sofrimento, das dores do luto.

Nesse contexto, as observações dos modos socioculturais de experimentar a morte de pessoas queridas e, conseqüentemente, o luto, levantam a suspeita de que estaríamos vivendo um novo momento nessa trajetória social e histórica das vivências social e individual do pesar.

Este trabalho, adaptado da dissertação intitulada “A comunicação da dor do luto perinatal no Instagram” (Gomes, 2022), parte da observação empírica de perfis do Instagram dedicados ao luto. Ao longo da pesquisa desenvolvida, percebeu-se uma quantidade significativa de perfis referentes ao luto em geral e, especificamente, sobre mães enlutadas pelas perdas gestacionais e neonatais que se diziam não ouvidas no seu luto, não legitimadas em suas dores.

O objetivo central deste trabalho é analisar os aspectos ou características mais abordados em postagens de dois perfis no Instagram, administrados por mães que perderam os filhos na fase perinatal, autointituladas “mães de anjo”.

Mães de anjo e o luto não reconhecido

O termo “mães de anjo” vem sendo culturalmente utilizado nas redes sociais em geral para definir aquelas mães que perdem seus bebês ainda no ventre ou logo após o nascimento. Como afirmam Soares *et al.* (2020), as próprias mães se autointitulam dessa forma, fazendo referência às mulheres que não possuem mais seus filhos fisicamente e, em alguns casos, nunca puderam pegá-los no colo.

O termo “anjo” está associado à criança morta. Essa alusão aos filhos perdidos teria surgido no Brasil no século XIX. Segundo Vailati (2006), naquela época a sociedade brasileira costumava comparar as crianças mortas a anjos, vestindo-as com trajes de anjos ou santos e com muitos adereços. As crianças eram vistas como seres puros, por isso denominada de “anjos”.

O luto pelo filho natimorto com frequência não é autorizado socialmente, principalmente por a morte ter ocorrido sem que o bebê tenha sido apresentado para os pais. Considerado um luto ilegítimo, trata-se, portanto, de um dos lutos mais complexos de ser experimentado e de menor validação social (Alves; Celestino, 2020). Segundo Teodózio *et al* (2020), o luto da mãe na fase perinatal tem características peculiares, como a falta de reconhecimento social, a ausência de rituais de despedida do bebê e a indiferença com que as equipes de saúde tratam essa perda.

Nesse sentido, é comum que muitas mães enlutadas acreditem que filhos continuem vivendo de alguma forma, o que as leva a assumir a condição de ser mãe de um bebê morto como o cerne de suas identidades pessoais (Thompson, 2011). Dessa forma, percebe-se que há um dilema da legitimidade e da vivência desse luto. A dor da ausência é sentida, mas não reconhecida socialmente.

De acordo com Franqueira e Magalhães (2018), as dificuldades sociais para se lidar com o luto e com as pessoas enlutadas levam à interdição do assunto, impedindo que as pessoas falem de seus filhos perdidos e da dor sentida, reduzindo os espaços de fala e, com frequência, colocando as mães num lugar em que são julgadas pelos modos como vivem as perdas.

A maioria dos entrevistados relatou terem sido julgados em dias e meses seguidos à perda de seus filhos, na medida em que seu processo de luto não correspondia às expectativas das pessoas ao redor, em termos de forma, intensidade e duração (Franqueira; Magalhães, 2018, p. 387).

Além da perda sofrida, as mães de anjos se veem numa situação em que seus filhos não são reconhecidos enquanto tais porque não sobreviveram. Consequentemente, o sofrimento gerado por essas mortes é deslegitimado e essas mulheres passam a ser julgadas pelos modos como, enlutadas, elas atravessam o processo da perda.

Em pesquisa realizada com seis mães enlutadas pela perda perinatal, Rodrigues *et al* (2020) descreveram como elas sofrem com a falta de reconhecimento daquela perda. Elas relataram aos pesquisadores que, na opinião das pessoas que as cercam, o bebê não é reconhecido enquanto tal, o que leva a um paradoxo: por supostamente não ter sobrevivido, o bebê não é considerado enquanto uma vida perdida, mas sim uma vida que não se concretizou. Com isso, a proibição

do luto dificulta a vivência desse período, trazendo a essas mães sofrimento e solidão na perda.

As manifestações e a comunicação da dor do luto perinatal em perfis do Instagram ganham relevância quando vistas sob a ótica do processo de elaboração do luto e de busca por legitimação do próprio sofrimento.

Percurso metodológico

Este trabalho tem um caráter exploratório e se baseia em estudo realizado a partir de dois perfis de mães de anjo do Instagram, com ênfase em publicações/postagens com suas respectivas legendas contendo os relatos de mães que vivenciaram perdas gestacionais ou neonatais e partilham suas dores emocionais nos perfis da rede social. O trabalho não tem pretensão de amostragem, possui abordagem descritiva e tem como objetivo compreender formas de expressão e comunicação da dor do luto de mães que perderam os filhos na fase perinatal.

Foi realizada uma prospecção inicial, que se fundamentou em um levantamento prévio com a *hashtag* “#maesdeanjo”, a partir da qual obteve-se um total de 20,1 mil publicações. Por meio de um recorte mais detalhado, pesquisando com as *hashtags* “#maesdeanjo”, “#maedeanjo” e “#maesdeanjos”, listamos cem perfis, que foram classificados por número de seguidores, por identificação do perfil e se eram pessoais ou se se autointitulavam criadores de conteúdo digital.

Após uma breve análise no quadro dos perfis listados, escolhemos dois entre aqueles que se enquadravam nos critérios de inclusão, isto é: perfis que tratassem de perdas gestacionais e neonatais; perfis que tivessem o termo “anjos” ou “maesdeanjos” no título; perfis que fossem atuantes com postagens até dezembro de 2020; perfis abertos (isto é,

que não precisam de autorização de seus autores para serem acompanhados); perfis criados há um ano ou mais da data de início da pesquisa, em 2020; e perfis com mais de cinco mil seguidores.

Os critérios excludentes para a escolha dos perfis a serem analisados foram: aqueles coordenados por pessoas que, por qualquer motivo, desistissem de participar da pesquisa em qualquer fase da análise e/ou coleta de dados; e perfis com três ou mais publicações seguidas relacionadas à venda ou propaganda. Para mencionar os perfis ao longo do trabalho, utilizamos nomes de anjos, escolhidos numa pesquisa informal no Google, para não identificar e expor as mães responsáveis pelos perfis analisados, sendo eles intitulados Angel e Ariel.

A pesquisa teve como recorte temporal postagens dos perfis realizadas entre dezembro de 2018 e julho de 2021. Optou-se por escolher as cinco postagens de cada perfil com o maior número de comentários, dentro do recorte temporal. A captura das postagens foi realizada com auxílio do *software* “Export comments”.

A análise descritiva das publicações feitas nos *feeds* dos dois perfis selecionados e suas respectivas legendas nos mostram as diversas maneiras por meio das quais as mães de anjo expressam suas dores e compartilham esses sentimentos no Instagram. Elas contam as vivências do luto perinatal e fazem desses espaços âmbitos interacionais voltados à expressão das dores e à reivindicação pública da legitimidade de suas perdas.

“Respeite o nosso luto”

Nas postagens analisadas, as mães de anjo relatam com frequência como tem sido a vida após a morte do filho e incentivam, indiretamente, comentários em forma de narrativas de outras mães de anjos. São textos

voltados à promoção do conforto emocional, da gratidão, do apoio e da solidariedade. São, ainda, postagens de desabafo sobre a falta de respeito e de empatia com o luto delas.

Conforme se pode observar na legenda da primeira postagem analisada, a mãe de anjo Angel faz uma homenagem à filha perdida e busca consolo na espiritualidade.

A lembrança de hoje é mega especial. Essa foto representa muito pra mim. Foi o dia em que saí da maternidade de colo cheio, levando meu milagre para casa. A cada passo que eu dava para fora da maternidade com a nome_do_anjo nos braços, uma lágrima rolava. Não consegui me conter, quando entrei no carro, acomodei ela na cadeirinha e desabei, chorei. Passava um filme na cabeça referente a tudo que passei. Um misto de sentimentos. Ao mesmo tempo que a alegria e gratidão por ter dado tudo certo transbordava, me lembrava também com muita tristeza de quando saí da maternidade sem minha pequena nome_do_anjo. Que dor dilacerante. Ser mãe de anjo e arco-íris é assim, vivemos a cada dia um misto de sentimentos. São dias de alegrias, mas tem dias de tristeza. O que eu sempre digo e repito. Acredita, não perca a fé. É difícil, a gente nunca supera, mas com o tempo aprendemos a conviver. E o tempo de Deus é bom, perfeito e agradável. Nunca iremos compreender, mas sempre devemos aceitar. Obrigada meu Deus por tudo. Tem uma música que representa muito esse momento também. Quem chora colhe fé. Quem planta em meio a dor. Corre o risco de gerar. Os lindos sonhos do Senhor. Quem luta em meio a perda. Quem sorri por mais difícil que esteja. Está se preparando para uma grande colheita. Deus está lhe ensinando e lhe fortalecendo. Por mais que você não esteja entendendo o seu milagre está acontecendo. Depois disso tem novidade de Deus para você. Isso aconteceu comigo eu posso dizer. O meu deserto está florescendo. E o seu também vai florescer. Estou sonhando, estou cantando, estou sorrindo comemorando. Estou sentindo o coração pulsando, o meu milagre já chegou. Estou mais forte, mais resistente. A perda ensina, a gente aprende a ser, de Deus, mais dependente. Você vai segurar o seu lindo presente. (Perfil Angel, Instagram, 2020, on-line).

Angel faz um agradecimento, com tendência ao desabafo, pautado sobretudo na espiritualidade. E adota um tom de indignação pelas formas de tratamento ao luto perinatal. Em outra publicação, a

expressão do pesar revela sentimentos variados. Angel elogia as outras mães e a si própria por continuarem a vida difícil sem os filhos e diz que elas receberam uma dádiva: ser mãe na ausência:

Hoje estou aqui as 03h51mim da manhã escrevendo para você, mãe, que viu seu filho partir sem poder fazer nada. Você, mãe, que sonhou, planejou, imaginou cada detalhe como tudo seria, se preparou para tudo, menos, para perder seu filho. Você, mãe, que viu seu sonho escorrer feito água pelas suas mãos, hoje eu sei o que está sentindo, o quanto é difícil essa data sem nossos anjos, eu queria poder abraçar cada uma de vocês, e dizer, você é uma mãe especial, você foi escolhida para gerar um anjo. É uma dádiva, ser escolhida para agradecer o senhor com um anjo, mesmo que isso te custe uma dor sem fim. Parabéns, você é mais que uma mãe, é mãe de anjo, um anjo seu, que te protege 24 horas por dia e que te ama muito. Hoje o colo pode está vazio, mas o coração transborda amor, porque não importa se seu filho mora no céu, você é mãe e a mais forte que já vi e merece os parabéns todos os dias, por não desistir, por lutar, dia após dia, mesmo com o coração quebrado, por ser forte e guerreira e por ser a mulher mais incrível, que ama sem medidas e sem distância. Tenho certeza que lá do céu os anjos estão orando por cada uma de vocês, nesse dia, e enviando toda força necessária. Um beijo pra cada uma de vocês. Sintam-se abraçadas, porque sei o quanto isso é válido. Marque uma mamãe especial, curta e compartilhe. (Perfil Angel, Instagram, 2020, on-line).

Dessa forma, é perceptível o tom forte de interlocução com outras mães enlutadas, oferecendo solidariedade, acolhimento e compaixão. Em outra publicação, Angel faz um pedido de tratamento justo para a dor do luto das mães, sejam aquelas que perderam o filho crescido, sejam as que o perderam ainda no ventre. Ela afirma que todas são mães, todas sofrem e merecem respeito. Nessa comunicação, observa-se um tom evidente de indignação com a deslegitimação do luto perinatal e um clamor para que haja igualdade e respeito para com as mães que perdem os filhos em qualquer fase. E, que mesmo o bebê não estando presente fisicamente, elas continuam sendo mães que sofrem a dor da ausência.

Se seu filho morreu GRANDE te dói porque você o viu viver grande parte da vida dele, você o viu lutar pelos seus sonhos, talvez até casar, e tenha uma

família e filhos e ele partiu deixando um grande vazio no seu coração. Se seu filho morreu como uma CRIANÇA, dói porque você o viu crescer, você passou por etapas maravilhosas com ele, dói porque você estava acostumada com sua companhia e sua ausência é um profundo abismo de tristeza. Se seu filho morreu como um BEBÊ, dói porque você o teve por tão pouco tempo. Se seu bebê morreu na BARRIGA, dói porque você não pode conhecê-lo vivo. Porque você o carregou dentro de você e nunca poderia ver seus lindos olhos e seu sorriso mágico..... Então, por favor. Não minimize nenhuma dor, não minimize minha dor. Somos TODAS MÃES e isso dói a todos nós. De maneiras diferentes e em situações diferentes. Mas tenho certeza que a dor continua a mesma (Perfil Angel, 2020, on-line).

Em outra publicação, Angel expressa a mesma indignação, ao colocar em caixa alta a frase “RESPEITE NOSSO LUTO”. Na linguagem das redes sociais online, convencionou-se que, quando se escreve em caixa alta, é como se estivesse gritando. A mãe se mostra inconformada não apenas com a ausência do filho querido, mas, sobretudo, com as frases prontas que minimizam o luto dela, como, por exemplo: “mas pelo menos foi no comecinho”.

Observa-se, ainda, a dificuldade de Angel em lidar com o fato de que as pessoas falam como se o bebê não representasse um ser humano e como se um novo filho substituísse o outro, perdido.

Mas pelo menos foi no comecinho. Mas pelo menos não sofreu. Mas pelo menos não deu tempo de amar. Mas pelo menos não viveu para sofrer. Mas pelo menos não veio com problema. Mas pelo menos não foi mais pra frente, Mas pelo menos você é nova. Mas pelo menos já faz tempo. Mas pelo menos você está bem, eu não suportaria. Mas pelo menos você tem outros filhos. Mas pelo menos você pode ter outro um dia. Não há nenhum mas pelo menos que faça sentido., jamais, em hipótese alguma, minimize e desrespeite nosso luto, pois isso machuca e faz doer ainda mais. Nosso luto é para sempre. Não tem prazo de validade, assim como nossa dor, que não tem cura. Isso não é fraqueza, é fato. Somos transformadas pela dor, guiadas pelo amor. Perder um filho dói. Vai doer para sempre. RESPEITE NOSSO LUTO (Perfil Angel, 2020, on-line).

Nesse contexto de desabafo, de pedido por respeito e pela valorização da dor, Angel elenca o que provavelmente já deve ter ouvido, levantando-se contra as tentativas malsucedidas de amparo, que acabam por minimizar o sofrimento pelas circunstâncias prematuras da morte do filho.

Em outra postagem, Angel traz um desafio para as pessoas: pede que elas imaginem perder o filho, imaginem ouvir que ele morreu. Na verdade, ela escreve em caixa alta a expressão “PAREM”, exclamando para que não peçam mais para que ela esqueça o filho e prossiga a vida.

Só mãe de anjo entende. Este texto eu dedico a quem não entende a nossa dor. Imagine que você ouviu essas palavras. Seu filho está morto. Imagine-se colocando teu ouvido no peito do seu filho e não ouvir um bater de coração. Imagine-se beijando seu filho e sentir o gelo da pele dele em teus lábios. Imagine-se numa sala cheia de caixões e você tendo que escolher o que guardará seu filho para sempre. Imagine que seu filho ser levado para nunca mais ser visto novamente. Imagine que você nunca vai poder olhar para os olhos do seu filho outra vez. Imagine que você nunca vai ouvir sua voz, nunca mais irá abraça-lo, ouvir a risada do seu filho novamente. Imagine-se vivendo o resto de sua vida sem o seu filho. Imagine buscar a chance de olhar nos olhos do seu filho novamente, de tentar inutilmente acordar desse pesadelo. a dor nos seus olhos diariamente. Imagine dizer EU TE AMO esperando ouvir um. Também amo você mamãe e ouvir apenas o silêncio como resposta. Imagine-se sobrevivendo diariamente para o resto da sua vida com isso. Imagine sobreviver a tudo isso. Sei que você deve pensar. Eu não consigo imaginar minha vida sem meu filho, eu morreria. Se você não pode sequer IMAGINAR estes momentos horríveis, então pare. Pare de me dizer que devo esquecer tudo e seguir em frente, de me pedir para não chorar por meu filho, pare de tentar me impedir de lembrar dele. PARE. PAREM. Coloque - se, ao menos por um minuto, no meu lugar, tente por apenas alguns segundos sentir a minha dor. Você não consegue. NÃO. Nem ao menos eu consigo entender, aceitar, suportar, sobreviver, eu apenas continuo. Cada segundo de cada dia. Coloque-se no meu lugar e em seguida, ouça um. Esquece, faz tanto tempo. Tá na hora de seguir em frente. PONHE-SE EM MEU LUGAR, TE DESAFIO A IMAGINAR (Perfil Angel, Instagram, 2020, on-line).

Angel, repetidamente, pede empatia com a dor das mães de anjos e respeito ao luto perinatal, demonstrando que há, pela experiência dela, uma desconsideração desse pesar no meio social. Ela pede, ainda, que não se compare as dores, que não se menospreze a intensidade dos sentimentos das mães enlutadas. Essas observações vão ao encontro do que diz Gabriela Casellato sobre o luto invisível: “mensagens de não reconhecimento desconsideram, desprezam, desaprovam, desencorajam, invalidam e deslegitimam ativamente as experiências e os esforços do enlutado” (Casellato, 2015, p. 17).

“Eu me liberto, eu te liberto”

No perfil de Ariel, a dor também é expressa, muitas vezes, em formato de carta. Os textos dessa mãe de anjo denotam conforto emocional e espiritual tratando da culpa que muitas delas, mães de anjos, sentem por levar a vida adiante e sorrir em muitos momentos. Ariel verbaliza sua própria vivência do luto, detalhando a forma com que procura transformar a dor e a relação com o filho perdido em um sentimento que a permita viver livremente e em paz.

Na primeira postagem que examinamos, Ariel escreve uma carta de agradecimento endereçada ao filho. O texto demonstra que Ariel busca manter uma conexão espiritual com o filho, ao apresentar uma conversa com e para o bebê. Ariel diz na postagem que há um acordo entre eles. E que esse acordo não será quebrado.

“Obrigada por me escolher como sua mãe” Muito obrigada filho, por ter me escolhido como mãe. Imagino seus olhos procurando e como que num encontro de almas, você me olhar e falar: ela será minha mãe! Ela será a mulher que vai me receber e me amar mesmo quando eu não mais estiver ao seu lado. Que honra a minha ter sido escolhida por você e saber que meu corpo foi o colo e o ninho de alguém tão raro, que de tão especial não podia se demorar, mas que mesmo assim marcou a vida de tantas pessoas.

Obrigada meu filho, por me fazer compreender que amor é muito mais do que dizem e amor de mãe de anjo é não ter limites, é amar o invisível, o inexplicável e ainda assim ter a certeza que nada foi em vão. Sua vida transformou a minha, e hoje ao me olhar eu te vejo em mim também. Te vejo no meu olhar ao apreciar a lua, nas lágrimas que surgem quando a saudade aperta, no sorriso despretenhoso quando simplesmente penso em você. Sua alma está em mim, quando mergulho no mar e sinto-me abraçada pelo seu amor ou quando o vento leve traz seu perfume no ar. Obrigada filho, por ter confiado e acreditado na minha coragem e fé. Obrigada por me lembrar todos os dias que nosso acordo nunca será quebrado. E que esteja você onde estiver eu continuarei te amando. Obrigada por me ensinar tanto, por me fazer olhar além dos muros e enxergar que assim como eu muitas outras mulheres também foram escolhidas por almas tão leves como a sua. E com essa leveza única de vocês, nos concederam a chance de gerar uma vida, de parir, de amamentar, de criar e ver crescer. E também a difícil missão de nos despedirmos. Uma missão que eu nunca sonhei em viver e menos ainda em cumprir, mas você sabia que eu daria conta, você tinha certeza que eu conseguiria. E por isso me escolheu, me escolheu entre tantas outras, me escolheu por ver muito além do que eu vejo, me escolheu por acreditar em mim mais do que qualquer outra pessoa, me escolheu porque sabia desde aquele dia que me viu, que eu jamais desistiria de você e da nossa história. Obrigada filho, por me fazer mãe, por me fazer a mulher mais especial que posso ser, por mudar minha trajetória e por me fazer sentir um amor capaz de quebrar a barreira da morte (Perfil Ariel, Instagram, 2020, on-line).

Não se deve perder de vista que, ao endereçar a carta ao filho perdido, publicando-a em seu perfil no Instagram, Ariel também expõe essa correspondência a seus familiares, a outras mães de anjo e também aos visitantes do perfil, em geral. Ariel entende a vivência da morte e do luto pelo bebê como uma missão. Em seu texto, ela faz uma homenagem, um desabafo e também um relato sobre como ela tenta atravessar a experiência do luto.

Com o texto intitulado “Eu me liberto, eu te liberto”, Ariel faz mais uma carta que trata do sentimento de culpa que a aflige. Ela retrata a necessidade de libertação das amarras e o sentimento de culpa por seguir a vida e por sorrir. Ariel se dirige ao filho e descreve o sentimento

de libertação que está vivendo, das dores e dissabores do luto, libertando ao filho e a si mesma para seguir a vida. Livrando-se da tristeza e da revolta com Deus.

Eu me liberto. Eu te liberto. Eu me liberto da culpa, das inúmeras noites em claro onde meu coração transbordava de perguntas sem respostas. Me liberto da revolta com Deus e o mundo, das minhas brigas internas e da minha falta de paciência comigo mesma. Eu me liberto do medo de seguir sem você e da frustração que sua morte me causou. Me liberto das amarras do sofrimento, da autopiedade que me faz sentir pena de mim mesma, do lugar de vítima que me faz enxergar que sou a única a passar por esta dor. ... Eu me liberto da saudade que machuca, que me enfraquece, mas permito que a saudade gostosa, aquela que aquece o peito esteja sempre por aqui. Eu me liberto do choro desesperado, mas permito que lágrimas ainda rolem, pois elas me fazem renascer..... Eu te liberto do peso da minha tristeza e da minha raiva pela sua morte. Eu te liberto meu amor para que você possa seguir seu destino, que você possa ir com o coração leve e a alma plena de todo o amor que por ti carrego. Eu te liberto cheia de gratidão por ter tido a honra de te receber em meu ventre, meu colo e por todo tempo que estivemos no mesmo plano. Eu te liberto, Eu me liberto. E assim livres, sei que estaremos mais próximos ainda. Unidos por um amor que não tem amarras e dores, mas sim a certeza que um dia ficaremos juntos mais uma vez (Perfil Ariel, Instagram, 2020, on-line).

Em outra postagem, Ariel publica um texto escrito como se fosse uma mensagem enviada a ela pelo filho perdido. No texto, o filho acalma a mãe, confortando-a e dizendo que não a abandonou. Ariel projeta o próprio filho perdido, como se ele estivesse respondendo a algumas de suas angústias e culpas. Ao fazê-lo, encontra na imagem virtualizada do filho uma oportunidade de diálogo consigo, em tom compreensivo.

Eu não te deixei, eu fiquei com você. Fiquei abrigado no teu coração, naquela sala que hoje parece vazia mas está bem cheia de lembranças, sonhos, palavras de amor, alegrias, tristezas, raiva e dor. Ninguém poderia dizer por quê, com que propósito. Eu também não sei. Deus sabe o que faz, eu sei não é justo, não é válido, não é mesmo! Sei que os planos divinos não te confortam agora, que as razões médicas não te satisfazem, que a culpa e a

impotência te atacam, mas quero que saibas que nada me faltou enquanto estive aí com você e, portanto, não fui embora Estou na coragem que você encontra para se levantar todos os dias e continuar vivendo e amando, embora não seja fácil.Não sinta culpa de se sentir bem, de fazer coisas para o seu bem, de se cuidar. Eu sei que você tem medo de me esquecer, de me substituir, de parar de sentir minha falta. Quero que saiba que nunca vou te deixar, por mais curta que tenha sido minha passagem por ai, com os meus pezinhos deixei uma marca profunda na vida de vocês. seja paciente com você. Nada disso é culpa sua. Você merece uma vida feliz... tem espaço para sentir tudo, e olha que tem dia que você vai sentir tudo ao mesmo tempo, tudo bem, vai acontecer, é normal acontecer. ...Fale de mim e diga a eles que dói, dói muito sim,, porque eu sou um pedacinho de você. Obrigado por me desejar tanto e por me abraçar com tanto amor, nesse tempo que estive ai. Mesmo que você sinta que estou longe, estou muito perto por causa do tanto do amor que você tem por mim. Eu sei que nós não ficamos juntos o tempo que você gostaria, mas tenha certeza que a gente já se conhecia muito antes, se conhecia nos seus sonhos, nos seus pensamentos, seus desejos. Eu sempre serei seu filho, e você sempre será minha mãe e meu pai. Eu não fui embora (Perfil Ariel, Instagram, 2020, online).

Nesse texto, observa-se uma forma de expressão da experiência do luto voltada para a reivindicação do perdão a si, para a necessidade de reconciliação consigo. Percebe-se, ainda, a utilização dessa ambiência virtual como espaço de reflexão, mas também de confissão. Trata-se de uma mãe que escolhe “conversar” publicamente com o filho perdido, travando um diálogo imaginário no qual estão presentes e descortinadas as dores, culpas e desafios impostos pela perda.

Ariel apresenta uma “série” de postagens à qual deu o nome de “Histórias para emocionar e incentivar”, em que convoca o relato de outras mães seguidoras e, como o próprio nome diz, estimula essas mulheres enlutadas a seguirem em frente. Em uma das postagens selecionadas dentro deste quadro, ela publica o depoimento de uma mãe de anjo que já havia passado por abortos sobre a forma como vivenciou a gravidez, tentando mostrar à filha, mesmo no ventre, como era a vida

por meio de passeios, conversas, músicas e carinho. Essa mãe havia recebido a informação de que a filha não sobreviveria ao parto.

...Mas, escolhemos amar! A nossa filha ficaria o tempo que ela precisasse ficar! Passamos dois meses com a certeza de que teríamos que nos despedir no momento do parto e começou a nossa jornada para mostrar a ela um mundo que ela não iria conhecer. Teve praia, cachoeira, barriga com tinta, músicas infantis, tudo o que estava ao nosso alcance. Nome_do_anjo nasceu, ficou 23 dias na UTI neonatal, enfrentou bravamente todas as suas batalhas e faleceu por conta de uma infecção. Foram dias de muita alegria e amor. Todos os dias a gente cantava ao lado da incubadora: se tem bigodes de foca, nariz de tamanduá, é tão linda, não precisa mudar. (Perfil Ariel, Instagram, 2020, on-line).

Nas publicações de Ariel, chama a atenção esse modo de expressão da dor por meio de diálogos com o filho perdido. Nesse esforço de manutenção do vínculo com o filho, aparecem múltiplas manifestações: a confissão, o sentimento de culpa e o pedido de perdão; a gratidão e a lamentação; e também o desejo de liberação da dor.

Considerações finais

No presente estudo, buscou-se analisar os aspectos ou características mais abordados nas postagens de perfis no Instagram administrados por mães que perderam os filhos na fase perinatal. Além disso, buscou-se observar as mais comuns formas de expressão e comunicação da perda perinatal pelas mães nessas ambiências. Observou-se que, nos perfis analisados, as principais formas de expressão do sofrimento do luto assumem as formas do desabafo e da lamentação, de reivindicação de legitimidade da dor da perda, de diálogo com familiares e com os próprios filhos perdidos e, também, de confissão dos sentimentos de culpa, além dos pedidos de perdão.

As expressões de gratidão e os relatos de dor são as formas mais comuns de comunicação da dor do luto. No conjunto das postagens, percebe-se que o menosprezo ao luto perinatal incomoda frontalmente essas mães, que pedem reiteradamente por respeito e empatia. Observou-se, ainda, certa tendência das mães em buscar explicações espiritualizadas para as perdas, procurando consolo na ideia de que a morte foi obra divina e que os filhos continuam vivendo de outras formas.

Com seus relatos, essas mães dão visibilidade a seus lutos e fazem desses perfis espaços para expressão das angústias, receios, frustrações, tristezas, entre outros sentimentos da mulher mãe enlutada. Verificou-se que as mães que sofreram a perda perinatal lamentam a ausência, a saudade, mas, sobretudo, o fato de a vida perdida não ser considerada vida, não ser vista como tal e, assim, não ser digna de luto. Elas exigem a valorização do sentimento delas, a fim de que a dor não seja minimizada, e fazem desabafos, afirmando que, independentemente da fase em que perderam seus filhos, elas todas são mães, apesar da ausência do bebê.

Portanto, a análise mostrou que as mães de anjo não apenas lamentam a morte do filho ou filha, mas sobretudo lamentam o fato de não terem a dor validada, sendo esse um pesar sofrido duplamente.

Referências

ALVES, R. S. SOUSA; ARAÚJO CELESTINO, K. A. de . DE BRAÇOS VAZIOS, NOS BRAÇOS DA DOR: PERDA GESTACIONAL E NEONATAL. *Revista Remecs - Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde*, [S. l.], p. 146, 2020. DOI: 10.24281/rremecs.2020.10.02a03.CIPCEn.146. Disponível em: <https://www.revista-remecs.recien.com.br/index.php/remecs/article/view/523>. Acesso em: 1 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal / **Ministério da Saúde**, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009.

CASELLATTO, Gabriela. **O resgate da empatia**: suporte psicológico ao luto não reconhecido. São Paulo: Ed. Summus, 2015.

FRANQUEIRA, A. M. R.; MAGALHÃES, A. S. Compartilhando a dor: o papel das redes sociais no luto parental. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 6, n. 11, p. 373-389, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340290729_Compartilhando_a_dor_o_papel_das_redes_sociais_no_luto_parental. Acesso em: 03.out.2022

GOMES, Janete Monteiro. **A comunicação da dor do luto perinatal no Instagram**. Palmas, TO, 2022. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins, Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, 2022.

LEMOS, Luana Freitas Simões; CUNHA, Ana Cristina Barros da. Concepções sobre Morte e Luto: Experiência Feminina sobre a Perda Gestacional. **Rev. Psicologia e Ciência**. 2015.Out/Dec., 35(4), 1120-1138. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/hdydgBr4rBQJthMgXSf3q5n/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28.set.2022.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. O luto no brasil no final do século XX. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p.593-612, Set./Dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/67MkfspntYm9kBcgTss9nMx/?lang=pt>. Acesso em: 28.jul.2021

RIBEIRO, Renata Rezende. **A Morte Midiatizada**: Como as redes sociais atualizam a experiência do fim de vida. Niterói: Eduff, 2015.

RODRIGUES, L. et al. Experiências de luto das mães frente à perda do filho neonato. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 20, p. 65-72, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/vJ3gysLHH6PrLt46rqFGzsj/?lang=pt> Acesso em: 28.jul.2021

SALGADO, Heloisa de Oliveira. **Como lidar luto perinatal**: acolhimento em situações de perda gestacional e neonatal. São Paulo: Lexema: Ema livros, 2018.

SOARES, L. G. et al. Mães de Anjos:(re)vivenciando a morte do filho como estratégia de enfrentamento. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. 1, p. e20190030, 2020.

TEODÓZIO, A. M et al. Particularidades do Luto Materno Decorrente de Perda Gestacional: Estudo Qualitativo. **Revista Subjetividades**, v. 20, n. 2, p. 15-10/2020, 2020. <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/e9834> Acesso em: 20 set. 2021.

THOMPSON, J. A. Making room for the other: Maternal mourning and eschatologicalhope. **Modern Theology**, v. 27, n. 3, p. 395-413, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/230022815_Making_room_for_the_ot
her_Maternal_mourning_and_eschatological_hope](https://www.researchgate.net/publication/230022815_Making_room_for_the_other_Maternal_mourning_and_eschatological_hope) Acesso em: 20 set. 2021.

VAILATI, L. L. As fotografias de "anjos" no Brasil do século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, (2006). 14(2), 51-71. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5446> . Acesso em: 02 ago. 2021.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Albertina Vieira de Melo Gomes Oliveira

Doutoranda em Comunicação, Cultura e Amazônia pelo PPGCOM/UFPA, é mestra em Comunicação e Sociedade pelo programa PPGCOM, da Universidade Federal do Tocantins. Atualmente é pesquisadora plena no Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal - LEGAL, e pesquisadora no grupo de pesquisa: Comunicação, Direitos e Igualdade (UFT) e do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (UFPA).

André Demarchi

Doutor em Antropologia, professor e pesquisador na Universidade Federal do Tocantins, nos cursos de ciências sociais e licenciatura intercultural indígena. É também docente permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade. E-mail: andredemarchi@uft.edu.br

Alan Milhomem da Silva

Professor efetivo do curso de Jornalismo na Universidade Federal do Amapá. Doutorando em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Multimídia (UFT-CNPq).

Carlos Alberto de Carvalho

Professor associado do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Coordena o Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber. Pesquisador 2 do CNPq. E-mail: carloscarvalho0209@gmail.com.

Cristiano Alves Viana

Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Fundação Universidade do Tocantins (UFT). Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Possui experiência como jornalista nas funções de repórter e produtor de telejornalismo; assessor de comunicação e marketing; assessor de imprensa; social media; publicitário nas funções de redator, diretor de criação e designer.

Cynthia Mara Miranda

Pós-Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. Professora no curso de Jornalismo, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins. Líder do Grupo de Pesquisa “Comunicação, Direitos e Igualdade” (CODiG/Cnpq). Bolsista produtividade 2 CNPq. E-mail: cynthiamara@uft.edu.br

Daniel Oliveira de Farias

Jornalista, Mestre e Doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PósCom-UFBA), com estágio sanduíche no PPGCOM-UFMG e no Centre d'Analyse et de Recherche Interdisciplinaires sur les Médias (CARISM) da Université Paris-Panthéon-Assas (PARIS II). Bolsista CNPq. Integrante do Centro de Pesquisa em "Estudos Culturais e Transformações na Comunicação" (TRACC). E-mail: danoliveiradefarias@gmail.com

Danuta Leão

Doutora pelo Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Linguagens (PPGCLC), da Universidade da Amazônia- UNAMA. Professora do Curso de Publicidade e Propaganda da UNAMA e CESUPA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Consumo, Identidade e Amazônia (CONSIA). E- mail: prof.danutaleao@gmail.com

Elton Antunes

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela UFBA. É coordenador do Grupo de Pesquisa em “Historicidades das Formas Comunicacionais (ex-press)”. E-mail: eantunes@ufmg.br

Gabriela Almeida Silva

Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre e Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: gabrielaalmeida.gc@gmail.com

Giovanna Figueiredo de Abreu

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC), da Universidade da Amazônia (Unama). E-mail: giovannamfigueiredo@gmail.com

Ivana C. G. de Oliveira

Doutora, professora do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Linguagens (PPGCLC), da Universidade da Amazônia- UNAMA. Integrante dos grupos de pesquisa; Mídia e violência: percepções e representações na Amazônia paraense (UFPA/ CNPQ) e Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense (Narramazônia – UFPA/ UNAMA) E-mail. ivana.professora2020@gmail.com

Jefferson Luis da Silva Cardoso

Doutor em Comunicação, Linguagem e Cultura pela Universidade da Amazônia (2024); Mestre em Educação pela Universidade do Estado Pará (2016); Pedagogo pela Universidade Federal do Pará (2012). Atualmente participa como Docente pesquisador do GELICS - Grupo de Estudos em Literatura, Cultura e Sociedade e no GEMIP - Grupo de Pesquisa em Manejo Integrado de Pragas por meio do GEMIP na Escola; participa como pesquisador do projeto de pesquisa e extensão Poesia no Dia a Dia: Grupos Vivenciais e Resiliência. Professor Adjunto da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, Campus Tomé-Açu/PA.

Janete Monteiro Gomes

Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins. Possui graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí (1995), graduação em Direito pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (2006); pós-graduação em Direito Processual pela Universidade da Amazônia (2008), e pós-graduação em Gestão Pública pela FACIMAB (2012).

Leandro Rodrigues Lage

Pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e atua como docente colaborador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). É Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bolsista de produtividade do CNPq. Realizou pesquisa de pós-doutorado em Comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: leandrolage@ufpa.br

Liana Vidigal Rocha

Docente do curso de Jornalismo, do mestrado em Comunicação e Sociedade e da especialização em Documentação Audiovisual da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Líder do Grupo de Pesquisa em “Jornalismo e Multimídia” (CNPq), membro do Grupo de Pesquisa “Geografias da Comunicação Regional” (UFS/CNPq) e do Grupo “Geografias da Comunicação” (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom). E-mail: lianavidigal@uft.edu.br

Maíra Evangelista de Sousa

Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) e dos cursos de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (Unama). É doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Ubiquidade da Comunicação (UbiCom/Unama) e vice-coordenadora da Rede de Pesquisa Aplicada em Jornalismo e Tecnologias Digitais (JorTec) (2023-2024). E-mail: maira.evangelistadesousa@gmail.com

Maria Tereza Lemes Moreira Carneiro

Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, especialista em Comunicação Pública pela AVM Faculdade Integrada e graduada em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. E-mail: mariatlmoreira@uft.edu.br

Rosângela Araújo Darwich

Pós-Doutora pela Universidade Protestante de Ciências Aplicadas de Freiburg, Alemanha. Doutora em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC/UFPA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (UNAMA). Líder do Grupo de Pesquisa “Poesia no Dia a Dia: Grupos Vivenciais e Resiliência”. E-mail: rosangela.darwich@unama.br

Thainara Ferreira Cavalcante

Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, professora e pesquisadora na Universidade Católica (Unicatólica), Tocantins. E-mail: thainara.cavalcante@p.catolica.edu.br

Thiago Almeida Barros

Jornalista. Doutor em Comunicação, Linguagens e Cultura. Docente e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC), da Universidade da Amazônia (UNAMA). Líder do Grupo de Pesquisa Sociedade e Representações da/na Amazonia (Soci-Amazonia) E-mail: thiago.barros@unama.br

Yasmin Gatto

Jornalista, Mestre em Comunicação pela Unesp e Doutoranda em Comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como bolsista CNPq. E-mail: yasminrgatto@gmail.com



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org



ESSE SEXTO VOLUME PUBLICADO PELO PROCAD “NARRATIVA E ACONTECIMENTO MIDIÁTICOS: DESAFIOS METODOLÓGICOS PARA APREENSÃO DAS EXPERIÊNCIAS GLOCAIS AMAZÔNICAS” APRESENTA REFLEXÕES PRODUZIDAS A PARTIR DE PESQUISAS DE EGRESSOS E ESTUDANTES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO LIGADOS AO PROJETO. NOSSO OBJETIVO FOI O DE RETOMAR O EIXO TEMÁTICO DO PROJETO REFLETINDO SOBRE A TRAJETÓRIA FORMATIVA POSSIBILITADA AOS PESQUISADORES E ÀS PESQUISADORAS EM FORMAÇÃO. DESDE O INÍCIO DOS TRABALHOS E DURANTE OS SEIS ANOS DE EXECUÇÃO DO PROJETO, QUE CABE LEMBRAR TEVE UMA PANDEMIA NO MEIO, TÍNHAMOS A PREOCUPAÇÃO MANIFESTA COM OS DESAFIOS POSTOS NA CONDUÇÃO DE UMA EMPREITADA MARCADA PELA HETEROGENEIDADE DE INSTITUIÇÕES, PESQUISADORES E PESQUISADORAS, REALIDADES ACADÊMICAS E FORMAS DE TRABALHO. O RESPEITO A TAIS DIFERENÇAS E UMA VONTADE DE ACOLHER A HETEROGENEIDADE FUNCIONARAM COMO AS DIRETRIZES PARA QUE AVANÇÁSSEMOS NA PROPOSTA. PASSADOS OS ANOS DE TRABALHO VEMOS AGORA QUE A OFERTA DE CURSOS, REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS E A PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS, DENTRE A MONTANHA DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, FORAM TAREFAS ATÉ SIMPLES ANTE O FATO DE LIDAR COM A PERMANENTE QUESTÃO DE QUE NÃO PRETENDÍAMOS DEFINIR O QUE É A AMAZÔNIA, MAS SIM INVESTIGAR COMO DIFERENTES IMAGINAÇÕES SÃO CONVOCADAS PARA PRODUZIR UM TERRITÓRIO. ALIÁS, TERRITÓRIOS, CONSTITUÍDOS DE PENSAMENTOS, SABERES, PROBLEMAS, DISPUTAS, CONFLITOS, DESAFIOS, TRADIÇÕES, SÍMBOLOS, NARRATIVAS E UMA REFERÊNCIA INFINITA À REALIDADE DA “ÚLTIMA FLORESTA”. QUE AMAZÔNIAS SÃO ESSAS? NESSE LIVRO PRETENDEMOS QUE ESSE UNIVERSO DE QUESTÕES APAREÇA ARTICULADO A UMA DIRETRIZ FUNDAMENTAL: TRATA-SE DE VER COMO TAIS PROBLEMÁTICAS VÊM SENDO TEMATIZADAS EM PESQUISAS CONDUZIDAS NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA.

